

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA



Beatrice Cavalcante Limoeiro

“Guerreiras de luta”: mulheres militantes pelos direitos dos idosos

**Rio de Janeiro
2019**

Beatrice Cavalcante Limoeiro

“Guerreiras de luta”: mulheres militantes pelos direitos dos idosos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Ciências Humanas (Antropologia Cultural).

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Goldenberg

**Rio de Janeiro
2019**

CIP - Catalogação na Publicação

LL732" Limoeiro, Beatrice
"Guerreiras de luta": mulheres militantes pelos
direitos dos idosos / Beatrice Limoeiro. -- Rio de
Janeiro, 2019.
238 f.

Orientador: Mirian Goldenberg.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências
Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e
Antropologia, 2019.

1. Envelhecimento. 2. Direitos. 3. Militância. 4.
Gênero. 5. Cuidado. I. Goldenberg, Mirian, orient.
II. Título.

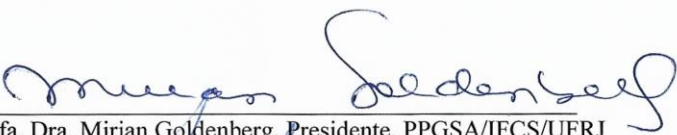
“GUERREIRAS DE LUTA”: MULHERES MILITANTES PELOS DIREITOS DOS IDOSOS

BEATRICE CAVALCANTE LIMOEIRO

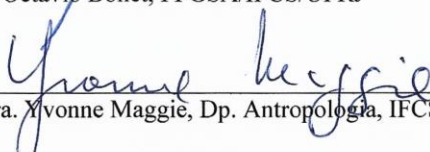
Orientadora: Profa. Dra. Mirian Goldenberg

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Ciências Humanas (Antropologia Cultural).

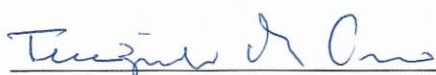
Aprovada por:


Profa. Dra. Mirian Goldenberg, Presidente, PPGSA/IFCS/UFRJ


Prof. Dr. Octávio Bonet, PPGSA/IFCS/UFRJ


Profa. Dra. Yvonne Maggie, Dp. Antropologia, IFCS/UFRJ


Profa. Dra. Andrea Moraes Alves, ESS/UFRJ


Profa. Dra. Terezinha Féres Carneiro, PUC/RJ

Profa. Dra. Aparecida Fonseca Moraes, PPGSA/IFCS/UFRJ (Suplente)

Profa. Dra. Fernanda Rougemont, COPPE/UFRJ (Suplente)

Rio de Janeiro

Setembro/2019

Agradecimentos

Essa tese marca uma trajetória de quatro anos e meio de doutorado em Antropologia Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) e também onze anos e meio dentro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). São muitos anos e muitas pessoas que contribuíram para que essa tese se concretizasse.

Em primeiro lugar eu agradeço pela oportunidade de fazer parte desta universidade pública que mudou o rumo e as possibilidades que existiam para minha vida até o ano de 2008. Que outras pessoas possam ter as mesmas oportunidades que eu tive, tendo acesso ao ensino federal gratuito e de qualidade.

Esse trabalho de conclusão de doutoramento só foi possível porque existem mulheres que militam pelos direitos dos idosos e porque elas me receberam, acolheram e ajudaram em tudo que precisei durante os anos de 2016 a 2018. Neste tempo aprendi a admirá-las e respeitá-las. Espero que essa tese possa ser também uma forma de reconhecimento da luta e do caminho que vocês trilharam até aqui, batalhando pelo que acreditam, ainda que seus nomes verdadeiros não sejam citados.

Agradeço à minha maravilhosa orientadora, Mirian Goldenberg. São 11 anos aprendendo a pesquisar com você. Eu não poderia querer orientadora mais atenciosa, dedicada e interessante. Muito obrigada por toda paciência, compreensão e apoio. Você é incrível e eu tenho muita sorte em ter sido sua orientanda desde a graduação em Ciências Sociais.

Agradeço ao PPGSA, seus professores, alunos e funcionários. Sou grata pela oportunidade que me foi concedida de ser contemplada com a bolsa CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) durante os 4 anos desse doutorado. A bolsa foi fundamental para que fosse possível cursar e concluir o curso. Registro aqui minha defesa a todo tipo de investimento em pesquisa, ciência e educação. Sem isso não é possível vislumbrar um futuro de desenvolvimento, crescimento e diminuição das desigualdades para o Brasil.

Gostaria de manifestar gratidão aos colegas de turma Barbara Fontes, Fernanda Nunes, Graziela Motta e Vinícius Natal. As conversas e desabafos com vocês foram muito importantes para atravessar todas as etapas desse processo de doutoramento. Saber que todos nós estávamos no “mesmo barco” deu aquela força para continuar, quando eu achava que já não conseguiria mais.

Aos dedicados professores Bruno Cardoso, Luiz Antonio Costa e Maria Elvira Benitez (do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional - UFRJ), com quem tive oportunidade de cursar disciplinas durante o curso, agradeço por todo aprendizado e diálogo.

Aos professores Octavio Bonet e Andrea Moraes Alves (da Escola de Serviço Social - UFRJ) agradeço pela generosidade de terem participado da minha banca de qualificação e defesa. Os apontamentos de vocês foram fundamentais para o prosseguimento da pesquisa e da tese.

Às professoras Yvonne Maggie, Terezinha Féres Carneiro e Aparecida Moraes, que aceitaram fazer parte dessa banca de defesa de doutorado. Obrigada pelas contribuições e oportunidade de trocas.

Quero registrar meu reconhecimento também a outros professores que foram significativos na minha trajetória na UFRJ e com os quais pude aprender a ser pesquisadora em Ciências Sociais. São eles: Valter Duarte, Bruno Sciberras, Marco Aurélio Santana, Marco Antonio Gonçalves, Marco Antonio da Silva Mello, Jean-François Véran, Felícia Picanço, Anita Handfas e Julia Polessa Maçaira.

Agradeço a minha dedicada e querida mãe, Denise Cavalcante, que foi e é a maior e melhor torcida pelo meu sucesso profissional e pessoal. Foi com o apoio dela que eu pude ingressar na UFRJ e trilhar um caminho de trabalho e pesquisa na instituição. Só nós duas sabemos todas as dificuldades e desafios que passamos para chegar até aqui. Tudo que eu sou hoje eu devo a você, que me incentivou mesmo quando as nossas condições eram precárias.

Aos meus irmãos e grandes amigos Denilson Limoeiro Junior, Denis Gabriel Limoeiro e Larissa Nardini (cunhada que se tornou irmã), venho agradecer por todo carinho, apoio e brincadeiras. Estar com vocês me traz paz, leveza e segurança para continuar trabalhando.

Ao meu amado Daniel O. Salvador - que me conheceu em 2008, mas só em 2015 começou a fazer parte da minha vida - eu sou grata por todo amor, partilha, paciência e pela disposição de tentar junto comigo ser melhor e mais feliz a cada dia. Seu incentivo é muito importante para mim e eu me sinto muito alegre em poder compartilhar a vida contigo. Você se tornou meu melhor amigo e me trouxe de presente uma família maravilhosa, com seus pais, Seu Abel Salvador e Dona Suely Salvador e sua irmã, Carol Salvador. Obrigada pela torcida e amor de vocês.

Aos maravilhosos tia Alcinede Cavalcante, tio Waldir Fassbender, Simone Fassbender, Elaine Fassbender, João Pedro Fassbender e Jorge Antônio Fassbender, vocês

moram no meu coração e eu sou muita grata por toda ajuda que recebi de vocês durante toda minha vida. Eu amo muito vocês.

Aos familiares vovó Joaquina Limoeiro, meu pai e madrastra, Denilson Limoeiro e Mary Limoeiro, tios e tias, primos e primas, agradeço por todo incentivo e consideração.

Agradeço à querida amiga Fernanda Rougemont, que aprendeu a me amar e aturar, mesmo com um temperamento bem distinto do meu. Apesar de muitas diferenças, temos uma afinidade ímpar, compartilhamos de muitas ideias sobre a profissão acadêmica e por vezes nos comunicamos sem a necessidade de muitas palavras. Você é a minha melhor companheira de vida acadêmica, congressos e angústias dessa empreitada. É uma honra tê-la como componente da minha banca. E obrigada também por ter trazido o Raphael Negreiros de volta ao meu convívio e amizade.

À amiga Ianê Silveira, minha grande incentivadora e aquela que me ama mesmo eu nunca estando disponível, que acompanhou toda essa trajetória pela UFRJ e me entende como ninguém. Além disso tudo, você ainda me presenteou trazendo os amados Bruno Dutra, Olivia Dutra e Nadal para a minha vida.

À amiga Marta Calvet, minha companheira de aventuras, maluquices e que está sempre disponível para me ouvir e apoiar. Sua amizade é jóia rara que eu preservo com carinho.

Aos maravilhosos amigos que o IFCS me deu: Leonardo Menezes, Denis Suzarte, José Maurício Octaviano e Thaíza Santos. Obrigada por toda paciência, incentivo e também pelas brincadeiras. Fico feliz em saber que posso contar e confiar em vocês. E ainda aos amigos e companheiros de pesquisa: Olivia von der Weid, Verônica Tomsic, Toni Pilão, Thiago Soliva, Ayra Guedes e Larissa Quillinan.

Às amigas super queridas, que me apoiam e me acompanham desde 2004: Camila Dominice, Ravelly Machado e Samyra Costa. Sinto-me extremamente sortuda em tê-las em minha vida. Obrigada!

Às queridas amigas que o Baptistão me deu: Alania Magalhães - que me trouxe também o maravilhoso e talentoso Juan Pablo Magalhães - e Mari dos Santos. Obrigada pelos momentos de conversas e desabafos sinceros. Vocês são maravilhosas!

Aos amigos que o Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR) me apresentou: Sandra Regina Leite, Karine Bastos, Geny Guimarães, Leandra Melim, Adriana Loureiro, Paulo Sérgio Gama, Renato Vazquez, Fábio Padilha, Wellington Silva, Eliane Mendonça, Gilliat Moraes e Flaviana Pantoja. Eu me sinto muito afortunada em poder trabalhar e aprender com vocês. Obrigada por toda força e incentivo.

Aos que foram e aos são meus alunos no Baptistão, no Colégio Pedro II ou no CTUR - desde os que vibraram comigo ao saber que havia passado no processo seletivo de ingresso ao doutorado, até os que acompanharam esse processo: obrigada pela generosidade e sorrisos que vocês me trouxeram. Vocês me incentivam a ser uma professora e pesquisadora cada vez melhor.

Aos amigos que vieram através do Daniel: Patrícia Cruz, Fernando Fernandes, Juliana Meirinho, Barbara Brasil, Letícia Gehlen, Bianca Freitas, Daniel Muzy, Bruno Muzy, André Micelli e Iago Ribeiro, obrigada por todo carinho.

Às amigas que em todas oportunidades que tiveram me deram apoio para continuar: Marcelle Soares, Roana Reboredo e Mélani Monção.

Aos professores - especialmente Rani e Daniel - e colegas da academia GoHealth, que desde 2017 têm toda paciência do mundo comigo, mesmo quando eu ainda dizia que não gostava de atividades físicas e mesmo com minhas inúmeras ausências. Vocês me ajudaram a conquistar um pouquinho de saúde física e mental durante esse processo de doutoramento.

Por fim, agradeço o olhar atento e cuidadoso de Jaqueline Santana, que fez a revisão desta tese.

*"Convoco as velhas como eu,
ou mais velhas que eu,
para exercerem seus direitos.
Sei que alguém vai ter que me enterrar,
mas eu não vou fazer isso comigo (...)
Pois lutar é a palavra vibrante
que levanta os fracos e determina os fortes
O importante é semear,
produzir milhões de sorrisos
de solidariedade e amizade."*

(Adaptado de Cora Coralina - "O importante é decidir")

*"Ser idoso é o pódio da vida.
Desde criança as pessoas não nos desejam
'Muitos anos de vida'?"*

(Verso declamado em ato público organizado pelas mulheres pesquisadas na cidade do Rio de Janeiro, em novembro de 2016)

RESUMO

LIMOEIRO, Beatrice Cavalcante. “Guerreiras de luta”: mulheres militantes pelos direitos dos idosos. Rio de Janeiro, 2019. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

Esta tese de doutorado consiste em uma pesquisa antropológica que tem como principal objetivo compreender quem são, como atuam e como se formam militantes pelos direitos dos idosos. Para atingir este objetivo foram escolhidas as trajetórias de vida, discursos, relações, ações e produções das mulheres de mais de 60 anos que compõem a maioria dos participantes no Fórum Permanente da Política Nacional e Estadual do Idoso no Estado do Rio de Janeiro (Fórum PNEIRJ). O citado fórum existe desde 1996 e é um espaço público onde representantes da sociedade civil se encontram para debater sobre os direitos das pessoas idosas. A metodologia utilizada se baseou na Teoria Ator-Rede (TAR) (LATOUR, 2012), com a proposta de seguir dez mulheres engajadas pela causa dos idosos e traçar suas redes de ações, associações e significados durante os anos de 2016 a 2018. A partir da compreensão de que existem múltiplas possibilidades em relação à velhice e que não é possível referir-se ao fenômeno como sendo homogêneo, as pesquisadas podem apresentar uma forma específica de vivenciá-lo. As mulheres do Fórum PNEIRJ residem na cidade do Rio de Janeiro, são majoritariamente aposentadas, brancas, de classe média, com nível escolar superior, solteiras, sem filhos e exerceram trabalhos remunerados durante a vida adulta, relacionados às áreas do Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e Gerontologia. No exercício dessas profissões associadas à características consideradas femininas, elas entram em contato com o tema da velhice e desenvolvem uma sensibilização em relação à causa. Pode-se dizer que elas são movidas pela oportunidade de promover ajuda e cuidados direcionados aos idosos - que no geral são considerados por elas como vulneráveis e em condições precárias de vida, além de desconhecedores e por vezes desinteressados dos seus direitos -, e/ou pela possibilidade de dar continuidade a uma trajetória de engajamento político, agora pela causa das pessoas idosas. No processo e exercício de suas militâncias, estas mulheres partem da compreensão de que as diversas realidades que se apresentam para a velhice e suas necessidades devem ser pensadas através de soluções coletivas, rejeitando propostas e receitas individuais que propagam a alternativa de um envelhecimento bem sucedido mediante a capacidade pessoal de prevenção em relação à saúde, lazer e consumo.

Palavras-chave: Envelhecimento; Direitos; Militância; Gênero; Cuidado.

ABSTRACT

LIMOEIRO, Beatrice Cavalcante. “Fighting warriors”: militant women for the rights of the elderly. Rio de Janeiro, 2019. Thesis (Doctorate in Cultural Anthropology) – Institute of Philosophy and Social Sciences, Federal University of Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brazil, 2019.

This doctoral thesis consists in an anthropological research whose main objective is to understand who are, how act and how be formed militants for the rights of the elderly. To achieve this goal, the life trajectories, discourses, relationships, actions and productions of women over 60 years that form the majority of the participants in the Permanent Forum of the National and State Policy of the Elderly in the State of Rio de Janeiro (PNEIRJ Forum) were chosen. The mentioned forum has founded in 1996 and is a public space where representatives of civil society meet to discuss the rights of the elderly. The methodology used was based on the Actor-Network Theory (ANT) (LATOUR, 2012), with the proposal to follow ten women engaged in the cause of the elderly and to draw their networks of actions, associations and meanings during the years 2016 to 2018. Starting from the idea that there are multiple possibilities for the old age and that it is not possible to refer to the phenomenon as being homogeneous, those surveyed may present a specific way of experiencing aging. The women of the PNEIRJ Forum live in Rio de Janeiro, are mostly retired, white, middle class, college educated, single, childless and were paid workers during adult life in Social Work, Psychology, Pedagogy and Gerontology areas. In the exercise of these professions associated with considered feminine characteristics, they get in touch with the subject of old age and develop an awareness of the cause. It can be said that they are moved by the opportunity to promote care and assistance directed at the elderly - who in general are considered by them as vulnerable and in precarious conditions of life, as well as unfamiliar and sometimes disinterested about their rights - and / or for the possibility of continuing a path of political engagement, now for the cause of the elderly. In the process and exercise of their militancy, these women start from the understanding that the diverse existing realities for old age and their needs must be considered through collective solutions. They reject individual proposals and recipes that propagate the alternative of successful aging through personal capacity for health prevention, recreation and consumption.

Key-words: Aging; Rights; Militancy; Gender; Care.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAP-VR	Associação de Aposentados de Volta Redonda
ABL	Academia Brasileira de Letras
ABRAPA	Associação Brasileira de Psicologia Aplicada
ABRAZ	Associação Brasileira de Alzheimer
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
AMAP-RJ	Associação de Metroviários Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro
ANFIP	Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
ANG	Associação Nacional de Gerontologia
ANG-RJ	Associação Nacional de Gerontologia – Seção Rio de Janeiro
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ANT	Actor-Network Theory
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APÓS-FURNAS	Associação dos Aposentados de Furnas
ASAPREV-RJ	Associação de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social no Estado do Rio de Janeiro
ATI	Academias da Terceira Idade
BPC	Benefício da Prestação Continuada
CBCISS	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais
CEDEPI	Conselho Estadual para Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Rio de Janeiro
CIEH	Congresso Internacional de Envelhecimento Humano
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNDI	Conselho Nacional dos Direitos do Idoso
CNDPI	Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas Idosas
COHAB	Companhia de Habitação
COMDEPI	Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Rio de Janeiro
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
CREAS	Centros de Referência Especializados em Assistência Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores

DEAPTI	Delegacia Especial de Atendimento à Pessoa da Terceira Idade
DESIPE	Departamento de Sistema Penal
FAAPERJ	Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIFA	Federação Internacional de Futebol Associação
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FOCEPI	Fórum Cearense de Políticas para o Idoso
Fórum PMI-RJ	Fórum Permanente da Política Municipal do Idoso do Rio de Janeiro
Fórum PNEIRJ	Fórum Permanente da Política Nacional e Estadual do Idoso no Estado do Rio de Janeiro
FPA	Fundação Perseu Abramo
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILP	Instituição de Longa Permanência
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LGBTQ+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e <i>Queer</i> e mais
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MPRJ	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
NUPESS	Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Espaços Públicos, Políticas Públicas e Serviço Social
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PALONG	Palácio das ONG's
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PHS	Partido Humanista da Solidariedade

PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNI	Política Nacional do Idoso
PNSI	Política Nacional de Saúde do Idoso
PPGSA	Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RAL	Rio ao Ar Livre
SBGG	Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
SD	Solidariedade
SEDHMI	Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos do Rio de Janeiro
SEDSODH	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro
SEEDUC	Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro
SEESQV	Secretaria Estadual de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida do Rio de Janeiro
SEMEARC	Secretaria Municipal de Envelhecimento Ativo, Resiliência e Cuidado do Rio de Janeiro
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SESQV	Secretaria Especial de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida do município do Rio de Janeiro
SIA	Símbolo Internacional de Acessibilidade
SINAL	Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central
SINTRASEF	Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Estado do Rio de Janeiro
SMASDH	Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro
SMTR	Secretaria Municipal de Transportes do Rio de Janeiro
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
TAR	Teoria Ator-Rede
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFFESPA	Projeto de Extensão UFF Espaço Avançado
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnATI	Universidade Aberta da Terceira Idade
UNISUAM	Centro Universitário Augusto Motta

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1. Apresentação do objeto, objetivo principal e objetivos específicos	20
2. As velhices e os movimentos sociais	23
3. Metodologia	32
4. Justificativa	35
5. Os caminhos da pesquisa	36
6. Organização da Tese	39
CAPÍTULO I - Histórias e trajetórias: quem são as mulheres da pesquisa?	42
1.1 Primeiros encontros	42
1.2 Lideranças entre as mulheres militantes pelos direitos dos idosos	44
1.2.1 Joana	45
1.2.2 Rosa	47
1.2.3 Nise	50
1.3 E quem não é liderança? As outras mulheres que compõem o movimento	52
1.3.1 Anita	53
1.3.2 Simone	54
1.3.3 Dandara	56
1.3.4 Tarsila	58
1.3.5 Conceição	61
1.3.6 Leila	63
1.3.7 Bertha	67
1.4 Semelhanças e diferenças entre as mulheres que militam pelos direitos dos idosos	69
CAPÍTULO II - Agenda de lutas: quais são as causas defendidas pelas delegadas do Fórum PNEIRJ?	76
2.1 Do que os idosos precisam?	76
2.2 “Não mexa nos meus direitos. Direito não se reduz, se amplia!”: causas defendidas, pontos de pauta	78
2.2.1 “Não vamos aceitar isso de jeito nenhum”: o Projeto de Lei do Conselho Tutelar para o Idoso	80
2.2.2 “Envelhecer é um direito, longevidade uma conquista”: resistência à	

reforma da previdência	82
2.2.3 “Trabalhamos por teimosia e amor, porque dinheiro não temos”: a luta em favor da PALONG	86
2.2.4 “Se não fosse a nossa insistência, o conselho tinha acabado”: a luta em favor do CEDEPI	88
2.2.5 “Dignidade não se negocia”: o caso do Abrigo Cristo Redentor	92
2.2.6 “O estatuto é lei, cumpra-se”: a defesa e divulgação do Estatuto do Idoso	96
2.2.7 “Respeite meu passado, meus projetos”: lutas pregressas	99
2.3 Na contramão da reprivatização da velhice	101

CAPÍTULO III - Ações e controvérsias: como lutam as mulheres militantes pelas causas dos idosos?

	104
3.1 Política como a prática do conflito	104
3.1.1 Da ANG-RJ ao Fórum PNEIRJ	105
3.1.2 Fórum PNEIRJ como espaço de fortalecimento da sociedade civil	107
3.1.3 CEDEPI: possibilidade de participação popular?	109
3.2 Atividades e práticas: estratégias para a ação	111
3.2.1 Denúncias	111
3.2.2 Visitas à ALERJ	112
3.2.3 Encontros Nacionais de Fóruns Permanentes da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa	113
3.2.4 “Idoso, erga sua bandeira de luta”: atos públicos	116
3.2.4.1 Ato pelo Dia da Bandeira de Luta em Defesa da Pessoa Idosa	116
3.2.4.2 Ato pelo Dia Mundial da Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa	118
3.2.4.3 Ato em defesa do Abrigo Cristo Redentor	120
3.2.5 Palestras e debates: promoção de encontros e de público	121
3.2.6 Madrid+15: os direitos humanos das pessoas idosas aqui e agora	125
3.3 Críticas e contradições: diferentes concepções sobre o papel e as atuações no Fórum PNEIRJ e CEDEPI	128
3.3.1. Burocracia: espaço instituinte ou instituído?	129
3.3.2 Representatividade: um grupo fechado	132
3.3.3 Visibilidade: “vozes que não conseguem retumbar”	134
3.4 Desistência ou resistência?	136

CAPÍTULO IV - Parcerias e disputas: com quem as pesquisadas engajadas pela causa da população idosa lutam?	140
4.1 Mais elementos para compreender as associações e as ações	140
4.2 Parcerias	141
4.2.1 Padre e Conselho Comunitário	142
4.2.2 Deputado Estadual Maurício	144
4.2.3 Dra. Bianca e Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	146
4.2.4 Senador Pedro	147
4.3 Disputas	149
4.3.1 Vereador Pinheiro e o Projeto do Conselho Tutelar para Idosos	149
4.3.2 Deputada Estadual Tia Jane	150
4.3.3 Deputado Estadual Pablo e a SEDHMI	152
4.3.4 Ex-deputada Federal Carla, a SESQV e o COMDEPI	153
4.3.5 Uma sociedade civil dividida: disputas com especialistas em envelhecimento	157
4.3.5.1 Pesquisador Kleber	158
4.3.5.2 Pesquisadora Mariana	160
4.3.5.3 Pesquisador Roberto	161
4.4 O que move e como se formam as relações?	162
 CAPÍTULO V - Relações e concepções sobre a população idosa: por quem lutam as pesquisadas?	 165
5.1 O que se pensa e se sabe sobre as idosas e idosos?	165
5.1.1 Dados sobre as idosas e idosos brasileiros	166
5.2 As pesquisadas se percebem como idosas?	167
5.3 O que elas pensam e falam sobre as idosas e idosos?	169
5.3.1 Vítimas ou sujeitos?	170
5.3.2 Desconhecimento e desinteresse	171
5.4 Relações com a população: protagonismo de quem?	176
 CAPÍTULO VI - A luta tem gênero? Qual o papel de mulheres e homens na militância pelos direitos dos idosos?	 180
6.1 Como o gênero nos ajuda a compreender as pesquisadas?	180
6.2 Participação feminina e as desigualdades nas relações políticas	182
6.3 “Mulheres aguerridas na linha de frente” ou por que elas são maioria no grupo?	184

6.3.1 Existe uma forma feminina de militar?	186
6.4 E os homens do Fórum PNEIRJ? Quem são e como atuam?	188
6.4.1 Celso	188
6.4.2 Sandro	190
6.4.3 Gustavo	191
6.5 Existem diferentes formas de luta entre mulheres e homens?	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	207
APÊNDICES	218
APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas	218
APÊNDICE B - Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)	220
APÊNDICE C - Perfil das pesquisadas	223
ANEXOS	224
ANEXO A - Parecer consubstanciado do CEP	224
ANEXO B - Panfleto sobre o Fórum PNEIRJ (frente e verso)	227
ANEXO C - Panfleto sobre o CEDEPI (apenas verso)	228
ANEXO D - Panfleto sobre o Fórum PMI-RJ	229
ANEXO E - Carta de Princípios Fórum Nacional Permanente da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa	230
ANEXO F - Panfleto sobre a Biblioteca do CBCISS (frente e verso)	231
ANEXO G - Convite para o ato “Dia mundial da conscientização da violência contra a pessoa idosa” (2017)	232
ANEXO H - Panfleto distribuído ao público no ato “Dia mundial da conscientização da violência contra a pessoa idosa” (2017)	233
ANEXO I - Convites para os atos públicos pelo “Dia da Bandeira de Luta em Defesa da Pessoa Idosa” (2016 e 2017)	234
ANEXO J - Fotos	235

INTRODUÇÃO

1. Apresentação do objeto, objetivo principal e objetivos específicos

“Nós somos guerreiras de luta. Não vamos desistir dos nossos objetivos” disse, em ocasião da comemoração dos 25 anos da Associação Nacional de Gerontologia – Rio de Janeiro (ANG-RJ)¹, Nise^{2 3}, aposentada de Furnas Centrais Elétricas S.A., 76 anos, presidenta da ANG-RJ e membro do Fórum Permanente da Política Nacional e Estadual do Idoso no Estado do Rio de Janeiro (Fórum PNEIRJ). Nise se referia às dificuldades enfrentadas pelo grupo do qual faz parte para continuar promovendo suas ações - grupo este que é objeto de investigação dessa pesquisa.

O grupo é formado por uma maioria de mulheres com mais de 60 anos, que possuem trajetórias de vida com algumas características em comum que as tornam representantes engajadas da sociedade civil na luta pelos direitos dos idosos. A principal instituição que agrega estas mulheres é o Fórum PNEIRJ.

Fundado em 1996, o Fórum PNEIRJ é um espaço público onde se encontram representantes da sociedade civil para debater e defender os direitos dos idosos ou, citando o panfleto de divulgação do Fórum⁴,

“(...) um espaço público, aberto, instância de representação formal da sociedade civil organizada do Estado do Rio de Janeiro, que compreende o movimento social em defesa da pessoa idosa, na perspectiva de protagonização e participação social por conquistas e pelos direitos da pessoa idosa. Orienta-se pela Política Nacional do Idoso (PNI), pelo Estatuto do Idoso e pelo Fórum Nacional.”.

Organizado pelas dez mulheres estudadas nesta pesquisa, o Fórum PNEIRJ se propõe a sensibilizar a sociedade e combater formas de discriminação ao idoso, propor leis, emendas e medidas às três esferas do poder público, promover encontros entre os fóruns municipais e eleger os membros não governamentais do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDEPI).

¹Algumas instituições são citadas nominalmente nesta tese e outras não, de modo a preservar as identidades das pessoas que participam desta pesquisa.

²Os nomes citados ao longo da tese não correspondem aos nomes verdadeiros das pesquisadas. Chegou-se a um consenso junto às pesquisadas de que seus nomes não deveriam ser publicados na pesquisa. Como inspiração para os seus nomes fictícios, utilizei nomes de mulheres notáveis na história do Brasil e do mundo, que, assim como as mulheres que militam pelos direitos dos idosos, atuaram e lutaram em prol do que acreditavam.

³Esse nome fictício foi inspirado em Nise da Silveira (1905-1999), psiquiatra brasileira, reconhecida por manifestar-se contra formas de tratamentos psiquiátricos que julgava serem agressivas e por propor métodos terapêuticos que envolviam a produção artística dos pacientes. Para mais informações, cf: <https://saude.abril.com.br/blog/tunel-do-tempo/voce-precisa-conhecer-a-historia-de-nise-da-silveira/> Acesso em: 09 de jul. de 2019.

⁴O panfleto de divulgação do Fórum PNEIRJ encontra-se nos anexos da tese.

Com fundação anterior ao Fórum PNEIRJ, porém no mesmo ano de 1996, o CEDEPI é outro importante espaço de luta para as mulheres pesquisadas. Tem caráter público e é “um órgão normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador da Política Estadual da Pessoa Idosa, de composição paritária entre governo e sociedade civil”, conforme consta em sua descrição no panfleto de divulgação⁵. É uma instituição que tem por finalidade a garantia e a fiscalização de direitos.

As histórias do Fórum PNEIRJ e do CEDEPI se confundem, embora sejam espaços com diferentes atribuições e funções. A relação entre os dois é perceptível, a princípio, pelo grupo que frequenta e participa das reuniões organizadas em ambas as instituições. São comuns falas sobre como as pesquisadas se revezam nas posições de direção e administração desses espaços. Nas palavras de Nise, “Aqui não tem essa história de hierarquia. Uma mesma pessoa é presidente do CEDEPI, 2ª. Secretária na ANG-RJ, ocupa cargo no Fórum PNEIRJ. Em um momento uma é coordenadora do Fórum PNEIRJ, depois é presidenta do CEDEPI, assim trocando e trabalhando juntas em prol do idoso.”.

Embora as mulheres sejam maioria no grupo, o Fórum PNEIRJ também conta com a participação de alguns homens. As mulheres e os homens que fazem parte desse espaço representam instituições laborais, filantrópicas, religiosas e científicas, tais como a Associação Nacional de Gerontologia – Rio de Janeiro (ANG-RJ), a Associação Brasileira de Psicologia Aplicada (ABRAPA), a Associação Brasileira de Alzheimer (ABRAZ), a Associação de Metroviários Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro (AMAP-RJ), a Associação dos Aposentados de Furnas (APÓS-FURNAS), o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), a Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do RJ (FAAPERJ), o Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Estado do Rio de Janeiro (SINTRASEF), dentre outras.

O objetivo principal desta pesquisa é compreender como atua e como se constrói uma militante pelos direitos dos idosos. Através da análise das trajetórias de vida, discursos, relações, ações e produções das mulheres que compõem o Fórum PNEIRJ, busquei entender quem são, o que fazem e como se configuram as relações de mulheres idosas que defendem causas relacionadas à população idosa no Brasil, e, mais especificamente, no estado e cidade do Rio de Janeiro.

Para atingir este objetivo principal, se faz necessário levantar alguns conjuntos de questionamentos, que configuram também os objetivos específicos dessa tese. São eles:

⁵O panfleto de divulgação do CEDEPI encontra-se nos anexos da tese.

1. Qual é o perfil dessas mulheres? Existem características em comum entre elas, que façam com que se encontrem e se reúnam no espaço do Fórum PNEIRJ? Quais são essas características? Em quais espaços e instituições estas mulheres circulam?

2. Quais são as causas defendidas por estas mulheres? O que consideram como demandas da população idosa?

3. Quais estratégias de ação utilizam em suas militâncias? Como atuam na luta pelas causas dos idosos?

4. Quais redes de relações desenvolvem a partir do Fórum PNEIRJ e quais os resultados dessas relações? Com quem estabelecem parcerias? Com quem disputam ou estabelecem rivalidades e por quê?

5. Como se relacionam com a população idosa de uma maneira geral? Quais suas concepções sobre velhice? Quem são os idosos pelos quais acreditam que é necessário lutar e o que pensam sobre eles? Quais são suas próprias demandas enquanto pessoas idosas?

6. Como é possível compreender a maior presença e atuação feminina, em detrimento da masculina, no grupo e nos espaços que atuam? Existe diferença de características, atuações e discursos entre as mulheres e os homens que fazem parte do grupo estudado?

7. O que significa para estas mulheres atuar como militantes pelos direitos dos idosos ao mesmo tempo em que vivenciam suas próprias experiências de envelhecimento? Considerando que a velhice não é uma experiência homogênea - como já mostraram estudiosos do envelhecimento (DEBERT, 1999; MOTTA, 2002; ALVES; LINS DE BARROS, 2012), isto é, pode apresentar diversas e diferentes características, necessidades e projetos - seria a militância pelos direitos dos idosos uma das formas possíveis de envelhecer?

Ao longo desta tese, cada capítulo, bem como as considerações finais, terá como orientação a construção de um texto que possa desenvolver uma análise dos questionamentos apresentados nesta introdução.

2. As velhices e os movimentos sociais

Desde o ano de 2009, ainda no período da minha graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, o tema da velhice faz parte do meu interesse de pesquisa. Em minha dissertação de mestrado tive a oportunidade de analisar as diferentes representações sobre a população idosa, realizando trabalho de campo no programa público “Centro Dia e Centro de Convivência para idosos”, anexo a um hospital estadual especializado em atendimento geriátrico, localizado em Campo Grande, bairro da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Neste programa, pessoas com 60 anos ou mais participavam de atividades que tinham por objetivo a prevenção e promoção da saúde dos mesmos, assim como estimular o lazer e a sociabilidade. O local reunia duas modalidades de centros para idosos: Centro Dia, para prevenção, promoção e cuidado da saúde de idosos considerados fragilizados e dependentes funcionalmente; e Centro de Convivência, para sociabilidade e lazer de idosos independentes funcionalmente.

Durante esta pesquisa foi possível perceber que o conceito de “bom envelhecimento” possui diferentes significados para os agentes de saúde, funcionários do hospital, e para os idosos, usuários do programa. Para os profissionais da saúde, envelhecer bem é seguir uma série de receitas e práticas preventivas, que garantam independência física ao idoso. Para os idosos, envelhecer bem é fazer aquilo que têm vontade e que lhes proporciona prazer, o que em muitos casos não está relacionado com a preocupação sobre uma prevenção da saúde (LIMOEIRO, 2014).

Partindo desta produção de pesquisa, é possível perceber que a velhice possui diferentes significados, em diversificadas situações e conjuntos de relações. Portanto, existem também múltiplas formas de experimentar o processo de envelhecimento.

Em “Objeto Sociológico e Problema Social”, Rémi Lenoir (1998) descreve o processo de transformação da velhice em um problema social das sociedades ocidentais. Neste processo, a velhice deixa de ser um problema individual ou do âmbito familiar para se tornar uma questão pública, um problema social, a partir do final do século XIX nas sociedades ocidentais. Lenoir explica que o que é constituído como problema social varia segundo as épocas e as regiões, e pode até mesmo chegar a desaparecer como tal.

A criação de um problema social, como é o caso da velhice na sociedade brasileira, vem acompanhada da elaboração de demandas, soluções e intervenções, geralmente criadas por um conjunto de especialistas (LENOIR, 1998; MACKENZIE, 2012; ROSE, 2013). Desde

a década de 1980 é possível perceber um movimento de surgimento da velhice como um problema social, um “desafio para a humanidade”. Um marco histórico internacional para compreender a criação da velhice como problema foi a I Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) na cidade de Viena, em 1982. As discussões da Assembleia destacam a ideia da velhice como problema global (COHEN, 1998) e se detêm em torno da delimitação de possíveis soluções para suas necessidades (relacionadas às áreas de saúde, habitação, renda, segurança, bem-estar, educação, dentre outras).

Em “Não há velhice na Índia: os usos da Gerontologia”, Lawrence Cohen (1998) apresenta a influência da gerontologia ocidental, dominada em boa parte por autores estadunidenses e europeus, nos estudos sobre a velhice na Índia, e explica como a Assembleia de Viena ajudou a consolidar a Gerontologia como uma ciência internacionalista, bem como a ciência que será responsável pela criação e divulgação da velhice como um problema das sociedades modernas, por vezes até mesmo de forma “missionária”, segundo o autor.

Guita Grin Debert (1996) também se debruça sobre a análise desse fenômeno, mostrando como a Gerontologia⁶, enquanto campo de estudo sobre o envelhecimento, contribuiu para a constituição do idoso como um problema social e se empenhou na sensibilização da sociedade para os dramas do envelhecimento. A autora destaca a dificuldade de saber ao certo até onde o discurso de especialistas pode influenciar um conjunto de práticas sociais e em que medida as produções de gerontólogos influenciaram as políticas voltadas para a população idosa. No entanto, o que se percebe é que desde os anos 1980 as questões relacionadas à velhice ocupam cada vez mais espaço entre os temas que preocupam as sociedades ocidentais, incluindo a brasileira.

Serafim Fortes Paz (2001) descreve em sua tese como, a partir dessa época, começou a ganhar forma um movimento a favor dos direitos dos idosos no Brasil, motivado por denúncias de violações de direitos, violência e abandono. Para o autor, gerontólogos e demais estudiosos, técnicos e especialistas do envelhecimento foram os principais atores desse movimento e tiveram papel central na inserção do debate sobre a velhice na cena pública, assumindo um papel de “defensores dos idosos”.

Atualmente, muitos dos especialistas que protagonizaram esse movimento podem também ser considerados idosos, representando não mais apenas os “outros” velhos, mas uma

⁶No Brasil é possível localizar a representação e produção gerontológica através de instituições técnico-científicas como a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), fundada em 1961, e a Associação Nacional de Gerontologia (ANG), fundada em 1985 como uma dissidência da SBGG, com enfoque nos aspectos sociais, psicológicos, culturais e políticos sobre a velhice.

categoria social na qual também se incluem e se identificam de alguma forma, ainda que não possam ser classificados como idosos que vivem em condições precárias e vulneráveis, perfil que se torna alvo desse trabalho de mobilização sobre a velhice como um problema social no Brasil e no mundo.

Se em “A velhice” (1970) Simone de Beauvoir fez uma denúncia sobre como a velhice e o velho não eram considerados problemas sociais e não faziam parte das agendas públicas - narrando um período das sociedades ocidentais em que os velhos ou idosos eram desconsiderados e desvalorizados, sendo alvos de estigmas associados a imagens negativas de decadência, inutilidade, improdutividade, feiura, pobreza e doença, e em que falar sobre o envelhecimento era um tabu -, a partir da década de 1980 os profissionais da Gerontologia se empenharam na sensibilização da sociedade sobre as mazelas da velhice.

Algumas décadas depois aconteceu a II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, realizada em Madrid no ano de 2002, tendo como resultado o Plano de Ações da Organização Mundial da Saúde (OMS) “Envelhecimento ativo: uma política de saúde”, publicado no mesmo ano. Nesta Assembleia a narrativa sobre a velhice se modificou: agora o envelhecimento passou a ser entendido e planejado sob a chave da importância de se ter um “envelhecimento ativo”.

Para Guita Grin Debert (1999), esta nova abordagem sobre a velhice aponta para o que a autora chama de “reprivatização da velhice”, um processo de responsabilização do indivíduo com relação aos seus autocuidados (ou a falta destes) e, principalmente, sobre o que se poderia considerar um sucesso ou fracasso do seu envelhecimento.

Se no primeiro momento do surgimento da velhice como um problema social ela apareceu como uma fase de vida repleta de necessidades a serem sanadas solucionadas pela ciência, Estado e sociedade, em um segundo momento esta visão se transformou e se retirou do Estado a responsabilidade sobre as “mazelas” da velhice, colocando-a no indivíduo. A partir deste momento, mais importante do que solucionar os problemas associados à velhice, é educar e disciplinar o indivíduo para que seja independente dos cuidados do Estado, e, desta forma, seja também menos dispendioso para o mesmo.

As mudanças de perspectiva e diferentes discursos sobre a velhice demonstram como esta pode possuir significados muito diversos e pode ser afetada por uma série de outros fatores, como classe social, renda, etnia, localidade e gênero (ALVES; LINS DE BARROS, 2012).

Myriam Moraes Lins de Barros (2011), ao analisar a trajetória da pesquisa antropológica sobre envelhecimento, identifica que o envelhecimento tem significados

distintos em diferentes culturas e contextos históricos e sociais. Na sociedade ocidental contemporânea a autora identifica nas idades etapas que definem estilos de vida, delimitando fronteiras entre indivíduos e segmentos sociais, classificações etárias e garantindo ou não o direito a determinados benefícios. No Brasil, por exemplo, é preciso ter mais de 60 anos de idade para ser considerado idoso e fazer uso dos direitos dessa categoria que estão previstos nas normas legais, como o Estatuto do Idoso.

As categorias de etapas da vida, delimitadas por idades cronológicas, se encontram também no conjunto de preocupações de análise de Pierre Bourdieu (1983), que as considera representações construídas socialmente. Debert (2006) mostra que o recorte de idades e a definição de práticas legítimas associadas a cada etapa da vida são construções culturais, que mudam historicamente. Estas categorias são constitutivas de realidades sociais específicas, estabelecem direitos e deveres diferenciados e definem relações entre gerações, transformando as idades em mecanismos privilegiados para a criação de atores políticos.

Nesta construção de uma realidade social específica através da idade cronológica, a figura do velho aparece sem gênero, etnia ou classe. São desconsiderados demais fatores e marcadores sociais que possam também estar relacionados à experiência do envelhecimento - além da idade - criando-se a figura de um velho genérico, que não corresponde às múltiplas experiências reais de envelhecimento, como aponta Lawrence Cohen (1998).

A marca cronológica da idade pode ter muitos usos e interpretações. Ao analisar a construção da velhice como um problema social, a linguagem da idade, acompanhada de uma série de dados demográficos pode ser eficaz como argumento que sustenta o problema evidenciado. Neste caso, destacam-se os dados sobre o aumento da população idosa - bem como projeções futuras sobre a mesma - no mundo e também no Brasil, que demonstram que

“a proporção de pessoas com 60 anos ou mais está crescendo mais rapidamente que a de qualquer outra faixa etária (...) Em 2025, existirá um total de aproximadamente 1,2 bilhões de pessoas com mais de 60 anos [no mundo]. Até 2050 haverá dois bilhões, sendo 80% nos países em desenvolvimento.”. (OMS, 2005).

Se por um lado, esses dados demográficos que têm como destaque o envelhecimento populacional podem ser usados para legitimar a necessidade de se criar em políticas públicas voltadas especificamente para idosos, de modo a atender o que seriam suas necessidades específicas; por outro, podem também servir de base para justificar a retirada de direitos e reformas no sistema previdenciário, a partir do momento que colocam o aumento da velhice populacional dos países e o prolongamento da vida como dados alarmantes ou perigosos para os custos dos cofres públicos.

Em 2015 a Organização dos Estados Americanos (OEA) aprovou a Convenção Interamericana sobre a proteção dos Direitos Humanos dos Idosos⁷, em ocasião de sua 45ª reunião. A Convenção vincula a ideia de proteção à velhice aos postulados da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O documento destaca o direito à igualdade e não discriminação; a uma velhice digna, em que o Estado deve oferecer cuidados e evitar o asilamento das pessoas idosas; à independência e autonomia; à participação; à segurança; a poder tomar decisões sobre a sua saúde; à seguridade social; ao trabalho; à saúde; à educação; à moradia; à acessibilidade e mobilidade social; à sua capacidade legal; e ao respeito e reconhecimento da sociedade.

É possível perceber como o documento agrega algumas diferentes visões sobre a velhice e suas necessidades. De um lado, a visão de uma velhice pobre, vulnerável, precária, decadente; de outro, a ideia de que a velhice ideal deve ser autônoma, independente e ativa, conjugando dessa forma as produções e discursos de especialistas sobre a velhice, presentes em outros eventos e documentos legais internacionais.

O governo brasileiro assinou, mas não ratificou o documento produzido pela Convenção, deixando esse compromisso internacional sobre os Direitos Humanos da pessoa idosa com um vínculo fragilizado e desobrigado de seu cumprimento.

No Brasil temos também nosso próprio conjunto de leis e determinações legais que atribuem direitos utilizando como critério a idade. Nesta tese, nos interessa especificamente os documentos que asseguram direitos às pessoas com 60 anos ou mais no Brasil. É possível destacar alguns marcos, como a introdução da seguridade social como direito na Constituição de 1988 (“A constituição cidadã”), consolidando assim o papel do Estado como um dos responsáveis pela questão do envelhecimento da população; a Política Nacional do Idoso⁸ (PNI) (Lei 8.842/94), que estabelece que “o idoso é um sujeito de direitos e deve ser atendido de maneira diferenciada em cada uma das suas necessidades: físicas, sociais, econômicas e políticas”; a Política Nacional de Saúde do Idoso de 1999⁹ (PNSI) (Portaria 1.395/GM), com diretrizes no sentido de prevenção, promoção de saúde e atendimento multidisciplinar para esta população¹⁰; e, mais recente, o Estatuto do Idoso de 2003¹¹, documento que visa

⁷Disponível em:

http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/CAO_Idoso/Textos/Conven%C3%A7%C3%A3o%20Interamericana.pdf Acesso em: 09 de jul. de 2019.

⁸Para ler a Lei No. 8.848, de 4 de janeiro de 1994, acesse: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm Acesso em: 09 de jul. de 2019.

⁹Disponível em: https://www.ufrgs.br/3idade/?page_id=117 Acesso em 09 de jul. de 2019.

¹⁰Em 2006 essa política foi reeditada e atualizada pela Portaria Nº 2.528 de 19 de outubro de 2006, que revoga a Portaria nº 1.395/GM de 10 de dezembro de 1999. A lei atualizada está disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html Acesso em: 09 de jul. de 2019. A

assegurar direitos, garantias fundamentais e proteção aos idosos, tais como atendimento preferencial, meia entrada em atividades de cultura e lazer e gratuidade nos transportes municipais, por exemplo. Suas disposições, sobretudo sobre assistência e medidas de proteção, partem do pressuposto de que o idoso é alvo de todo tipo de negligência, violência, abuso e falta de respeito da família e sociedade¹².

Além destes marcos legais, desde o ano de 2006 são realizadas Conferências Nacionais dos Direitos das Pessoas Idosas (CNDPI) com participação da sociedade civil e representantes governamentais de diversos estados brasileiros. Ao total, foram realizadas quatro conferências (2006, 2008, 2011 e 2016), com previsão de ocorrência da quinta no ano de 2019. Com etapas municipais, regionais e estaduais até as nacionais, as conferências produzem agendas sobre a velhice que podem ou não ser incorporadas às políticas públicas.

Ao mesmo tempo em que o envelhecimento se torna um problema social no Brasil, é possível observar o processo de transformação de idosos, especialmente dos aposentados, como novos atores políticos em um momento de redemocratização do país. Os idosos, ou pelo menos parte deles, se tornam “porta-vozes do seu próprio problema social”, como aponta Júlio Assis Simões (2000) em sua tese. Simões descreve e analisa movimentos de aposentados no Brasil na década de 1980 e 1990, que reivindicavam melhorias nas aposentadorias e reconhecimento social. O autor argumenta que esses movimentos foram significativos na luta pelo reconhecimento e legitimidade moral da proteção social aos mais velhos, com base na solidariedade entre as gerações. Portanto, esses movimentos são expressivos quando se pensa na sensibilização da sociedade em relação às necessidades dos mais velhos e consolidação da velhice como problema social.

Eneida de Macedo Haddad (1993), que também se debruçou sobre a análise dos movimentos de aposentados no Brasil, compreende que a luta por melhorias na Previdência Social é uma luta pelo direito à velhice de forma considerada digna. É se recusar a ser visto apenas como objeto de políticas públicas, que, segundo Paz (2001), não atendem seus interesses e raramente surgem motivadas por uma reivindicação dos idosos. Surgem, no entanto, impulsionadas por tragédias, denúncias de violências, abandono, dentre outros

principal mudança em relação aos dois documentos se dá pelas novas diretrizes, que visam promover um “envelhecimento ativo e saudável” e uma “atenção integral em relação à saúde”.

¹¹Para ler a Lei 10.741, de 1º de Outubro de 2003, acesse: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto_idoso_3edicao.pdf Acesso em: 09 de jul. de 2019.

¹²Para saber mais sobre os marcos legais sobre o envelhecimento no Brasil, cf. CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO Maria Tereza. “O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas.” In: CAMARANO, Ana Amélia (Org). **Novos idosos brasileiros. Muito além dos 60?** Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2004. pp. 253-292.

cenários desfavoráveis aos idosos, e são pensadas por especialistas sobre envelhecimento ou profissionais que trabalham com idosos.

Paz argumenta que a Política Nacional do Idoso (PNI) e até mesmo a criação dos fóruns e conselhos de idosos são exemplos desse falta de protagonismo das pessoas idosas nesses processos de elaboração de políticas públicas voltadas para os mesmos.

É possível compreender que a criação de fóruns e conselhos está atrelada ao período de redemocratização brasileira na década de 1980 e ao processo de sensibilização da sociedade brasileira para as necessidades e condições específicas dos idosos, conjugando conhecimento gerontológico e luta política de reivindicação de direitos (SIQUEIRA, 2014). Maria da Glória Gohn (2011) identifica que fóruns e conselhos de idosos são “impulsionados” em sua maioria pela ANG e, conseqüentemente, pela concepção do que é a velhice e quais são suas necessidades dos profissionais que atuam na área. Gohn também sinaliza como fóruns e conselhos fazem parte das novas formas de relações governo-sociedade civil e participação social de forma institucionalizada.

É interessante fazer uma comparação entre os movimentos de aposentados da década de 1980 e 1990 e os fóruns e conselhos de idosos que são criados a partir dos anos 1990. Os movimentos de aposentados analisados por Haddad (1993) e Simões (2000) se caracterizam pela presença majoritária de homens. Homens esses que estão ligados a sindicatos e associações das suas categorias profissionais. Portanto, podemos compreender que esses movimentos são marcados por elementos considerados masculinos, como o trabalho e a ideia de ser desvalorizado ao não fazer mais parte do processo produtivo (HADDAD, 1986), salário/previdência e engajamento político, o mundo público onde as decisões são tomadas.

Os fóruns e conselhos de idosos, por sua vez, possuem considerável expressividade quantitativa de mulheres, que em sua maioria possuem alguma relação com o tema da velhice, seja através do estudo ou do trabalho com idosos, e que não necessariamente ingressam nessa militância durante a velhice. Ao contrário dos sindicatos e associações de aposentados, nestes espaços elas são maioria, característica que se observa nesta pesquisa e também já foi identificada por outros pesquisadores que escreveram sobre estas instituições (PAZ, 2001; SIQUEIRA, 2014; DESTRO DE OLIVEIRA, 2015).

A presença massiva das mulheres idosas já foi identificada também em outros espaços para idosos relacionados à saúde e ao lazer, como grupos e centros de convivência. Para Anita Liberalesso Neri (2007), existe uma “feminização da velhice”, o que significa que, além de mais longevas e em maior quantidade, as mulheres demonstram ser mais dispostas a participar de atividades que sejam voltadas especificamente para o público idoso.

Pode-se dizer que as mulheres desta pesquisa contrariam a ideia de que apenas os homens idosos são ativos politicamente e de que a mulher idosa está presente apenas nos espaços de saúde, atividades físicas e lazer. Essa presença de mulheres idosas atuando na militância política se torna ainda mais significativa quando levamos em consideração que a política tradicionalmente não é uma arena receptiva às mulheres (GOHN, 2013).

Jean-François Stassen (1999) ressalta que, para além da luta em prol da mesma causa, há também a dimensão sociorrelacional em fazer parte de associações e movimentos sociais e a possibilidade de combate à exclusão daqueles que não estão inseridos comumente na participação política, que podem se sentir valorizados e úteis através da contribuição nesses espaços.

Podemos pensar a participação em associações e movimentos políticos como uma forma de estar em relação com outras pessoas - que compartilham de um ideal ou de uma reivindicação - e também de se sentir incluído no processo de tomada de decisões e, portanto, importante para a comunidade na qual está inserido. É possível compreender o engajamento político em prol da causa do idoso das mulheres pesquisadas a partir destas mesmas motivações?

Para Glaucia da Silva Destro de Oliveira (2015), que estudou em sua tese quatro conselhos de idosos majoritariamente localizados no estado de São Paulo, o engajamento de pessoas com mais de 60 anos nesses conselhos pode significar uma maneira de se ocupar e ajudar o próximo. Nesse caso, o próximo é o “outro”, o idoso que se encontra em condições precárias de vida e que não tem conhecimento da mesma gama de produções científicas e legais sobre a velhice que é apresentado por boa parte daqueles que atuam em espaços como os fóruns e conselhos de idosos¹³.

Neste ponto, gostaria de chamar atenção para o uso da categoria “idoso”. Muitos estudiosos sobre a velhice já se debruçaram sobre a compreensão das diferentes nomenclaturas relacionadas às pessoas com mais de 60 anos no Brasil, que podem ser as mais variadas, dependendo das relações e significados estabelecidos: “velho”, “idoso”, “pessoa idosa”, “terceira idade”, “melhor idade”, dentre outros. Clarice Peixoto (2006), ao investigar os termos classificatórios da velhice, identifica que o termo “velho” está associado à decadência, dependência, incapacidade para o trabalho e exclusão social. Já o termo “idoso” surge com a proposta de dar outro significado à velhice, remetendo à noção de respeito, cidadania e valorização, uma tentativa de escapar ao estigma atribuído à palavra “velho”. O

¹³ No Capítulo I apresentarei um perfil detalhado das pesquisadas.

termo “idoso” ou “pessoa idosa” está relacionado à visibilidade que ganha o tema nos países ocidentais, e está também presente nos marcos legais e documentos oficiais no Brasil a partir da década de 1980 e nas produções científicas sobre o tema, ajudando a criar a ideia do idoso como ator político (SIMÕES, 2004; 2006; LINS DE BARROS, 2006). Estão também associados à noção de criação de uma nova imagem sobre o envelhecimento os termos “terceira idade” ou “melhor idade”, que são geralmente indicativos de envelhecimento ativo e independente¹⁴, e estão também relacionados ao consumo e ao lazer (MOTTA, 1998; DEBERT, 1999).

O termo “idoso” foi e é alvo de críticas de estudiosos do tema¹⁵, que se recusam a utilizá-lo em suas produções por considerarem que o termo invisibiliza outras experiências de envelhecimento pouco privilegiadas ou consideradas negativas e ajuda a reforçar o estereótipo negativo do termo “velho”, ao qual se pretende fazer oposição (DEBERT, 1999; PEIXOTO, 2006; GOLDENBERG, 2013; DESTRO DE OLIVEIRA, 2015), tornando-o o envelhecimento que não se quer ver, nem falar sobre (BEAUVOIR, 1970).

Nesta tese o uso da categoria “idoso” ou “pessoa idosa” se justifica pelo uso nativo. Os termos estão presentes na linguagem utilizada nas falas e discursos das mulheres aqui pesquisadas. É importante considerar que estas mulheres, que fazem parte do Fórum PNEIRJ, CEDEPI e outras entidades relacionadas à velhice, como a ANG-RJ, estão envolvidas nesse processo de valorização, reconhecimento da velhice e reivindicação de direitos. Destaco a fala de Bertha¹⁶, professora universitária aposentada: “É ‘pessoa idosa’ o que nós preferimos. Porque, inclusive, senão fica aquele problema do gênero: o idoso, a idosa... Então, ‘pessoa idosa’ você engloba todas as pessoas. E eu uso. É o termo que eu uso nos meus artigos.”.

No entanto, o uso da palavra “idoso” também não acontece de maneira acrítica por algumas das mulheres pesquisadas. Em entrevista, Joana¹⁷, coordenadora do Fórum PNEIRJ, disse:

¹⁴A criação de novas imagens sobre o envelhecimento abre espaço também para a consolidação de um novo mercado consumidor. Criam-se novas necessidades, serviços e produtos a serem consumidos por estes “novos velhos” (DEBERT, 1999).

¹⁵Rémi Lenoir (1984) criticou o termo por achá-lo impreciso.

¹⁶O nome fictício Bertha se refere a Bertha Lutz (1894-1976), bióloga, ativista feminista e política brasileira. Bertha foi pesquisadora do Museu Nacional do Rio de Janeiro e uma figura significativa para o feminismo e a educação no Brasil do século XX. Para mais informações, acesse: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/difusao/arquivo-na-historia/908-mulheres-na-historia-bertha-lutz.html> Acesso em: 09 de jul. de 2019.

¹⁷O nome fictício Joana é inspirado em Joana D’Arc (1412-1431), líder e considerada heroína francesa da Guerra dos Cem Anos. Foi queimada em praça pública, acusada como herege e feiticeira. Foi posteriormente beatificada pela Igreja Católica. Para mais informações, cf. BEAUNE, Colette: **Joana D’Arc: Verdades e Lendas**. São Paulo: Cassará Editora, 2013.

“Toda a conotação de velho vai para as coisas ruins. Idoso seria um eufemismo para essas coisas. Você está negando na verdade... Hoje já existe o resgate da palavra velho. Velho mesmo, não idoso (...) Você ainda vê recitarem que o velho é tudo que não presta, e o idoso... Todo segmento já incorporou essa questão.”

Mesmo tecendo críticas, Joana entende que o termo “idoso” está consolidado nas instituições das quais faz parte e circula, portanto também utiliza o termo em suas atividades, bem como todas as outras mulheres pesquisadas. Existem ainda pesquisadas como Rosa¹⁸, presidenta do CEDEPI, que dizem: “Eu tenho horror a palavra ‘velho’, eu tenho horror...”.

Compreendo que faz mais sentido para a escrita dessa tese a utilização dos termos adotados pelas pesquisadas - “idosa”, “idoso” e “pessoa idosa”. Para essa escolha, parto da ideia de que os termos nativos são importantes para a pesquisa, pois ajudam na compreensão da forma como as pesquisadas entendem a velhice, as relações que estabelecem, bem como as transformações que intentam realizar na sociedade.

3. Metodologia

Como pesquisar mulheres que militam pelos direitos dos idosos? Para responder a esta dúvida metodológica, utilizo como principal referência a produção do autor Bruno Latour (2012) sobre a Teoria Ator-Rede (TAR) ou *Actor-Network Theory* (ANT)¹⁹. Latour (2012) nos apresenta uma noção do que é a sociedade, composta pelas mais diversas e variadas relações de elementos heterogêneos (humanos e não humanos), em oposição à ideia de sociedade como “um contexto onde tudo se enquadra”. Social para o autor é associação, ou mais especificamente nas palavras do autor, “associação momentânea caracterizada pelo modo como se aglutina assumindo novas formas” (LATOUR, 2012. p. 100). O social não explica os fenômenos e acontecimentos, ao contrário precisa ser explicado, e só se torna visível através dos atores. A proposta de Latour se aproxima das práticas de pesquisa etnográfica, método ao qual se refere constantemente como sendo um bom método de descrição e análise para estudar os atores em suas redes de relações e significados.

¹⁸Rosa é um nome fictício que tem como referência Rosa Parks (1913-2005), costureira negra norte-americana, ativista e símbolo do movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos. Para mais informações, cf. THEOHARIS, Jeanne; WOODARD, Komozi. "A Life History of Being Rebellious: The Radicalism of Rosa Parks". In: GORE, Dayo F. **Want to Start a Revolution? Radical Women in the Black Freedom Struggle**. New York University Press, 2009, pp. 131–132.

¹⁹A Teoria Ator-Rede (TAR) conta com uma gama variada de expoentes, sendo Latour um deles. Cito aqui Michel Callon, John Law, Harry Collins, Trevor Pinch, Thomas Hughes, Madeleine Akrich e Annemarie Mol, que ao realizarem pesquisas sobre ciência, vão propor como método uma descrição densa das práticas que estão envolvidas na produção de uma tecnologia.

Neste sentido, a obra de Gilberto Velho (2003) também auxilia na construção da metodologia desta pesquisa, considerando o uso de categorias como: trajetórias de vida, redes de significados e discursos e práticas de inovação. Velho enfatizou a importância de considerar os sujeitos de pesquisa em uma relação dinâmica em sociedade - ao invés de entendê-los como determinados por instâncias englobantes -, devendo cada pesquisador buscar as próprias trilhas e mapas possíveis em uma tentativa de investigação de seu objeto.

Diante da percepção de uma diversidade e complexidade de redes traçadas e grupos aos quais pertencem cada pessoa é que se torna possível - segundo Velho - um certo distanciamento, que permite ao pesquisador estranhar e desnaturalizar até mesmo àqueles sujeitos que lhe pareçam ser mais próximos ou familiares. Como é o caso de antropólogos que investigam grupos em meios urbanos.

Inspirada pelas metodologias propostas por autores como Velho (2003) e Latour (2012), optei por estudar as transformações ou inovações que se dão através das conexões entre pessoas, grupos e instituições (ou qualquer outro tipo de elemento), seguindo os atores (no caso específico dessa pesquisa, as atrizes, mulheres militantes pelos direitos dos idosos) e traçando uma rede dos seus movimentos. Para isso, escolhi objeto dessa pesquisa essas mulheres militantes pelos direitos dos idosos, que têm como locus principal de ação o Fórum PNEIRJ. Neste sentido, acompanhei desde julho de 2016 até julho de 2018 as reuniões mensais (toda primeira quarta-feira do mês) do Fórum PNEIRJ em observação participante.

Além das reuniões do Fórum PNEIRJ, acompanhei as pesquisadas em outros espaços e eventos que organizavam, estavam presentes ou faziam parte de alguma forma, como, por exemplo, as reuniões mensais do CEDEPI, que aconteciam toda segunda terça-feira do mês, as reuniões do Fórum Permanente da Política Municipal do Idoso do Rio de Janeiro (PMI-RJ), que ocorriam toda segunda quarta-feira do mês, os eventos promovidos pela ANG-RJ, dois encontros anuais do Fórum Nacional Permanente da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa²⁰ (o primeiro na cidade do Rio de Janeiro, em 2016; o segundo em Salvador, Bahia, no ano de 2017), atos públicos, dentre outros.

Em boa parte destas ocasiões as próprias pesquisadas me convidavam para estar presente nos eventos e atividades que estavam organizando e/ou coordenando. Fui convidada em diversas ocasiões a interagir nas atividades criadas pelas pesquisadas, deslocando-me do papel da pesquisadora que apenas observa para o de participante. Cito alguns exemplos: fui

²⁰O Fórum Nacional foi fundado em 2010, em ocasião do II Encontro Nacional de Fóruns Permanentes da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa. Atualmente o Fórum Nacional é coordenado por cinco fóruns estaduais (Rio de Janeiro, Ceará, Paraná, Bahia e Acre) e promove encontros anuais para discutir questões relacionadas aos direitos dos idosos.

convidada a integrar como associada a ANG-RJ; a participar do Encontro Anual do Fórum Nacional (edição 2017) como parte da delegação do Fórum PNEIRJ; fui solicitada a secretariar uma reunião do Fórum PNEIRJ; a integrar a comissão das eleições de representantes do Fórum PNEIRJ no CEDEPI; dentre outras ocasiões.

Embora a maior parte das mulheres pesquisadas demonstrasse tranquilidade e até mesmo contentamento com a minha presença e participação nos eventos, essa interação não foi bem recebida por todas, em especial a pesquisada Joana, que algumas vezes se mostrou desconfiada, me questionando: “Essa sua pesquisa vai durar até quando? Já acabou? Temos que saber o que você vai escrever sobre nós”; “mas você é pesquisadora ou está aqui como membro do Fórum PNEIRJ?”. Questionamentos que respondi dizendo que meu papel era de pesquisadora, porém que tinha interesse em interagir e auxiliar nas atividades que fossem possíveis e que elas desejassem.

Seguir essas mulheres durante a pesquisa teve o objetivo de compreender como se expressam, se relacionam e se organizam - deixando que elas mostrassem qual seria a abrangência e o alcance da rede -, bem como “seus papéis, histórias, relatos, bens, paixões, informações” (LATOURETTE, 2012. p. 259). A referência à teoria Ator-Rede foi importante para definir os caminhos e a forma como a pesquisa seria realizada. A escrita dessa tese é um exercício de criar um texto que possa apresentar as diversas conexões e relações - composta de diferentes materiais, tempos e lugares - em que atuam as mulheres aqui estudadas, e as inovações resultantes destes encontros.

No processo de acompanhar as pesquisadas em suas atividades, foram importantes fontes de dados as conversas informais e 14 entrevistas com perguntas abertas e duração de, em média, 01h30min com as pesquisadas²¹ (10 entrevistas individuais com mulheres, 1 entrevista em grupo com 4 mulheres e 3 entrevistas individuais com homens); as anotações das descrições e observações de pesquisa no caderno de campo (4 volumes); materiais de divulgação das instituições, eventos e atividades nas quais estão envolvidas estas mulheres (como panfletos, cartilhas, jornais, revistas, dentre outros); e livros e artigos de autoria de algumas das pesquisadas.

²¹As perguntas das entrevistas foram sistematizadas através de um roteiro de entrevista, que podia variar conforme as respostas e temas levantados pelas pesquisadas. Para conceder as entrevistas, as pesquisadas assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Tanto o roteiro das entrevistas, quando o TCLE estão nos apêndices desta tese.

4. Justificativa

Alguns estudiosos já se ocuparam da análise de instituições como fóruns e conselhos de idosos, como citado anteriormente. Não pretendo exclusivamente descrever o funcionamento destas instituições, ou analisar seu caráter democrático e seu nível de eficiência, mas entender como essas mulheres atuam dentro e fora desses espaços e como provocam transformações em suas relações.

Estudar mulheres que militam pelos direitos dos idosos é uma oportunidade de compreender uma das variadas possibilidades e realidades das velhices vivenciadas no Brasil, em consonância com a ideia de que não existe o “velho genérico” que muitas vezes é descrito nas produções gerontológicas sobre a velhice ou em documentos oficiais que delimitam e pretendem garantir direitos para essa população.

Analisar o cotidiano e as práticas destas mulheres nas atividades que envolvem essa militância é também pensar a velhice e a mulher fora da ideia de passividade, domesticidade e fragilidade geralmente associada a ambas as categorias nas sociedades ocidentais. A velhice e sobretudo a velhice das mulheres, no Brasil é muitas vezes apresentada como vulnerável, empobrecida, que necessita de mais cuidados. Algumas estudiosas falam em uma desvantagem feminina na velhice, já que na maioria dos casos elas são as principais cuidadoras dos membros de suas famílias e se encontram solitárias e abandonadas quando precisam de cuidados, pois os companheiros ou já faleceram ou não exercem o papel de cuidadores; e os filhos - para quem os tem - já saíram de casa; ou porque dependem de pensões e aposentadorias irrisórias, pois não puderam exercer atividades laborais formalizadas ao longo de suas vidas (NERI, 2007; CAMARANO, 2012).

Uma pesquisa que descreve as vivências e práticas de mulheres com mais de 60 anos, que estão envolvidas na luta política pelos direitos dos idosos, pode ser um diferencial do que geralmente costuma se associar sobre a velhice das mulheres no Brasil. Mostrar que existem mulheres idosas no Brasil que não estão restritas ao âmbito doméstico, mas inseridas em instituições políticas, é também evidenciar como os papéis e características atribuídas aos gêneros feminino e masculino não são naturais, fixos ou universais (BUTLER, 1990).

Pensar nestas mulheres como um grupo que subverte os estereótipos sobre a velhice feminina se mostrou mais evidente quando em diversas ocasiões de diálogo com pessoas envolvidas ou não com os estudos sociais comentei sobre o objeto de minha pesquisa e diversas vezes tive como retorno a pergunta “Mas existem mesmo essas mulheres?”, ou reações de surpresa acompanhadas da fala “Não sabia que tais mulheres existiam!”.

Essas mulheres existem, e elas vivem e atuam no estado do Rio de Janeiro (além de outras mulheres, em outras regiões do Brasil). Especificamente estudar as mulheres que atuam no Rio de Janeiro é interessante porque este foi o estado brasileiro constantemente apontado como a capital brasileira que possuiria a maior proporção de idosos do Brasil. Atualmente os dados populacionais segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - Características dos Moradores e Domicílios, de 2017, mostram que o Rio de Janeiro²² fica empatado com o Rio Grande do Sul como os estados com a maior proporção de idosos no Brasil (18,6%)²³. Portanto, é possível notar que o estado do Rio de Janeiro possui um lugar de destaque para pensar a velhice e as políticas públicas que estão relacionadas a esta população.

5. Os caminhos da pesquisa

Em março de 2016 meu projeto de pesquisa de doutorado foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ. No entanto, o projeto inicial possuía uma configuração diferente do que acabou se tornando o foco desta tese.

O objeto de investigação desta pesquisa consistiu em um primeiro momento na análise da relação entre Estado, ciência e sociedade, e seus diferentes agentes e serviços, para a população idosa. A pesquisa pretendia aprofundar a compreensão sobre as formas de ação do Estado e seus impactos sobre a vida e a experiência de envelhecimento da população com 60 anos ou mais na cidade do Rio de Janeiro.

A rede que compõe esta pesquisa já foi mais abrangente e consistiu em um primeiro momento na análise de serviços e ações voltadas para a população idosa no estado do Rio de Janeiro, selecionadas dentro de uma ampla rede de associações, políticas e programas. O início mais abrangente dessa pesquisa se justifica pela “impossibilidade de saber a priori onde o locus privilegiado da ação será mais abundante” (LATOUR, 2012. p. 96). Os espaços selecionados para pensar a relação entre Estado, ciência, sociedade e velhice foram o Fórum PNEIRJ, o CEDEPI, e programas da Secretaria Especial de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida (SESQV) do município do Rio de Janeiro - como o Rio ao Ar Livre (RAL) - e Secretaria Estadual de Envelhecimento Saudável e Qualidade de vida (SEESQV)²⁴.

²²Atualmente o estado do Rio de Janeiro possui uma população de aproximadamente 3,1 milhões de pessoas com mais de 60 anos, segundo os dados da PNAD de 2017, IBGE.

²³Para mais informações, acesse: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>

²⁴Ambas as secretarias (municipal e estadual) atualmente estão extintas.

Ao longo da pesquisa, o foco foi se modificando devido às novas evidências e questões encontradas. O Fórum PNEIRJ surgiu como espaço central para compreender a participação de representantes da sociedade civil na disputa de legitimidade sobre quem sabe e quem pode dizer qual é a demanda da população idosa, destacando-se nesse espaço mulheres com históricos e trajetórias singulares que as tornam lideranças da sociedade civil pela causa dos idosos.

Em março de 2016 comecei minha aproximação com as pessoas e as instituições escolhidas para fazer parte desta pesquisa. Procurei algumas vezes, sem sucesso, a sede do Fórum PNEIRJ e do CEDEPI. Logo neste início de pesquisa pude perceber que o Fórum PNEIRJ e o CEDEPI não são instituições de fácil acesso para alguém que não faz parte da rede de relações de pessoas envolvidas com o trabalho nestes locais - os endereços e telefones divulgados em portais da *internet* e em panfletos estavam desatualizados, ficando difícil entrar em contato com aqueles que participam desses espaços.

Posteriormente, soube através das pesquisadas que o Fórum PNEIRJ e o CEDEPI sofreram mudanças e fechamento de sedes. No caso do CEDEPI, essas mudanças estavam relacionadas ao fechamento da SEESQV, secretaria que abrigava o CEDEPI, e ao anúncio de falta de recursos do governo estadual do Rio de Janeiro. De 2016 até 2018 o CEDEPI passou por três secretarias diferentes, ficando muitas vezes sem sede e sem local para suas reuniões.

No Fórum PNEIRJ a situação não foi muito diferente. As sedes e locais de reuniões tiveram que ser constantemente mudados, pois o prédio que dava lugar às reuniões do Fórum PNEIRJ, o “Palácio das ONG’s (Organizações Não Governamentais)” ou “PALONG” - como era mais conhecido -, localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro, estava despejando as instituições, pois estava sendo requerido por outro órgão público. Entre 2016 e 2018 três órgãos públicos diferentes ficaram responsáveis pela administração do prédio e tentaram despejar as instituições que estavam no prédio desde o ano de 2000.

Por diversas ocasiões tentei contato através do endereço e do telefone informados no endereço eletrônico do Fórum PNEIRJ. Consegui contato através do *e-mail* do Fórum Nacional e meses depois (julho de 2016) obtive resposta da coordenadora do Fórum PNEIRJ, Joana, que me informou sobre a mudança do endereço das reuniões, que estavam tendo lugar provisoriamente no Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Estado do Rio de Janeiro (SINTRASEF), no centro do Rio de Janeiro. Ela me passou a pauta de uma das reuniões mensais e me convidou para estar presente na próxima.

Ainda em março de 2016, sem sucesso na procura pelo Fórum PNEIRJ e pelo CEDEPI, consegui contato com a SESQV, até então operante. Em meu primeiro contato

conheci uma funcionária e representante influente da instituição: Patrícia²⁵, de 82 anos, não possuía cargo importante na secretaria, mas era reconhecida por todos do local por seus 32 anos de trabalho como assistente social e militante pelos direitos dos idosos. Ela já havia sido presidenta do CEDEPI, representando a SESQV, e contou em entrevista que fez posteriormente, como tinha uma trajetória de envolvimento com a luta pelos direitos e políticas públicas para idosos²⁶, participando inclusive do processo de elaboração do Estatuto do Idoso.

Patrícia foi minha porta de entrada na atualmente extinta SEESQV e no CEDEPI. Foi ela quem me passou o contato de Rosa, então presidenta do CEDEPI, para que eu pudesse obter informações sobre o local das reuniões. Em nossa primeira conversa, Patrícia explicou as ações e programas efetuados pela secretaria, como a instalação de Academias da Terceira Idade (ATI) no interior do estado do Rio de Janeiro, por exemplo. Para ela, o foco da então SEESQV era atingir outros municípios do estado do Rio de Janeiro, já que estes não contariam com uma secretaria municipal voltada para idosos, como o caso da cidade do Rio de Janeiro. Já nessa conversa, Patrícia sinalizava as muitas dificuldades que a SEESQV estaria passando para conseguir manter estes programas e a participação de seus funcionários em eventos e conferências sobre envelhecimento.

Em abril de 2016 busquei contato com a SESQV, que no mês anterior havia se tornado municipal, isto é, passou a fazer parte do quadro permanente de secretarias municipais, virando a Secretaria Municipal de Envelhecimento Ativo, Resiliência e Cuidado (SEMEARC). Na primeira visita tive contato com o coordenador de projetos da secretaria, que me recebeu de forma atenciosa. Conteí minha intenção de pesquisar políticas públicas para idosos, o que incluía a SEMEARC (antiga SESQV) e alguns de seus projetos, e ele me respondeu diversas vezes: “as portas estão abertas para você” ou “já estamos acostumados a receber pessoas, pesquisadores de todas as áreas.”.

Em maio de 2016 iniciei uma pesquisa localizada no programa Rio ao Ar Livre (RAL) da Praça Serzedelo Correia, em Copacabana, e a partir de julho de 2016 passei a frequentar as reuniões mensais do Fórum PNEIRJ e do CEDEPI. Permaneci algum tempo pesquisando estes diferentes espaços, realizando entrevistas, fazendo anotações, tentando encontrar quais atores seguir, onde haveria mais inovações a serem descritas.

²⁵O nome fictício Patrícia faz referência à Patrícia Rehder Galvão (1910-1962), conhecida pelo pseudônimo Pagu. Foi escritora, poeta, diretora de teatro, desenhista, tradutora, cartunista, jornalista e militante política brasileira. Para mais informações, acesse: <http://www.pagu.com.br> Acesso em: 09 de jul. de 2019.

²⁶Patrícia já foi vice-presidenta da ANG e diretora do Abrigo Cristo Redentor (sobre o qual falarei no Capítulo II dessa tese) na década de 1990.

Em setembro de 2016 passei pelo exame de qualificação de doutorado. Apresentei à banca um primeiro capítulo do que seria essa tese. Orientada pelos professores Mirian Goldenberg, Andrea Moraes Alves e Octavio Bonet, tive de escolher qual caminho de pesquisa seguir, quais atores deveriam ser o ponto de partida para compreender as associações que estavam se formando. Optei por seguir dez mulheres que fazem parte e têm atuação marcante no Fórum PNEIRJ, e compreender as diferentes relações que elas estabelecem, por perceber que poderiam levar-me para caminhos e questões instigantes para pensar a velhice e as políticas públicas voltadas para esse público no Brasil.

Em agosto de 2017 submeti as mudanças do projeto de pesquisa de doutorado ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, que aprovou as modificações.

Apesar de identificar no Fórum PNEIRJ dez mulheres que estão sempre presentes e atuantes nas atividades do grupo que formam, destaco três mulheres que são figuras de liderança: Joana, Rosa e Nise. São elas que conduzem e muitas vezes tomam as decisões para as ações que o grupo vai mover e ocupam cargos de direção nas instituições das quais fazem parte. São reconhecidas pelas mulheres do grupo como “pessoas que trabalham duro”, “colocam a mão na massa” e que “perseveram em suas lutas”. Portanto, são as principais pessoas a serem seguidas para compreender o grupo formado por essas mulheres que militam pelos direitos dos idosos e suas atuações.

6. Organização da Tese

A tese está organizada em seis capítulos. O primeiro capítulo corresponde ao primeiro objetivo específico: compreender quem são essas mulheres e quais são as instituições e espaços em que elas circulam. Neste capítulo descrevo e analiso o perfil das pesquisadas, através de suas histórias de vida e trajetórias pessoais e profissionais, comparando semelhanças e diferenças entre elas. Recuperar essas associações de um tempo passado da vida das pesquisadas é uma tentativa de compreender quais os caminhos que as levaram a participar do Fórum PNEIRJ (e outras instituições relacionadas) e a se tornarem militantes pelos direitos dos idosos.

No segundo capítulo, me dedico a apresentar e entender quais são as principais pautas de luta ou causas defendidas por essas mulheres. Esse capítulo corresponde ao segundo objetivo específico, onde busco compreender o que essas mulheres querem, o que elas

acreditam que a população idosa necessita e quais são suas principais preocupações enquanto militantes pelos direitos dos idosos. Busco responder essas questões utilizando as pautas que foram abordadas em reuniões e demais atividades promovidas por estas mulheres nestes dois anos de pesquisa.

O terceiro capítulo é dedicado à análise sobre as formas de luta, ações, estratégias e recursos que são mobilizados por estas mulheres nas defesas das suas causas, o que corresponde ao terceiro objetivo específico apresentado nesta tese. Neste sentido, é também interessante observar se há conflitos ou discordâncias no grupo ou com pessoas relacionadas a ele sobre essas formas de atuação, e quais discursos e argumentos sustentam suas ações.

Faz parte do quarto capítulo a tentativa de compreender as questões de outro objetivo específico desta tese: como são as relações de parcerias e disputas que essas mulheres estabelecem com outros agentes e instituições? Com quem essas mulheres cooperam ou contam com a cooperação e com quem concorrem? O que torna alguém um aliado ou um rival das pesquisadas? A análise dessas associações faz parte da construção da compreensão sobre quem são, como atuam e no que acreditam as pesquisadas.

O quinto capítulo se direciona à investigação das relações das mulheres pesquisadas com a população idosa que não atua nessa militância ou que é público-alvo das defesas e direitos pelos quais as pesquisadas lutam. Neste sentido, é interessante levantar algumas questões: quem são os idosos que têm e os que não têm conhecimento sobre os seus direitos? O que as mulheres pesquisadas pensam e falam sobre a população idosa que não participa desses espaços de luta? Se partirmos de uma análise das diversas velhices existentes no Brasil, é possível entender que o engajamento político não conta com uma maioria de adeptos, como isso nos ajuda a entender a relação entre militantes e população idosa?

O sexto capítulo tem por objetivo descrever e compreender como é a atuação da minoria de homens que fazem parte do Fórum PNEIRJ. A ideia deste capítulo é comparar as atuações das mulheres e dos homens neste espaço de luta. Existem diferenças? Quais são elas? Quais as associações que esses homens fazem? São diferentes das associações das mulheres? Há motivos ou hipóteses que envolvam a formação desse grupo que ajudem a entender por que as mulheres são maioria e os homens minoria? Há algo de específico na condição feminina na atuação política nesses espaços? São perguntas que nos instigam a pensar sobre as diferenças de gênero presentes no grupo.

Nas considerações finais faço uma síntese das principais questões levantadas nos capítulos, considerando também a possibilidade de compreender se a militância pelos direitos dos idosos afeta ou influencia a experiência de envelhecimento dessas mulheres e como. Qual

significado essas mulheres atribuem às suas próprias experiências de atuação e associações diversas na militância pela causa da pessoa idosa? Aqui retomo e discuto a hipótese de ser a militância uma das possibilidades diante das diversidades de velhices no Brasil, uma forma específica de envelhecer.

CAPÍTULO I – Histórias e trajetórias: quem são as mulheres da pesquisa?

1.1 Primeiro encontro

“Pergunte-me quem sou eu, e eu só consigo responder plenamente contando a minha história. Seria uma história sobre os relacionamentos que eu tive, no decorrer da minha vida até agora, com as pessoas a minha volta, os lugares onde habitei e as coisas que eu fiz e usei. É a eles que eu devo a minha existência, e eles também, em alguma medida, devem a sua existência a mim.” (INGOLD, 2019. p. 30).

Conheci as mulheres pesquisadas em julho de 2016, na primeira reunião do Fórum PNEIRJ em que estive presente. A reunião aconteceu no auditório do SINTRASEF, local provisório, localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro. As reuniões do Fórum PNEIRJ acontecem toda primeira quarta-feira do mês.

O auditório tinha paredes e piso brancos, com cadeiras de plástico brancas para dar assento às delegadas e delegados que participam do Fórum PNEIRJ. De frente para as cadeiras, uma mesa retangular, com três cadeiras, onde estavam sentados Joana, a coordenadora do Fórum PNEIRJ; Celso²⁷, vice-coordenador; e Anita²⁸, secretária. Atrás da mesa, um cartaz branco, com letras vermelhas, escrito “SINTRASEF”; e outro cartaz branco, com letras pretas, escrito “#foratemer”. No fundo da sala, uma mesa com lanche (café, sucos, água, refrigerantes, biscoitos e bolos) trazido pelas mulheres que participam do Fórum PNEIRJ.

É próximo à mesa do lanche que geralmente acontecem conversas paralelas durante a discussão dos assuntos da reunião. As pesquisadas se cumprimentam, comentam sobre os netos, as viagens, a saúde e por vezes levam bronca das componentes da coordenação por estarem atrapalhando a compreensão do debate e o andamento da reunião.

A primeira reunião em que estive presente começou pontualmente às 10h com a leitura de Anita da ata da reunião passada, que foi redigida por ela. Toda reunião do Fórum PNEIRJ se inicia pela leitura da ata da reunião anterior. Após sua aprovação, entra-se na pauta proposta para o dia. De maneira muito similar funcionam também as reuniões do CEDEPI.

Em toda reunião mensal ordinária há uma pauta - enviada por *e-mail* pela coordenadora com uma semana de antecedência e com cópias disponíveis na versão impressa no dia da reunião - com os assuntos que serão abordados pelo grupo. Durante a reunião, a

²⁷Os homens, bem como os demais atores citados na pesquisa, também possuem nomes fictícios para manter em sigilo seus verdadeiros nomes. Celso tem 71 anos e é funcionário aposentado do Abrigo Cristo Redentor.

²⁸O nome fictício Anita faz referência a Ana Maria de Jesus Ribeiro, conhecida como Anita Garibaldi (1821-1849). Anita foi chamada de “heroína dos dois mundos” por sua atuação nas batalhas da Revolução Farroupilha (Guerra dos Farrapos) e nas batalhas pela unificação da Itália. Para mais informações, cf. MARKUN, Paulo. **Anita Garibaldi: uma heroína brasileira**. 5ª edição, São Paulo: Senac, 2003.

tesoureira do Fórum passa com uma sacola, pedindo doações aos presentes para um fundo financeiro que tem por objetivo possibilitar as atividades do grupo. A quantia a ser depositada é livre.

Neste meu primeiro encontro com o grupo, Joana pediu que eu me colocasse à frente de todos e me apresentasse, explicasse quem eu era, qual instituição representava e qual meu interesse em frequentar as reuniões do Fórum PNEIRJ. As reações à apresentação foram agradáveis, com sorrisos, desejos de “boas-vindas” e demonstrações de curiosidade sobre a pesquisa que eu estava fazendo.

Nesta ocasião, foi discutida a situação do Prédio da PALONG, antiga sede de reuniões do grupo, que estava com entrada interditada e sem condições de infraestrutura para recebê-las. Outro motivo de preocupação expresso durante esta reunião foi o encerramento da SEESQV e a falta de informações sobre onde seria realocado o CEDEPI.

Foi debatido também nesta reunião o que teria sido o sucesso do ato público do dia 11 de junho de 2016, organizado por elas para o Dia da Conscientização da Violência Contra o Idoso, em Copacabana, com distribuição de panfletos e exemplares do Estatuto do Idoso para os transeuntes do bairro, e a organização do XVIII Encontro Nacional de Fóruns da Política Nacional e Estadual do Idoso - que aconteceria em novembro de 2016, no Rio de Janeiro -, com outro ato marcado para o último dia de encontro.

Foi discutido o local do evento, aspectos organizacionais, alojamento, transporte, infraestrutura e objetivos do encontro. Segundo Joana, o Encontro Nacional teria como principal objetivo reunir as lideranças, as principais figuras representativas dos fóruns. Não era objetivo abrir ao público geral ou “encher de gente”, em suas palavras. O motivo para tal recorte de público se daria pela necessidade de preparar as lideranças, dar-lhes mais fundamentos para atuar em seus respectivos fóruns estaduais, como salientaram Joana e Rosa.

Nessa mesma reunião colocou-se em pauta um projeto de lei que tramitou naquele ano na Câmara dos Vereadores do município do Rio de Janeiro, que previa a criação de um Conselho Tutelar para Idosos. A notícia foi recebida com muita indignação pelos presentes na reunião do Fórum PNEIRJ, que apontaram diversas falhas legais e conceituais no projeto.

Para as mulheres e homens presentes naquela ocasião, seria um risco imaginar que a partir de 60 anos, quando considerados legalmente idosos, eles poderiam ser tutelados, ou “empurrados”, como disseram, por suas famílias. Desta discussão tiraram uma deliberação de organizar uma comitiva e procurar o vereador responsável pelo projeto de lei, em conjunto com o CEDEPI e o Fórum PMI-RJ para dissuadi-lo de levar o projeto adiante.

Durante a reunião, Anita me explicava algumas siglas que eram faladas: “Quando cheguei aqui eu ouvia essas siglas todas e ficava perdida. O pessoal fala a sigla e não explica o que é, como se todo mundo soubesse”.

Participaram da reunião nove mulheres idosas, quatro homens idosos e, além de mim, uma jovem. Dentre as mulheres presentes, estavam Joana, Rosa, Nise, Anita e outras mulheres que descreverei nos próximos tópicos.

1.2 Lideranças entre as mulheres militantes pelos direitos dos idosos

O grupo pesquisado é composto por dez mulheres²⁹, todas com mais de 60 anos e que, portanto, podem ser consideradas idosas, considerando a determinação do Estatuto do Idoso. Majoritariamente, essas mulheres são brancas, de classe média, têm nível superior completo e exerceram trabalhos formais remunerados ao longo de suas vidas adultas. Sete dessas dez mulheres são ou já foram associadas à ANG-RJ - com cargos de direção ou como colaboradoras -, uma instituição técnico-científica e sem fins lucrativos que promove ações e estratégias voltadas para a construção de conhecimentos sobre Gerontologia, envelhecimento, políticas públicas, construção e defesa dos direitos, na promoção da justiça social e da cidadania, conforme a descrição em seu sítio eletrônico³⁰.

A ANG-RJ foi criada em 1991 nas dependências do Serviço Social do Comércio (SESC)³¹ e tem relação direta com a criação do Fórum PNEIRJ. Nas palavras de Sandro³², ex-presidente da ANG-RJ, “Há um compromisso com os movimentos sociais da instituição, sendo o seu foco voltado mais aos direitos do que ao fator médico”.

Através da ANG-RJ, algumas das mulheres pesquisadas, e outras que vieram antes delas, oferecem cursos, palestras, debates e assessoria sobre os conhecimentos gerontológicos

²⁹Existem mais mulheres que compõem a rede de relações tecida por estas mulheres. Para essa pesquisa selecionei dez mulheres que são mais frequentes e apresentam comportamento mais participativo no grupo.

³⁰Para mais informações, acesse: <https://sites.google.com/site/angriodejaneiro/home> Acesso em: 09 de jul. de 2019.

³¹O SESC é uma instituição privada, fundada em 1946 e mantida por empresários do comércio de bens, serviços e turismo, com atuação em todo âmbito nacional e aberta para o público em geral. Desde 1963 o SESC realiza trabalhos assistenciais voltados para idosos, sendo considerada pioneira no Brasil em programas para idosos e influenciando políticas públicas voltadas para esta população (SIQUEIRA, 2014).

³²Sandro é professor aposentado de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) e também um estudioso sobre fóruns e conselhos do idoso. Falo mais sobre ele nos capítulos que se seguem.

aos associados e a instituições públicas e privadas. Podemos entender que são mulheres com acesso privilegiado a recursos e serviços e ao conhecimento a respeito de seus direitos³³.

Dentre as dez mulheres pesquisadas, que estão sempre presentes e atuantes no Fórum PNEIRJ, destaco três mulheres que ocupam posições de liderança, tomando ou influenciando as decisões sobre as ações e atividades que o grupo vai efetuar. Portanto, entre os anos de 2016 e 2018, período em que foi feita essa pesquisa, foram essas mulheres que decidiram qual rede de relações o grupo ia traçar e quais transformações suas associações iriam provocar. Podemos considerá-las como “‘porta-vozes’ que falam pela existência do grupo³⁴” (LATOIR, 2012. p. 55).

1.2.1 Joana

Joana é coordenadora do Fórum PNEIRJ e do Fórum Nacional. É branca, natural do Rio de Janeiro, tem 66 anos, aposentada pelo Banco Central e tem formação em Análise de Sistemas e Psicologia, e mais quatro especializações, nas áreas das Ciências Contábeis, Psicologia, Saúde da Pessoa Idosa e Gerontologia. Joana tem alguns artigos publicados sobre envelhecimento, saúde e economia.

Ela está no Fórum PNEIRJ desde 1999, representando a instituição sem fins lucrativos para idosos que coordena (fundada no mesmo ano). A instituição está localizada no bairro do Catete, no Largo do Machado, e tem por objetivo “combater a exclusão social do idoso”, segundo a descrição em seu sítio eletrônico, através do oferecimento de atividades como: oficina musical, Dança Sênior³⁵, núcleos de estudos sobre direitos e políticas públicas (intitulado “Núcleo Idoso Cidadão”), curso de informática, curso com atividades para memória, dentre outros.

³³Em sua pesquisa sobre conselhos de idosos em São Paulo, Destro de Oliveira (2015) também identifica um perfil de conselheiros similar ao que foi descrito nesta tese.

³⁴Explico a escolha através da definição de Latour (2012, p. 55) de que “os grupos são um produto provisório de um rumor constante feito por diversas vozes contraditórias sobre o que vem a ser um grupo e quem pertence a ele”, para prestigiar algumas mulheres que podem ajudar a compreender as relações - e os produtos dessas relações - que serão descritas nesta tese.

³⁵A Dança Sênior é uma modalidade de dança voltada especificamente para o público idoso, criada em 1974 pela alemã Ilse Tutt. Tutt foi incentivada por sua sogra idosa e asilada, que a questionou sobre o motivo dela não trabalhar a dança com este público. A dança ocorre em roda, com as participantes sentadas. A dança, no Brasil, está vinculada à religião luterana que dirige a Associação de Dança Sênior (fundada em 1993), com sede em Pirabeiraba (SC) No panfleto de divulgação da instituição coordenada por Joana, a Dança Sênior é descrita como “uma dança atraente, própria para pessoas idosas e que pode ser aprendida facilmente”. Mais informações podem ser encontradas através do endereço eletrônico <<http://www.portalbethesda.org.br/danca-senior/>>.

Joana conta que, após se aposentar do Banco Central, sentiu vontade de trabalhar na área da Psicologia, formação que tinha deixado de lado durante sua trajetória de trabalho no banco. Na Psicologia encontrou o tema do envelhecimento e fundou, juntamente com outras profissionais, uma instituição sem fins lucrativos para idosos. A partir de seu trabalho na instituição, Joana achou importante estar em contato com outras instituições e pessoas que trabalhassem com o mesmo público. Em suas palavras:

“Então, quando nós fundamos o instituto, **nós entendemos que a gente tinha que ter uma conexão com alguma rede em que se discutisse envelhecimento**. Nós encontramos o Fórum PNEIRJ naquela época. E consequentemente o CEDEPI veio. Para a gente foi basicamente isso: uma necessidade de você estar conectado com as discussões junto do setor, do segmento, com outros atores, outras instituições.”.
(grifo meu).

Sobre Joana, Nise certa vez disse: “Ela chegou aqui sem saber nada sobre envelhecimento. Nós que passamos tudo pra ela”. Apesar do pouco contato com o tema da velhice durante seu trabalho no banco, Joana é conhecida pela militância no Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (SINAL), portanto a militância já fazia parte de sua vida antes de encontrar a militância pelos direitos dos idosos e antes de poder ser considerada idosa.

Joana foi a pesquisada com quem mais tive dificuldades para me relacionar. Desde o início do nosso contato se mostrou desconfiada sobre o que eu iria escrever sobre o Fórum PNEIRJ e sobre as mulheres que organizam e movimentam aquele espaço: “Eu não autorizo colocar meu nome verdadeiro em pesquisa nenhuma, viu? Tem um monte de gente que vem aqui, fica um tempo conosco e depois escreve umas coisas que não tem nada a ver. Não entenderam nada sobre o Fórum PNEIRJ.”.

Joana só concordou em conceder entrevista em grupo com mais outras três mulheres e durante a entrevista perguntava: “Já acabou? Ainda tem mais perguntas?”. Durante algum tempo, todas as vezes que me encontrava, Joana perguntava por mais quanto tempo eu frequentaria as reuniões e eventos do grupo.

Ela é descrita pelas demais mulheres e homens do Fórum PNEIRJ como uma “pessoa difícil”, “fechada”, “durona”, “que gosta de mandar” e “centralizadora”, alguém que não sabe delegar poder e acaba ficando sobrecarregada, e que pouco fala de sua vida pessoal. Mas também é reconhecida como alguém que trabalha incansavelmente pela causa do idoso. “Quando se empenha, é uma coisa de louco”, nas palavras de Nise.

Em certa ocasião, Celso descreveu Joana como “boa de briga! É preciso que ela esteja na linha de frente defendendo nosso posicionamento no CEDEPI. Ela morde mesmo o calcanhar!”. Em certo ponto da pesquisa a atitude de Joana em relação a mim mudou. Mais precisamente, após minha participação na comissão eleitoral para representantes do Fórum PNEIRJ no CEDEPI e do IX Encontro Nacional de Fóruns da Política Nacional e Estadual do Idoso, que aconteceu em 2017, em Salvador, Bahia. A partir daquele evento, ao me encontrar Joana sorria e dizia “Puxa, andou sumida. Venha mais, participe quando puder”, demonstrando que agora não havia mais desconfiança sobre quais seriam meus interesses em me aproximar do grupo de mulheres pesquisadas.

Conhecendo melhor Joana e o grupo pesquisado, compreendi depois de algum tempo que aquela desconfiança era baseada em experiências anteriores com pesquisadores das mais diversas áreas (Serviço Social, Sociologia, Ciência Política, Educação Física, Enfermagem, dentre outras) que desenvolveram trabalhos sobre o funcionamento ou a eficiência democrática ou representativa do Fórum PNEIRJ, com resultados que não agradaram o grupo³⁶, e com pessoas que passavam a frequentar o Fórum PNEIRJ com interesse em obter assento no CEDEPI e se aproximar dos representantes do governo (“sendo cooptadas”, como elas costumam dizer), abandonando o Fórum PNEIRJ depois de algum tempo, ou com interesse de obter quaisquer outros tipos de vantagens que não envolvem o interesse pela causa do idoso.

Em ocasião do IX Encontro Nacional de Fóruns, Joana disse: “O pessoal é muito inocente, gosta de ser enganado. De vez em quando aparecem umas pessoas do nada, fazendo muito ‘oba-oba’, falando um monte de coisa e todo mundo acredita. Eu já fico desconfiada.”.

1.2.2 Rosa

Rosa nasceu no Rio de Janeiro, tem 73 anos, é branca e exerceu a profissão de assistente social em instituições como o Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS) - atual Ministério da Saúde - durante sua vida adulta. Atualmente é aposentada.

Rosa foi presidenta do CEDEPI durante parte do tempo de duração da minha pesquisa (de 2016 a 2017), foi também presidenta do CBCISS, instituição de referência para os estudos

³⁶Sobre as críticas elaboradas a respeito do funcionamento do Fórum PNEIRJ e das estratégias de ação do grupo que o compõe, tratarei no Capítulo III.

em Serviço Social, através da qual conheceu e passou a participar do Fórum PNEIRJ entre os anos de 2007 e 2008. Rosa contou como foi essa inserção e os motivos que a levaram a estar no Fórum PNEIRJ:

“O CBCISS começou aqui no prédio da PALONG, acho que foi em 2006 ou 2007. E depois, quando fiquei na presidência, aí Nise e Joana me chamaram para participar. E a gente está aqui junto, sempre trocando ideias, experiências também (...) O CBCISS tem toda essa parte de produção de conhecimento, essa preocupação e também pela discussão da defesa dos direitos humanos e por uma sociedade mais justa.”.

No INAMPS, Rosa conta que teve seu primeiro contato com a questão do envelhecimento:

“Eu trabalhei com hipertensos e diabéticos idosos durante muitos anos no INAMPS, então, gente, não dá para parar. Não dá para parar! (...) A gente cuidava mesmo da saúde dos idosos. A gente fazia palestras com eles. Que a gente chamava de ‘Reunião de Sala de Espera’, enquanto eles estavam aguardando o médico chamar, a gente fazia ali, explicando... eu, a enfermeira, a nutricionista. A gente fazia esse trabalho.”.

Rosa também já atuou em outros conselhos, como o Conselho Municipal da Saúde, e em movimentos sociais através de sindicatos e da Central Única dos Trabalhadores (CUT)³⁷, participando da direção dessas organizações, bem como de passeatas, manifestações, ocupações, dentre outras atividades de militância. Rosa ficou conhecida como “a assistente social baderneira” por seus superiores no INAMPS. Ela contou o início desta história:

“Na época que minha filha era pequena eu não tinha toda essa militância, não. Me dediquei à maternidade, vivi tudo. Ela tinha a creche do INAMPS, aí quiseram fechar a creche.... Menina, foi a minha primeira briga. Porque a minha filha já ia sair com três anos, mas tinha muita criança que não tinha nem o que comer, só tinha na creche.”.

Rosa é casada, tem uma filha enfermeira e um neto que vez ou outra fica responsável por tomar conta quando a filha precisa trabalhar, atividade que diz sentir prazer em executar. Além dessa atividade, Rosa falou sobre as outras coisas que gosta de fazer:

“Eu jogo muito com ele [o neto], muito joguinho do *Facebook* com ele, jogo demais. A gente canta, a gente brinca. É muito bom. E eu faço outras coisas também. Assim, agora eu não to fazendo por causa da minha coluna, mas eu sempre

³⁷A CUT é uma entidade de representação sindical brasileira, fundada em 28 de agosto de 1983 na cidade de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo, durante o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora. Para mais informações, acesse: www.cut.org.br Acesso em: 09 de jul. de 2019.

gostei de fazer artesanato. Então, já bordei muito vagonete. Quando minha filha teve meu neto, aprendi a fazer uma manta com tear, entendeu? Pra ela e para as amigas dela. E pro meu netinho, eu aprendi ponto de cruz, para fazer lá as coisinhas dele, com nomezinho dele. Quer dizer, eu gosto dessas coisas. E também gosto muito de cantar e dançar. (...) Meu neto diz que quer viajar comigo. Reclama que eu passeio muito!”.

Ao falar sobre sua relação com o neto e suas atividades de artesanato e bordado, Rosa se aproxima de um perfil mais conhecido da velhice feminina do Brasil: da velhice inserida no âmbito privado, responsável pelos cuidados dos netos (HIRATA; GUIMARÃES, 2012). Ao mesmo tempo, Rosa demonstra que sua vivência não está restrita ao âmbito privado, mas está também relacionada à sua atuação no âmbito público e político.

Ainda sobre o tema dos relacionamentos familiares, Rosa falou sobre seu marido não compreender a sua atuação pela defesa dos direitos dos idosos:

“Meu marido cobra muito também! Ele reclama muito: ‘você não para em casa, vive viajando. Não para! Não ganha nada. Por que você não fica em casa? Não ganha nada’. Eu falo: **‘Eu tô aposentada, vou ficar só em casa?’** (...) Para ele é perda de tempo. Mas eu falo pra ele: ‘você lembra como é que você me conheceu? Fazendo o Projeto Rondon no interior do Espírito Santo? Então, você já viu que **eu não era o tipo da mulher que ia ficar em casa!**’”. (grifos meus).

Apesar do seu entusiasmo com as atividades que executa, Rosa desabafou sobre os desafios e as dificuldades que tem enfrentado para dar continuidade às atividades no CEDEPI e do CBCISS, mostrando como isso afeta sua vida, recorrentemente reclamando de estresse, cansaço, problemas de saúde e de se sentir sobrecarregada:

“Ano que vem em outubro tem nova eleição do CBCISS e eu não pretendo mais ficar, estou muito cansada. Até por conta da situação do prédio também. Porque eu nunca tive hipertensão. **Estou hipertensa, coisas que eu nunca tive. E a tensão também lá no CEDEPI**, que você vê que está um caos. **A gente está levando de teimosas.** Eu falei isso lá em São Paulo para o pessoal do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI). **‘A gente está levando com muita dificuldade, não fechou porque a sociedade civil está segurando.** A gente está fazendo as reuniões e o pessoal do governo não vai. Mas a gente não deixa de marcar as nossas atividades.’ **As lutas sempre continuam.** (...) Olha só, sou presidenta do CBCISS, presidenta da PALONG, presidenta do CEDEPI, ainda tem o Fórum Nacional. Olha, eu sou do Fórum PMI-RJ. Sou colaboradora, que a Nise é coordenadora. No Fórum PNEIRJ eu também estou na diretoria. Na suplência, é verdade, mas a gente acaba trabalhando também. É muita coisa. **Ainda tem as minhas coisas com meu neto, né? Que eu não abro mão.**”. (grifos meus).

1.2.3 Nise

Nise tem 76 anos, é branca, formada em Psicologia, com especialização em Gerontologia e aposentada de Furnas. Nise nasceu no Maranhão e com 12 anos foi morar e estudar no Ceará. Com 26 anos veio ao Rio de Janeiro para passar férias, fez um processo seletivo para trabalhar em Furnas e passou. Desde então, Nise mora na cidade do Rio de Janeiro, onde casou, teve sua filha e se divorciou. Ela tem dois netos.

Nise trabalhou 36 anos em Furnas exercendo diversos cargos e funções que não tinham relação com a Psicologia, e até hoje Nise tem uma relação próxima com as pessoas que trabalham ou trabalharam na instituição. Ela ajudou a fundar a associação de aposentados da instituição, a Após-Furnas, antes de sua própria aposentadoria. Na Após-Furnas, Nise exerceu seus conhecimentos sobre Psicologia, se envolveu com trabalhos de caridade e teve contato com o tema do envelhecimento. Em entrevista, ela fala:

“Durante a minha época em Furnas, eu ajudei a implantar a Após-Furnas. Instituição que eu represento hoje dentro do CEDEPI e do Fórum PNEIRJ. Eu fui diretora social. Eu me engajei nesse movimento e como **eu sou assim de me engajar e de assumir...** (...) E aí quando eu entrei para associação eu atendia aos aposentados, todos os problemas de aposentados eu que atendia. Eu que dava assistência quando eles iam se aposentar, tudo informalmente, sem cobrar (...) Então foi criado dentro de Furnas pelo Betinho, que é o sociólogo, não é? Hebert de Souza. O comitê da ação da cidadania. E aí eles me engajaram para eu ficar trabalhando com ele. Me deram pra ficar responsável pelas doações. Então, eu que fazia campanha pedindo doações, doações de livro, doações de eletrodomésticos. ‘Você não está usando mais o seu fogão? Vai trocar? Dá para mim’. Aí eu ia pesquisar quem tava precisando. Aí eu passei a conhecer os asilos. Aí eu disse ‘ah, **eu vou trabalhar com os idosos**’. **Foi aí que nasceu a minha dedicação de trabalhar com os idosos.** É uma história, né? (...) Eu tinha dúvida. **O que eu vou fazer depois que me aposentar?** Aí com a história do comitê, eu passei a trabalhar, eu ia visitar os asilos. (...) Mas **não me considero aposentada**, porque **eu nunca parei**. E aí, para mim, a aposentadoria nunca pesou, como aposentadoria, como uma coisa que fique inerte, que fique parada, né? Não. **Eu fiquei com mais liberdade** de viajar quando eu quero, de fazer dentro do meu horário as minhas coisas.”. (grifos meus).

Nise é enfática sobre o desejo que tem de estar engajada em algum tipo de trabalho - sobre não “ficar parada”, em suas palavras -, mesmo já aposentada. Para ela, a aposentadoria significou mais liberdade para realizar as atividades que mais gosta, incluindo a militância pelos direitos dos idosos. Em certa ocasião, Nise relatou que foi questionada por sua participação em um ato contra a privatização da Eletrobras Furnas: “Mas você é aposentada, já está garantida”. Ao que ela respondeu: “De jeito nenhum! **Continuo na luta!** Aposentado é sempre o primeiro a ser prejudicado.” (grifo meu).

Através do trabalho com doações que realizava em Furnas, em conjunto com seu desejo de trabalhar com idosos, Nise descobriu o Fórum PNEIRJ, e posteriormente a ANG-RJ, há aproximadamente 12 anos. Instituições com as quais ela se envolveu com animação e intensidade, como ela descreveu:

“O que aconteceu sobre o Fórum PNEIRJ: a minha amiga, a Ana³⁸, que você conheceu... A Ana estava atuando no Serviço Social³⁹ e disse para mim assim: ‘Nise, você tem que ir para rua, tem que trabalhar lá fora, para trazer as políticas públicas.’ Aí eu falei ‘como que eu vou descobrir essas políticas públicas?’ Aí vi um anúncio de reunião do Fórum PNEIRJ. Aí vim à reunião, sem ter vínculo nenhum. Aí assisti à reunião. (...) E cheguei e disse assim: ‘Como que eu participo disso aqui?’ Aí eu conheci o pessoal da ANG-RJ, aí elas ‘Você não quer ser sócia da ANG-RJ?’. Eu entrei para sócia e quando me vi estava fazendo parte da diretoria. E daí dessa diretoria eu passei a representar, entendeu? Eu passei a ter mais convivência com o pessoal do Fórum PNEIRJ. Desde essa ocasião eu represento a Após-Furnas no CEDEPI, nos fóruns. (...) Aí, de acordo com essa minha participação intensiva, fui eleita para coordenação nacional e acabou que eu fiquei. E aí você vê como é que a vida da gente fica, né? Aí, viaja, começa a conhecer... Aí fui em várias conferências nacionais, vários congressos, fui à Costa Rica, fui à Espanha... Menina, **já rodei com essa história de envelhecimento!** Fora o que conheci no Brasil mesmo, Santa Catarina.. Fui à Bahia já, duas vezes. Porque aí convidam para você participar, né? E as coisas vão, quando você vê você está envolvida mesmo. **É uma cachaça isso, você não tem noção do quanto você se envolve. E você não tem vontade de abandonar, né? Veste a camisa mesmo.**” (grifos meus).

Por onde Nise passa, conta às pessoas que preside a ANG-RJ e que participa do Fórum PNEIRJ e cobra o atendimento às necessidades específicas para idosos, como a colocação de barras de apoio em banheiros de hotéis, por exemplo.

O discurso de Nise fornece elementos para compreender que seu engajamento político pela causa do idoso está associado à ideia de uma preocupação com o coletivo, com o desejo de realizar um trabalho filantrópico e com o cuidado em relação “ao outro”.

“Eu vi que **o segmento idoso era o mais desprotegido.** Eu vi que haveria necessidade de pessoas que se engajassem, porque o aumento da população idosa está vindo, né? Então eu via nos palestrantes, que eu participava, todo mundo falando o índice da população idosa, demográfico, né? E aí eu dizia: ‘Gente, eu tenho que ficar no idoso mesmo, porque **quem vai cuidar desses idosos?**’. **Se a gente não for brigar por eles, né?**” (grifos meus).

³⁸O nome fictício Ana é inspirado em Ana Néri (1814-1880). Ana Néri foi uma enfermeira brasileira reconhecida como pioneira da enfermagem no país. Para mais informações, confira: GRISARD, Nelson; VIEIRA, Edith Tolentino de Souza. “Ana Néri, madrinha da enfermagem no Brasil / Ana Neri, godmother of nursing in Brazil”. *Gazeta Médica da Bahia*. 78(2): 145-147, jul.-dez., 2008.

³⁹A Ana desta pesquisa não faz parte atualmente do Fórum PNEIRJ, porém já teve uma atuação mais frequente neste grupo de mulheres que militam pelos direitos dos idosos. Ana é ainda hoje uma referência para as mulheres pesquisadas. Ela foi assistente social de Furnas, promovendo atividades para idosos, e através da sua atuação na ANG-RJ foi uma das pioneiras na elaboração do curso para cuidadores de idosos.

Em entrevista para a revista publicada pela Após-Furnas, Nise afirmou: “Toda essa atividade em prol do outro fez a minha vida ficar maior”. Falas como essa, sobre “cuidar desses idosos”, “brigar por eles”, evidenciam que o velho em questão, pelo qual as mulheres lutam e representam, muitas vezes é o “outro”, o mais vulnerável, fragilizado e de baixa renda (DESTRO DE OLIVEIRA, 2015).

Quando o assunto é o seu engajamento político e suas relações familiares, Nise contou que nem sempre houve aceitação do ex-marido sobre os trabalhos que ela realiza.

“Meu marido dizia ‘Mas, você só pensa em velho, você só quer saber de velho!’. Aí... sabe? Porque a defesa dele era me jogar contra para eu largar, né? Porque eu **já tinha o meu objetivo, então não ia largar**. Mas o intuito dele era esse, que eu ficasse em casa, que eu não tivesse nenhuma atuação. (...) E depois que eu me separei, aí eu... aaahhh, soltei, como dizem por aí, soltei as frangas, né? Soltei as frangas e mandei brasa no meu trabalho mesmo. **Fiquei mais livre, mais solta**. E não que eu tivesse querido ficar livre para arranjar outro marido. Não. **Queria ter a minha liberdade de fazer aquilo que eu gosto**. (...) Foi uma luta até para convencer a família. Que eu tenho as irmãs que moram no Maranhão e elas não aceitavam. **Elas paradas e eu nessa atividade toda**. E elas **diziam que eu era maluca**, porque... ‘Ah, Nise, tu é maluca mesmo. Por que como é que tu não para? Tá aposentada e não para! Que é isso? Não pode vir passar um mês de férias?’ E eu ‘Gente, não posso’ (...) Minha neta diz que quer ser igual a mim, trabalhar para caramba e viajar muito. Hoje ela entende quando não posso estar presente. Ela diz ‘não quero atrapalhar suas reuniões’. (...) Minha filha diz para eu parar, sossegar em casa. Eu não quero, não. E eu falo para ela: ‘só cuido do meus netos em caso de doença’.” (grifos meus).

Ao mesmo tempo que para Nise a militância no momento de sua velhice está relacionada a um desejo de “ajudar ao próximo”, também está associada a um processo de libertação para poder fazer aquilo que gosta, a despeito das cobranças e demandas familiares (GOLDENBERG, 2013). Durante os anos de 2016 a 2018, Nise foi presidenta da ANG-RJ, presidenta do Fórum PMI-RJ, representante da Após-Furnas no CEDEPI e atuante também no Fórum PNEIRJ, organizando através dessas instituições palestras e eventos que têm como pauta os direitos dos idosos.

1.3 E quem não é liderança? As outras mulheres que compõem o movimento

Um movimento social não é composto apenas de dirigentes - é preciso também estabelecer relações com pessoas que queiram se associar à causa defendida. Além das lideranças do movimento de mulheres militantes pelos direitos dos idosos, fazem parte do grupo também outras mulheres. Algumas delas já ocuparam posições de maior destaque e

poder em outros momentos do Fórum PNEIRJ, porém hoje se somam ao grupo de mulheres que frequentam, participam, auxiliam, contribuem, mas que não possuem o mesmo poder de decisão sobre os rumos que o grupo vai seguir. Apresento essas mulheres a seguir.

1.3.1 Anita

Anita é secretária no Fórum PNEIRJ, tem 66 anos, é branca, nascida no Rio de Janeiro, formada em Pedagogia e Direito e aposentada pelo Banco do Brasil. Há aproximadamente cinco anos Anita se aposentou e foi convidada a representar uma instituição sem fins lucrativos de cunho religioso, da qual faz parte, no Fórum PNEIRJ. Ela contou:

“Bom, **eu me aposentei e eu tenho agora que fazer outras coisas** (...) E eu não conhecia o Fórum PNEIRJ, não sabia da existência. Não conhecia o CEDEPI. Então para mim, eu achei que **foi um crescimento até como cidadã**. Porque eu não sabia que existiam esses mecanismos, esses movimentos que defendem cada segmento da sociedade. (...) Já tem uns quatro ou cinco anos ou mais um pouquinho. Comparando com o tempo que o Fórum PNEIRJ e o CEDEPI existem... Por isso que eu falo, aqui ainda estou aprendendo.”. (grifo meu).

Antes da experiência no Fórum PNEIRJ, Anita nunca tinha sido militante por nenhuma outra causa, mas era participativa na igreja católica que frequentava, atividade que atualmente não consegue manter:

“Participava da pastoral da terceira idade na igreja, que o Fórum PNEIRJ e o CEDEPI me tiraram. Lá também tem reunião e tal, só que acaba que coincidem muito com as coisas daqui, que **aqui exige muito mais**. Aqui dizem assim que a reunião do Fórum PNEIRJ é só um dia, mas não é só um dia. Porque depois você tem que se encontrar para fazer a pauta, tem que se encontrar para outras coisas, e tem audiência pública... E não sei o que... Uma coisa vai puxando a outra. Então, vai te ocupando de uma forma... Mas não é que eu esteja completamente distante, mas eu não consigo mais ir às reuniões de lá.”. (grifo meu).

Quando questionada sobre suas motivações para estar no Fórum PNEIRJ, Anita se referiu à experiência de ver e acompanhar o envelhecimento e adoecimento de sua mãe:

“A minha mãe morreu em novembro de 2011. Então também, quer dizer, depois de tudo isso eu tinha uma pessoa idosa em casa, eu via as dificuldades da pessoa e tudo. Apesar de não serem tantas como as que eu vejo que são trazidas para a instituição, que a condição social é outra. Mas de qualquer forma existem, porque têm as limitações e os direitos têm que ser iguais para todos, não é? Para os que têm dinheiro, para os que não têm. Para os que têm mais possibilidades ou menos.”.

Viúva e sem filhos, Anita possui uma série de outras atividades que ocupam o seu tempo, além da militância pelos direitos dos idosos:

“Eu gosto de viajar. Viajo muito, gosto demais de viajar. Gosto de ficar batendo papo com as pessoas. Olho no olho, não só dessas coisas digitais, virtuais não. Eu gosto mesmo é de passear, de viajar. Agora eu vou a teatro, eu vou a show, cinema. Enfim eu me divirto, eu sei das coisas que estão acontecendo nesse sentido. (...) Outra coisa que eu não falei é que faço hidroginástica. Isso para mim também... eu adoro, me sinto muito bem. Eu tô sempre lá e encontro essas pessoas. Quer dizer eu estou todo dia lá, converso na piscina, e aí o troco ideias, troco tudo. É assim.”.

1.3.2 Simone

Simone⁴⁰ tem 74 anos, é branca, solteira e não tem filhos, mas conta que criou sua sobrinha, que considera como filha. Nascida no Rio de Janeiro, é formada em Serviço Social e representa a FAAPERJ⁴¹ no Fórum PNEIRJ. Trabalhou durante sua vida adulta na área do Turismo, até que foi convidada para trabalhar na FAAPERJ e passou a atuar em alguns sindicatos. Na FAAPERJ, Simone foi convidada a participar do Fórum PNEIRJ e do CEDEPI há aproximadamente três anos.

“Eu conheci o pessoal e me convidaram para ir para a FAAPERJ. Aí, larguei o Turismo e fui, né? Eu já estava querendo outras coisas, buscar outras coisas. Já não tava dando mais. Aí conheci várias pessoas e me convidaram para fazer parte da diretoria. Aí comecei em 2000 na FAAPERJ como diretora. Depois saí um período e voltei. E agora eu estou aqui e estou em outros lugares também. Estou nos rodoviários [sindicato] também, né? (...) Fui indicada pela Federação porque é a área social, né? Sempre gostei muito de trabalhar na área do social. Por esse motivo ela achou que o social lá seria... **também não podia mandar qualquer gente, porque tem que ver o grau que cada um tem**, né? De educação, escolaridade, estudo... tem tudo isso.” (grifo meu).

Ao falar sobre a necessidade de estar em um determinado nível de educação formal para fazer parte do Fórum PNEIRJ, Simone fornece um elemento importante para compreender o perfil das mulheres pesquisadas e das pessoas que fazem parte ou têm acesso

⁴⁰Simone é um nome fictício inspirado em Simone de Beauvoir (1908-1986), escritora, intelectual, filósofa existencialista, ativista política, feminista e teórica social francesa. Simone de Beauvoir também se tornou referência na área dos estudos sobre envelhecimento e para esta tese.

⁴¹A FAAPERJ é uma seção no Rio de Janeiro da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP). A COBAP é reconhecida por ser uma instituição de referência na luta dos aposentados brasileiros, tendo atuação marcante nos anos 1980 e 1990, pela demanda de melhorias nas condições de seus benefícios (HADDAD, 1993; SIMÕES, 2000).

ao Fórum PNEIRJ. Existe nesta fala a ideia de que é preciso ou facilita ter instrução formal para ter acesso e poder reivindicar os direitos dos idosos.

Na fala de Simone também está presente a associação entre militância e cuidados direcionados ao “outro”:

“Isso vem de família mesmo. Meu pai sempre ajudou todo mundo, minha mãe também. E **eu cuidei dos idosos da minha família.** Então isso já vem de um longo tempo, sabe? Você vai se aperfeiçoando. Aqui na FAAPERJ tinha muito idoso também. No sindicato dos rodoviários também tinha... Você fica amiga dos idosos. Eles ligam pra sua casa com um problema. Tem gente que até hoje, 3:30h da manhã me liga para conversar.”. (grifos meus).

Quando questionada sobre seu cotidiano e seus interesses, Simone disse:

“Olha, eu gosto de praia. Adoro restaurante, barzinho. Sentar com os amigos, adoro isso. Jogar conversa... Eu tenho muitos amigos em restaurantes, garçons... Passam o *‘face’* aí direto, mensagem no *‘zap’* direto. Vou para casa deles também. E a minha vida é bem social. **Eu gosto de movimento. (...) Ficar em casa direto pra mim não tem condição. Prefiro estar no movimento do que ficar em casa reclamando.** Não gosto, sabe? Eu acho que a vida fica muito parada. Assim, aquele serviço só de casa... Ah, não.”. (grifos meus).

Se por um lado Simone reforça um ideal da mulher como “cuidadora altruísta” (ARAÚJO, 2018), que se dedica à família e pratica a caridade cristã, por outro Simone demonstra em seus interesses que possui uma atuante vida social e pública, saindo do estereótipo da idosa que está restrita ao âmbito doméstico e aos comportamentos que são considerados femininos, mas que vivencia a velhice se ocupando dos seus interesses e desejos.

Ao falar que prefere fazer parte do movimento ao invés de “ficar em casa reclamando”, podemos interpretar que Simone também reforça um estereótipo negativo da velhice ou da mulher velha, como a que usualmente não quer sair de casa, encontrar pessoas, ou que é rabugenta, mal humorada, cansada e sem paciência. Como se a alternativa que se apresentasse à atividade da militância fosse apenas estar no âmbito doméstico em atitude queixosa em relação aos acontecimentos.

1.3.3 Dandara

Dandara⁴² tem 86 anos, é negra, nascida na cidade de Imperatriz, no Maranhão. É solteira e não tem filhos. Residente em Nova Iguaçu, Baixada Fluminense do estado do Rio de Janeiro, Dandara desde os 9 anos de idade trabalhou como babá e empregada doméstica. Frequentou a escola até completar o Ensino Fundamental. A história de vida e o perfil de Dandara é o mais divergente dentre as mulheres pesquisadas.

Desde 1968 Dandara atua em associações e sindicatos de empregadas domésticas, se tornando uma importante referência para a categoria profissional de empregadas domésticas. Ela é até hoje convidada constantemente para dar palestras em eventos sobre o tema. Ela contou como começou essa trajetória:

“Eu estava caminhando com um menino que eu tomava conta lá em Copacabana e eu vi um papel assim ‘Doméstica, vote! Sua patroa é mais bonita’. Era um concurso que o Flávio Cavalcante, da TV Tupi estava fazendo em homenagem às patroas. As empregadas tinham que ir votar. Lá na Biblioteca Nacional de Copacabana. Falei assim ‘Ah, eu vou até lá ver o que é isso’. E cheguei lá, tinha tanta gente, tanta gente. Não votei porque eu não fazia parte da associação. Mas me convidaram para conhecer as instalações da organização que eram num quartinho minúsculo ali na Álvaro Ramos. Aí, fui muito bem recebida, né? Eu sempre falei bastante, então o pessoal ficou assim admirado. E eu disse ‘Mas, por que esse lugar tão pequeno? Por que essa coisa tão... encolhida?’. Mas eu passei a frequentar. Toda vez que eu tinha uma folguinha, eu ia pra lá. E isto foi... mudaram para Rua Ipiranga, em Laranjeiras. Aí já era maiorzinho, era uma sala maior, que a gente podia fazer assembleias e... e aí foi continuando. E eu tinha parado de estudar. Eu achei que já chegava. Só que hoje eu acho que não chegava, tinha que ter continuado. Mas eu continuei na associação. Achei que as meninas eram muito mais sofridas do que eu. Eu me lembrava que naquela época eu estava começando a ter salário. Porque antes eu já tinha trabalhado onze anos numa casa e era a troca da roupa e da comida. (...) E continuei na organização de empregadas domésticas. Em 1988 a gente foi convidada para ir para a Colômbia, que tinha o Encontro de Trabalhadoras Domésticas da América Latina e da América Central. E eu fui. **E lá a gente fundou a Federação Latinoamericana de Empregadas Domésticas.** Isso funciona até hoje (...) Eu abdiquei das minhas férias, porque eu viajava muito para o exterior. Tive que abdicar das minhas férias para poder participar mais da organização aqui no Brasil e fora do Brasil. (...) **O sindicato aqui do Rio de Janeiro, fui eu quem fundei.** Era associação profissional, eu fui a última presidenta como associação profissional de empregadas domésticas. E depois eu fui a primeira presidenta como sindicato.”. (grifos meus).

Dandara entrou para o Fórum PNEIRJ em 2008, através de uma instituição sem fins lucrativos de cunho religioso, e em outros tempos já ocupou o cargo de coordenadora. Faz

⁴²O nome fictício Dandara é baseado em Dandara dos Palmares (falecimento em 1694), uma guerreira negra do período colonial do Brasil, companheira de Zumbi dos Palmares. Após ser presa, suicidou-se se jogando de uma pedreira ao abismo em 6 de fevereiro de 1694, para não retornar à condição de escravizada. Pouco se sabe sobre Dandara, pois existem poucos dados sobre sua vida e atos. Para mais informações, confira em: FREITAS, Décio. **Palmares - A Guerra dos Escravos**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

parte da diretoria da ANG-RJ, atua no CEDEPI e em outros conselhos (da saúde e da mulher) e também participa da associação de moradores da região em que reside. Para participar das atividades do grupo de mulheres que defendem os direitos dos idosos, ela se desloca de Nova Iguaçu até o Centro do Rio de ônibus diversas vezes na semana. Em suas palavras:

“É porque eu faço parte de uma instituição aqui no Rio de Janeiro. Então, aí a presidenta de lá, ela é assistente social e ela frequentava o Fórum PNEIRJ. Aí um dia eu disse pra ela: ‘Eu quero ir lá nesse fórum’. Ela disse: ‘Então, venha’. Aí eu comecei a vir. Aí, eu assinava o livro lá atrás, porque a assinatura era dela e de um outro senhor que morreu. Aí, eu fui. Depois ele morreu, ela falou assim ‘Ah, agora você fica como minha suplente’. Aí no Fórum PNEIRJ e no CEDEPI, eu represento essa instituição, essa ONG. E nessa instituição, eu represento o Sindicato das Domésticas. (...) De lá para cá eu já fui a todos os encontros do Fórum Nacional. Eu fui coordenadora do Fórum PNEIRJ quase 5 anos. Entrei com um problema, porque eu sou analfabeta de digitação. Então, tudo eu precisava pedir às pessoas para digitar para mim: ‘Por favor, eu preciso disso. Mas tem que ser digitado e eu não tenho’. Mas eu tive muito apoio, muita ajuda durante esses anos que eu fui coordenadora. (...) Só que eu já disse que esse vai ser meu último mandato, porque é muito... Tá ficando muito difícil para mim descer [sic]. Eu até venho, mas não quero ter o compromisso. Eu, ano que vem na eleição, quero que tenha outra pessoa no meu lugar. Que a Anita entre como titular, porque ela é uma pessoa dinâmica.”.

Dandara faz uso de uma bengala para poder se locomover, demonstrando dificuldade para andar sem o aparato. Ao ser fotografada em um evento promovido pela ANG-RJ, Dandara disse que não queria que a bengala saísse na foto: “Deixa eu esconder a bengala. Não quero que saia.”. É possível interpretar o comportamento da pesquisada como uma tentativa de se afastar de uma representação negativa da velhice - limitada fisicamente, em processo de declínio físico.

Apesar de suas dificuldades econômicas e físicas, Dandara persiste em sua atuação como ativista pelos direitos dos idosos. Ela explicou suas motivações:

“Olha, eu quando comecei a participar do fórum, eu achava, assim, engraçado. ‘Mas, não tem nada aí? Não tem uma diretriz, não tem uma luta?’ Depois eu fui mudando de opinião. Aí eu vi que se lutava sim pelos direitos do idoso. Se lutava sim pelas coisas que a gente precisa. (...) Eu comecei a ver que o Fórum PNEIRJ e o CEDEPI apoiam as reivindicações dos idosos. Aí depois eu comecei a brigar porque eu disse assim: ‘Chego nos lugares... Eu sou velha, mas eu vejo os velhos tão jogados, tão largados.’ **E agora eu também sou uma velha, né?** Então, quando chego nos lugares que vejo... **eu acho que as pessoas fazem pouco da velhice, viu?** (...) Outro dia eu peguei um ônibus que vai pela São Clemente, mas eu pensei que ia pegar um ônibus que entra na Rua Bambina. Não tem mais. Aí ele fez esse *tour* tudo por baixo. Pensei que ele ia pelo Santa Bárbara, não foi. E quando chegou no metrô de Botafogo, o motorista falou para mim ‘Olha, esse é o último ponto para a senhora chegar na Rua Bambina. A senhora atravessa e caminha’. Eu disse ‘obrigada’. Desci e fui andando. Só que eu andei muito. Um sol que parecia que estava queimando meus miolos. Aí eu fui andando, andando, andando... cheguei no meu limite lá naquele espaço. E fiquei na reunião até o final. No final eu estava me sentindo muito mal. Me levaram para uma UPA. **Eu estava sem ar, mas eles [funcionários da**

UPA] não fizeram assim... Nem esquentaram. Só que naquele atendimento eu não entendi o que eles me aplicaram, que remédio eles puseram naquela mistura que eles fizeram. Que eu fui para casa e não melhorei muito. Aí eu não melhorava de jeito nenhum, não melhorava. Fiquei pensando ‘será que me contaminei naquela UPA? Parecia limpo, mas não era limpo? Estou com um problema sério.’ Aí, ficou. Foi ficando, foi ficando, foi ficando... Até hoje eu ainda não me recuperei total. Mas, eu já disse para todo mundo: ‘não quero voltar pra UPA!’” (grifos meus).

Dandara se inseriu no ativismo em prol dos direitos dos idosos já na velhice e, em sua fala, se inclui dentre os idosos ou “velhos”, como ela diz, pelos quais se lutam nos espaços do Fórum PNEIRJ e CEDEPI. Ela narrou situações em que precisou utilizar serviços públicos de transporte e saúde e verificou e vivenciou as falhas desses serviços. Dandara se coloca no lugar dos idosos que precisam ter seus direitos garantidos e serviços públicos prestados; ao mesmo tempo em que atua em prol dessa militância, se recusando a se restringir ao âmbito doméstico e a permitir que outros falem ou decidam em seu lugar, nem mesmo no caso de seus familiares.

“Eu tenho uma sobrinha que ela diz para mim assim: ‘tia, agora quem diz sou eu. Quando eu era pequena, você quem dizia, agora sou eu’. E eu digo: ‘Por que? A minha cabeça está... ainda não estou com Alzheimer, ainda não estou com Parkinson, então você só vai dizer isso ou aquilo quando eu... quando você falar uma coisa e eu já não souber te responder. Quando eu precisar que alguém me guie’ (...) Ah, eles [familiares] acham que eu sou maluca. **Acham que eu sou maluca, que já tava na hora de eu ficar dentro de casa, só fazendo tricô e croché, e que não tinha que ficar nesta andança que eu fico.** Eu fui à Brasília esse ano duas vezes. Aí ela diz: ‘Mas você já vai de novo? E aqui, como é que fica? Sábado tem aniversário de não sei quem...’. Vida social a gente olha depois. **Mas isso aqui [ativismo] também é social!** Então, aí eu digo que a nossa origem, realmente o pessoal cobra muito.” (grifos meus).

1.3.4 Tarsila

Tarsila⁴³ tem 77 anos, é branca e nasceu em Natal, Rio Grande do Norte, em uma família com poucos recursos econômicos e 12 irmãos. Na adolescência veio morar em Resende, Rio de Janeiro, com uma das irmãs mais velhas, se mudando posteriormente para a cidade de São Gonçalo para residir com seu pai. Tarsila cursou a faculdade de Serviço Social

⁴³Este nome fictício faz referência à Tarsila do Amaral (1886-1973), que foi pintora, desenhista e tradutora brasileira e uma das figuras centrais da pintura e da primeira fase do movimento modernista no Brasil. Para mais informações, acesse: <http://tarsiladoamaral.com.br/biografia/> Acesso em: 09 de jul. de 2019.

na Universidade Federal Fluminense, onde reecontrou sua amiga de infância Carolina⁴⁴, que também frequenta eventualmente as reuniões do Fórum PNEIRJ e faz parte da ANG-RJ.

Atuando como assistente social, Tarsila já trabalhou na Legião Brasileira de Assistência (LBA)⁴⁵, em hospitais públicos, na Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (Febem), Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM)⁴⁶ e Fundação Leão XIII⁴⁷, instituição em que trabalhou por boa parte de sua vida adulta (aproximadamente 40 anos). Sobre sua relação com seu trabalho, Tarsila falou:

“Sempre tive muita autonomia. Muita, muita, muita. Eu não fui dessas pessoas de estar dependendo de alguém. Eu fazia tudo. (...) **Eu não queria casar. Eu queria era trabalhar. Doida pra trabalhar, estudar, terminar meu ensino superior.** (...) Eu adorava trabalhar. **Eu adoro trabalhar, até hoje eu gosto de trabalhar.** Eu só não estou trabalhando muito ainda por causa da minha família, porque estão dando em cima, dizendo que eu tenho que tomar conta da minha saúde. E eu sei que eu passei da hora de tomar conta da minha saúde, essa que é a verdade. **Eu negligenciei muito comigo. Só agora, depois dos 70, que eu comecei a tomar conta de mim.** Tinha dia que eu ficava no trabalho até tarde da noite. Saía às 2h da manhã. (...) Eu só trabalhei em lugar perigoso, distante. Lugar onde precisava mesmo do trabalho, que é onde eu escolho. **Eu gosto de estar na lida diária, fazendo alguma coisa em prol, vendo você melhorar. Gosto de saber que eu fui útil.** É isso que eu gosto! E a princípio pros humildes. (...) Eu saí, mas não saí do Centro Social Urbano. Porque eu fiquei indo. Só que ali já tava especificamente só com a Terceira Idade. Porque lá eu... **eu transformei o Centro Social Urbano [da Fundação Leão XIII] no primeiro Centro de Convivência Intergeracional do idoso.** A minha atuação nesse lugar era desde o pré-escolar até a terceira idade. Eu saí de lá chorando.”. (grifos meus).

A fala de Tarsila demonstra sua relação intensa e devocional à sua profissão de assistente social, também associada à lógica da caridade, da filantropia e do altruísmo. Tarsila não se casou e não teve filhos. Através da atuação na Fundação Leão XIII, Tarsila se aproximou da temática da velhice e conheceu Olga⁴⁸, que a inseriu no CEDEPI, Fórum PNEIRJ e ANG-RJ.

⁴⁴O nome fictício Carolina é baseado em Carolina Maria de Jesus (1914-1977), uma escritora brasileira, conhecida por seu livro “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada”, publicado em 1960. Carolina de Jesus é considerada uma das primeiras e mais importantes escritoras negras do Brasil. Para saber mais, acesse: <https://www.vidaporescrito.com/biografia> Acesso em: 09 de jul. de 2019.

⁴⁵A LBA foi um órgão assistencial público fundado em 1942.

⁴⁶A FUNABEM foi criada em 1964 com objetivo de atender menores infratores ou em situação considerada “de risco”. Na esfera estadual foram criadas as FEBEMs, que atualmente levam o nome de “Fundação CASA”.

⁴⁷Criada em 1947, a Fundação Leão XIII teve como atribuição a criação de projetos de assistência social no estado do Rio de Janeiro para o combate à pobreza e situações classificadas como de “risco social”.

⁴⁸Este nome fictício é inspirado em Olga Gutmann Benário Prestes (1908-1942), uma militante comunista alemã de origem judaica. Olga foi enviada ao Brasil em 1934, por determinação da Internacional Comunista, para apoiar o Partido Comunista Brasileiro junto de Luís Carlos Prestes — que se tornou seu cônjuge —, com o objetivo de liderar uma revolução armada com o apoio de Moscou. Foi deportada para a Alemanha nazista e presa pela Gestapo. Na prisão, Olga teve sua filha, Anita Leocádia Prestes, que ficaria ao seu lado até o fim do período de amamentação, sendo depois entregue à avó. Olga é executada em 1942, com 34 anos de idade, numa

“Tive a oportunidade de ter que se encaminhar alguém para participar do CEDEPI. Quem foi? Eu, porque já **era coordenadora de todos os grupos de Terceira Idade aqui do Rio de Janeiro**. Eu nunca pedi para ser nada. Tudo que eu fui até hoje, vai emergindo. Eu nunca pedi. **Peço para outras pessoas, mas para mim não peço**. Sabe? Nunca. Não gosto. (...) E eu fui representando a Fundação Leão XIII no CEDEPI entre 1996 e 2000. Aí conheci essa turma. Olga⁴⁹ me convida para participar da ANG-RJ. Aí eu venho pra cá. **Que quando eu vim o povo criou o Fórum PNEIRJ. Eu estava no dia da criação do Fórum PNEIRJ. Foi assim que eu me engajei**. Aí depois fui conhecendo outras pessoas. Aí entrei para ANG-RJ, fiquei frequentando, fiquei também frequentando o Fórum PNEIRJ.” (grifos meus).

Atualmente Tarsila representa a ANG-RJ no CEDEPI, tendo como conselheira suplente sua amiga de infância e profissão, Carolina, que costuma acompanhá-la nas atividades organizadas pelo grupo de mulheres pesquisado. Questionada sobre suas motivações para atuar pela causa do idoso nessas instituições, Tarsila respondeu:

“Eu acho que quando você está no CEDEPI e no Fórum PNEIRJ, que você tem condições de se articular a uma massa de instituições que trabalham com idoso. Eu acho que quando há um entrosamento dessas instituições, que se direcionam de corpo, alma e divindade para os seus fins, e para... eu não digo pressionar, **para mostrar a quem de competência que nós existimos**. Que é necessário clarificar através do seu saber, de... vamos dizer geriátricos, gerontológicos, qualquer instituição, falar sobre o que você desenvolve, não aqui, mas nas universidades e em todos os lugares, você tem como fazer com que essa sociedade melhore. Você tem como tentar fazer alguma coisa, levar para o CEDEPI. E no CEDEPI você tem as duas representações, de quem representa o Estado também. Porque **essa representação do Estado que vai nos dar mais força. O que vai se tornar política pública emerge de quem pode tomar as decisões**. (...) Estou muito feliz de estar viva e poder participar, e ter encontro com as pessoas, conhecer as pessoas.”. (grifos meus).

Para Tarsila, além da lógica do cuidado ao “outro”, está presente em sua fala a ideia de militância também como forma de reconhecimento, de “mostrar que existe” enquanto profissional da área do envelhecimento; e de participação, “para se sentir útil”, em suas palavras.

câmara de gás com mais 199 prisioneiras do campo de extermínio de Bernburg. Para saber mais, consulte: MORAIS, Fernando. **Olga**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁴⁹A pesquisada a quem dei o nome fictício de Olga é assistente social e gerontóloga. Ajudou a fundar algumas das instituições das quais as mulheres dessa pesquisa fazem parte, como ANG-RJ e o CBCISS, sendo uma importante referência para elas. Atualmente, Olga tem 91 anos e não participa de todas as atividades e eventos destas instituições, estando presente apenas em algumas ocasiões específicas. É presidenta de honra da ANG-RJ e coordena a pastoral do idoso em uma igreja católica em Copacabana.

1.3.5 Conceição

Conceição⁵⁰ tem 71 anos, é branca, viúva, com cinco filhos e dez netos e nasceu em Cambuci, mas desde os 5 anos reside na cidade de Itaperuna, estado do Rio de Janeiro. Conceição foi professora de Matemática e Física em escolas estaduais localizadas em Itaperuna. Durante quarenta e um anos, Conceição foi voluntária em uma instituição religiosa de caridade que abriga idosos em sua cidade. Há vinte e cinco anos, Conceição se aposentou e se dedicou integralmente a coordenar esta instituição.

Conceição tem assento no CEDEPI, representando a instituição que coordena, é presidenta do Conselho Municipal do Idoso em Itaperuna e também participa do Fórum Municipal de Itaperuna.

A pesquisada contou que já participou de outros conselhos municipais (da saúde, ação social, da mulher, da criança e do adolescente, dentre outros), os quais ajudou a fundar em sua cidade, mostrando que é uma referência política importante na região.

“Em Itaperuna estou no Conselho do Idoso desde 1988. É mais antigo [comparado ao CEDEPI]. Porque era saúde... Eu larguei saúde esse ano. Eu tinha saúde, hoje eu tenho ação social ainda. Mas eu tinha saúde, criança e adolescente, idoso, ação social, mulher... **Eu fundei todos os conselhos.** A minha equipe lá, por causa da instituição. Está com 68 anos, então ela é mais antiga. Então, **eu fundava os conselhos. Fundava assim, eu tinha um grupo de pessoas que faziam parte da criação dos conselhos.** (...) Sou amiga de todos na cidade, fui professora de muitos lá.” (grifos meus).

Conceição conhece o Fórum PNEIRJ desde 1996. Ela contou como o Fórum PNEIRJ já teve um formato de fórum misto, com representantes da sociedade civil e governo, e foi criado por membros da LBA. Em 1999, com o fim da LBA, alguns membros do Fórum PNEIRJ reivindicam que este seja um espaço apenas da sociedade civil.

“O Fórum PNEIRJ eu até conhecia antes delas [das outras mulheres pesquisadas], porque era um fórum misto. Então sempre fiz parte da instituição. A gente vinha de fora junto com a Secretaria de Ação Social. Porque ele era misto. Era governo e sociedade civil. Era no mesmo dia, primeira quarta-feira do mês, no mesmo local. Só que era a LBA que fazia. Todo mundo que tinha convênio com a LBA, tinha que vir para este fórum. Todo mês. Eu já fazia parte desde 1996 como civil, pela

⁵⁰Esse nome fictício foi inspirado em Conceição Evaristo (1946), uma romancista, contista e poeta brasileira de projeção internacional, referência importante para o feminismo negro no Brasil. É autora dos livros “Olhos D’água”, “Insubmissas lágrimas de mulheres” e “Ponciá Vivencio”, entre outros. Para mais informações, cf. OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. “‘Escrivência’ em Becos da memória, de Conceição Evaristo”. In: **Revista Estudos Feministas**, vol.17, nº. 2, Florianópolis. May/Aug. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2009000200019> Acesso em: 09 de jul. de 2019.

instituição. (...) Aí, em 1999 desfez, ficou só a sociedade civil. Acabou a LBA e o pessoal foi saindo. A Joana lutou muito, mais o Sandro, para ser só sociedade civil.”

Questionada sobre suas motivações para participar de espaços como o Fórum PNEIRJ e os demais conselhos, Conceição respondeu:

“Eu acho que a gente tem que passar a conhecer e entender o que está acontecendo no fórum da cidade. E a gente como já é muito antiga na instituição, a gente fica um pouco preocupada, né? A gente tem que saber o que o outro está fazendo, não é? Pra gente poder aplicar um conhecimento maior. Então **eu aprendi e aprendo muito**. (...) Não só sobre os idosos, mas **eu luto pelos direitos humanos**, tá? E agora **a gente tem a preferência pelo idoso**, por trabalhar na área do idoso, né?”. (grifos meus).

Para Conceição, participar deste grupo de mulheres e estar em espaços como os conselhos e fóruns de idosos é relevante para que possa levar o que aprendeu para a instituição asilar que coordena. Sobre esse trabalho, ela contou:

“Olha, **esse trabalho voluntário da instituição, é... por amor**. Amor mesmo. **O padre era muito amigo** nosso. Meu pai era carpinteiro, fez os telhados todos lá, que eram duas casinhas. Era só um refeitório e outro pavilhão. E a minha mãe era... cozinheira para o pessoal que era ‘bóia fria’, né? Pro pessoal de lá. O padre me batizou, crismei com ele... então, nós tivemos uma afinidade muito grande. Aí, aos 14, 15 anos eu passei a ser quista lá dentro. Então a gente foi aumentando, né? Aí logo que eu casei, eu passei a estar lá dentro... quer dizer, já estava lá dentro na parte da catequese, né? Aí meu marido passou a ser secretário lá do abrigo. Eram trinta e três pacientes quando eu peguei. (...) Nós atendemos à comunidade. E tem lá a capela, que nós construímos lá faz trinta anos agora. Meus filhos casaram lá, meus netos foram batizados lá, eu fiz vinte e cinco anos de casada lá. Então tudo eu tive lá... **Tudo em família já passa pra lá**. (...) **A gente não pode ser egoísta**. Tem que saber dividir, tá? Dividir e dividir com a família. E multiplicar com os outros. Entendeu? **É ter um ato de humanidade**.”. (grifos meus).

O trabalho voluntário de Conceição se relaciona com a sua religiosidade e com as relações que ela e sua família estabeleceram dentro da igreja e da cidade. Na vida de Conceição, religião, caridade e família aparecem como os principais elementos que guiam suas ações. É a partir dos trabalhos filantrópicos que Conceição se inseriu na militância pelos direitos dos idosos.

Em sua rotina, além do envolvimento nos fóruns e conselhos existem outras atividades:

“Eu levanto 4h30min da manhã. Meu horário normal de todos os dias. Não tenho empregada. Faço café, vou na padaria, pego um pão, pego um leite, levo o neto pro colégio, aí dali eu levo... de 7h às 8h eu faço hidroginástica, segunda, quarta e sexta. Terça e quinta eu faço Zumba. Então, até 9h eu tô por conta minha, sabe? Essa parte aí eu sou bem domesticada. E sábado e domingo, eu tenho uma academiuzinha em

casa, com esteira. E depois eu vou para instituição. Almoço na instituição. Vou fazer serviço de banco, entendeu? Eu dou uma... primeira coisa eu dou uma rodada. Eu tenho três mil metros de obra. Eu dou uma rodada pela manhã no hospital, vou passando por tudo. Vejo tudo. (...) **Minha agenda é muito cheia. Eu participo muito das coisas. Então tudo que a gente pode fazer uma parceria, a gente vai fazendo**, tá? Não adianta você trabalhar sem parceria. Muito difícil.”.

Dentre as atividades desempenhadas no cotidiano de Conceição podemos perceber outra motivação para sua participação em diversos espaços públicos e privados - compostos por diferentes personalidades e autoridades - dentro e fora de sua cidade: a necessidade de fazer associações, parcerias, e ter como resultado desses encontros novas possibilidades para seus trabalhos filantrópicos.

Em setembro de 2017, Conceição recebeu uma ligação do Ministério Público destituindo-a da coordenação da instituição. Segundo narrou, a ação se deu através do pedido de uma deputada estadual que estava envolvida com a investigação e a criação da CPI dos abrigos de idosos⁵¹. Conceição contou entre lágrimas o ocorrido em uma das reuniões do Fórum PNEIRJ, ressaltando que “foi uma traição” e que havia interesses políticos por trás dessa situação:

“Estou muito triste, fui traída. Vai ser bom que... **agora eu vou cuidar dos meus netos**. Vou fazer minha defesa, mas não quero mais voltar. **Isso é político**. O prefeito quer pegar a instituição e transformar em hospital municipal. Agora é problema dele, não é mais meu. Acabou.”. (grifos meus).

Após esse episódio, Conceição decidiu que iria entrar com uma ação de difamação e danos morais e diminuir sua participação nas atividades do grupo pesquisado. Ao ser indagada sobre sua candidatura como conselheira para o CEDEPI, ela respondeu: “Não sei se vou me candidatar. Os meninos lá em casa não querem mais. Querem que eu faça a opção: ou o Fórum PNEIRJ ou o CEDEPI. Eu opto pelo Fórum PNEIRJ.”

1.3.6 Leila

Leila⁵² tem 75 anos, é branca, casada, tem um filho e é natural do Rio de Janeiro. Formada em Serviço Social e Ciências Sociais, com especialização em Metodologia do

⁵¹No Capítulo II desenvolvo uma descrição e análise sobre a defesa das mulheres pesquisadas à causa dos abrigos de idosos no estado do Rio de Janeiro.

⁵²Leila é uma referência a Leila Diniz (1945-1972), uma atriz brasileira que quebrou tabus em um período de forte repressão política no Brasil, ao falar abertamente sobre sua sexualidade e se comportar fora dos padrões

Serviço Social, mestrado e doutorado na área, atualmente é professora aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro e atua como orientadora em um projeto de educação à distância da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)⁵³.

De família de origem judia e de poucos recursos financeiros, Leila ingressou na faculdade de Serviço Social na expectativa de trabalhar em pesquisa e ganhar algum dinheiro durante a graduação.

“Quando eu fui fazer serviço social, não sabia nem o que era isso. Sabia para quem era, que **é a área do pobre**. E uma amiga da minha irmã, que era tão pobre... Até já faleceu, ela falou assim: ‘Leila, por que você não vai fazer Serviço Social?’ Ela fazia na Universidade do Estado da Guanabara. Que depois virou UERJ, né? Ela: ‘porque lá, assim que você chegar, eles tem uma pesquisa lá que você ganha um dinheirinho’. Era isso que eu precisava, eu estava numa maior ‘pindaíba’. (...) Durante todo o percurso do curso, eu fiz em quatro anos, eu sempre tive alguma coisa para ganhar algum dinheiro, né? Na verdade, **eu precisava disso até para me sustentar**. (...) Meu primeiro trabalho foi com obras sociais e **o tema que eu escolhi foi o envelhecimento**.” (grifos meus).

Desde então, a pesquisadora trabalhou na Fundação Leão XIII, no SESC, na extinta Companhia de Habitação (COHAB)⁵⁴, no Departamento de Sistema Penal (DESIPE)⁵⁵ e com variadas pesquisas sociais para órgãos governamentais. Devido ao seu interesse por pesquisa, um professor sugeriu que ela fizesse o curso de Ciências Sociais, que ela posteriormente fez.

“E o meu professor, que era o sociólogo, falou: ‘**Por que você não faz Ciências Sociais? Você tem todo o perfil**’. E eu entrei. Fiz a prova lá para UFRJ e fiz bacharelado em Ciências Sociais, enquanto trabalhava. (...) Fiz a minha carreira no DESIPE. Fiquei lá até me aposentar. Eu orientava os assistentes sociais de toda a rede de presídio do estado do Rio de Janeiro. Quando eu estava já perto da aposentadoria, eu fui fazer o curso de especialização em Metodologia do Serviço Social. Aí conheci algumas professoras que falaram ‘por que você não entra no magistério? Da UFRJ ou da UERJ, de qualquer lugar. **Você tem toda vocação**. Você tem estopo para isso’. Aí eu fiz concurso para Escola de Serviço Social da UFRJ. (...) Aí depois eu encerrei lá como professora. Fiz o mestrado, depois o doutorado. Consolidei uma carreira, né?” (grifos meus).

Em 1999 Leila defendeu uma tese de doutorado sobre sua pesquisa em “Universidades para a Terceira Idade”, que posteriormente virou um livro. Além da tese, Leila tem outros

estabelecidos para as mulheres. Leila foi perseguida pela opinião pública e pela polícia política por se posicionar como defensora da liberdade e do prazer sexual. Para saber mais, cf. GOLDENBERG, Mirian. **Toda mulher é meio Leila Diniz**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

⁵³Criada em 1980, a FIOCRUZ é uma instituição de pesquisa e desenvolvimento em ciências biológicas localizada no Rio de Janeiro. É considerada uma das principais instituições mundiais de pesquisa em saúde pública. Para mais informações, acesse: <https://portal.fiocruz.br/> Acesso em: 09 de jul. de 2019.

⁵⁴A COHAB foi criada em 1963 com objetivo de construir moradias para a população moradora de favelas.

⁵⁵DESIPE era o órgão responsável pelo sistema penitenciário e carcerário no estado do Rio de Janeiro até o ano de 2003, quando tornou-se a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP).

livros e artigos sobre o tema do envelhecimento. Ela contou a origem desse interesse pelo tema:

“Em 1978 eu fui convidada para fazer um trabalho de orientação para o SESC. Era um trabalho que **eu dava orientação para o SESC nessa questão do envelhecimento**. Aí, a diretora chegou para mim falou: ‘A gente está querendo fazer um trabalho com idosos. Você não quer fazer uma pesquisa?’. Fiz uma pesquisa com os assistentes, com os profissionais que trabalhavam com idosos ou que tinham alguma iniciação com idosos. Entrevistamos mais de seiscentos idosos. E nós fomos ver qual é a preferência deles de lazer e de cultura, né? Que são as áreas do SESC. Toda vez que o SESC fazia alguma coisa para o idoso me convidavam, entendeu? **Comecei a ser conhecida como uma pessoa que tem alguma expertise sobre envelhecimento**. Num desses lugares que eu fui, tinha sempre uma velhinha, que hoje está mais velhinha ainda, chamada Olga, que vinha com uma prancheta na mão ‘Você não quer ser sócia da Associação Nacional de Gerontologia?’ Acabei entrando para a ANG-RJ, né? Na militância da ANG-RJ. O Sandro foi presidente, e eu fui vice-presidenta. (...) É uma trajetória de pelo menos trinta e nove anos nesse tema, né? Eu **tenho livros publicados, eu tenho artigos**, né? Sou reconhecida como uma pessoa que entende, né? Entende um pouquinho. Acho que ninguém entende muito. Mas de **qualquer maneira é uma trajetória que eu não me envergonho**, não. E até hoje eu sou chamada para ir a congressos, ser parecerista...”. (grifos meus).

Devido ao seu interesse de pesquisa sobre o tema, Leila teve acesso a outros espaços e instituições, como a ANG-RJ, por exemplo. E posteriormente foi convidada por Sandro, que também é professor universitário e estudioso sobre velhice, a frequentar o Fórum PNEIRJ, mesmo antes de ter se tornado um espaço exclusivo da sociedade civil. Ela contou:

“Eu acho que foi o próprio Sandro que me convidou. **Na verdade, a minha trajetória política tem muito a ver com o Sandro**. Quer dizer, eu já estava trabalhando nisso, né? Ele na UFF, eu na UFRJ, então a gente tem uma aproximação muito grande. Aí, um dia ele falou assim ‘olha, tem um fórum...’. Na época o Fórum PNEIRJ ainda era misto, né? Aí depois que passou a ser da sociedade civil. Aí eu assisti uma reunião e comecei a assistir. Confesso que isso já tem muito tempo. **Toda minha vida tem muito tempo**. (...) Olha, eu sou uma pessoa muito observadora, né? E eu achava que tudo isso podia ser uma contribuição para minha vida acadêmica. E acabou sendo mesmo, né? Porque na verdade **eu nunca separei muito, nem na minha cabeça, nem no meu coração, essa distinção entre acadêmico e militância. Sempre foi muito junto**. Sempre foi. Quando eu estudava, eu participava do diretório acadêmico. Não como cargo, porque eu nunca gostei de cargo. Mas assim, na militância mesmo, né? **A militância sempre me acompanhou. Essa militância que eu acho que me traz assim... Que traz um vigor para mim, até hoje, né?** Então, essa militância no Fórum PNEIRJ, na ANG-RJ, na SBGG, na vida... né? **Não se pode separar do profissional. é a trajetória de vida mesmo**, né? (...) Nós pegamos a ditadura na época do movimento estudantil. Mas eu acho que... **Talvez o que me dê força é a vontade de militar, de ver uma sociedade melhor, mais justa**. Mas na verdade, **eu não sou muito favorável a você fechar a militância em termos de um só tema**, não. Ele tem que se ampliar, ele tem que pensar no outro. Não é só ficar no velho, né?”. (grifos meus).

Professores e envolvidos no meio acadêmico, Leila e Sandro circulam por espaços como a ANG-RJ, SBGG, o CBCISS, o Fórum PNEIRJ e o CEDEPI. São personalidades respeitadas dentro do Fórum PNEIRJ, tendo suas falas sempre ouvidas e levadas em consideração, apesar de também estabelecerem conflitos com a coordenação do Fórum PNEIRJ sobre a forma como as atividades são conduzidas, questão que desenvolvo no Capítulo III.

Assim como nos casos de Joana, Rosa e Dandara, a militância foi presente durante a vida de Leila mesmo antes de sua velhice ou de ter sido confrontada com o tema do envelhecimento. É possível compreender, através do relato de Leila, que a militância é um elemento que influencia positivamente a sua experiência de envelhecimento, que está associada a um projeto de sociedade no qual Leila acredita e não se restringe ao espaço do Fórum PNEIRJ ou à causa dos idosos.

Ao falar sobre sua vida na velhice e suas relações fora dos espaços de militância pela causa dos idosos, Leila disse:

“Então o que eu acho que é bom na minha vida maluca [risos] é essa diversidade, entendeu? Eu também visito as pessoas da família, né? Os doentes...Essas coisas que a gente faz sempre. **Então eu tenho uma vida ativa.** (...) Eu acho que recebo muitos apoios, né? **Quem reclama é o meu marido.** [risos] Sempre né? Quer dizer, não entende muito, né? **‘Por que você vai fazer? Não ganha nada com isso.’** A minha família não entende nada. Eu explico, mas ninguém quer escutar também, né? Eu sempre escuto **‘você não se aposenta nunca...’**. Mas, olha bem, enquanto a gente tem alguma coisa para compartilhar, né? Eu acho que eu tenho obrigação disso, por tudo que eu já recebi, gente! Tive muito apoio na vida. Eu recebi muito apoio da vida. Eu não tinha nada, gente! Consegui fazer uma faculdade, consegui fazer uma pós-graduação, consegui fazer um mestrado, consegui fazer um doutorado, né? **Eu acho que eu tenho que devolver isso de alguma maneira.** Eu acho que é uma história de luta, uma história de sobrevivência, né? **Eu acho que a militância me ajuda e ajuda o outro.**”. (grifos meus).

Para Leila, seu envolvimento com a militância na causa dos idosos a mantém ativa, possibilitando que ela continue atuando nos espaços e trabalhando com os temas de que gosta. É possível entender também que a militância de Leila se relaciona com a profissão que exerceu durante sua vida adulta e a qual ainda é muito ligada, o Serviço Social. Em paralelo a isso, está presente também na fala de Leila a ideia da militância como uma forma de “ajudar o outro”, “devolver aquilo que recebeu”, o que evidencia a origem humilde de Leila e, ao mesmo tempo, a exclui do público alvo da militância. Embora já tenha vivido em condição mais vulnerável e fragilizada - principalmente economicamente -, hoje Leila não compõe a população idosa pela qual o grupo de mulheres pesquisadas objetiva lutar.

1.3.7 Bertha

A última mulher descrita e analisada neste primeiro capítulo é Bertha. Ela tem 78 anos, é branca, solteira e sem filhos. É natural do Rio de Janeiro, com formação em Psicologia e Pedagogia.

Em 1996 Bertha defendeu sua tese de doutorado sobre a Universidade Aberta da Terceira Idade (UnATI) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), e ela sempre se refere com muito orgulho à sua tese, por ter sido a primeira obra brasileira sobre o tema, sendo premiada no mesmo ano pela SBGG.

Bertha contou que aos 18 anos de idade foi pedida em casamento, mas que optou por estudar e trabalhar, já que o noivo queria que ela permanecesse em casa. Ela atuou ao longo de sua vida como professora primária, depois passou a dar aulas em escolas estaduais do Rio de Janeiro, e a partir de 1972 atuou como professora na UFRJ e psicóloga clínica, estando atualmente aposentada. A pesquisada tem livros e artigos publicados em periódicos acadêmicos e não acadêmicos, é constantemente convidada para dar entrevistas e palestras sobre o tema. Desde 2003, Bertha participa de um programa de rádio toda terça-feira, respondendo perguntas de ouvintes sobre envelhecimento. Ela se apresenta como escritora e pesquisadora e disse:

“Eu gosto muito de escrever. Eu escrevo, geralmente, para nove lugares por ano. Escrevo todo mês no blog, a coluna da terceira idade, né? E na rádio é mais intergeracional, mas sempre há, vamos dizer, um viés ligado ao envelhecimento. Porque é o meu interesse. É o tema do resto da minha vida.”. (grifos meus).

Em diversas ocasiões Bertha chamou atenção para o Artigo 24 do Estatuto do Idoso, que diz: “Os meios de comunicação manterão espaços ou horários especiais voltados aos idosos, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural, e ao público sobre o processo de envelhecimento” (BRASIL, 2003). Através desse tópico do Estatuto do Idoso, Bertha explicou sua motivação para estar sempre buscando espaço nos mais diversos meios de comunicação.

Em toda reunião do Fórum PNEIRJ Bertha chegava com revistas que continham publicações suas ou com informativos sobre eventos que ela tinha sido convidada a participar. Seu interesse pelo tema do envelhecimento começou durante a sua carreira docente, como ela contou:

“Eu **estudo envelhecimento desde 1985**. Quando saiu o livro do Skinner⁵⁶. Ele estava com 85 anos, né? E Skinner foi um psicólogo, uma pessoa no campo acadêmico muito conhecida. Aí, saiu esse livro dele e eu fui estudar esse livro. Levei a temática inclusive pros meus alunos. Porque eu dava ‘Psicologia da Educação’ pros formandos. Então, eu comecei já a falar. Porque **a universidade sempre estudou até a fase da juventude, e aí alguma coisa se falava de adulto. Mas envelhecimento jamais**. Então, é... porque muitas pessoas tinham avós, já tinham pais idosos. Eu tive vários alunos que eram mais velhos do que eu na universidade.”. (grifos meus).

Através do seu interesse de pesquisa, Bertha se inseriu na SBGG e na ANG-RJ. Por intermédio dos contatos que fez na ANG-RJ, conheceu o Fórum PNEIRJ.

“Como eu defendi meu doutorado em 1996, foi o ano da criação do CEDEPI. E aí eu já estava muito ligada à ANG-RJ, e aí então eu fiquei sabendo da criação do Fórum PNEIRJ. Quer dizer, quando eu podia, eu... depois que eu me aposentei que eu comecei a ir. (...) Mas depois eu realmente me tornei membro efetivo, fui sempre. Particpei de algumas diretorias. Mas **nunca quis presidir, porque não é a minha área**, mão é a minha especialidade. Eu **prefiro sempre assessorar**, colaborar. E não ficar de frente ali. Fui presidenta da ANG-RJ durante um período. E foi muito interessante porque, como eu sou escritora, eu valorizo muito pesquisa e escrever. Nós temos uma revista indexada da ANG-RJ. Aí eu valorizei bastante.” (grifos meus).

Atualmente, Bertha representa a Associação Brasileira de Psicologia Aplicada (ABRAPA) no Fórum PNEIRJ, e em tempos passados já representou a instituição em alguns conselhos, como o CEDEPI e o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro. Está incluída em suas atividades também a assessoria que Bertha presta para OAB da Barra da Tijuca, bairro em que reside na cidade do Rio de Janeiro. A pesquisada tem ainda um projeto onde mora, promovendo encontros e trocas entre idosos e crianças na escola. Ela explicou sua motivação:

“**A minha militância vem sempre ligada à educação**. Eu penso que é muito importante você conseguir levar, mesmo que pequenas coisas. Tudo quanto é espaço eu aproveito. Porque você consegue levar uma ideia, né? E se diz que as idéias são forças tendentes à realização.”. (grifo meu).

E mais uma vez fez referência ao Estatuto do Idoso, Artigo 22: “Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.” (BRASIL, 2003).

⁵⁶Burrhus Frederic Skinner (1904-1990) foi um psicólogo behaviorista, inventor e filósofo norte-americano. Para saber mais, acesse: https://www.ebiografia.com/burrhus_frederic_skinner/. Acesso em: 09 de jul. de 2019.

Na entrevista que realizei com Bertha, uma fala chamou minha atenção: “A autorealização é um tema que me interessa muito, desde os anos 70 que eu estudo isso.” Quando Bertha fala de autorealização é possível imaginar que ela se refere tanto aos outros idosos, que são seus objetos de pesquisa e militância, quanto à sua própria experiência de envelhecimento. Através do discurso de Bertha foi possível compreender que continuar escrevendo, fazendo contatos e associações, divulgando o tema do envelhecimento e militando pelos direitos dos idosos está relacionado à sua autorealização na velhice.

Frequentemente Bertha diz ser confrontada com questionamentos sobre suas atividades por parentes e amigos.

“As pessoas às vezes me perguntam: ‘não vai se aposentar, não? Por que a senhora faz tanta coisa?’ Não sei! Porque eu sempre emendei! **A minha família acha que eu sou maluca. Faço coisas loucas. Que eu não precisava fazer mais nada disso** que eu estou fazendo... que isso aí é uma bobagem. A maioria da minha família acha isso. Muitos amigos aceitam e valorizam. Outros não querem nem falar no assunto, sabe? ‘Isso é assunto da Bertha!’. Quer dizer, **é o meu assunto, não é deles.**”

Apesar das cobranças familiares e de se sentir incompreendida em sua militância e demais atividades, Bertha afirmou não abrir mão de sua liberdade e de fazer as coisas que fazem com que ela se sinta realizada.

“Envelhecer pra mim significa **poder fazer o que eu quero**. É uma conquista que eu fiz na minha vida, né? Eu posso fazer o que eu quero comigo, com a minha vida, com meu dinheiro. **Envelhecer é realmente continuar fazendo o que eu gosto**. Quer dizer, **eu tenho mais tempo** para escrever agora. Escrever, dar palestra, eu gosto muito. (...) Você vê, já estou com 78 anos, eu **continuo produzindo**, sendo requisitada, tendo vontade, né? Curiosidade. (...) Eu não sou hiperativa, **eu sou ativa**. Eu gosto.” (grifos meus).

Durante uma conversa, Bertha relatou que estava enfrentando recentemente problemas de saúde, mas disse que não gostaria que fossem publicados detalhes sobre isso. Apesar da condição de saúde comprometida, Bertha demonstrou um raciocínio rápido e entusiasmo em dizer que é curiosa, produtiva e ativa.

1.4 Semelhanças e diferenças entre as mulheres que militam pelos direitos dos idosos

Quem são as mulheres militantes pelos direitos dos idosos? Quais as diferenças e semelhanças entre essas dez mulheres que hoje são pessoas de destaque tanto no Fórum

PNEIRJ, quanto em outras instituições, no que se refere à defesa dos direitos dos idosos? O objetivo desse tópico é realizar uma síntese dos perfis das mulheres pesquisadas e destacar pontos de convergência ou divergências em suas falas e histórias.

Através da análise e descrição das três mulheres que são lideranças no grupo e das outras sete mulheres que também atuam na condução das atividades do grupo⁵⁷, podemos compreender que nove dessas dez mulheres são brancas e possuem nível superior completo, sendo apenas Dandara negra, ex-empregada doméstica e que não teve oportunidades de obter uma formação escolar mais avançada.

Com idades que variam de 66 a 86 anos, a maioria dessas mulheres (seis) nasceu no Rio de Janeiro. Apenas três delas são naturais de cidades da região Nordeste do Brasil, residentes atualmente na cidade do Rio de Janeiro, e uma natural e residente em uma cidade do interior do estado do Rio de Janeiro. Rosa, Nise, Dandara, Simone, Anita, Bertha, Conceição e Tarsila afirmaram ser católicas, Leila se declarou judia e Joana não manifestou pertencimento a nenhuma religião.

Um ponto em comum entre essas mulheres é a atuação profissional ao longo de suas vidas adultas. Elas fazem parte de uma geração de mulheres que estão se inserindo no mercado de trabalho e provocando modificações no modelo tradicional de família (FONTES; SORJ, 2012). No entanto, é possível dizer que o exercício de trabalhos remunerados fora do âmbito doméstico não é uma característica comum dentre as mulheres da mesma idade das pesquisadas, já que a inserção da mulher no mundo do trabalho formal no Brasil se deu de forma gradual, significando muitas vezes a acumulação de trabalho remunerado e cuidados domésticos (ARAÚJO; SCALON; PICANÇO, 2007).

Outros elementos que chamam atenção dentre as pesquisadas são o estado civil e a maternidade (ou neste caso, a ausência dela). Seis dentre as dez mulheres analisadas são solteiras (e sem filhos), uma é divorciada, uma é viúva e as outras duas são casadas. É possível estabelecer uma associação entre a atuação profissional e política com o fato de que seis mulheres pesquisadas são solteiras e outras duas atualmente também não possuem ou não se relacionam com maridos.

No total das dez mulheres descritas, oito não possuem parceiros e seis não possuem filhos ou netos. Podemos inferir que o casamento e os filhos dificultam a inserção dessas mulheres no trabalho fora do ambiente doméstico ou no exercício da militância? Bruschini e Lombardi (2002), ao analisarem dados do IBGE sobre a participação de mulheres no mercado

⁵⁷Nos apêndices dessa tese inseri uma tabela que sistematiza algumas informações sobre as pesquisadas, tais como idade, etnia, formação, dentre outros, a fim de facilitar as análises e comparações.

de trabalho brasileiro, destacam que até a década de 1970 o casamento, os filhos e as responsabilidades familiares e domésticas que são imputadas às mulheres se constituíam como fatores de impedimento ao trabalho formal feminino.

A pesquisada Nise, divorciada, relatou que o fim do seu casamento representou uma libertação para que ela pudesse realizar as atividades que ela quisesse, incluindo o trabalho pela causa do idoso, sem dever satisfações ou explicações ao marido. Tarsila e Bertha afirmaram que nunca quiseram casar, pois queriam priorizar suas carreiras profissionais. Rosa e Leila, as únicas casadas do grupo, relataram que seus maridos não compreendem o engajamento político delas e cobram que elas estejam mais presentes em casa.

Quando essas mulheres não se casam ou não têm filhos, mas investem em suas carreiras e em suas militâncias políticas, elas rompem com as expectativas sociais de um modelo ideal de mulher ou do que é considerado feminino em suas gerações. (MACCORMACK, 1980; SCOTT, 1989; PEIXOTO, 2001; BOURDIEU, 2014).

Mesmo subvertendo os padrões sobre as atividades que uma mulher - e também uma mulher idosa⁵⁸ - deveria exercer, e mesmo que a maioria dessas mulheres não se relacione ou coabite com cônjuges, seus comportamentos não estão isentos de exigências e críticas familiares. Essa questão foi muito presente na fala das pesquisadas, quando associavam suas atuações profissionais e políticas aos relacionamentos familiares. Falas como “por que você não se aposenta de fato?”, “não entendo por que você faz tudo isso”, “você não ganha nenhum dinheiro para fazer nada disso” ou “você não precisa mais disso” demonstram que os familiares e amigos das pesquisadas não entendem ou compartilham dos motivos para o engajamento dessas mulheres na causa dos direitos dos idosos. Acreditam que elas deveriam estar em casa, cuidando dos afazeres domésticos e descansando, já que boa parte dessas mulheres “não precisa mais trabalhar” ou “não precisa se desgastar tanto”, de acordo com as falas que elas citam dos seus familiares, pois não fazem parte do público alvo das políticas públicas que lutam para assegurar. Em geral elas não precisam, mas querem lutar para garantir os direitos da população idosa.

No item 1.2 desse capítulo foi dito que a maioria das mulheres que foram descritas são de classe média. Muitas possuem aposentadorias decorrentes do serviço público, auxiliam economicamente seus familiares, frequentam teatros e cinemas, moram em bairros privilegiados na cidade do Rio de Janeiro (na região da Zona Sul ou Zona Oeste) e viajam a

⁵⁸Dados da pesquisa da Fundação Perseu Abramo (FPA), em parceria com o SESC (2007), mostram que 48% das mulheres idosas no Brasil são viúvas, 37% casadas e apenas 6% solteiras. 93% dessas mulheres têm filhos e apenas 7% não.

lazer e a trabalho, muitas vezes arcando com os custos de viagens, eventos e atividades que organizam na militância pelos direitos dos idosos.

No entanto, boa parte das pesquisadas relata que não nasceu em famílias de elite ou de classe média. Por este motivo, desde muito novas essas mulheres tiveram de se inserir no mercado de trabalho e/ou no meio acadêmico, como forma de garantir seu sustento e também sua ascensão social, como relataram Leila, Tarsila, Nise, Dandara, Simone e Rosa.

Elas conseguem essa ascensão através da formação e do exercício de profissões em áreas como Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e Gerontologia - as mais recorrentes entre as mulheres pesquisadas⁵⁹ -, dentre outras. É possível também destacar que as profissões que mais aparecem entre essas mulheres pesquisadas são profissões consideradas femininas, em uma lógica de divisão sexual do trabalho e de assimetria entre os sexos na sociedade (ARAUJO, 2002).

Relacionadas ao assistencialismo, saúde e educação, porém tendo menor prestígio em comparação às outras profissões das mesmas áreas, como Medicina ou docência universitária, essas profissões são compostas por uma maioria de mulheres, podendo também estar associadas à noção de cuidado ou à naturalização da capacidade de cuidar como sendo uma qualidade inerente às mulheres (ARAUJO, 2018).

A noção de vocação para o cuidado está também presente nas falas das pesquisadas, que por vezes ressaltam sua dedicação ao cuidado da família: cônjuge, pais, filhos, netos, sobrinhos, etc.; outras vezes falam sobre a cobrança familiar para que elas permaneçam mais tempo em casa ou se dediquem mais aos cuidados domésticos e familiares.

Podemos ainda pensar na questão do cuidado ao destacarmos as diversas falas das pesquisadas presentes neste capítulo que associam as suas atividades de militância à prática da caridade ou a um “cuidar do outro”, evidenciando que nem sempre se incluem no público idoso que precisa dos seus direitos e benefícios garantidos, embora também se considerem e possam ser consideradas idosas. Paz (2001) chama a atenção para o fato de que o movimento idoso é formado por técnicos e especialistas na área do envelhecimento - que vão identificar um conjunto de precariedades e necessidades para a população idosa e exercer o papel de protetores/defensores dos idosos - ao invés da população propriamente idosa.

Essa narrativa do cuidado e da caridade, que se repete e chama a atenção dentre as características e múltiplos elementos que compõem este grupo de mulheres, aparece em

⁵⁹Essas carreiras aparecem nas trajetórias de oito dentre as dez mulheres pesquisadas.

alguns momentos como uma motivação para o engajamento nas atividades deste grupo de mulheres, mais especificamente para Nise, Anita, Simone, Tarsila e Conceição.

Em contrapartida, vimos também nesse capítulo falas das mulheres pesquisadas que demonstram que a militância foi um elemento presente ao longo de suas vidas, e não apenas na velhice ou direcionada à causa do idoso. Neste sentido, Joana, Rosa, Dandara e Leila parecem nos mostrar um diferente caminho que as levou a se tornarem militantes pela causa da população envelhecida. A militância nesses casos não aparece mais tão associada à ideia da filantropia, do “amor ao próximo”, mas à continuidade de uma trajetória de lutas por diversas causas que teve início nas suas vidas adultas ou durante o exercício das suas profissões.

Outro elemento de destaque nas descrições e análises sobre as pesquisadas é a noção de atividade ou de se manterem ativas. Em muitos momentos aparecem nas falas das pesquisadas relatos sobre como não se sentem aposentadas, como querem continuar fazendo as atividades que gostam, como suas vidas são cheias de compromissos, responsabilidades e de relações sociais que não se restringem ao âmbito doméstico ou familiar, e como se sentem autônomas e independentes.

Em uma primeira análise, poderíamos dizer que essas mulheres incorporam os discursos sobre a necessidade de manter um envelhecimento ativo que fazem parte da Gerontologia, ciência que aparece como origem e base para esse movimento social, e também estão presentes nas políticas de saúde e serviços voltados para as pessoas com mais de 60 anos (DEBERT, 1999). Discursos esses que algumas dessas mulheres também ajudam a construir e transmitir, já que boa parte do grupo tem formação em Gerontologia, algumas inclusive com publicações na área, e faz parte da associação regional da categoria profissional, a ANG-RJ.

Porém, se analisarmos com atenção, perceberemos que o envelhecimento que vivenciam e defendem as mulheres pesquisadas se diferencia da forma como algumas vezes os discursos produzidos pelas gerontólogas e gerontólogos são mobilizados. Para essas mulheres, quando se fala em “envelhecimento ativo”, não se deve levar em consideração apenas a prevenção em relação à saúde, ou a prática de exercícios físicos, ou o lazer e o consumo, mas é preciso exercer protagonismo político, ter conhecimento sobre e fazer valer seus direitos. Portanto, a necessidade de se manter em atividade para essas mulheres passa mais pelo exercício da cidadania do que pelas estratégias de prevenção da saúde e autocuidado. Destro de Oliveira (2015) também identifica nos conselheiros idosos que estuda a ideia de que uma boa velhice deve envolver engajamento político. Joana em entrevista disse:

“Quando se fala de idoso se pensa muito em bailes, festas, em lazer, viagens, academias da Terceira Idade... Mas eu acho que **mais importante é a participação do idoso** nos fóruns, nos conselhos, nas instituições... Existem várias abordagens, entendeu? Eu acho que todas elas são válidas. Até essa das festas e bailes, eu acho que são importantes. Agora, eu acho que não deve se restringir a isso, né? Tem que ser um campo mais amplo.”. (grifo meu).

Nise, em discurso pelos 25 anos da ANG-RJ, disse: “Somos ativas, estamos nos preparando para o nosso envelhecimento. **Não nos preocupamos com rugas, mas com qualidade de vida, dignidade e direitos**” (grifo meu). Durante conversa Nise me contou: “Não quero fazer *botox*. Falei para o dermatologista para ele parar de falar isso para mim, que se ele falasse de novo eu não ia mais nele. Nada contra quem quer fazer, mas eu não quero.”

É possível compreender que essas mulheres produzem um sentido diferente a respeito da ideia de “envelhecimento ativo”, em relação aos sentidos que estão presentes nas políticas e programas direcionados à população idosa.

Ao tratar do tema da “reprivatização da velhice”, Guita Grin Debert (1999) salienta como as produções de profissionais da Gerontologia, a partir da década de 1980, vão ter como objetivo a educação dos idosos para que se ocupem de autocuidados e sejam saudáveis, independentes e ativos. A autora salienta também que em muitos casos essas práticas podem significar uma negação da velhice ou de seus aspectos considerados negativos, como declínio físico, estético, social, cognitivo, dentre outros.

Já as mulheres aqui pesquisadas apresentam ideias mais coletivas e públicas sobre a velhice e suas necessidades, o que envolve uma valorização da velhice, ao invés de sua negação.

Neste capítulo, procurei apresentar e descrever as dez mulheres que exercem papel ativo e frequente nas atividades criadas e realizadas pelo grupo. Nesta descrição, destaquei três mulheres que são figuras de liderança e, portanto, mais influentes nas tomadas de decisões sobre os rumos que o grupo deve seguir.

Através das características e histórias de vida das dez mulheres pesquisadas, tentei mostrar a relação delas com o engajamento político pela causa do idoso e como esse tema se inseriu em suas trajetórias. Procurei também destacar características comuns dentre as pesquisadas, como perfil sócio-econômico, etnia, naturalidade, profissões e estado civil, e também questões que aparecem recorrentemente em suas falas, como a associação da militância com filantropia, caridade, ou “cuidado ao próximo”, ou uma disposição para o engajamento político que já era presente antes de serem consideradas idosas.

Através dessa descrição, pude também apresentar as principais instituições que fazem parte da rede de relações e associações que essas mulheres constroem na prática de suas militâncias, como o próprio Fórum PNEIRJ, o Fórum Nacional Permanente da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa, o Fórum PMI-RJ, o CEDEPI, o CBCISS, a ANG-RJ, além de outras instituições que cada mulher representa dentro desses espaços, ou que elas fazem ou já fizeram parte.

CAPÍTULO II – Agenda de lutas: quais são as causas defendidas pelas delegadas do Fórum PNEIRJ?

2.1 Do que os idosos precisam?

“1999 – ANO INTERNACIONAL DO IDOSO

Nunca se falou tanto de idosos no jornal, na TV, nos eventos

Parecem tempos vitoriosos, propalados aos sete ventos!

Muitos encontros, tantas festas a iluminar os palcos e cenários,

Músicas, passeatas, serestas, palestras, teatros, comentários.

Quem mais brilhou, afinal? Teria sido o idoso?

O protagonista principal de um ano luminoso?

Pensando bem, quem lucrou com campanhas publicitárias?

Desconfio, quem mais ganhou foram empresas milionárias

Que vêem um grande mercado de consumo, a ser explorado

de serviços, produtos e lazer, para os idosos vender

E o idoso pobre, carente, fica fora, nem é lembrado

Não pode ficar contente por ser deixado de lado.

Precisamos repensar com bastante atenção

Não adianta comemorar sem organizar a ação

de programas de verdade,

Que possam mudar o prumo melhorando a qualidade de vida,

novo rumo não por um ano, somente

Mas tornar-se permanente, o tema, sempre presente, no coração e na mente.

Que no novo milênio, sejamos os idosos respeitados

Não por força de um convênio, mas pelos direitos conquistados

E que a CIDADANIA saia do papel, seja VERDADE,

Dando vez à DEMOCRACIA ainda tão longe de nossas realidades.

Quero terminar meu poema com carinho e otimismo

A velhice, nosso tema, tem muito de bom, de lirismo

De experiências acumuladas que quando compartilhadas,

dão à vida um doce sabor de saudades,

De luz e de amor, com o carinho de Leila, em 10/12/1999” (grifos meus).

O que querem as mulheres que militam pelos direitos dos idosos? Quais são as causas que elas defendem? O que acreditam que os idosos necessitam? Para dar início ao desenvolvimento dos questionamentos propostos nesse capítulo, início com o poema de Leila, publicado em seu livro sobre as Universidades para a Terceira Idade. Ao escrever seu poema sobre o Ano Internacional do Idoso, Leila teceu críticas sobre o destaque midiático, social, científico e político que a velhice vem adquirindo nas últimas décadas, ao mesmo tempo em que destaca o que acredita serem as reais necessidades dos idosos, especialmente idosos de baixa renda ou condições de dependência econômica e física.

Ao dizer que a relevância que o tema da velhice vem adquirindo tem beneficiado às empresas em detrimento dos idosos ou atendido a outros interesses que não a “qualidade de vida” dos idosos, Leila criticou a tendência de pensar a velhice em termos de prazer e bem-estar individual. Podemos relacionar a crítica de Leila à ideia de “reprivatização da velhice”,

sendo a velhice pensada em termos de consumo, individualismo e autocuidado, e o idoso como o próprio responsável pelo “sucesso” ou “fracasso” do seu processo de envelhecimento.

Este conceito pode ser comparado à biossociabilidade de Paul Rabinow (1999). Segundo o autor, tal noção prevê uma gama de “pré-pacientes” que devem se antecipar e se prevenir através da adoção de comportamentos e estilos de vida considerados saudáveis. Ela difunde a premissa de que o indivíduo na sociedade ocidental é responsável por sua saúde, através do que ele faz ou deixa de fazer, aumentando ou diminuindo riscos sociais.

Leila, assim como as outras pesquisadas, se afasta da ideia de “envelhecimento ativo” pensado e valorizado em termos de prevenção da saúde através de cuidados pessoais e capacidade de consumo e com foco direcionado no lazer. Para estas mulheres, mais do que destaque midiático, novos produtos e programas sociais voltados para diversão, os idosos necessitam ter conhecimento sobre seus direitos para que possam reivindicá-los, cobrando de seus governantes serviços eficazes e de qualidade. Destaco a fala de Rosa em entrevista:

“Agora está muito em moda falar em envelhecimento ativo. **Envelhecimento ativo para nós do Fórum PNEIRJ e do CEDEPI é participar em espaços de conselhos e de fóruns**, entendeu? Não é ficar fazendo dança, não é ficar no bingo, né? Essas coisas. Que a maioria é isso. Festinha, bailinho. Muita gente acha que envelhecimento ativo é isso. A gente acha que não, que envelhecimento ativo é ele ser o protagonista realmente. **O nosso trabalho é todo nesse sentido.**” (grifos meus).

Quando Rosa cita “festas, bingos e bailinhos”, faz referência a programas públicos que, em sua perspectiva, não atendem às principais ou mais urgentes necessidades da população idosa, mas são voltados ao lazer e entretenimento. Esse tipo de serviço é interpretado pelas pesquisadas como uma forma dos políticos seduzirem o público idoso, sem investir no desenvolvimento de garantias que entendem como mais sérias, como a promoção de renda, saúde, habitação, transporte e participação política, que pode propiciar a cobrança dos itens anteriores.

Sobre a concepção de “envelhecimento ativo”, Nise disse: “Ficam inventando nomes. Antigamente não tinha isso. ‘Envelhecimento ativo’, ‘saudável’, ‘bem sucedido’... Não acho nada disso nenhuma grande descoberta. **Não existe fórmula para envelhecer. Cada um tem uma condição de vida e necessidades diferentes**”. (grifo meu). O protagonismo do idoso para as pesquisadas é pensado em termos de cidadania e respeito, inserindo também neste processo idosos em situação de vulnerabilidade, seja por condição de classe, escolaridade, saúde, etnia, região, dentre outros. É com esta preocupação que as mulheres engajadas nas

causas dos idosos adotam suas pautas de luta, que são pensadas e propagadas em um sentido humanitário e coletivo.

Simões (2000) também identificou uma desconfiança de seus pesquisados dos movimentos de aposentados na década de 1980 a respeito dos programas públicos voltados para a “terceira idade” com foco no lazer. Para eles, esses serviços teriam como objetivo promover uma despolitização dos idosos e criar uma barreira à ação coletiva. O autor percebeu as diferenças estabelecidas por seus pesquisados entre os objetivos dos programas para idosos e os movimentos sociais de aposentados, sendo os programas espaços de lazer e cultura e as organizações de aposentados, lugares de luta política.

2.2 “Não mexa nos meus direitos. Direito não se reduz, se amplia!”⁶⁰: causas defendidas, pontos de pauta

Para cada causa, uma palavra de ordem: assim inicio o tópico sobre a agenda de lutas das mulheres que são objeto e ponto de partida dessa pesquisa. Ao longo do período de realização da minha pesquisa, tive a oportunidade de acompanhar algumas das causas que foram incorporadas por este movimento social, mobilizando as ações do grupo, gerando discussões, e estratégias de luta.

É relevante destacar que a pesquisa ocorreu em um momento que pode ser descrito como de crise para as instituições e serviços governamentais do estado e da cidade do Rio de Janeiro⁶¹. Os anos de 2016 e 2017 foram marcados pelas notícias de “crise financeira do estado do Rio de Janeiro”, um período em que secretarias foram fechadas (como a SEESQV) e servidores foram exonerados ou ficaram sem salários durante meses, com uma situação ainda mais dramática para os servidores aposentados do estado. Em reunião do PMI-RJ, Joana diz: “me preocupo com os aposentados sem receber. O pessoal está passando necessidade, pedindo empréstimo, cartão de crédito, indo morar em abrigos públicos. A ideia é impor um Estado mínimo à força.”.

Em muitos momentos as pesquisadas sofreram com as consequências dessa crise, com o fechamento da SEESQV e a dificuldade de realocar e dar continuidade ao funcionamento do

⁶⁰A frase que dá o título desta sessão foi observada em um cartaz exibido no “VIII Encontro Nacional de Fóruns Permanentes da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa”, em 2016.

⁶¹Jacqueline Heinen (2009), ao tratar sobre políticas sociais e familiares, aponta que em momentos de crise no modelo de governo de bem-estar social há restrições orçamentárias para manutenção e ampliação deste tipo de serviços.

CEDEPI, por exemplo. As dificuldades geradas pela crise e falência do estado engendraram o sentimento de que era necessário lutar para que o que já existia pudesse permanecer ou ser colocado em prática, ao invés de demandar por novas garantias. Em entrevista, Joana declarou:

“Tem algumas situações que a gente poderia, vamos dizer assim, dar mais direitos ao idoso e mexer no Estatuto do Idoso. E a gente opta por não ir por esse viés. Porque na verdade a gente propõe uma medida pra beneficiar a vida do idoso, só que **a gente vive em uma conjuntura de retirada de direitos e não de ampliação de direitos**. Então, o nosso papel é: **‘nenhum direito a menos’**. Que é tentar exigir o cumprimento do que já tem e nenhum direito a menos. Esse é o nosso movimento. A gente já não tem um movimento de mais direitos, novos direitos, entendeu? (...) Não estamos mais com força e também não é mais esse o momento. **A gente precisa lutar para garantir o que já está previsto**. Melhor não pedir mudanças no Estatuto do Idoso. É um momento perigoso e pode ficar pior. (...) O Estatuto do Idoso é uma lei decantada do mundo inteiro. Na América Latina e o mundo inteiro decanta. Nós temos as melhores leis do mundo. Se a gente tem as melhores leis do mundo, então **vamos cumprir as leis que nós temos**. (...) A gente está vivendo um momento em que como nunca **nós precisamos nos mobilizar**. Não podemos ficar de braços cruzados, deixando tudo ir embora.”. (grifos meus).

O ano de 2016 foi também o ano em que a presidenta Dilma Rousseff sofreu um golpe político, sendo destituída da presidência através de *impeachment*. Assumiu em seu lugar o vice-presidente Michel Temer, que conduziu entre os anos de 2017 e 2018 reformas e medidas como a “reforma trabalhista”⁶², a “reforma da Previdência” e o congelamento de gastos nas áreas da educação e saúde.

Os processos políticos de alcance nacional foram citados pelo grupo do Fórum PNEIRJ como parte de um momento de retirada de direitos e um componente do conjunto de preocupações do grupo pesquisado. Celso é um dos membros do Fórum PNEIRJ que mais levantou essa discussão nos encontros mensais:

“Temos que estar atentos com esse governo do Temer. Está cheio de projetos de lei que não são favoráveis a nós, com congelamento de gastos, sem concursos públicos, precarização dos serviços públicos. Vão vir muitas perdas para os aposentados também, vai sobrar para nós. Essas leis são aprovadas através de negociatas. Fazem de madrugada, enquanto o trabalhador dorme. **Não estão preocupados com os interesses do povo**. É um momento muito difícil para o trabalhador. Há risco de privatizações também. **Só retrocessos**.”. (grifos meus).

É a partir da constatação de que os anos de 2016 a 2018 foram anos de remoção de direitos que as pesquisadas travaram suas lutas durante o período de realização dessa

⁶²A Reforma Trabalhista altera mais de cem itens na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), facilitando os vínculos empregatícios terceirizados, permitindo que o negociado prevaleça sobre o legislado, dentre outras medidas. Para conferir na íntegra as mudanças, acesse: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm Acesso em: 09 de jul. de 2019.

pesquisa. Algumas causas defendidas se restringiram a questões locais da cidade ou do estado do Rio de Janeiro, outras tiveram alcance e repercussão nacional. Apresento a seguir seis pontos de pauta que foram recorrentes nas reuniões organizadas por estas mulheres no Fórum PNEIRJ, Fórum PMI-RJ, CEDEPI e ANG, dentre outros espaços.

2.2.1 “Não vamos aceitar isso de jeito nenhum”: o Projeto de Lei do Conselho Tutelar para o Idoso

Uma das primeiras causas defendidas pelas pesquisadas que pude acompanhar se tratou da tentativa de barrar a tramitação de um projeto de lei na Câmara de Vereadores da cidade do Rio de Janeiro. O projeto, que tramitou em 2016, previa a criação de um Conselho Tutelar para Idosos⁶³, que tinha como objetivo “amparar idosos com mais de 60 anos de idade”, se responsabilizar pela tutela de idosos que fossem maltratados (física ou psicologicamente) ou rejeitados por seus familiares, conforme consta na redação do projeto e fiscalizar e penalizar instituições de longa permanência (ILPs).

O assunto foi pauta recorrente de reuniões tanto do Fórum PNEIRJ quanto do CEDEPI, gerando revolta das pesquisadas que não acreditavam que a proposta do projeto teria como motivação uma preocupação séria com as necessidades da população idosa e entendiam a iniciativa como uma tentativa de conquistar a atenção e os votos dos idosos.

A proposta de criar um Conselho Tutelar para Idosos não é nova. Paz (2001) aponta que uma das versões do projeto do Estatuto do Idoso previa a criação desse Conselho, o que para o autor seria uma forma de falar e decidir pelos idosos, tirando-lhes o protagonismo e colocando-os como incapazes. Mais recentemente, no ano de 2014, houve também outro projeto de criação de Conselho Tutelar do Idoso no município do Rio de Janeiro (não efetivado), de autoria de uma política que é reconhecida pela atuação com idosos.

Em ocasião de uma reunião do Fórum PNEIRJ, Nise diz: “ele ‘chutou o balde’ fazendo isso aí, fez de qualquer maneira”, se referindo ao autor do projeto de lei⁶⁴. Joana pondera que o projeto seria “preocupante”, pois entraria em choque com os princípios postulados pelos fóruns, conselhos e pelas secretarias voltadas ao envelhecimento. Na redação

⁶³Para ler o projeto na íntegra, acesse:

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1316.nsf/13df1141087cf5230325775900523a40/b17f6691a48aba7283257f5b0063f495?OpenDocument> Acesso em: 09 de jul. de 2019.

⁶⁴No capítulo IV falarei mais sobre o vereador Pinheiro, autor do projeto de lei em questão.

do projeto não são mencionados os fóruns e conselhos, ignorando suas atribuições, o que aumentou o descontentamento das pesquisadas.

Durante muitas reuniões no ano de 2016 foram travadas discussões acaloradas a respeito do projeto de lei. Havia preocupação das mulheres pesquisadas e demais membros do Fórum PNEIRJ e CEDEPI que o projeto fosse aprovado, e elas diziam: “Isso é um projeto eleitoreiro. Não vamos aceitar isso de jeito nenhum! Esse vereador é ‘barra pesada’, não é confiável.”. No Fórum PNEIRJ foi aprovada uma deliberação de organizar uma comitiva e procurar o vereador, em conjunto com o Fórum PMI-RJ e o CEDEPI para dissuadi-lo do projeto.

Em reunião do CEDEPI, com representantes do Fórum PNEIRJ e de órgãos governamentais, o projeto de lei foi avaliado como “mal formulado” pelos conselheiros, provocando risos e o reconhecimento da necessidade de atuação para que o mesmo não fosse aprovado. “Temos que ir até o vereador. Tem que marcar uma audiência, senão vai ser levado como produto eleitoreiro.”, disse uma conselheira.

Em votação, decidiram pela rejeição ao projeto e a elaboração de um documento explicitando os motivos. Para os conselheiros, o projeto demonstra o desconhecimento do vereador sobre os serviços já existentes, que podem cumprir os mesmos objetivos do Conselho Tutelar.

A discussão chegou até o CNDI, que emitiu uma nota oficial de esclarecimento contra o projeto de lei⁶⁵, manifestando que a criação do referido conselho não estaria prevista na legislação federal e que o mesmo passaria por cima das atribuições dos conselhos nacionais, estaduais e municipais de idosos, que são os responsáveis por acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento da Política Nacional do Idoso e zelar pelo cumprimento dos direitos dessa categoria, bem como dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)⁶⁶, Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS)⁶⁷ e do Ministério Público, responsável por aplicar medidas de proteção ao idoso.

A carta reforçou, e as pesquisadas concordaram, que se faz necessário o fortalecimento e melhoria dos serviços e instituições já existentes para atender às necessidades da população idosa, ao invés da criação de um Conselho Tutelar.

⁶⁵Para ter acesso à nota oficial de esclarecimento, confira: http://www.ampid.org.br/v1/wp-content/uploads/2014/08/Nota-de-Esclarecimento_CNDI.pdf Acesso em: 09 de jul. de 2019.

⁶⁶Para saber mais sobre os CRAS, acesse: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras> Acesso em: 09 de jul. de 2019.

⁶⁷Para saber mais sobre os CREAS, acesse: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/creas> Acesso em: 09 de jul. de 2019.

Outro ponto ressaltado na carta - que também foi um motivador da revolta das pesquisadas - dizia respeito aos termos “tutela” e “guarda”, que somente se aplicariam aos menores de idade, e não aos idosos. Houve, da parte das pesquisadas, a interpretação de que o projeto de uma maneira geral estaria equiparando as pessoas com mais de 60 anos às crianças, como pessoas incapazes por suas responsabilidades e questões civis. Essa noção se choca com os postulados sobre protagonismo e autonomia das pessoas idosas que vão fazer parte dos documentos oficiais das políticas públicas internacionais e brasileiras, desde a II Assembleia Mundial sobre Envelhecimento (MADRID, 2002), conforme salientado na carta oficial do CNDI.

A comitiva de oito pessoas tirada pelo CEDEPI, com a participação de Rosa, Joana e Nise, tentou contato com o vereador, sem obter resposta do mesmo – elas apenas conseguiram entregar a carta do CNDI para seu assessor.

Após as eleições de 2016, o proponente deste projeto de lei não se reelegeu como vereador do município do Rio de Janeiro. Como consequência, a proposta caiu no esquecimento na Câmara de Vereadores e também deixou de ser pauta de luta do grupo pesquisado.

2.2.2 “Envelhecer é um direito, longevidade uma conquista”: resistência à reforma da previdência

“Reforma da previdência: nenhum direito a menos!” foi o lema do “VIII Encontro Nacional de Fóruns Permanentes da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa”, que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro em novembro de 2016. O evento foi organizado e sediado pelas mulheres que participam do Fórum PNEIRJ, que entendem que a reforma da Previdência Social fazia parte do “pacote de maldades” do governo⁶⁸ de Michel Temer, e discutem recorrentemente em seus encontros que os aposentados serão penalizados com as mudanças impostas.

A Previdência faz parte da seguridade social, assim como a saúde e a assistência social, conforme prevê a Constituição Federal de 1988. O principal argumento para justificar a necessidade de tal reforma é o suposto *déficit* do orçamento destinado à previdência social.

⁶⁸E que está sendo levado adiante pelo atual governo federal de Jair Bolsonaro.

A reforma, ainda em curso, prevê o aumento dos anos de contribuição para a aposentadoria integral, a redução do valor geral das aposentadorias, a redução da pensão por morte e benefícios assistenciais a valores inferiores a um salário mínimo, o impedimento de acumulação de aposentadorias e pensão por morte, a elevação para 70 anos de idade para o recebimento do benefício assistencial, a extinção da aposentadoria especial para professores, dentre outras medidas que ainda estão sendo discutidas no Congresso Nacional Brasileiro.

O tema da reforma da Previdência, de alcance e interesse nacional, começa a ganhar espaço nas reuniões do Fórum PNEIRJ em setembro de 2016, pouco antes do VIII Encontro Nacional de Fóruns. No evento, Joana falou sobre a reforma em seu discurso de abertura:

“Essa reforma é baseada em um mascaramento de dados sobre um *déficit* da previdência. Não é *déficit*, é *superávit*. Há um terrorismo em dizer que há um colapso econômico e de recursos conforme o crescimento populacional, quase uma Teoria de Malthus⁶⁹. Precisamos é de desenvolvimento econômico e social. Essa reforma tem motivação política, não econômica. Desde quando as estatísticas são absolutas? (...) 30% da seguridade vai para outros setores. Como pode tirar 30% de algo que supostamente dá prejuízo? São mentiras do governo. Estão tirando nossos direitos para favorecer os empresários. Tem que atacar esses acordos ilícitos!”.

O discurso foi seguido da palestra magna de uma representante da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP). Destaco alguns trechos de sua fala:

“O Brasil foi construído pelos idosos de hoje. A previdência não é um problema, é solução. Não há *déficit* nenhum. Qual a realidade dos números? Todo ano tem *superávit*. Uma reforma tem que ser para melhorar, não piorar as coisas. Não querem que façamos encontros como esse, pois querem fazer algo que é inconstitucional. Mas **vamos lutar por nossos direitos.** A ANFIP tem uma equipe econômica estudando o tema. A gente lança livro, procura os deputados. Temos que manter a coragem e a energia. Quando me convidam para dar palestra, eu pergunto ‘Posso falar a verdade? Senão nem vou.’ O que ocorre é que utilizam a previdência pública para manter o custeio de outros gastos, não rende em lugar nenhum. Cadê o dinheiro que nós pagamos? Não há respeito ao dinheiro da seguridade. **Querem colocar a culpa nos idosos. Graças a Deus que existem tantos idosos, pois consomem e geram tributos, impostos. Ajudam as famílias. Senão o Brasil tava pior! Longevidade não prejudica país nenhum!** Há uma cobiça das previdências privadas e dos banqueiros. Não sou contra reforma, sou contra a retirada de direitos. Os direitos que conquistamos nas ruas, nas praças. Não vamos aceitar isso. O rombo é no dinheiro da União, não da Previdência. **Seguridade não é despesa, é investimento.**”.

⁶⁹Desenvolvida por Thomas Malthus, o malthusianismo é uma teoria econômica e demográfica cujo principal argumento consiste na ideia de que um elevado crescimento da população poderia tornar insustentável a produção de alimentos. O pensador defendia a necessidade de controle da natalidade às camadas mais pobres da sociedade para evitar um possível “caos demográfico”. Para mais informações, confira: <https://www.dicionariofinanceiro.com/teoria-malthusiana/> Acesso em: 09 de jul. de 2019.

A palestrante apresentou dados que sustentam a tese de que há má gestão e desvio de função do orçamento da previdência. Em sua fala está presente a ideia de que o aumento da população idosa e a longevidade da população brasileira devem ser encarados como conquistas de um país, e não como um problema aos cofres públicos ou aos serviços de saúde. Essa ideia é ratificada pelas mulheres dessa pesquisa através da carta que foi elaborada como resultado do VIII Encontro Nacional de Fóruns⁷⁰.

No debate que se seguiu à apresentação da representante da ANFIP, Rosa disse: “Querem que nos sintamos culpados de viver mais tempo e que nos aposentemos perto da morte!”. Gustavo⁷¹, que também é membro do Fórum PNEIRJ, disse: “Há um discurso para fazer a gente se sentir mal por receber aposentadoria. Não vou, é meu direito!”.

As palestras que aconteceram no segundo dia de evento seguiram a mesma linha. Com representação de uma professora da UFRJ e uma idosa quilombola, as falas destacaram que a reforma da Previdência seria ainda mais prejudicial para as mulheres, que executam jornadas duplas ou triplas, trabalhando fora, cuidando de crianças e idosos da família, e por vezes estudando; e para as populações rurais, que vivem sem opções de lazer e com serviços precários de saúde, educação e transporte e sofrem preconceitos de classe e cor.

A professora da UFRJ convidada para o segundo dia de evento terminou sua participação com a seguinte frase: “Eu sei o que é lutar estando envelhecendo. Não haverá futuro luminoso se não tomarmos nossas vidas nas mãos.”, seguida de aplausos e palavras de concordância das mulheres estudadas nesta pesquisa.

No ano seguinte, o tema da reforma da Previdência se repetiu para o “IX Encontro Nacional de Fóruns Permanentes da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa”⁷², que ocorreu da cidade de Salvador, Bahia. Conforme explicou Joana, essa ainda é uma questão latente e que precisa ser priorizada pelo movimento a favor das causas dos idosos.

Neste encontro houve uma palestra do presidente da Associação de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social no Estado do Rio de Janeiro (ASAPREV-RJ), um advogado especialista em direito previdenciário que destacou as diferentes expectativas de vida entre as regiões brasileiras para dizer que não seria possível aplicar uma reforma com as mesmas condições em todo o país.

Outra palestrante do encontro, pesquisadora na área das Ciências Sociais e funcionária da Secretaria de Políticas para Mulheres na Bahia, chamou atenção para a maioria de

⁷⁰Para ter acesso à carta na íntegra, acesse: <http://forumnacional.net.br/cartarj2.pdf> Acesso em: 09 de jul. de 2019.

⁷¹Gustavo é representante da AMAP-RJ e ex-senador da República.

⁷²O tema do IX Encontro Nacional foi “Pessoas idosas pela luta da Previdência Social pública e direitos”.

mulheres idosas em relação aos homens idosos no Brasil. Além do maior contingente feminino, a palestrante também destacou que são as mulheres que vivem as situações mais precarizadas de trabalho durante a vida adulta e são as mais pobres dentre os idosos. Portanto, seria a população feminina de idosas a mais afetada pela reforma em trânsito.

Ambos os convidados do IX Encontro criticaram aspectos negativos e passíveis de contestação da reforma da Previdência em curso, que, segundo eles, não considera as desigualdades das realidades regionais, entre homens e mulheres e entre negros e brancos no Brasil, em relação às condições de trabalho e expectativa de vida.

A questão da Previdência Social não é uma novidade para os movimentos sociais de idosos. Eneida Haddad (1993) e Júlio Assis Simões (2003) mostraram como os movimentos de aposentados foram combativos durante os anos 1980 e 1990 visando assegurar seus benefícios e lutando contra reformas que não os beneficiavam.

No debate trazido pelas mulheres pesquisadas está presente a ideia de que a aposentadoria é um direito e um triunfo do beneficiário, que deveria ser suficiente para viver, pois esse seria o “merecido tempo de descansar” depois de já ter contribuído durante anos para a Previdência.

No ato público no bairro de Copacabana, que marcou o encerramento do VIII Encontro de Fóruns, Celso disse: “Demos nosso suor para construir esse país. **Não podem nos tratar como velhos, mas sim como pessoas idosas!**”. (grifo meu). Evocando o termo “pessoa idosa” e rejeitando o “velho”, Celso exigiu valorização, respeito e reconhecimento enquanto aposentado.

Outra preocupação que as mulheres do Fórum PNEIRJ expuseram sobre o tema foi a proposta de redução do benefício social para idosas e idosos que não contribuíram ao longo de suas vidas para a Previdência. Elas enfatizaram que o benefício é importante para combater a pobreza na velhice e que esta é uma questão que deve ser defendida para a concretização de uma velhice com dignidade no Brasil.

A reforma da Previdência é também compreendida pelas pesquisadas como parte de uma tendência política neoliberal, que, em suas palavras, “retira direitos, desmonta o Estado de bem-estar social e atende aos interesses dos empresários, prejudicando os trabalhadores e aposentados”. A linguagem sobre o neoliberalismo é constantemente acionada pelo grupo pesquisado como causa da diminuição ou retirada de direitos da população que pretendem defender. É possível compreender que, na percepção das pesquisadas, o neoliberalismo toma forma através das políticas de austeridade do Estado que têm efeitos práticos, como a reforma

da Previdência, a precarização dos serviços de saúde ou o abandono do Abrigo Cristo Redentor, causa que será tratada ainda neste capítulo.

2.2.3 “Trabalhamos por teimosia e amor, porque dinheiro não temos”: a luta pela permanência no prédio da PALONG

A frase que dá título a esta sessão foi dita por Nise em uma conversa sobre a situação do prédio da PALONG e o possível despejo da ANG-RJ. O prédio da PALONG é um prédio do governo federal localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro que foi cedido para ser a sede oficial das instituições de natureza não governamental, formando a Associação do Palácio das ONGs. Anteriormente o prédio servia como sede da extinta LBA, sendo inaugurado como PALONG em outubro de 2000 e abrigando mais de setenta ONGs (TEOBALDO, 2006).

Dentre as instituições que fazem parte da PALONG, destaco a ANG-RJ e a biblioteca do CBCISS, instituições que contam com a participação e direção das mulheres engajadas nas causas dos idosos.

Através da ANG-RJ, uma sala da PALONG foi cedida para as reuniões mensais do Fórum PNEIRJ. A história da fundação do Fórum PNEIRJ está associada ao prédio da PALONG, já que foi o local de sua criação, quando o prédio era ainda sede da LBA, conforme o relato da Tarsila no Capítulo I.

Essa relação entre o Fórum PNEIRJ e o prédio da PALONG se reafirmou através do relato da Joana, que em uma reunião mensal disse: “Existe um compromisso do Fórum PNEIRJ com o prédio da PALONG.”. A fala de Joana se deu em ocasião de uma discussão sobre a permanência ou não das reuniões do Fórum PNEIRJ no prédio, devido às condições precárias de infraestrutura do mesmo. Em 2016 o prédio se encontrava em estado de abandono, com luzes queimadas, corredores vazios e escuros e paredes quebradas. Essa situação ocorria pela falta de investimento do poder público no prédio, que há aproximadamente sete anos tentava reaver o imóvel e despejar as ONGs.

Conforme relato na introdução desta tese, durante os dois anos de duração da pesquisa três órgãos públicos diferentes ficaram responsáveis pela posse do prédio: o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Ministério da Assistência Social e, por fim, o Ministério do Trabalho, que obteve êxito na desocupação do prédio.

Sobre a intervenção destas instituições na PALONG, destaco a fala de Nise: “O pessoal do IPEA chegou aqui e não queria conversar com ninguém. **Nós temos história, credibilidade, não pode tratar a gente como se fosse lixo, como se não fôssemos nada!**”. (grifo meu).

A partir de 2016 pude acompanhar a empreitada das pesquisadas para ganharem na justiça o direito de permanecer no prédio, junto com as demais ONGs. A situação do prédio foi ponto de pauta de todas as reuniões que participei do Fórum PNEIRJ. A fala de Dandara demonstrou a persistência destas mulheres para continuar ocupando o local: “Precisamos ocupar, movimentar o prédio. **Esse é nosso espaço. Temos que lutar aqui.**”. (grifo meu).

Durante esse período as ONGs se responsabilizaram pelo pagamento da manutenção do elevador, contas de luz, água, limpeza e portaria. Conforme Nise afirmou,

“Estão tentando nos tirar do prédio, mas a gente não desiste! A gente está pagando as despesas do prédio, metendo a mão no nosso próprio bolso. Mas está perigoso ficar aqui, sem luz, sem água, sem internet. Está arriscado a acontecer um desastre. Trouxemos um jornalista aqui e ele ficou horrorizado.”.

Em reunião do Fórum PNEIRJ, Bertha disse: “são mais de seis, dez anos nisso. **Vamos continuar resistindo. Já passamos por muita coisa aqui.**”. (grifo meu).

Até o final do ano de 2017, muitas ONGs desistiram de continuar no local e deixaram suas acomodações no prédio, abandonando também a Associação da PALONG. “Cada dia sai uma ONG, sem avisar nada, na calada da noite. O pessoal fala muito, mas na hora do vamos ver...”, disse Rosa.

Em 2017 o veredito foi dado: as ONGs deveriam desocupar o prédio. A Associação da PALONG virou ré na justiça por retaliação de posse e deveria arcar com as despesas jurídicas do processo. Em outubro do mesmo ano, receberam a notificação de que deveriam sair do prédio até o dia 1º de novembro. Em dezembro as portas das salas do prédio foram lacradas e as mulheres do Fórum PNEIRJ ficaram receosas de serem consideradas invasoras no prédio.

A situação do prédio gerou receios, conflitos e desconfianças entre as pesquisadas. Em reunião do Fórum PNEIRJ em dezembro de 2017, Rosa disse: “Todos só sabem me culpar! Tudo é culpa minha! Ficam falando que a Palong não faz nada. Só eu sei! Ainda tenho que ouvir a acusação de que as ONG’s ‘mamam nas tetas’ do governo, de que não pagam nada, ficam aqui de graça. Mentira! Sempre pagamos as contas aqui!”. Rachel⁷³, que não era

⁷³O nome fictício Rachel é baseado em Rachel de Queiroz (1910-2003), tradutora, escritora, jornalista e dramaturga brasileira. Autora de livros como “O quinze” e “Memorial de Maria Moura”, Rachel ganhou diversos

presença frequente nas reuniões, respondeu: “Lacrar as portas é arbitrário. Não podem fazer isso!”. Rosa replicou: “Você quer que eu faça o que? O IPEA fez a mesma coisa.”.

Nise, enquanto presidenta da ANG-RJ, disse: “Eu não vou entrar na sala. Já passei o informe para a ANG Brasil, para o Ministério Público, para a Delegacia do Idoso, para o Fórum PNEIRJ, e outras instituições, avisando que a sala está lacrada. Se romper o lacre, configura invasão.”.

Na reunião seguinte, em setembro de 2017, Nise comunicou que solicitou ajuda do corpo jurídico da Após-Furnas para fazer um levantamento da situação e recebeu a notícia de que a causa estava de fato perdida: “Estou procurando um novo espaço. Não vou esperar nos despejarem. Porque vão nos despejar”, ela disse.

O final do ano de 2017 foi marcado pela incerteza e angústia a respeito do destino das sedes da ANG-RJ e a biblioteca do CBCISS. A ANG-RJ ficou provisoriamente alocada na residência de Nise e a biblioteca do CBCISS foi colocada em um depósito, onde aguarda um espaço definitivo. Joana levou os documentos do Fórum PNEIRJ para o instituto dirigido por ela e as reuniões passaram a ocorrer em lugares diferentes a cada mês, conforme as instituições participantes pudessem ceder um espaço, sempre no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Atualmente o prédio da PALONG não está sendo utilizado, e foi feita uma licitação para a demolição do prédio pelo Ministério do Trabalho. No momento, o prédio permanece desocupado, abandonado e sem função.

2.2.4 “Se não fosse a nossa insistência, o conselho tinha acabado”: a luta para manter funcionando o CEDEPI

Nos anos 2016 e 2017 o CEDEPI foi também uma das principais preocupações das pesquisadas. Falas como a frase que intitula essa seção eram comuns entre as mulheres que militam pelos direitos dos idosos.

Os problemas com o CEDEPI começaram em 2016, com o fim da SEESQV, secretaria que abrigava o CEDEPI. Além do vínculo institucional com o conselho, muitos servidores que trabalhavam na SEESQV eram também conselheiros no CEDEPI. Com o fim da secretaria, o CEDEPI perdeu sua sede (que antes era localizada no bairro do Méier, Zona

prêmios literários, sendo a primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1977. Para mais informações, acesse: https://www.ebiografia.com/rachel_queiroz/ Acesso em: 09 de jul. de 2019.

Norte da cidade do Rio de Janeiro), suas conexões organizacionais e também alguns de seus conselheiros, como por exemplo Patrícia, reconhecida como uma referência na militância pelas políticas públicas para idosos.

As pesquisadas lamentaram a saída de Patrícia do CEDEPI, fato recorrentemente citado em suas reuniões e conversas. Elas mantiveram contato com Patrícia e descobriram que após sua exoneração da secretaria, ela sofreu uma série de complicações em sua saúde, como trombose e princípio de infarto, precisando permanecer hospitalizada. As mulheres do Fórum PNEIRJ se compadeceram de Patrícia e passaram a visitá-la frequentemente⁷⁴.

Em reunião do Fórum PMI-RJ, Rosa disse: “Foi um constrangimento quando saiu a exoneração da Patrícia e do pessoal que trabalhava na SEESQV. Foi do dia para a noite. Não deixaram nem pegar os documentos com os trabalhos que já haviam sido feitos.”.

Através do Fórum PMI-RJ elas decidiram redigir uma moção de louvor em reconhecimento ao trabalho de Patrícia na secretaria e outra de repúdio por sua exoneração. Para as pesquisadas, o fim da secretaria e a saída de Patrícia do CEDEPI significavam perdas para a causa dos idosos.

Com o fim da SEESQV, o CEDEPI foi repassado para administração da Secretaria de Saúde, onde o SEESQV acabou se transformando em uma subsecretaria, com servidores completamente novos que “ninguém conhece, não são da área do idoso”, como disse Rosa.

A partir desses acontecimentos, Rosa, como atual presidenta do conselho em conjunto com Joana e Nise, começaram a enfrentar uma série de dificuldades para marcar reuniões com representantes da Secretaria de Saúde para estabelecer as condições da transição. Elas buscaram informações e contatos sem retorno e escutaram falas como “Conselho do idoso? Nunca ouvi falar. Não conheço, não sei” de funcionários que, a princípio, deveriam auxiliá-las nesse processo. Rosa disse:

“Fomos maltratadas, desrespeitadas. Foi uma violência contra nós. Fizemos de tudo para o conselho acabar. Chegávamos aqui e diziam que o CEDEPI não existia mais. Não estão marcando reuniões conosco de propósito. Vamos acionar o Ministério Público para acompanhar tudo isso! O que eles querem é isso. **Se ninguém falar nada, o CEDEPI desaparece. Nós continuamos por teimosia.** Quem está por trás disso é aquela ex-deputada federal⁷⁵. Ela manda no Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Rio de Janeiro (COMDEPI), ela achou que ia mandar na gente também, só que **aqui o pessoal é mais politizado. Quando é gestão da sociedade civil é tudo mais difícil.** A situação política não está boa para a gente de direitos humanos e movimentos sociais.”. (grifos meus).

⁷⁴Como consequência dos citados problemas de saúde, Patrícia faleceu em 17 de julho de 2019.

⁷⁵As relações de disputa das mulheres pesquisadas com a citada ex-deputada federal Carla serão tratadas no Capítulo IV.

Sendo o CEDEPI paritário entre sociedade civil e governo, as gestões se revezam a cada dois anos. Hora é um representante da sociedade civil na presidência, hora um representante do governo. A fala de que na ocasião da gestão da sociedade civil os trâmites necessários para a realização das atividades são muito mais morosos e complicados é recorrente entre as mulheres pesquisadas. Podemos compreender que, para elas, o CEDEPI é muitas vezes uma arena de disputa entre movimento social e governo, que não parece empenhado em facilitar a atuação da sociedade civil, principalmente quando esta desafia os interesses que os representantes governamentais possam ter⁷⁶.

Com um comportamento “mais politizado” e com o conhecimento dos seus direitos, conforme disse Rosa, as mulheres do Fórum PNEIRJ acabam sendo para os representantes governamentais aquelas que incomodam, enfrentam, questionam demais, fazem muitas exigências. Um diálogo entre os delegados do Fórum PNEIRJ pode ajudar a entender essa questão:

“JOANA: Temos alianças também, **temos que mostrar a nossa força.**

CELSO: **Temos que ‘peitar’ mesmo,** ocupar. Criar um problema para eles. É assim que a gente ganha a luta. Se tiver imprensa, melhor. O que vão fazer com a gente? Bater? Jogar spray de pimenta?

JOANA: Daqui a pouco temos que fazer o ‘Ocupa CEDEPI’. Criar um fato para nos ouvirem.

NISE: Estamos regredindo, andando pra trás. **O CEDEPI já tinha uma boa posição.** Mas somos guerreiras, corremos atrás. **Conhecemos nossos direitos.”.** (grifos meus).

Entre 2016 e 2017 o CEDEPI mudou duas vezes de sede, com alguns interstícios entre essas mudanças, quando ficou desabrigado. Não foram poucas as ocasiões em que as mulheres do Fórum PNEIRJ tiveram que brigar para que o conselho pudesse ter uma infraestrutura básica para funcionar, como o próprio local de sede, computadores e telefones, tanto para que pudessem entrar em contato com as pessoas e instituições relacionadas às suas atividades, como para que a população tivesse alguma comunicação com o CEDEPI.

Com muitas dificuldades, as pesquisadas conseguiram realizar as reuniões mensais do CEDEPI nos anos de 2016 e 2017. Essas reuniões também mudavam constantemente de local, dependendo das negociações que as mulheres do Fórum PNEIRJ conseguiam estabelecer com os representantes da Secretaria de Saúde.

⁷⁶Destro de Oliveira (2015) identificou que os conselhos podem ser sinônimos de “sociedade civil” diversas vezes, principalmente quando é a sociedade civil responsável pela gestão. Esses momentos evidenciam as correlações de forças entre governo e sociedade civil. Paz (2001) chamou a atenção para a falta de interesse e participação dos conselheiros governamentais nos conselhos de idosos, especialmente em ocasião dos mandatos da sociedade civil.

Em 2017 o CEDEPI passou a ser submetido à Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos (SEDHMI)⁷⁷, porém as mesmas dificuldades foram enfrentadas pelas mulheres do Fórum PNEIRJ. Em reunião do CEDEPI, Joana disse: “É a terceira vez que a gente passa por essa situação de mudanças de secretarias. Já fomos da Assistência Social, depois da SEESQV, depois da Secretaria de Saúde e agora da SEDHMI.”

Outra dificuldade para a efetuação das reuniões era a ausência massiva dos representantes governamentais. Presenciei nesse tempo de pesquisa muitas reuniões em que apenas os conselheiros eleitos através do Fórum PNEIRJ estavam presentes. Em algumas reuniões, não havia nem mesmo quórum para dar início à discussão da pauta. Rosa perguntou ao grupo em certa ocasião: “O que podemos fazer sobre isso? Ligar, convocar? Só vem a sociedade civil para a reunião. Eles estão aproveitando a confusão dos endereços para não vir.” A indagação foi seguida da resposta de Joana: “Tem que procurar os conselheiros pessoalmente. Se eu não tivesse feito isso na minha gestão, não tinha mais CEDEPI. Eu, Joana, fiz isso.”

Em entrevista, Rosa disse:

“A gente está levando com muita dificuldade, **não fechou porque a sociedade civil está segurando**. Quem dá quórum é a sociedade civil. A gente está fazendo as reuniões e o pessoal do governo não vai. Mas a gente não deixa de marcar as nossas atividades.”. (grifo meu).

Com as recorrentes mudanças de secretaria e de situações governamentais do Estado do Rio de Janeiro, ocorreram sucessivas exonerações e admissões, em um intervalo de tempo breve, que não era acompanhado da publicação em Diário Oficial das nomeações dos conselheiros governamentais. Sem a nomeação, não se oficializava o vínculo ao CEDEPI. E assim os conselheiros, bem como o funcionamento e as atividades do conselho, passaram dois anos submetidos às mudanças das secretarias do governo do Estado do Rio de Janeiro.

Outra preocupação das pesquisadas neste período foi a falta da publicação em Diário Oficial das atas de suas reuniões. Havia um receio de que essa não publicação pudesse passar a impressão de que o CEDEPI não existia mais. Rosa disse: “O secretário de saúde ficou engavetando as atas das nossas reuniões, não publicava em Diário Oficial. Tivemos que acionar o Ministério Público para acompanhar.”.

O caso do CEDEPI e a questão da PALONG se assemelham, pois são lutas que não estão diretamente relacionadas às necessidades da população idosa, mas a um esforço para

⁷⁷Em 2019, com a nova gestão do governo estadual do Rio de Janeiro, a SEDHMI também foi extinta, ficando o CEDEPI submetido à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSODH).

que as instituições e seus espaços de atuação anteriormente consolidados sobrevivam. São lutas pelo direito de existir, de serem levadas em consideração, lembradas e priorizadas em suas demandas. É a tentativa de garantir a continuidade das suas militâncias pela causa dos idosos, de convencer os representantes dos setores governamentais de que políticas direcionadas ao atendimento das necessidades da população idosa são importantes, assim como as instituições e grupos que elaboram e fiscalizam essas políticas. Como dizia a blusa que vestia Dandara em um evento promovido pela ANG-RJ certa vez: “Idosos não são invisíveis.”.

2.2.5 “Dignidade não se negocia”: o caso do Abrigo Cristo Redentor

“Dignidade não se negocia”, dizia o cartaz de uma manifestante em ato público pela defesa do Abrigo Cristo Redentor, em maio de 2017.

A primeira vez que presenciei uma discussão sobre o Abrigo Cristo Redentor foi em ocasião do encerramento do VIII Encontro Nacional de Fóruns, citado no tópico sobre a reforma da Previdência. Durante o debate de encerramento do evento, Celso recebeu uma ligação de funcionários do abrigo informando que a instituição passava por problemas e solicitando a intervenção do CEDEPI, através dos membros do Fórum PNEIRJ.

O Abrigo Cristo Redentor é uma instituição de longa permanência (ILP) pública para idosos fundada na década de 1930, que hoje abriga cerca de 300 idosos. Com um espaço de cerca de 176 mil metros quadrados e localizado em um bairro da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, o abrigo já teve alguns episódios de crise financeira, risco de fechamento e já mudou diversas vezes de instâncias de administração governamental (federal, estadual e municipal).

Como funcionário aposentado do abrigo, Celso exerceu o papel de mediador entre funcionários da instituição e as mulheres pesquisadas, estabelecendo esse vínculo e incitando o engajamento dessas mulheres por esta causa.

Em 2008 o abrigo também já havia sido pauta das discussões e ações no espaço do Fórum PNEIRJ, conforme relatou Nise:

“Queriam fechar o abrigo quando era administrado pelo estado do Rio de Janeiro. Queriam mandar os idosos para casa dos outros por um determinado valor, fazer um ‘leilão de idosos’. Ficamos lá paradas na porta, para não deixar as kombis saírem com os idosos.”.

Tratava-se das medidas “Família Acolhedora”, que oferecia uma remuneração mensal para as famílias que “adotassem” até dois idosos abrigados, e “Programa Moradia com Apoio”, que previa uma ajuda financeira para idosos que procurassem novos locais para residir (PONCIANO, 2009).

À época, houve mobilização dos membros do CEDEPI e do CNDI para pressionar parlamentares e denunciar à imprensa a forma como estavam sendo geridos o abrigo e a vida de seus abrigados. Atualmente a instituição é administrada pelo município do Rio de Janeiro, porém recebe verba do governo federal.

A partir da reunião de dezembro de 2016 até o momento atual, a questão do abrigo esteve incluída em todas as pautas das reuniões do Fórum PNEIRJ e do CEDEPI. Celso sempre atualiza o grupo sobre a situação da instituição e dos idosos asilados no local.

“Tem um monte de desgraça acontecendo lá dentro. Falta de manutenção e infraestrutura, falta de recursos, como comida, água, roupa lavada. Os funcionários terceirizados estão sendo mandados embora, deixando os idosos desassistidos. Os idosos estão lá dentro abandonados, morrendo de inanição. Não tem mais segurança lá dentro também. O abrigo sofreu um assalto à mão armada, levaram uma quantidade alta de dinheiro, que era dos idosos, que estava lá na administração. Há algum tempo o abrigo sobrevive de doações, é como eles se mantêm. O terreno lá está abandonado, sem podar árvores e plantas, com aquele mato todo crescendo. Agora, se tinha dinheiro para roubar, como que o abrigo está passando por essas dificuldades? (...) O que a gente quer saber é para onde vai o dinheiro que o abrigo recebe do governo federal. Há uma suspeita de desvio de verba. Agora, a diretoria vai ter que prestar conta disso para o Ministério Público. **Temos que salvar esse abrigo.** Até se tiver que voltar para a prefeitura. Levar um projeto, senão vai acabar. O que é preciso para cuidar do idoso? **O idoso não quer escolinha disso ou daquilo, quer bem estar de vida, dignidade, bom tratamento físico, social e psicológico.**” (grifos meus).

Houve muito debate e muitas suspeitas foram levantadas a respeito da situação pela qual passava o abrigo e os idosos que lá viviam nos encontros do Fórum PNEIRJ. Em algumas ocasiões os delegados do Fórum PNEIRJ chegaram a cogitar desvio de verba e interesse do município em deixar falir o abrigo, fazendo com que aos poucos ele fosse acabando, pois haveria uma especulação imobiliária a respeito do terreno da instituição. Nas palavras de Celso: “querem utilizar o espaço para outras finalidades, menos para o benefício da população idosa. Querem transformar aquilo ali em um *shopping*. O abrigo já está sucateado há muito tempo.”.

A principal preocupação do grupo era com a condição de vida que estariam levando os idosos dentro do abrigo. Em janeiro de 2017, receberam a notícia de que um idoso havia morrido dentro do abrigo, acidentalmente ateando fogo no próprio corpo, pois havia ingerido bebida alcoólica (proibida no local) e deixado o cigarro cair em sua roupa molhada de bebida.

Segundo Celso, desde novembro de 2016 até fevereiro de 2017 já haviam ocorrido 19 óbitos devido ao calor, estresse, fome e abandono, dentre outros fatores. Em entrevista, Nise disse:

“Eu tenho que salvar aqueles que estão em risco de vida, né? Eu acho que é uma negligência muito grande das autoridades, de tudo. Uma violência, né? Negligência é uma das violências. Eu acho que é maior que o Estado está tendo. E falta de dignidade, né? Você não dá uma dignidade para pessoa, que já não tem uma família, que já não tem bens, já não tem nada nessa vida.” (grifos meus).

Clarice Peixoto (2011), ao investigar a velhice em condições de asilamento, apontou para o não atendimento das necessidades básicas e cotidianas dos idosos. A autora utilizou o conceito de “(des)cuidados no final da vida” para tratar da precariedade das condições materiais e morais a que estão submetidos os internos de boa parte das ILPs, notadamente destinadas às populações menos favorecidas⁷⁸.

Nas palavras de Celso, “o abrigo está arriscado a virar outra Clínica Santa Genoveva.” Celso fez referência ao caso da clínica que, devido às denúncias de maus tratos, descuidos, condições inóspitas e enriquecimento ilícito de seus donos, marcou no Brasil uma visão negativa da opinião pública a respeito das ILPs (GROISMAN, 1999)⁷⁹.

A partir do Fórum PNEIRJ, as pesquisadas organizaram uma comissão para visitar o abrigo, formada por Joana, Celso, Rosa e Nise. Entraram em contato com funcionários, familiares dos idosos asilados e com o Padre da Paróquia próxima ao abrigo. Paralelo a isso, a mesma comissão começou a acionar deputados estaduais e vereadores que poderiam ajudá-los ou tomar alguma providência sobre o caso.

Em suas buscas por parcerias para “salvar o abrigo”, conforme as palavras de Celso, as pesquisadas conseguiram envolver o Padre e a comunidade da Paróquia local. Juntos organizaram estratégias de luta pela sobrevivência do abrigo. Na Paróquia se instituiu um Conselho Comunitário, com reuniões às terças-feiras de noite, com a participação de familiares dos idosos do abrigo, moradores do bairro e das pesquisadas, que entenderam que precisavam transmitir suas experiências com fóruns e conselhos para o novo grupo que se formava. Em entrevista, Nise disse:

⁷⁸Através dos resultados de sua pesquisa sobre ILPs, Ana Amélia Camarano (2007) afirmou que o público alvo dessas instituições são pessoas com mais de 60 anos, com comprometimento físico e/ou mental, de baixa renda, sem familiares ou em condições de maus-tratos familiares.

⁷⁹Apesar do estigma que tomou conta das ILPs, Daniel Groisman (1999) argumentou que houve o fechamento da clínica geriátrica alvo dos escândalos, porém não ocorreu um debate à respeito de outras modalidades de instituições de longa permanência (ou asilares), e que, portanto, estas continuam existindo “silenciosamente”.

“É uma experiência que a gente está colaborando para eles crescerem. Eu estou sentindo isso, que nós estamos apoiando o movimento para eles crescerem. Porque eles estão ainda desnorteados. Eles querem participar, querem formar, atuar, mas eles estão meio desorganizados. E **nós estamos mostrando para eles como é**, né?” (grifo meu).

Com o apoio de um deputado estadual, as pesquisadas iniciaram uma empreitada para pressionar a responsável pela comissão do idoso na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) a instituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos abrigos para idosos no estado do Rio de Janeiro. Passaram a organizar, por intermédio do deputado, e com a presença também de representantes de sindicatos de algumas categorias profissionais que atuavam na instituição, como os fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, por exemplo, algumas audiências públicas na ALERJ para comunicar a situação do abrigo aos demais deputados.

A luta pela sobrevivência do abrigo e garantia de bem-estar da população idosa que vive na instituição continua. A primeira tentativa de abrir a CPI dos abrigos falhou: não houve assinaturas suficientes dos deputados estaduais, que colocaram e retiraram suas assinaturas em apoio à instalação da CPI após uma reunião com o presidente da Câmara de Vereadores à época. Foi esse também o caso da presidenta da Comissão do Idoso na ALERJ.

O secretário da SEDHMI à época fez promessas, em atos públicos, de soluções para o abrigo relacionadas à climatização, limpeza, vigilância, dentre outras. Nas palavras de Nise:

“Ele encostou no palanque e fez o show dele. **Falou qualquer bobagem para maquiar a situação real.** Acabou virando um ato para beneficiar o secretário. E o pessoal bobo ainda bateu palma! Eu fui lá falar com o secretário: ‘Agora que vão fazer? Já era para ter feito! Tem que ter alguém para vigiar as ações de vocês.’ O abrigo não precisa de ar condicionado, **tem coisas mais urgentes! Nós temos que cobrar**, são seres humanos que estão ali. Tem muita ‘abobrinha’ e pouca solução.” (grifos meus).

A fala de Nise indicou que o interesse do secretário era transmitir uma boa imagem sobre si e sobre a secretaria e garantir um nicho eleitoral. O grupo identificou que o partido ao qual pertencia o secretário na época votou pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que previa o congelamento de gastos com saúde e educação, diminuindo também os recursos destinados ao abrigo. Corroborando a desconfiança das mulheres do Fórum PNEIRJ, as promessas do secretário não se cumpriram.

As pesquisadas seguem pressionando para que haja uma investigação sobre as condições tanto do Abrigo Cristo Redentor quanto dos demais abrigos públicos e privados para idosos no estado do Rio de Janeiro.

2.2.6 “O estatuto é lei, cumpra-se”: a defesa e divulgação do Estatuto do Idoso

A frase em destaque no título do tópico é um bordão do grupo pesquisado, que se materializou em um banner que as mulheres do Fórum PNEIRJ costumam levar para os atos públicos que organizam e participam.

O Estatuto do Idoso é o principal instrumento jurídico que serve como base para as atuações das mulheres militantes pelos direitos dos idosos, e a defesa do cumprimento do estatuto, sua divulgação e a manutenção de sua integridade fazem parte da agenda das pesquisadas.

Antes de ser promulgado, o estatuto tramitou por sete anos no Congresso Nacional. Participaram da confecção desse documento alguns representantes dos movimentos de aposentados e de idosos e também associados da ANG, como é o caso de Patrícia, aliada das mulheres pesquisadas previamente citada neste capítulo.

Existiam duas diferentes versões do documento, com distintas autorias, e esses movimentos sociais exerceram pressão para que fosse aprovada a versão que acreditavam ser a mais adequada ao atendimento das necessidades da população idosa brasileira.

O estatuto foi aprovado em 1997, mas somente em 1º de outubro⁸⁰ de 2003 foi sancionado o projeto de lei de autoria de um deputado federal que é reconhecido como um parceiro na causa do idoso⁸¹. Com cento e dezoito artigos, o estatuto consolida nas esferas federal, estaduais e municipais direitos que versam sobre saúde, educação, esporte, lazer, trabalho, previdência social, assistência social, habitação, transporte, fiscalização de instituições e tipificação de crimes contra a pessoa idosa. (PONCIANO, 2009). Bertha afirmou: “Em 2003 é que nós conseguimos, depois de muitas lutas, de muito trabalho de pessoas da ANG naquele período. Foi bastante trabalho! Conseguimos que o Estatuto do Idoso saísse.”.

Uma atividade recorrente das pesquisadas, através do Fórum PNEIRJ e do CEDEPI, é a distribuição do Estatuto do Idoso. Em palestras, atos públicos e outros eventos, as mulheres carregam exemplares do documento na tentativa de divulgá-lo e informar idosos e não idosos sobre suas disposições. Em ocasião de uma palestra promovida pela ANG-RJ, Rachel, professora universitária, gerontóloga e coordenadora técnica⁸² da instituição à época, disse:

⁸⁰O dia 1º de Outubro foi instituído pela ONU como o Dia Internacional do Idoso em 1991. A promulgação do Estatuto do Idoso no dia 1º de Outubro de 2003 celebra e consagra a data no Brasil.

⁸¹As relações de parcerias e disputas das mulheres pesquisadas serão exploradas no Capítulo IV dessa tese.

⁸²Rachel é uma colaboradora e parceira das mulheres dessa pesquisa. Tem 62 anos, é formada em Serviço Social, especializada em Gerontologia e professora universitária na Universidade Veiga de Almeida. Faz parte da ANG-

“O Estatuto do idoso é para ser lido e entendido. Carrega na bolsa! **Esfreguem na cara de todo mundo. Leiam e reivindicuem.** Tem que lutar pelos seus direitos, não transferir responsabilidades. **Temos que ser agentes, senão seremos um monte de velhos sentados na cadeira de balanço.** Lutar constantemente para fazer cumprir nossos direitos. **A velhice deve ser vivida ativamente, com participação social.** Que os idosos sejam vistos como cidadãos plenos, e não percebidos apenas como sujeitos sociais. (...) Não tem mais essa de mulher idosa fazendo crochê, graças a Deus!” (grifos meus).

A fala foi seguida de aplausos e falas entusiasmadas do público presente na palestra, incluindo as mulheres estudadas nesta pesquisa. Em entrevista, Rosa afirmou:

“É importante a gente fazer com que o idoso conheça o Estatuto do Idoso, porque muitas vezes eles não conhecem o Estatuto do Idoso e os seus direitos como cidadão. E **é nosso papel também estimular os idosos a participarem desses espaços, como o Fórum PNEIRJ e o CEDEPI, né?** (...) Eu dei um Estatuto do Idoso para minha mãe, quando ela ainda era viva. E ela usava aquilo como uma arma! ‘Agora eu tenho o Estatuto na mão! Olha aqui, minha filha me deu!’ Para ela, aquilo era uma coisa maravilhosa. **Era uma arma que ela tinha contra qualquer pessoa que quisesse desrespeitar.**” (grifos meus).

Para as pesquisadas, o Estatuto do Idoso é “um manual e um instrumento que você pode distribuir à sociedade.”, conforme explicou Nise. O conhecimento do estatuto e de suas garantias representa para elas um requisito necessário para as pessoas idosas compreenderem e reivindicarem seus direitos⁸³. Em sua visão, para que se experimente uma velhice participativa e ativa politicamente é necessário ter acesso e domínio das garantias previstas no documento. Caso contrário, seremos “velhos na cadeira de balanço” ou “mulheres idosas fazendo crochê”, analogias que reforçam um estereótipo negativo da velhice que não está engajada na luta pelos seus direitos.

Há, nas falas das pesquisadas, uma preocupação com as propostas de alteração dos artigos do estatuto porque, segundo Rosa,

“Se mexer no Estatuto vai piorar. Nunca é para melhorar, né? **É sempre para piorar.** E também é precedente para mudar qualquer coisa. Eu acho que a coisa mais importante, **a atribuição mais importante do Fórum PNEIRJ e do CEDEPI é não deixar alterarem o Estatuto do Idoso.** Porque vira e mexe tem alguém querendo mexer no estatuto. Na Copa do Mundo (2014) e nas

RJ e participa eventualmente das reuniões do Fórum PNEIRJ e de alguns eventos organizados pelo grupo. Rachel é uma referência acadêmica para as pesquisadas, sendo sempre convidada para ministrar palestras.

⁸³A necessidade de divulgação do documento também foi verificada por Sandro, que como professor universitário coordenou um projeto de extensão na UFF que tinha como objetivo a popularização do Estatuto do Idoso, ensinando aos idosos a versão do documento em cordel, gênero literário típico da região Nordeste do Brasil. Os idosos participantes do projeto faziam apresentações cantadas do Estatuto do Idoso em cordel. Uma dessas apresentações aconteceu no “VIII Encontro Nacional de Fóruns Permanentes da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa”, em 2016.

Olimpíadas (2016) queriam mudar o desconto de meia-entrada. A FIFA⁸⁴ queria acabar com a meia-entrada do idoso.” (grifos meus).

Joana complementou a narrativa do caso:

“Nós demos uma resposta para o presidente da Casa Civil na época, dizendo que a gente não tinha essa prerrogativa de diminuição de direitos e ainda sugerimos na nossa resposta que eles queriam mais benefícios para o segmento dos empresários. E realmente não vingou a alteração que eles queriam fazer. A gente considerou uma vitória nossa atuação nesse sentido, né?”.

Para as pesquisadas, alterar algum artigo do Estatuto do Idoso pode significar uma brecha para a retirada de direitos e garantias. Está presente aqui a ideia de que não faz parte dos interesses da maioria das autoridades o atendimento às necessidades das pessoas idosas, já que sempre que alteram o estatuto “é para piorar”⁸⁵. Em reunião do Fórum PNEIRJ, Simone disse: “Quando mexem no Estatuto do Idoso abrem um precedente. Se não ficarmos de olho, vão mexer em tudo! É o fim de tudo. Só sobrevivem os empresários.”.

Ao invés de requererem mudanças no estatuto, as pesquisadas trabalham no sentido de colocá-lo em prática, fazendo valer as garantias que o documento pressupõe. Como disse Rosa: “A população idosa necessita do cumprimento do Estatuto do Idoso. Porque ali contém tudo. A parte da habitação, a parte do transporte, né? Ali está condensado tudo que ele tem direito.”.

No entanto, as pesquisadas reconhecem que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que os direitos previstos no Estatuto do Idoso se concretizem. Nise complementou: “Na verdade nós temos uma frustração de não... de saber que nem todas essas leis que estão no estatuto foram concretizadas. Falta cumprir muita coisa. Mas de uma maneira ou outra, eu acho que nós temos ganhos, né?”.

⁸⁴FIFA é a sigla para *Fédération Internationale de Football Association* ou Federação Internacional de Futebol Associação.

⁸⁵A proposta da Reforma da Previdência do atual governo também coloca em cheque alguns postulados do Estatuto do Idoso, como a idade de 65 anos prevista para aposentadoria e o Benefício da Prestação Continuada (BPC) de um salário mínimo para idosos de baixa renda que não contribuíram para previdência.

2.2.7 “Respeite meu passado, meus projetos”: lutas pregressas

Na camisa preta que Dandara vestia em evento promovido pela ANG-RJ estavam as palavras “Respeite meu passado, meus projetos”⁸⁶. Antes do início dessa pesquisa e além das causas defendidas pelas pesquisadas que pude acompanhar durante esse período, as mulheres do Fórum PNEIRJ protagonizaram lutas e atuações que fazem parte da história do movimento e estão presentes em suas narrativas. Neste tópico destaco algumas das causas que moveram as ações pregressas destas mulheres.

O primeiro destaque diz respeito à própria fundação do Fórum PNEIRJ, que - como citado em alguns relatos das pesquisadas no Capítulo I - nem sempre foi um espaço apenas da sociedade civil e não tinha a função de eleger metade dos conselheiros do CEDEPI. Foi através da reivindicação de atores como Joana, Sandro, Leila e Tarsila que houve a mudança no Fórum PNEIRJ e que o CEDEPI passou a ter composição mista (sociedade civil e governo), uma conquista democrática e que possibilita a ampliação da participação popular em decisões públicas, como destacou Paz (2001).

Houve da parte das pesquisadas a mesma tentativa em relação ao COMDEPI, mas elas não obtiveram sucesso nesse caso. Criado no ano de 2010, ele também tem composição paritária entre governo e sociedade civil, porém seus conselheiros são indicados pela secretária que estava na época à frente da SESQV, a extinta Secretaria Municipal do Idoso. Outras questões que as mulheres do Fórum PNEIRJ contestaram.

Em palestra realizada no CBCISS em março de 2017, Rosa disse: “Todo conselho deve ter alternância entre sociedade civil e governo. Mas tem conselho aí que não é assim não, viu? Que o presidente é vitalício!”, fazendo referência ao COMDEPI.

Devido a essas discordâncias e inadequação em relação ao que as mulheres pesquisadas entendem como correto para o funcionamento de um conselho, elas acreditam que não há uma forma democrática de conduzir o COMDEPI. Elas protagonizaram embates nas audiências públicas na Câmara Municipal do Rio de Janeiro contra a secretária, que era vereadora, presidenta e autora da lei de criação do COMDEPI. Porém não conseguiram mudar a forma de ingresso dos conselheiros.

Em 2017, com a extinção da SESQV, a vereadora (que nesse ano era deputada federal) perdeu sua influência sobre o conselho, ficando este submetido à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH). Os novos conselheiros e responsáveis

⁸⁶Nos anexos da tese é possível encontrar uma foto da blusa citada de Dandara.

pelo COMDEPI procuraram as mulheres pesquisadas e pediram seu auxílio para adequar as regras de definição dos conselheiros. Pedido que elas atenderam prontamente, realizando uma série de encontros com esses novos representantes para ajustar essa questão. Em reunião do Fórum PMI-RJ, Nise afirmou:

“Estamos alterando ponto a ponto a lei de criação do COMDEPI. Agora é o Fórum PMI-RJ que vai eleger as instituições que vão participar do conselho. Os representantes terão que comparecer às reuniões. Vamos rever também o que pode ser financiado pelo fundo do conselho. A Joana quer impor as coisas, quer levar a lei do CEDEPI para lá. Mas, esses ajustes ainda precisam passar na Câmara Municipal e o prefeito sancionar, senão não adianta. Mas, tenho minhas dúvidas com esse prefeito. Que Deus ilumine a cabeça dele!”.

Esses ajustes ainda estão em andamento.

Outra atividade que foi constantemente evocada por Rosa, Leila, Conceição, Nise, Dandara, e Joana, consistiu na criação de comissões - em uma parceria que envolvia o CEDEPI, a SEESQV (sob influência de Patrícia) e o Ministério Público - para ir aos municípios do estado do Rio de Janeiro tentar fundar fóruns e conselhos municipais e promover encontros de “capacitação de conselheiros”. Rosa afirmou:

“A gente tinha um convênio, que a gente chamava de ‘cooperação técnica’. Na SEESQV, o CEDEPI e o Ministério Público, iam junto com a gente para o interior, para explicar o que é o estatuto do idoso, a violência, principalmente os trâmites de denúncias contra violência...”.

A atividade tinha por objetivo a capilarização de fóruns e conselhos do idoso pelo interior do estado do Rio de Janeiro. Fóruns e conselhos esses que estabeleceriam parceria e estariam associados ao Fórum PNEIRJ e ao CEDEPI. Essa empreitada se encerrou no ano de 2016, pela falta de verba disponível para a SEESQV e posteriormente pelo encerramento da secretaria.

No ano de 2015 as pesquisadas integraram também o movimento “Quero meu ônibus de volta”. A iniciativa surgiu através da criação de uma página nas redes sociais, que rapidamente ganhou muitos integrantes insatisfeitos com as mudanças de uma política de racionalização das linhas de ônibus na cidade do Rio de Janeiro. Com ela, algumas linhas de ônibus deixaram de existir, e outras mudaram o itinerário e seus pontos de parada.

As mulheres do Fórum PNEIRJ argumentaram que as mudanças poderiam ser muito mais penosas para a população idosa, que já está acostumada a pegar o transporte em um determinado ponto ou que não está em condições de percorrer uma distância maior para chegar ao novo ponto de parada do seu ônibus.

Em reunião do Fórum PNEIRJ, Joana disse: “Os ônibus mudaram o caminho, os pontos estão cada vez mais distantes um dos outros. Cada vez você anda mais. Não se preocupam com a mobilidade da população idosa. Isso desarruma a mente dos idosos. Essas mudanças fazem com que o idoso não saia mais de casa.”.

As pesquisadas organizaram atos públicos no centro do Rio de Janeiro para protestar contra essas mudanças, participaram de audiências públicas e enviaram moções de repúdio aos vereadores e à Secretaria Municipal de Transportes (SMTR).

2.3 Na contramão da reprivatização da velhice

“Vamos nos transformar em heroínas da resistência!”, foram as palavras de Dandara em ato público na praia de Copacabana em Novembro de 2016. A partir da agenda de lutas das mulheres do Fórum PNEIRJ que foi apresentada neste capítulo, podemos compreender que a resistência faz parte das situações e dificuldades que enfrentam ao colocarem em prática suas militâncias pela defesa dos direitos das pessoas idosas.

A despeito da crise econômica do estado do Rio de Janeiro, de um momento político marcado pelo desmonte das políticas sociais e da aparente falta de interesse de parte dos governantes em compreender e procurar atender às necessidades da população idosa brasileira (principalmente sua parcela mais vulnerável economicamente), as mulheres que fazem parte do Fórum PNEIRJ continuam resistindo. Essa resistência está presente quando atuam para manter funcionando seus espaços de luta, como o prédio da PALONG e o CEDEPI; quando exigem que seus trabalhos, instituições e ações sejam reconhecidos, respeitados e levados em consideração; quando lutam pelo “reconhecimento da velhice como uma etapa significativa da vida”, nas palavras da professora Rachel.

Em um momento em que políticas de governo internacionais e brasileiras ressaltam a necessidade da manutenção de uma “velhice ativa”, que se desdobra em produções acadêmicas e programas para idosos que enfatizam a prevenção da saúde, a ocupação através do lazer ou em comércio de produtos e serviços motivados pela preocupação estética, as mulheres pesquisadas identificam necessidades para os idosos que ultrapassam a ênfase no autocuidado.

Destaco uma fala de Rachel sobre o que ela considera um “bom envelhecimento”, em palestra realizada no CBCISS, com a presença das mulheres pesquisadas: “Nós todas vamos envelhecer, graças a Deus! **E vamos envelhecer bem, pois nunca deixamos de lutar** e de

sermos reconhecidas.” (grifo meu), bem como a fala de Nise sobre sua convicção em relação à condução das reivindicações em favor da população idosa: “Não ganhamos nada, ainda gastamos do nosso bolso. Furnas está mais interessada em fazer festas no [clube] Monte Líbano. **Mas, importante é lutar por nossos direitos**”. (grifo meu).

Quando lutam para garantir que instituições como o Fórum PNEIRJ, a ANG-RJ e o CEDEPI continuem existindo, essas mulheres estão lutando pela existência de espaços onde a população idosa possa atuar politicamente e reivindicar direitos, ambientes que sejam lócus de mobilização e mediadores entre idosos e autoridades governamentais. Nesse caso, as pesquisadas se incluem dentre os idosos citados, portanto podemos entender que suas ações visam também sua própria sobrevivência enquanto cidadãs politicamente participativas e seu próprio direito de existir.

Quando lutam pela sobrevivência do Abrigo Cristo Redentor ou para impedir a reforma da Previdência Social, as mulheres que são ponto de partida desse estudo se ocupam da velhice pobre, fragilizada, que não é considerada ativa, nem saudável, que não é modelo individual de velhice bem sucedida. Manifestam uma preocupação mais coletiva, do que individual, pela garantia da prestação de serviços públicos de qualidade para a população idosa. Neste sentido, se afastam da ideia de envelhecimento ativo privado, que só pode ser vivenciado por alguns idosos em condição econômica privilegiada.

Enquanto movimento social, o grupo de mulheres que fazem parte do Fórum PNEIRJ se ocupa de lutar por uma velhice que seja digna para a coletividade de idosos brasileiros. Dignidade que está relacionada à noção de justiça social, porque entendem ser necessário garantir que estes idosos tenham renda, alimentação, habitação e acesso a serviços de saúde de maneira suficiente e que assegure a manutenção de suas vidas.

Como as feministas dos anos 1960, que levantaram a bandeira “o privado é político” (LAMOUREUX, 2009), as mulheres do Fórum PNEIRJ não entendem que as necessidades e mazelas da velhice brasileira sejam questões privadas, ou que devam ser resolvidas individualmente. Ao contrário, Joana, Nise, Rosa, Dandara, Anita, Simone, Tarsila, Leila, Bertha e Conceição exercem o papel de tornar públicas as demandas da velhice delas, de continuar militando e participando das decisões políticas; e dos “outros”, os idosos que não possuem condições mínimas de existência ou conhecimento sobre os seus direitos.

Neste capítulo apresentei a agenda de lutas das mulheres que estão engajadas na reivindicação dos direitos da população idosa. Para entender essa agenda, foi preciso antes desenvolver um debate sobre o que essas mulheres acreditam que sejam necessidades da população idosa, estando elas incluídas ou não nesta coletividade.

Foi possível identificar que as pesquisadas apresentam comportamento crítico a respeito da ideia de “envelhecimento ativo”, quando esta noção se limita à prevenção da saúde, estética e lazer dos idosos. Neste sentido, as mulheres do Fórum PNEIRJ expõem preocupações que entendem ser mais relevantes, como o projeto do Conselho Tutelar do Idoso, a reforma da Previdência, o despejo do prédio da PALONG, o risco de extinção do CEDEPI, a crise financeira e humanitária do Abrigo Cristo Redentor e a defesa e divulgação do Estatuto do Idoso.

Ao selecionarem suas pautas de luta, as mulheres estudadas revelam um conjunto de ideias sobre as demandas da população idosa e também sobre suas próprias demandas. Para exigir o atendimento a essas demandas elas mobilizam estratégias e práticas, que serão desenvolvidas no capítulo a seguir.

CAPÍTULO III – Ações e controvérsias: como lutam as mulheres militantes pelas causas dos idosos?

3.1 Política e cidadania como a prática do conflito

Quais as estratégias e recursos de ação e luta das mulheres dessa pesquisa? Como elas atuam militando pelas causas que defendem? Quais os recursos que utilizam para reivindicar o cumprimento dos direitos dos idosos e sensibilizar os governantes e a população para as necessidades da população idosa? Este capítulo tem o objetivo de apresentar e discutir as atividades e práticas que fazem parte do cotidiano do engajamento político das mulheres do Fórum PNEIRJ.

Partindo da compreensão de que a política não está situada no âmbito do extraordinário, mas faz parte do cotidiano e das relações das pessoas (SIQUEIRA, 2014), neste capítulo analisarei o papel do Fórum PNEIRJ e do CEDEPI enquanto espaços que representam novas e institucionalizadas formas de ação dos movimentos sociais (GOHN, 2011); descreverei algumas atividades realizadas pelas mulheres do Fórum PNEIRJ como práticas de luta pelos direitos das pessoas idosas; e apresentarei as controvérsias que existem dentro do grupo sobre as abordagens escolhidas para a militância pelos direitos dos idosos.

Para dar início a este capítulo, é necessário chamar atenção para a relação das pesquisadas com representantes do Estado, na maioria dos casos uma relação permeada pelo conflito e pelo embate⁸⁷. As mulheres do Fórum PNEIRJ, nos seus discursos e ações, se colocam comumente em posicionamento de cobrança perante os membros governamentais, sejam eles conselheiros do CEDEPI, vereadores ou deputados estaduais.

Em reunião do Fórum PNEIRJ, Joana disse: “A tendência quando o governo está na presidência do CEDEPI é chegar com tudo pronto na reunião para ser aprovado. Não querem confronto. Eles recuam se houver resistência. **Esse é o nosso papel: temos que pressionar!**” (grifo meu).

Podemos compreender as relações políticas das mulheres dessa pesquisa como práticas de conflito relacionadas às lutas pelo reconhecimento do seu protagonismo e reivindicações enquanto representantes e participantes da sociedade civil, e não apenas clientes dos serviços públicos (MARQUES-PEREIRA, 2009). Não é sem motivo que Nise classificou a ela e suas parceiras como “guerreiras de luta”, pois o confronto e a resistência fazem parte das suas

⁸⁷A relação de conflito com representantes governamentais não está presente em todos os casos. No Capítulo IV serão exploradas as relações de parceria que as mulheres pesquisadas estabelecem com membros do Estado e outros atores.

atividades enquanto militantes pelas causas da população idosa. A partir desta ideia é possível compreender qual o papel do Fórum PNEIRJ e como ele se diferencia dos objetivos do CEDEPI, questão que será tratada a seguir.

3.1.1 Da ANG-RJ ao Fórum PNEIRJ

Conforme dito no Capítulo I desta tese, a ANG-RJ é uma instituição técnico-científica e sem fins lucrativos criada em 1991 que possui relação direta com a fundação do Fórum PNEIRJ. Além da criação do Fórum PNEIRJ, através da ANG-RJ as pesquisadas realizam eventos e também colocam em prática suas militâncias.

Para analisar a instituição e as formas como as pesquisadas atuam através dela, utilizo algumas falas e acontecimentos do evento em comemoração aos 25 anos da ANG-RJ.

O evento aconteceu em setembro de 2016 nas dependências de um edifício próximo à PALONG. Nesta ocasião estavam presentes mais de cinquenta pessoas em um auditório reservado para o evento, aproximadamente quarenta mulheres e dez homens.

Rosa, Joana, Nise, Dandara estavam presentes e também mulheres que são referências para as pesquisadas, como Olga e Ana, que são consideradas figuras marcantes da história da ANG-RJ.

Como presidenta da instituição, Nise fez a fala de abertura do evento e explicitou os principais objetivos da ANG-RJ:

“A ANG-RJ é uma entidade sem fins lucrativos que tem o papel de refletir sobre o envelhecer e o bem-estar total do idoso do **ponto de vista científico**. Reivindicamos também **mais valorização e visibilidade** ao idoso. Não podemos pensar o idoso apenas através da decrepitude. Queremos **popularizar a questão do idoso** através de eventos de cunho educativo e que abordem a **cidadania**. São esses os propósitos que a entidade luta para que sejam atingidos, com muita **luta, boa vontade e um coração aberto para a causa**.” (grifos meus).

Em seguida, Rachel, Dandara, Rosa, Leila, enquanto membros da diretoria da instituição, fizeram suas falas, se apresentando e deixando uma mensagem para o público sobre suas visões da ANG-RJ e da velhice. Dandara disse: “Queremos ver o envelhecimento ser priorizado no nosso país. **Eu já estou velha**, com 84 anos. E desejo que todos possam caminhar como eu.” (grifos meus). É possível interpretar a ideia expressada por Dandara, de “caminhar como eu”, como um convite para aderir à causa dos idosos e a trilhar uma trajetória de luta por direitos.

Estavam presentes e foram homenageados também alguns ex-presidentes da instituição, sendo o primeiro deles um representante do SESC, que, conforme Nise disse, foi o local onde teve início a ANG-RJ. Chama atenção a fala de uma das ex-presidentas, que nesta ocasião disse: “Eu vim para servir, e não para ser servida.” Além de uma referência à religião cristã⁸⁸, a ex-presidenta ofereceu mais um elemento para relacionar o envolvimento com a causa e o tema da velhice com a crença em uma vocação para a caridade.

Outro ex-presidente declarou que “é o conluio entre as gestões, a amizade entre nós, que faz com que a associação perdure”, revelando que o estabelecimento das relações entre as pessoas que possuem o mesmo interesse sobre o envelhecimento fortalece e garante a existência da entidade.

Sandro, que também foi presidente da ANG-RJ, falou sobre o compromisso dos participantes da associação com os movimentos sociais e “a relação direta”, em suas palavras, entre ANG-RJ e Fórum PNEIRJ. Disse também: “Aqui temos como objetivo a defesa dos direitos da pessoa idosa. O foco não é médico. Até temos médicos também. Mas **o nosso foco são os direitos e a criação de fóruns.**” (grifo meu).

Estas falas mostram que a atuação e militância daqueles que se interessam pelo tema do envelhecimento está relacionada a alguns elementos que destaco a seguir: à ciência, quando Nise fala em refletir sobre o envelhecimento “do ponto de vista científico”; à noção de caridade, quando a ex-presidenta declara que veio “para servir e não para ser servida” e Nise menciona a necessidade de uma “boa vontade e coração aberto para a causa”; à cidadania, quando Sandro fala da relação da ANG-RJ com fóruns e movimentos sociais e Nise cita a necessidade de reivindicar maior valorização aos idosos; e às relações pessoais, quando outro ex-presidente diz que as associações não sobreviveriam sem as relações de amizade entre seus participantes.

Considerar estas quatro questões - ciência, caridade, cidadania e amizade - para analisar as militâncias e atuações das mulheres dessa pesquisa pode ser um interessante caminho para compreendê-las. É possível interpretar que as formas de luta das mulheres da ANG-RJ e do Fórum PNEIRJ estão baseadas e relacionadas com estes elementos, conforme será explorado ao longo deste capítulo. São as associações destes principais eixos que sustentam suas ações.

⁸⁸Na Bíblia cristã, no livro de Mateus 20:28 está escrito: “Bem como o Filho do homem não veio para ser servido, mas para servir, e para dar a sua vida em resgate de muitos.” Disponível em <https://www.bibliaonline.com.br/acf/mt/20/28> Acesso em: 09 de jul. de 2019.

3.1.2 Fórum PNEIRJ como espaço de fortalecimento da sociedade civil

O Fórum PNEIRJ é um espaço institucionalizado e um movimento social concomitantemente, que tem como finalidade o encontro e as articulações por tema de interesse, assim como outros fóruns da sociedade civil no Brasil (GOHN, 2013). É uma associação garantida por lei e que tem como desdobramento a participação no CEDEPI, um ambiente de negociação ou embate com os agentes do Estado.

Para as mulheres engajadas na luta pelos direitos dos idosos, a principal razão de ser do Fórum PNEIRJ é a reunião e fortalecimento de componentes da sociedade civil que se interessam em debater e buscar a garantia dos direitos para as pessoas com 60 anos ou mais. Em reunião ordinária do Fórum PNEIRJ, Joana afirmou:

“O Fórum PNEIRJ é para fortalecer a sociedade civil. Elegemos os membros do CEDEPI, mas **esse espaço é específico de fortalecimento da sociedade civil**, porque **é o elo mais fraco, precisa de estímulo**. As políticas públicas para o idoso nasceram de cima pra baixo, incentivadas por governos. Nós entendemos que **precisa haver um espaço independente, só nosso**, para discutir isso. Não trocamos apoio financeiro por nenhuma concessão. (...) **A gente não existe em função do CEDEPI**. O CEDEPI é uma vertente que a gente tem também. Também! A gente tem uma existência lá. **O Fórum PNEIRJ é autônomo e independente**. (...) Não podemos virar um anexo do governo, ‘massa de manobra’.” (grifos meus).

A fala de Joana representa um discurso recorrente entre o grupo pesquisado. É a ideia de que suas ações e causas selecionadas são independentes dos interesses das pessoas que ocupam posições de poder no governo ou de grupos que buscam vantagens financeiras. Neste sentido, uma das principais acusações que pode sofrer um delegado do Fórum PNEIRJ é de ser “cooptado”.

Em reunião do Fórum PNEIRJ, Leila disse: “É uma situação muito comum. As pessoas pensam nas suas instituições, nos seus próprios interesses na hora de votar no CEDEPI, em detrimento do coletivo. Alguns **não pensam no dever cívico, na comunidade**.” (grifo meu). Joana complementou: “Você, quando vai para o CEDEPI, representa a sociedade civil, não a sua instituição. É para isto que você está lá.”.

“Ser cooptado” significa abrir mão das convicções ou pauta de lutas combinadas no âmbito do Fórum PNEIRJ para estar de acordo com outras motivações, que na perspectiva das pesquisadas não envolvem a preocupação com as condições de vida da população idosa. Joana disse: “A cooptação é uma forma de você dominar, né? Tem pessoas que dizem: ‘olha, eu não posso dizer não a nada que as pessoas de tal secretaria me pedem’”.

Segundo as pesquisadas, o Fórum PNEIRJ é um espaço destinado ao treinamento e capacitação dos delegados que podem se tornar conselheiros no CEDEPI, e também de articulação entre pessoas da sociedade civil interessadas em discutir as políticas públicas para idosos. Para “não ficar no conselho sem saber o que está fazendo ou o que está acontecendo”, conforme declarou Joana.

Sobre o espaço do Fórum PNEIRJ, Leila considerou que “o fórum tem essa **questão forte da militância**, que você não vê nos outros espaços.” (grifo meu). Ela disse: “Então eu acho que o forte é a militância. E é uma militância que eu acho que ainda tem que batalhar muito para aparecer.”.

Podemos entender que o Fórum PNEIRJ e, vinculado a ele, o CEDEPI são espaços de produção e construção de representações políticas, conforme mostrou Destro de Oliveira (2015). Pois é através dessas instituições que membros da sociedade se colocam enquanto pessoas que estão dispostas ou aptas a apresentar as demandas da população idosa.

A denominação de “delegada” ou “delegado” para os membros do Fórum PNEIRJ se mostra interessante no sentido de pensá-la como delegação, transferência de poder. Neste caso, a transferência de poder dos idosos do estado do Rio de Janeiro para os membros do Fórum PNEIRJ.

É sabido que esta relação não se dá de forma tão simples, se levarmos em consideração que os participantes do Fórum PNEIRJ não são os únicos que requerem para si essa posição de representantes da população idosa; que há uma série de controvérsias e polêmicas dentro do próprio grupo a cerca da questão da representatividade, conforme será tratado ainda neste capítulo; e que, embora as mulheres que compõem o Fórum PNEIRJ tenham mais de 60 anos e possam ser consideradas idosas, elas não possuem o mesmo perfil e nem as mesmas demandas da maior parte da população idosa brasileira, questão explorada no Capítulo V.

Como citado na introdução da tese, o Fórum PNEIRJ é público e aberto. Qualquer pessoa pode frequentar as reuniões do grupo. Para se cadastrar como membro é necessário estar vinculado a alguma instituição que tenha atuação com idosos ou na área do envelhecimento. Existem ainda os “membros solidários”, que não são cadastrados oficialmente e que não estão associados a nenhuma instituição.

Está presente aqui a ideia de que fazer parte de uma instituição que atua com a população idosa aumenta a sensação de representatividade, já que a pessoa selecionada para

isso não desempenharia este papel levando em consideração seus próprios interesses (ou apenas eles), mas os interesses de uma coletividade⁸⁹.

Portanto, outras importantes atribuições do Fórum PNEIRJ que são enfatizadas pelas mulheres desta pesquisa são a proposição de políticas públicas, a fiscalização do cumprimento dos direitos dos idosos previstos em leis, bem como das políticas e ações existentes, a cobrança ao poder público e a denúncia da violação de direitos. Como disse Nise em reunião do Fórum PNEIRJ: “Temos que ter coragem para enfrentar as situações, **tem que ter alguém para vigiar as ações dos governantes e políticos.**” (grifo meu).

Como um desenvolvimento da sua função de representação da sociedade civil interessada em debater os direitos dos idosos, os membros Fórum PNEIRJ elegem metade dos conselheiros que irão atuar no CEDEPI. São eleitos dez conselheiros, de dois em dois anos.

Para se candidatarem, as instituições representadas pelos delegados no Fórum PNEIRJ devem: estar cadastradas no Fórum PNEIRJ, possuir ao menos quatro presenças no primeiro e segundo semestres do ano da eleição, funcionar há pelo menos dois anos e comprovar atuação intermunicipal relacionada à população idosa.

3.1.3 CEDEPI: possibilidade de participação popular?

O CEDEPI é o espaço do encontro, negociação ou mesmo embate entre as conselheiras da sociedade civil, eleitas pelo Fórum PNEIRJ, e os conselheiros que representam algumas secretarias do governo do estado do Rio de Janeiro.

Dentre as atribuições do CEDEPI, podemos destacar: consulta por parte da população, deliberação e discussão sobre as demandas da população idosa e fiscalização do cumprimento dos direitos e benefícios garantidos por lei às pessoas com mais de 60 anos. O CEDEPI é um órgão fiscalizador e deliberador.

Fundado na década de 1990, o CEDEPI se insere em um momento em que diversos conselhos estão sendo criados no Brasil, atendendo a uma previsão da Constituição de 1988. Para Serafim Fortes Paz (2001) o CEDEPI foi estabelecido “de baixo para cima”, através de uma articulação de um deputado estadual, sindicatos e instituições relacionadas aos idosos. O autor compreende que, embora houvesse pressão dos especialistas em envelhecimento e

⁸⁹Segundo Paz (2001), nem sempre esta despersonalização é bem-sucedida e é recorrente o que o autor considera como uma falha na representação do coletivo, em que interesses e questões pessoais prevalecem em relação ao que seriam as reais necessidades dos idosos.

instituições da sociedade civil, a criação do conselho se deu devido ao interesse em atender uma agenda particular do parlamentar.

O espaço do CEDEPI abre possibilidades para que a sociedade civil, representada pelas conselheiras eleitas pelo Fórum PNEIRJ, possam apresentar demandas e discutir políticas públicas para a população idosa diretamente com representantes do governo. No entanto, esse encontro entre as pesquisadas e os conselheiros governamentais nem sempre acontece. Conforme relatado no Capítulo II, durante o tempo de duração dessa pesquisa as mulheres do Fórum PNEIRJ foram muitas vezes as únicas conselheiras a comparecer nas reuniões mensais ordinárias do CEDEPI, portanto a atuação da instituição se limitava à participação praticamente solitária das pesquisadas.

É possível considerar a relação do movimento das mulheres militantes pelos direitos dos idosos com os representantes do Estado como sendo permeada pelo conflito. Enquanto as pesquisadas organizavam o funcionamento do CEDEPI e participavam das reuniões e demais atividades, os responsáveis governamentais não demonstravam interesse nem mesmo na garantia da existência e continuidade dos trabalhos da instituição.

Mesmo com todas as condições desfavoráveis e com a falta de interesse dos conselheiros governamentais, as mulheres do Fórum PNEIRJ continuaram a trabalhar para garantir o funcionamento do CEDEPI. Nas palavras de Rosa: “**Nós resistimos**, mesmo com todas as dificuldades.” (grifo meu).

Essa situação de não comparecimento dos conselheiros do governo, bem como as sucessivas transições de secretarias pelas quais passou o CEDEPI (conforme relatado no Capítulo II), acabou limitando ou mesmo inviabilizando as possibilidades de participação no processo de tomada de decisões da sociedade civil junto aos membros governamentais.

Joana, em reunião do Fórum PNEIRJ, disse:

“Precisa de um conselho forte para fazer os ajustes necessários. As leis brasileiras são as mais avançadas do mundo, porém a prática não coincide com a lei. (...) Precisamos nos apresentar **unidos e articulados** no CEDEPI. **Os conselheiros da sociedade civil precisam seguir a orientação tirada no Fórum PNEIRJ**, mesmo que isso signifique ir contra os interesses da própria instituição que representa.” (grifos meus).

Para Joana, um CEDEPI forte significa um conselho que tenha uma atuação ativa, com posicionamento coeso e independente da sociedade civil frente ao grupo de conselheiros governamentais; e que também possa contar com o interesse em garantir direitos e serviços para a população idosa de alguns representantes das instâncias estatais.

3.2 Atividades e práticas: estratégias para a ação

Através do Fórum PNEIRJ, do CEDEPI e da ANG-RJ, as pesquisadas se reúnem, promovem e participam de eventos nacionais e internacionais, encontros com fóruns de outros estados brasileiros, organizam passeatas, atos públicos, fazem contatos, cobranças e participam de audiências públicas com parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), para reivindicar os direitos dos idosos.

A seguir apresento seis atividades desenvolvidas pelas mulheres engajadas na causa dos idosos, que acompanhei nos anos de 2016 a 2018.

3.2.1 Denúncias

“Nosso papel é denunciar. Senão nada acontece”, disse Rosa em reunião do CEDEPI. As pesquisadas frequentemente encaminham denúncias de violações aos direitos previstos no Estatuto do Idoso ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), a algum CRAS ou CREAS ou à Delegacia Especial de Atendimento à Pessoa da Terceira Idade (DEAPTI)⁹⁰. As denúncias podem partir de uma iniciativa dos membros do próprio CEDEPI, enquanto órgão fiscalizador, ou podem surgir através de uma pessoa que entra em contato com o CEDEPI e apresenta uma situação de descumprimento dos direitos dos idosos.

Uma das violações de direitos que mais parece preocupar as pesquisadas é a prática de violência contra os idosos. São comuns falas sobre a necessidade de conscientização das pessoas em relação à valorização e ao respeito aos idosos e sobre as diversas modalidades de violências existentes: física, psíquica, sexual, abandono/negligência, abuso financeiro, medicamentosa, dentre outras.

As pesquisadas recorreram a uma denúncia encaminhada ao MPRJ para garantir que o CEDEPI continuasse existindo e funcionando, no momento em que perceberam que os gestores responsáveis da Secretaria Estadual de Saúde não demonstravam interesse ou empenho para garantir a transferência do conselho da antiga secretaria para a nova.

Elas também realizaram denúncias ao MPRJ, buscando soluções para o caso de abandono e negligência aos idosos residentes no Abrigo Cristo Redentor. No entanto, o encaminhamento da denúncia não garantiu um rápido ou eficaz atendimento às necessidades

⁹⁰A DEAPTI é a única delegacia destinada ao atendimento de pessoas idosas da cidade do Rio de Janeiro, e está localizada no bairro de Copacabana.

dos idosos afetados pelos diversos problemas e precariedades do abrigo. Essa situação provocou preocupação, irritação e conflitos dentre os membros do Fórum PNEIRJ. Ao ser questionada sobre a atuação do CEDEPI no caso em questão, Rosa respondeu: “O papel do CEDEPI é denunciar ao MPRJ. Não podemos fazer mais nada. O que querem que eu faça?”.

3.2.2 Visitas à ALERJ

Outra atividade e estratégia que faz parte do modo de operação das mulheres do Fórum PNEIRJ são as idas à ALERJ. Essas visitas podem ter como objetivo a abordagem aos parlamentares, tentando fazer com que se solidarizem com alguma causa ou a participação em alguma audiência pública.

Sempre que organizam essa atividade de ida à ALERJ, as pesquisadas utilizam uma camisa branca que contém os dizeres “estamos de olho no seu voto” e o desenho de um olho no centro.

Durante o ano de 2017 foram muitas as idas à ALERJ para tratar da questão do Abrigo Cristo Redentor. Em ocasião da organização dessa atividade, Rosa disse: “**É importante estarmos com as camisas para ficarmos conhecidas.** Todos já vão saber que somos nós. **Essa camisa é para lutar, para brigar.** A camisa assusta, todos ficam olhando.” (grifos meus).

A confecção e utilização da camisa foi uma ideia do Sandro e foi usada a primeira vez pelas pesquisadas em 2010, quando lutaram pela regulamentação do COMDEPI. Para as mulheres do Fórum PNEIRJ a camisa simboliza uma forma de dizer que são politicamente conscientes e que estão ali para verificar o cumprimento e garantia de direitos dos idosos. É uma estratégia para serem vistas e ouvidas, levadas em consideração em suas demandas.

Em diálogo elas elaboraram suas estratégias de ação a ser executadas na ALERJ. Nise deu a ideia: “Vamos a cada gabinete, bater de porta em porta para pressionar os deputados assinarem a abertura da CPI dos abrigos”; Rosa comentou: “A tal da presidenta da Comissão do Idoso na ALERJ nunca pode ajudar, diz que tem uma fila de gente querendo falar”; e Joana sugeriu: “Temos que ir um dia que os vereadores não estejam em reunião. Não interessa falar com os assessores.”.

Celso, Joana, Rosa e Nise conseguiram algumas audiências com a presidenta da Comissão do Idoso na ALERJ⁹¹, que em um primeiro momento se mostrou favorável à abertura da CPI dos abrigos públicos para idosos do estado do Rio de Janeiro, mas que logo retirou seu apoio.

Nas audiências, os parlamentares sugeriram a instalação de câmeras nos abrigos. As pesquisadas argumentaram que o recurso poderia gerar constrangimento e tirar a privacidade dos idosos abrigados.

Em reunião do Fórum PNEIRJ em dezembro de 2017 as pesquisadas contaram como em uma dessas audiências se sentiram intimidadas por uma promotora de justiça presente que disse: “A sociedade civil aponta um dedo, mas tem três outros dedos apontados para ela de volta. Quem denuncia sem provas comete crime.” Celso comentou o episódio:

“Nós colocamos o dedo na ferida. E quiseram jogar a bola para nós. ‘Vocês que apontam o problema tem que trazer soluções.’ Veio nos intimidar para parar com esse negócio de denúncia. Foi autoritária, de nariz arrebitado. (...) **Vamos denunciar de novo. Atazanar a vida deles.**” (grifo meu).

Os membros do Fórum PNEIRJ seguem até o momento esperando a abertura da CPI dos abrigos.

3.2.3 Encontros Nacionais de Fóruns Permanentes da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa

Tive a oportunidade de acompanhar duas edições dos Encontros Nacionais de Fóruns Permanentes da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa. Um no ano de 2016, na cidade do Rio de Janeiro (RJ) e o outro em 2017, em Salvador (BA).

Todo ano o encontro é organizado pelos membros da diretoria do Fórum Nacional - incluídas dentre eles Joana, Rosa e Nise - e por participantes vinculados ao fórum do estado que vai sediar o evento. Desde o primeiro encontro, realizado no Ceará em 2009, todos os anos um estado é eleito para receber o evento⁹².

⁹¹Sobre as relações entre as pesquisadas e a parlamentar em questão (Deputada Estadual Dona Jane), tratarei no Capítulo IV.

⁹²No ano de 2018, Brasília foi escolhida para ser sede do Encontro Nacional. A justificativa da escolha e objetivo dos membros da diretoria do Fórum Nacional foi estimular a criação de um fórum estadual na região centro-oeste brasileira.

A ideia de realização dos encontros foi uma iniciativa das participantes do Fórum PNEIRJ, que se articularam com os membros do Fórum Cearense de Políticas para o Idoso (FOCEPI), em ocasião do Fórum Social Mundial, em março de 2009. Durante o primeiro encontro, realizado em novembro do mesmo ano, os participantes escolheram o dia 19 de novembro como o “Dia da Bandeira de Luta em Defesa da Pessoa Idosa”. Desde então todo encontro aconteceu no mesmo mês e se encerrou no dia 19 de novembro.

Para financiar as suas participações no evento as mulheres pesquisadas elaboraram algumas estratégias para arrecadar dinheiro. Uma delas foi a confecção de uma “Cesta da Beleza” e uma “Cesta de Natal” - contendo produtos de higiene e alimentação, respectivamente - que foram vendidas e sorteadas através de rifas.

Outra maneira de angariar fundos partiu de uma iniciativa de Joana, que anualmente organiza um evento chamado “Encontro de Danças”, um “momento de lazer e confraternização” com mais de dez grupos de dança formados em sua maioria por mulheres idosas e brancas de instituições como a Unati UERJ, um projeto de extensão da área de Educação Física da UFRJ, a Universidade Cândido Mendes, associações religiosas, filantrópicas, dentre outras.

Em 2017 o evento teve sua 9ª edição e aconteceu em um espaço cedido por uma igreja católica do bairro de Laranjeiras, zona sul da cidade do Rio de Janeiro. O encontro durou todo o período da tarde, com apresentações de cada grupo participante, sorteios de brindes e lanches ao longo do dia. Um dos grupos participantes é formado por idosas que frequentam a instituição coordenada por Joana e praticam a modalidade Dança Sênior.

A iniciativa do encontro tem por objetivo, além de adquirir fundos para o Encontro Nacional de Fóruns, divulgar o Fórum PNEIRJ dentre os grupos de dança de idosas. Para participar como dançarina ou apenas como expectadora, é necessário adquirir um convite pelo valor de R\$25.

Durante o evento foi possível observar Joana fazendo algumas falas ao microfone, chamando as presentes a participarem também das reuniões ordinárias mensais do Fórum PNEIRJ. Porém, diante de um salão com mais de cem idosas que se preparavam para suas apresentações, a fala de Joana não pareceu ganhar muita atenção.

Como normalmente a arrecadação de finanças só cobre uma parte dos custos de participação (passagens, estadias e alimentação) das delegadas e delegados do Fórum PNEIRJ no Encontro Nacional, cada participante deve arcar com os valores restantes para garantir a sua ida ao evento. Joana explicou: “Cada um vai por sua conta ou a instituição que representa que paga.”.

Os Encontros Nacionais têm normalmente uma programação de três dias, em que cerca de setenta participantes (com uma maioria de mulheres) de diversos estados ficam reclusos, dormindo e fazendo suas refeições no local de realização do evento.

Em toda edição o evento inicia com um desfile das bandeiras de cada fórum e contém apresentações de cada um dos fóruns estaduais participantes sobre suas atuações no ano em questão nos seus respectivos estados. As apresentações dos fóruns estaduais são seguidas de palestras, reuniões, apresentações culturais⁹³ nos intervalos, plenárias com propostas e moções⁹⁴ e culminam no ato público no último dia do evento.

Em 2016 foram redigidas moções de repúdio às ações de austeridade do estado do Rio de Janeiro, que fechou secretarias e serviços direcionados à população com a justificativa de sua crise financeira. A moção também mencionou o que entenderam como uma desvalorização dos servidores e idosos do estado fluminense.

Em toda plenária final dos encontros é também redigida coletivamente uma carta, que vai sintetizar as discussões e preocupações colocadas em pauta durante os dias do encontro, como um resultado das suas atividades. Em 2016 foi redigida a carta do Rio de Janeiro II⁹⁵ e em 2017 a carta da Bahia II⁹⁶. As duas cartas tiveram um teor de rejeição e contestação à reforma da Previdência.

Durante o Encontro Nacional é comum ouvir falas do tipo “Aqui é um recarregamento de bateria para continuar o trabalho em nossos estados”. Destro de Oliveira (2015), ao descrever uma Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas Idosas (CNDPI) argumentou como essas ocasiões de encontros nacionais são momentos de sociabilidade, reencontros, e trocas de experiências para aqueles interessados em discutir políticas públicas para idosos.

Participam dos Encontros Nacionais de Fóruns aproximadamente 60 idosos todos os anos, sendo a maioria delas mulheres. Para Joana, o evento:

“é voltado para as lideranças, não é para mil idosos. É esse número de gente que queremos mesmo. Queremos qualidade e não quantidade. **Não é objetivo encher de gente e nem envolver políticos.** O encontro tem o objetivo de promover

⁹³As apresentações culturais podem variar desde participação de escolas de samba, até apresentações de dança e esquetes executadas por idosos. São compreendidas como um momento de distração e lazer dentre o roteiro de palestras e debates políticos. Sobre esse item da programação, Rosa comentou: “o lazer também é importante, também é um direito social”.

⁹⁴Em algumas ocasiões durante o evento presenciei debates sobre as diferenças entre proposta e moção. Para as pesquisadas, bem como para os demais participantes do Encontro Nacional, as propostas possuem um caráter de mobilização e encaminhamento para a ação, já as moções são utilizadas para transmitir algum comunicado.

⁹⁵O documento foi mencionado no Capítulo II da tese, com direcionamento na nota de rodapé 70, página 83, para acesso à carta na íntegra.

⁹⁶A carta da Bahia II pode ser acessada através do endereço eletrônico: <http://forumnacional.net.br/cartabahia2.pdf> Acesso em: 09 de jul. de 2019.

consciência e preparação, fundamento para atuar. Não é centro de convivência.”
(grifo meu).

A concepção de Joana sobre o público alvo dos Encontros Nacionais é partilhada por algumas outras pesquisadas, que entendem que caso o evento possua muitos participantes, pode acabar se desviando de seu propósito político e adquirindo caráter de entretenimento. No entanto, essa visão não é compartilhada por todos os participantes, como veremos ainda neste capítulo.

3.2.4 “Idoso, erga sua bandeira de luta”: atos públicos

A organização de atos públicos também faz parte das estratégias utilizadas pelas mulheres do Fórum PNEIRJ para reivindicar ou tentar tornar visíveis as suas pautas de luta. A frase que compõe o título desta seção se tornou um bordão das mulheres desta pesquisa, estando sempre presente em cartazes, panfletos e discursos nos atos do grupo.

As manifestações organizadas pelas pesquisadas acontecem geralmente em locais públicos e contam com uma barraca branca, com painéis pendurados com os nomes dos fóruns, uma mesa com panfletos para distribuição e divulgação do Fórum PMI-RJ, do Fórum PNEIRJ, do CEDEPI, de algumas instituições representadas pelas integrantes do grupo analisado, exemplares do Estatuto do Idoso, e cadeiras.

A prática já faz parte do modo de operação das mulheres do Fórum PNEIRJ, sendo parte importante e que encerra seus Encontros Nacionais de Fóruns anuais. A seguir descrevo três ocasiões diferentes em que a estratégia da manifestação pública foi mobilizada pelas mulheres que militam pelos direitos dos idosos.

3.2.4.1 Ato pelo Dia da Bandeira de Luta em Defesa da Pessoa Idosa

Desde 2009 todo dia 19 de novembro é marcado por um ato público liderado pelas mulheres do Fórum PNEIRJ, bem como os participantes do Encontro Nacional dos outros estados brasileiros. Em 2016 o ato público ocorreu na orla da praia de Copacabana, no Rio de Janeiro. Em 2017 foi o Farol da Barra que compôs o cenário do ato em Salvador, Bahia.

Todos os atos que encerraram os Encontros Nacionais de Fóruns foram organizados para acontecer em locais de grande movimento das regiões escolhidas para recebê-los no ano

em questão. A ideia presente na escolha dos locais é dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelos fóruns estaduais, bem como às causas da população idosa defendidas.

Durante os atos um megafone foi disponibilizado, e sucessivamente cada representante de um fórum estadual tomou a palavra para proferir um discurso, chamar a atenção dos transeuntes ou puxar uma frase ou palavra de ordem.

Dentre as falas reivindicatórias, algumas idosas e idosos cantaram, dançaram, recitaram poemas. No ato de 2017, uma representante do Fórum do estado do Amazonas disse: “Tem que ser assim. Muito certinho não dá certo!” A fala se seguiu da intervenção de Joana, que não concordou com a estratégia: “Tem que ter as apresentações dos fóruns. Eu precisei intervir. Estavam descaracterizando o ato, levando para outro lado. A reivindicação de direitos estava ficando em segundo plano”.

O conteúdo das manifestações abordou desde a apresentação de alguma causa, a contestação a uma situação desfavorável aos idosos e falas que requerem valorização e respeito às pessoas idosas até convites para participação nas reuniões dos fóruns. No ato de 2016, Nise falou:

“Ninguém pode desprezar a velhice, é uma dádiva de Deus! O idoso precisa de reforço e reconhecimento! **Não nos calaremos frente às injustiças contra as pessoas idosas!** Se juntem a nós, cariocas! Vocês que estão passando, se juntem a nós do Fórum PNEIRJ, toda primeira quarta do mês! É uma escola de cidadania! Vem ver o que está sendo feito, o que você pode fazer! **Vem ver, é para todos!**” (grifos meus).

Celso, na mesma ocasião, disse: “Estamos fazendo história. Quem sabe não seremos o início da mudança? Vamos puxar a ‘Revolução dos Grisalhos’, um forte movimento nacional!”.

Nos dois atos presenciados, as falas abordaram também a questão da reforma da Previdência. Um representante do estado do Paraná disse em 2017: “Todos nós vamos chegar à velhice. Vão precisar da previdência e será tarde demais, pois não lutaram! Nós queremos viver. Deixe o brasileiro viver!”; uma representante da Bahia complementou: “Tem gente que acha que já está aposentado e que a reforma não vai o atingir. Vai sim, vai sim!”.

Algumas pessoas passaram pelo grupo, pararam, observaram, pegaram panfletos, informativos, foram abordados por algum dos manifestantes. Outros não pareceram ter suas atenções capturadas pelos idosos que formaram os atos.

3.2.4.2 Ato pelo Dia Mundial da Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa

O ato realizado todo ano no dia 15 de junho é mais uma atividade que faz parte da rotina de trabalho do grupo pesquisado. A manifestação pública acontece na orla de Copacabana das 10h às 12h.

Para poder realizar a ação, foi necessário solicitar a autorização da prefeitura do Rio de Janeiro. Em um diálogo na reunião do Fórum PNEIRJ, as pesquisadas contaram as dificuldades do processo:

“JOANA: Ano passado a prefeitura questionou se era adequado o ato.
 CELSO: Adequado é jogar bombas em nós. Imagina! Ia dar uma manchete linda!
 ROSA: Estou me sentindo em 1964, o trabalhador é tratado como bandido!
 BERTHA: Ah, mas o nosso prefeito está muito preocupado com os idosos... [em tom irônico].”

Em 2017 pude acompanhar as pesquisadas neste ato. Utilizando a estrutura da barraca branca, com mesa, cadeiras, água e lanches, as mulheres do Fórum PNEIRJ abordaram os pedestres, puxaram assunto e distribuíram exemplares do Estatuto do Idoso. Ao total foram doze mulheres e seis homens participantes.

Além do Estatuto do Idoso, foram distribuídos panfletos do Disque 100⁹⁷, folhetos com poema da Professora Rachel sobre velhice, panfletos de divulgação da instituição coordenada por Joana, adesivos com o dizer “velho é o seu preconceito”, folhetos explicando o significado do dia 15 de junho e contando o caso do Abrigo Cristo Redentor, e fitas roxas⁹⁸ com alfinete para serem afixadas na roupa.

No panfleto elaborado pelas mulheres do Fórum PNEIRJ, que oferece a explicação do significado do dia do ato⁹⁹, encontra-se o seguinte texto:

“O dia 15 de junho marca o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa. A data foi instituída em 2006, pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Rede Internacional de Prevenção à Violência à Pessoa Idosa. O objetivo da data é criar uma consciência mundial, social e política da existência da violência contra a pessoa idosa, e, simultaneamente, disseminar a ideia de não aceitá-la como normal.”.

⁹⁷O Disque 100 é um recurso nacional criado para receber denúncias de violência contra mulheres, crianças, população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, *queer*, dentre outros (LGBTQ+), idosos, ou quaisquer casos de violação dos direitos humanos.

⁹⁸A cor roxa ou violeta simboliza a luta contra a violência em relação a diversos grupos populacionais, dentre eles, os idosos.

⁹⁹Um exemplar do panfleto se encontra nos anexos dessa tese (Anexo H).

A atividade de distribuição de materiais e abordagem do público é executada com bastante empolgação por algumas pesquisadas, especialmente Leila, Simone e Nise. Após diálogo com um pedestre, Leila disse sorrindo: “Eu sou muito boa nisso!”; Nise chamou a atenção das pessoas, explicando os diversos tipos de violência e o significado da cor roxa, que faz parte do dia: “A cor roxa simboliza os hematomas.”; e Simone tirou muitas fotos, dizendo: “É para levar lá para minha instituição [FAAPERJ], para provar que eu estava aqui mesmo. Senão, vão dizer que eu não vim.”.

Nesta ocasião as manifestantes receberam a visita da delegada responsável pela DEAPTI (também conhecida como “Delegacia do Idoso”), com quem tiraram fotos. Rosa declarou: “Hoje é um dia histórico!”.

Durante o ato de 2017, as pesquisadas realizaram também a coleta de assinaturas para o abaixo-assinado pela abertura da CPI dos abrigos e votação para a “Consulta Nacional sobre Reformas e Auditoria da Dívida”. A iniciativa da consulta é uma campanha de vários sindicatos, entidades e movimentos e tem como objetivo coletar dados e angariar apoio da população na discordância com algumas reformas, dentre elas a reforma da Previdência¹⁰⁰.

O ato foi noticiado no Jornal da Associação de Aposentados de Volta Redonda (AAP-VR), com a manchete: “FAAPERJ conscientiza população sobre violência contra a pessoa idosa”.

3.2.4.3 Ato em defesa do Abrigo Cristo Redentor

Durante o ano de 2017 a causa do Abrigo Cristo Redentor entrou para a pauta de lutas dos membros do Fórum PNEIRJ, conforme mencionei anteriormente. Uma das ações do grupo em defesa dessa causa foram os atos públicos.

Em maio de 2017 participei de uma das manifestações organizadas pelas pesquisadas em conjunto com pessoas do Conselho Comunitário formado por moradores da região próxima ao abrigo. O ato teve duração aproximada de 1h e contou com a presença do Padre da comunidade, membros da Paróquia, membros do Fórum PNEIRJ, um deputado estadual e seu assessor, representantes do movimento de moradores do bairro, e do movimento “Luta de

¹⁰⁰Para mais informações sobre a iniciativa, acesse o endereço eletrônico: <http://consultanacional2017.com.br>
Acesso em: 09 de jul. de 2019.

Classes”¹⁰¹. Foram mais de quarenta pessoas, que carregavam cartazes que continham frases como: “Dê atenção ao idoso”; “Mais amor ao próximo”; “Dignidade já!”; “Dignidade não se negocia”; “Gostaria que fosse com você?”; e “#somostodosredentor”.

Durante o ato os participantes cantaram o hino nacional, puxaram palavras de ordem e músicas e executaram discursos. Em momento dedicado às falas, Celso declarou: “Essa é uma manifestação de grande porte, para causar impacto. Eu acredito é no poder do povo, não nos políticos!” Um representante do Conselho Comunitário disse: “Lutando, sendo a voz. Idosos precisam tanto de nós! **Eles não têm a voz, mas nós temos!**” (grifo meu).

Falas como a última e algumas frases dos cartazes evidenciam o caráter relacionado à caridade da manifestação pública e também a ideia de que os idosos não podem falar por si mesmos ou reivindicar os próprios direitos. Essa ideia se aproxima das falas das pesquisadas quando associam suas militâncias à filantropia ou a noção de “ajudar o próximo”.

O Padre, líder da paróquia, em seguida puxou a música, paródia de “Não deixe o samba morrer” dos compositores Aloísio Silva e Edson Conceição:

“Não deixa o abrigo morrer
Não deixa o abrigo acabar
O abrigo foi feito para o idoso
Pro idoso pra gente cuidar”

A música foi seguida pelos gritos de guerra “O abrigo é nosso, aha, uhu!” e “Fora Temer!”.

A filha de uma idosa do abrigo proferiu o seguinte discurso:

“Em abrigo público do estado acontece coisa pior do que no nazismo, do que nas violências da cidade do Rio de Janeiro. Pior do que atirar em alguém. Estão matando o idoso sob tortura, falta de cuidado, desidratado. É sangue inocente. A omissão é responsável pelas mortes.”.

Em seguida um representante do sindicato dos fisioterapeutas falou sobre as condições precárias a que estão submetidos os profissionais da área no abrigo, descrevendo contratos por cooperativas terceirizadas, atrasos nos pagamentos dos salários e demissões coletivas.

Ao final do ato público, Joana e Celso debateram sobre o local de saída da manifestação. Havia uma combinação prévia de que o ponto de encontro dos manifestantes

¹⁰¹O movimento “Luta de Classes” tem abrangência nacional e inspiração marxista. Participa desse movimento Celso, vice-coordenador do Fórum PNEIRJ. Para saber mais, acesse: <http://www.lutadeclasses.org/> Acesso em: 09 de jul. de 2019. No capítulo VI desenvolvo a descrição e análise do perfil de Celso e dos outros homens que fazem parte do Fórum PNEIRJ.

seria o abrigo, porém os membros da comunidade saem da Paróquia, andando em passeata até o abrigo. Celso explicou a Joana: “Me imploraram para sair de lá. Eu já te expliquei que **não pode ser uma coisa só nossa, senão não dá quantidade de gente...**” (grifo meu). No entanto a resposta não pareceu satisfazer Joana, que respondeu: “Então não deveríamos nem estar aqui”, virou as costas e foi embora.

Alguns atos em favor do abrigo foram noticiados no jornal “Movimento Luta de Classes”, grupo do qual Celso participa. A manchete do jornal de maio de 2017 foi: “Idosos do Abrigo Cristo Redentor pedem socorro: exploração imobiliária e governo do PMDB¹⁰² ameaçam de extinção o abrigo para construir mais um *Shopping Center*.”

3.2.5 Palestras e debates: promoção de encontros e de público

Enquanto membros integrantes da ANG-RJ e do CBCISS as mulheres militantes pela causa dos idosos organizaram ou participaram de alguns eventos que tiveram como objetivo debater sobre velhice durante os anos de realização dessa pesquisa.

Um significativo evento já foi descrito neste capítulo na sessão sobre a relação entre ANG-RJ e Fórum PNEIRJ, a comemoração aos 25 anos da ANG-RJ. Destaco nesta sessão outros dois eventos organizados através da ANG-RJ: “Debate em Dia”, que ocorreu nas dependências da Fundação Real Grandeza (instituição de previdência complementar de Furnas), em 2016; e um sarau cultural em Copacabana (que foi nomeado como “Sarau Mix”), em 2017. Além disso, houve o encontro “Mulheres hoje: vozes protagonistas - do cuidado à cultura”, promovido pelo CBCISS em 2017.

Além da promoção de uma discussão sobre o tema da velhice, alguns desses eventos tiveram também o objetivo de atrair mais público para o engajamento na militância pela causa dos idosos, ou provocar um interesse em um potencial público para adesão à causa. Essa tentativa de sensibilização para a questão do envelhecimento nesses eventos se deu muitas vezes através da apresentação das instituições das quais fazem parte, como a ANG-RJ, o Fórum PNEIRJ e o CEDEPI e também do convite às suas reuniões mensais.

O “Debate em Dia” é um evento que as mulheres da ANG-RJ organizam frequentemente. Em julho de 2016 acompanhei uma edição do evento que contou com a palestra de Rachel, que se apresentou na ocasião como gerontóloga.

¹⁰²Partido do Movimento Democrático Brasileiro, atual MDB.

A palestra com título “O pensar gerontológico sobre a velhice: possibilidades e limitações” contou com a presença de mais de cinquenta pessoas - mulheres idosas, em sua maioria. Na entrada do auditório reservado para o evento havia uma mesa em que estavam dispostos exemplares do Estatuto do Idoso para distribuição. Na abertura do evento, Nise e Rosa fizeram uma fala se apresentando, elencando as instituições as quais pertencem e falando sobre a necessidade do combate à violência contra os idosos. Em seguida, Rachel realizou a palestra, e em sua fala estavam presentes temas como envelhecimento como um processo natural, uma etapa da vida; aumento da expectativa de vida e da população de idosos; explicação sobre a diferença entre geriatria e gerontologia; saúde, com ênfase na ideia de que a velhice não é sinônimo de doença, e da necessidade de prevenção e prática de atividades físicas; a importância do Estatuto do idoso e da luta por direitos; preservação da autonomia e do poder de decisão; violência urbana; lazer; e a importância de ter um projeto de vida. Sobre o último tema, a palestrante disse: “Tem que ter um projeto de vida. Quem é idoso não pode fazer projetos muito longínquos, mas você precisa ter projetos. **Depois que se aposenta você trabalha com o que te dá tesão.**” (grifo meu).

Mirian Goldenberg (2013) escreveu sobre a importância de ter um projeto de vida na velhice e poder escolher aquilo que se quer realizar. A autora explicou que não há um único modelo para traçar este projeto de vida, mas que existem diversas possibilidades, de acordo com a trajetória, valores, escolhas, desejos e relações desenvolvidas por cada um.

Dentre as alternativas de planos que podem ser traçados ao longo da vida, podemos compreender que o engajamento pela reivindicação de direitos dos idosos pode ser um projeto de vida e velhice. Este projeto está representado nesta tese pelas mulheres do Fórum PNEIRJ que durante suas velhices escolheram atuar como militantes pela causa das pessoas idosas.

O segundo evento apresentado nesta sessão é o “Sarau Mix”, que as associadas da ANG-RJ promoveram no bairro de Copacabana em outubro de 2017, em parceria com um jornal local. A atividade foi também uma comemoração ao Dia do Idoso (1º de outubro). Foram aproximadamente cinquenta pessoas presentes e dentre elas estavam Nise, Joana, Dandara, Leila, Simone, Carolina e Rachel.

Nesta ocasião Dandara usava a blusa com os dizeres “Respeite meu passado, meus projetos. Idosos não são invisíveis”, citada no Capítulo II desta tese. Neste dia ela contou que, depois de ter ganhado a blusa, descobriu que foi uma ex-deputada federal - com quem as pesquisadas travaram um embate a respeito do COMDEPI - quem distribuiu as camisas na praia. E disse: “Aí, eu já não gostei mais. Mas de vez em quando eu ainda uso.”.

Nise abriu o evento falando sobre a luta das pesquisadas para permanecer no prédio da PALONG, e como era este prédio que sediava as reuniões do Fórum PNEIRJ e Fórum PMI-RJ. Ela disse:

“Nós que pagamos para trabalhar. **Não temos salário, é só amor.** Nós tomamos um susto com esse negócio da PALONG. Nós fizemos 25 anos ano passado! A associação é pioneira no curso de cuidador de idosos. Estão aqui nossas fundadoras, Ana e Olga que não nos deixam mentir. **Não podemos deixar os fóruns morrerem.** Foram nove anos que a ANG-RJ cedeu o espaço para as reuniões do Fórum PNEIRJ. Mas eu acredito que Nossa Senhora vai nos dar um lugar!” (grifos meus).

Rachel fez uma fala e explicou que aquele dia seria “um momento mais descontraído, para estar junto da população.” Ela acrescentou: “A luta não se extinguiu. **Lutamos com alegria** apesar do momento difícil.” (grifo meu).

Em seguida se apresentou o coral da Terceira Idade da Após-Furnas, formado por quatorze mulheres e quatro homens. Antes da apresentação o jovem maestro contou que o coral possuía 15 anos de existência, que era o coral mais famoso do Rio de Janeiro, e anunciou que iria passar na televisão em breve uma matéria do programa “Globo Repórter” sobre eles. O maestro também explicou que participar do grupo era um estímulo para treinar a memória, decorando as músicas em português e em línguas estrangeiras. Em seguida o coral interpretou músicas como “*Volare*” de Domenico Modugno, e “O sonho impossível”, do musical “O Homem de La Mancha”.

Após apresentação do grupo, Nise deu início ao sarau que teve microfone aberto. Quem desejou foi até o microfone e declamou poemas, leu textos, cantou canções. Boa parte dos conteúdos das letras e mensagens das performances eram sobre velhice, como por exemplo, o poema declamado por Leila, de sua própria autoria¹⁰³.

Enquanto cantava “Isso aqui o que é”, de Ary Barroso, Nise se voltou para mim sorrindo e disse: “Ah, se meu neto me visse aqui cantando, ia ser engraçado! Minha família diz que eu não canto nada! Vê se pode!”.

Durante a atividade, Nise também distribuiu cópias do Estatuto do Idoso ao público presente, enquanto Rachel dizia: “O Estatuto do Idoso tem que ser livro de bolsa. Que a gente possa abri-lo na hora que algo não é cumprido. Aí a gente esfrega o estatuto na cara deles. Eu sempre falo isso para as minhas idosas e para os meus alunos: ‘o estatuto foi fruto de muita luta’”.

¹⁰³O poema de Leila foi apresentado no Capítulo II desta tese.

Para encerrar o evento, havia uma mesa com pães, torradas, pastas, bolos, refrigerantes e sucos. Ao convidar o público à mesa, Nise disse: “Vamos comer, já é meio-dia! Saco vazio não para em pé e já somos velhinhas... **Velhinhas não! Somos idosas gatas e gostosas!** [risos]” (grifo meu). Através dessa fala, Nise demonstrou que para ela ser classificada como “velhinha” ou “velha” gera uma conotação de desprestígio e depreciação, mas que ser chamada de “idosas” remete a uma valorização que admite a associação com adjetivos elogiosos, como “gata” e “gostosa”.

Durante o lanche o jornalista da imprensa local abordou Nise e disse: “Acabei de falar com a deputada federal Carla. Ela vai comprar sua luta, vai te ajudar. Já tem fotos desse evento nas redes sociais.” Nise sorriu e respondeu: “Não, obrigada. Mas ajuda dela nós não queremos. Não aceitamos ser cooptadas.”.

Em março de 2017 participei do evento “Mulheres hoje: vozes protagonistas – do cuidado à cultura”, na biblioteca do CBCISS, no prédio da PALONG. No evento haviam onze mulheres, dentre elas Nise e Rosa, e nenhum homem. Sobre a ausência do público masculino, uma professora universitária convidada da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) disse: “gostaríamos que os homens também estivessem aqui para nos escutar. Mas acho que mulheres gostam de ouvir mulheres.”

Para participar do evento foi necessário efetuar o pagamento de 30 reais (ou 25 reais, no caso dos estudantes). Durante a tarde foram cinco palestras ministradas, sendo uma delas realizada por Rachel.

Em sua fala ela destacou a condição de subalternidade da mulher na sociedade brasileira e as possíveis diferenças biológicas e sociais entre o envelhecimento da mulher e do homem. Considerando que os idosos e as mulheres são alvo de discriminações e violências no Brasil, Rachel citou Myriam Moraes Lins de Barros (2006) para dizer que a velhice da mulher é “duplamente insignificante”. Ela continuou: “A maioria da população de mulheres idosas hoje não pôde estudar, nem trabalhar. **Nós não. Nós somos um grupo privilegiado.** Nós fizemos graduação, nós trabalhamos...” (grifo meu).

Nessa fala Rachel nos forneceu mais elementos para compreender que embora as mulheres que militam pelos direitos dos idosos possam ser consideradas idosas, suas condições econômicas e de escolaridade não se assemelham à realidade da população de mulheres com mais de 60 anos no Brasil¹⁰⁴. Essa diferença entre a trajetória das pesquisadas e

¹⁰⁴Em 2007 foi publicada uma pesquisa sóciodemográfica da Fundação Perseu Abramo em parceria com o SESC que mostrou que 57% dos idosos brasileiros são mulheres, 75% estudou até a 4ª série do Ensino Fundamental e 45% das mulheres idosas possui uma renda familiar de até dois salários mínimos (NERI, 2007).

as idosas brasileiras no geral também significa que nem sempre as mulheres do Fórum PNEIRJ estão incluídas no público pelo qual se pretende lutar e reivindicar direitos.

As palestras que se seguiram foram ministradas por uma professora da UFF, que apresentou sua pesquisa sobre fotografias e histórias de vida de mulheres idosas; por uma representante do SESC, que falou sobre o histórico do envolvimento da instituição com o tema da velhice e o seu alinhamento com o Plano de Ações de Madrid da ONU, 2002; por uma professora da UnATI UERJ, que apresentou sua pesquisa sobre um grupo de idosas do Bumba Meu Boi¹⁰⁵ no SESC do estado do Maranhão; e a quinta foi uma coordenadora da UnATI do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM), que falou sobre as atividades desenvolvidas para os idosos na instituição.

Ao final do debate Rosa, enquanto presidenta do CEDEPI, falou sobre a situação de precariedade e dificuldade de dar continuidade às atividades do conselho.

3.2.6 Madrid+15: os direitos humanos das pessoas idosas aqui e agora

Faz parte também do conjunto de atividades do grupo pesquisado a participação em eventos e conferências de porte nacional e internacional. Nesses encontros as pesquisadas entram em contato e debatem com outros grupos envolvidos ou interessados no tema dos direitos dos idosos.

Em junho de 2017 as mulheres do Fórum PNEIRJ participaram do evento “Madrid+15: os direitos humanos das pessoas idosas aqui e agora”, na cidade de Ypacaraí, no Paraguai. Ao total foram seis mulheres representantes do Fórum PNEIRJ: Joana, Nise, Rosa, Dandara, Conceição e Bertha. Participaram também do encontro Sandro e Gustavo.

O evento - que acontece a cada cinco anos - teve como objetivo discutir os direitos das pessoas idosas na América Latina, com base no Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento (OMS, 2012). E se dividia em duas etapas: alguns dias eram destinados à reunião e discussão apenas da sociedade civil e os dias posteriores reuniram sociedade civil e representantes governamentais.

¹⁰⁵O Bumba Meu Boi é uma festa tradicional do folclore brasileiro, típico da região Nordeste. Para mais informações, acesse: <http://bumba-meu-boi.info/> Acesso em: 09 de jul. de 2019.

As mulheres do Fórum PNEIRJ não foram as únicas representantes do Brasil no evento¹⁰⁶, que contou também com membros do SESC e participantes ligados ao governo brasileiro, por exemplo.

Durante as reuniões mensais do Fórum PNEIRJ, as mulheres discutiram as estratégias para suas participações no evento. Rosa disse: “Vamos denunciar o desmonte das políticas sociais aqui no Brasil, o descumprimento do estatuto e o desmonte do CEDEPI. Vou falar sobre conselhos, legislação e tratados internacionais que o Brasil assinou e não cumpre.”.

Joana complementou:

“Vou falar sobre as mazelas aqui do Brasil em perspectiva internacional. É importante levar isso, **para não acharem que Brasil é a maior maravilha do mundo para o idoso**. O Brasil não cumpre o que está na convenção¹⁰⁷. A OEA vai verificar, punir. O Brasil não ratificou, então como vai cumprir as propostas? Se ratificar, as reformas previstas não podem seguir. Não é do interesse do governo ratificar.” (grifo meu).

Havia nas falas das pesquisadas uma preocupação de que fosse transmitida a ideia de que os idosos no Brasil não têm problemas ou de que seus direitos são cumpridos e respeitados. Desse receio surgiu também uma crítica à participação de pessoas ligadas ao SESC, representando também a sociedade civil brasileira no evento: “Não é organização de trabalhadores, é patronal. Não podem falar mal do governo”, disse Joana. “Tem cara de sociedade civil, mas alma de governo. E recebe verba pública para ações”, complementou Sandro.

Durante as reuniões do Fórum PNEIRJ, Joana, enquanto presidenta e condutora das pautas das reuniões, apenas citou o evento e propôs debates sobre a participação dela e das outras pesquisadas no evento. Ela não convidou ou perguntou quem mais estaria interessado em ir. Ao perguntar a Nise se eu poderia acompanhá-las na atividade, ela respondeu: “Melhor você ir primeiro ao Encontro Nacional de Fóruns na Bahia, você vai conhecendo, aprendendo, depois vai aos eventos maiores.”.

No encontro, Joana, Rosa, Bertha e Sandro tiveram oportunidade para falar e apresentar trabalhos sobre a situação dos direitos dos idosos no Brasil. As pesquisadas levaram também uma moção de repúdio intitulada “Intervención de los Representantes del Fórum Nacional Permanente da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa”¹⁰⁸, que

¹⁰⁶A delegação do Brasil foi a 2ª maior do evento, com trinta e cinco representantes.

¹⁰⁷A Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos (2015), bem como a situação de não ratificação do Brasil ao documento, foi apresentada na introdução da tese.

¹⁰⁸Para ler o documento, acesse: <http://forumnacional.net.br/documentos.php#IVCONF>. Acesso em: 09 de jul. de 2019.

reivindicou a ratificação do Brasil à Convenção Interamericana sobre a proteção dos Direitos Humanos dos Idosos; denunciou a situação do Abrigo Cristo Redentor; e defendeu a interrupção da reforma da Previdência.

Ao voltar do evento, as pesquisadas falaram em reunião do Fórum PNEIRJ e do CEDEPI como foi o encontro. Elas comentaram as apresentações de outras delegações, como a da Costa Rica: “Eles estão muito adiantados nos direitos dos idosos”, disse Nise; reclamaram da alimentação: “comida fria e sem gosto”, disse Rosa; queixaram-se da falta de tradução das palestras que ocorreram somente em espanhol; e demonstram insatisfação com a participação dos representantes governamentais: “O pessoal da parte governamental, do Ministério de Direitos Humanos, não sabia de nada sobre o abrigo. Fizeram uma fala como se no Brasil tudo estivesse uma maravilha”, disse Joana.

Sobre sua participação, Joana disse: “Tentaram fazer com que eu não apresentasse. Não queriam. Queriam só um da sociedade civil para fazer a intervenção.” Na sequência, Bertha complementou: “Queriam tirar a voz da Joana, coisa que é muito difícil! Os representantes do Ministério da Saúde disseram que têm programa de capacitação de cuidadores de idosos. Nós, enquanto sociedade civil, sofremos. **O governo leva um monte de mentiras!**” (grifo meu).

Gustavo também expressou suas impressões sobre o evento, dizendo: “Essas reuniões não resolvem muitas coisas. Esse governo golpista não vai ratificar a convenção interamericana, não vai assinar nada!”.

Essa fala sobre o evento pode ser mais um exemplo para pensar a relação de embate das pesquisadas com membros do governo. De um lado, os mandatários governamentais apresentando cenários positivos, avanços nas legislações brasileiras no que diz respeito aos direitos dos idosos; de outro, as mulheres do Fórum PNEIRJ preocupadas em exercer seu papel de denunciante das violações de direitos da população idosa no Brasil.

Em reunião do CEDEPI, Rosa apresentou quais aspectos da Declaração de Ypacarai¹⁰⁹ achou mais importantes, destacando: o compromisso com os direitos humanos das pessoas idosas, a necessidade de denúncias de violações de direitos, como abandono e negligência, a necessidade de comunicação e inclusão intergeracional, capacitação dos idosos sobre seus direitos, e comunicação com as autoridades governamentais.

¹⁰⁹Para visualizar o documento na íntegra, acesse: http://www.sesc.com.br/downloads/DeclaracionYpacarai_27-06-2017.pdf Acesso em: 09 de jul. de 2019.

3.3 Críticas e contradições: diferentes concepções sobre o papel e as atuações no Fórum PNEIRJ e CEDEPI

As estratégias de ação e formas de luta desenvolvidas e traçadas pelas mulheres do Fórum PNEIRJ não se executam sem críticas e estabelecimento de conflitos no grupo sobre suas possíveis contradições. No cotidiano de trabalho desta coletividade estão presentes diferentes concepções sobre o papel que devem desempenhar através do Fórum PNEIRJ.

Levando em consideração que faz-se necessário entender as controvérsias sobre o âmbito de elementos heterogêneos que podem fazer parte das agregações do grupo formado pelas mulheres do Fórum PNEIRJ (LATOUR, 2012), é possível identificar algumas das principais críticas e discordâncias internas às atuações. Elas estão relacionadas a três aspectos: divergências sobre o entendimento se o espaço do Fórum PNEIRJ e suas atividades devem ter como foco às lideranças de representantes dos direitos da população idosa ou se devem ser mais abertos à participação popular; os caminhos burocráticos, morosos e por vezes pouco eficazes de luta e operação do Fórum PNEIRJ e do CEDEPI; e a falta de visibilidade do movimento.

Os principais autores das críticas são Sandro, Leila e Bertha, que em diversas ocasiões provocaram certo desconforto no grupo ao mencionar algumas das possíveis incoerências e problemas nas maneiras como as mulheres do Fórum PNEIRJ decidem atuar. Os três atores citados são ou foram professores universitários, estão associados ao meio acadêmico e possuem teses de doutorado sobre o tema da velhice.

Bertha e Leila frequentam as reuniões mensais do Fórum PNEIRJ e participam da maioria das atividades organizadas. Porém, segundo Leila **“A gente [ela e Sandro] apóia o Fórum PNEIRJ e a ANG-RJ, mas a gente não está na época de estar na linha de frente, sabe? Não sei. Eu acho que passou a época. Porque tem coisas que a gente tem que dar um tempo.”** (grifo meu).

A fala de Leila indica que, embora esteja sempre presente e participante nas atividades do grupo, ela não está mais em uma situação de liderança, organização e de tomada de decisões.

Sandro se apresenta em uma situação mais distante em relação ao grupo de mulheres pesquisadas. Embora já tenha sido mais presente e atuante no passado, durante os anos de 2016 a 2018, Sandro comparecia pontualmente aos encontros. Normalmente chegava atrasado e saía antes do término das atividades. Ele já foi presidente do Fórum PNEIRJ e da ANG-RJ, mas atualmente se apresenta como “membro solidário”.

Sobre Sandro, Leila disse: “Ele foi coordenador durante muito tempo do Fórum PNEIRJ. **E há uma rivalidade entre ele e Joana.** Você já viu isso, né? Uma rivalidade muito explícita dos dois lados.” (grifo meu).

Na posição de alvo das críticas temos as mulheres pesquisadas: Joana, Rosa, Nise, Conceição, Dandara, Tarsila, Anita e Simone, que desenvolvem suas militâncias pelos direitos dos idosos a partir das suas atuações profissionais ou movidas pela noção do dever em ajudar ao próximo.

Enquanto Sandro, Leila e Bertha teceram suas críticas às atuações das pesquisadas no Fórum PNEIRJ, elas também demonstraram reprovação pela pouca atuação principalmente de Sandro, mas também de Bertha no grupo. Em certa ocasião, Nise disse: “O Sandro não defende a ANG-RJ. Ele não quer nem saber! Só chega para criticar, mas na hora do ‘vamos ver’ tira o corpo fora. Ele abandonou o Fórum PNEIRJ.” Sobre Bertha, Rosa disse: “Ela quer mandar na gente. É autoritária, só arruma confusão. Quase nunca aparece no Fórum PNEIRJ e no CEDEPI, quando vai é só estresse porque cria problema.”.

Apesar dos explícitos conflitos entre o professor aposentado e as mulheres pesquisadas, há também um respeito delas pela posição de acadêmico e detentor do saber que Sandro ocupa. Quando não há críticas explícitas ao grupo, as sugestões de Sandro são geralmente levadas em consideração. Em certa ocasião Rosa disse: “Você faz uma falta danada. A gente briga com você, você briga com a gente, mas você faz falta.”.

Quais os limites e as possibilidades das estratégias de ação traçadas pelas mulheres da pesquisa? O ambiente do Fórum PNEIRJ é para os idosos ou para quem é liderança dos movimentos de idosos? É possível considerar que os membros do Fórum PNEIRJ representam os interesses da população idosa brasileira?

As sessões seguintes desenvolvem alguns aspectos que podem ser relevantes para compreender os conflitos e divergências sobre as formas de atuação das delegadas do Fórum PNEIRJ, bem como quais elementos podem provocar divisões no grupo pesquisado. Estão organizadas através dos tópicos: burocracia, representatividade e visibilidade.

3.3.1 Burocracia: espaço instituinte ou instituído?

“O Sandro me chama de burocrata. **Sou burocrata sim.** Não encaminho denúncia sem saber, sem provas. Podem me chamar de burocrata ou eleger outra coordenadora. Vocês são livres pra isso.” (grifo meu). Esse trecho foi uma fala de Joana em reunião do Fórum PNEIRJ

em dezembro de 2016. Na ocasião se discutiram as denúncias de violações de direitos no Abrigo Cristo Redentor.

Destro de Oliveira (2015) chamou atenção para como os conselhos de idosos incorporam em suas rotinas elementos da burocracia estatal - e sua sequência ritualizada e hierarquizada de procedimentos - em suas performances, linguagens e atuações. Sendo a principal pauta do grupo muitas vezes seu próprio funcionamento interno e suas próprias questões organizacionais e administrativas.

É possível utilizar essa ideia para pensar o funcionamento do Fórum PNEIRJ e CEDEPI. Há no modo de agir dos seus membros alguns métodos padronizados e institucionalizados de ação no cotidiano do exercício de suas militâncias. Podem ser exemplos dessa questão o fato de um assunto não poder ser discutido durante as reuniões sem que esteja previamente na pauta, ou a legitimação da autoridade da presidenta da mesa, que é a única que pode conduzir a reunião ou conceder a fala a outros delegados.

Suleica Hagen (2011) escreve em sua tese sobre como as decisões tomadas em conselhos de idosos estão subordinadas à hierarquia burocrática dos órgãos públicos aos quais estão vinculados e às interferências de agentes estatais e seus próprios interesses. Para Hagen a submissão à burocracia estatal compromete a eficiência e celeridade das ações e faz com que os conselhos se tornem ou permaneçam sendo “letra morta” (PAZ, 2001). Destro de Oliveira (2015) fala sobre a pouca influência das decisões dos conselhos de idosos nas políticas estatais.

Para Sandro, havia uma demora e uma ineficiência na fiscalização aos abusos contra os idosos do abrigo. A fala de Joana, que abre essa sessão, foi uma resposta à seguinte fala de Sandro:

“Poderíamos ter evitado óbitos, fomos tardios. Em novembro de 2016 deveríamos ter tomado uma atitude mais direta. O abrigo é sempre pauta da nossa militância. Há sempre a perspectiva de que ele acabe. **O Fórum PNEIRJ tem que se desprender da burocracia. É espaço instituinte, não instituído.** Não deve esperar os fatos para agir. É necessário se antecipar, senão vamos ficar só assistindo problemas, óbitos. Não estou dirigindo essa fala para A ou B. É preciso soltar as amarras da burocracia, sair da inércia. O Fórum PNEIRJ tem que exercer cobrança, fiscalização efetiva.” (grifo meu).

Sandro expressou a sua compreensão sobre como deveria funcionar o Fórum PNEIRJ e como as estratégias deveriam ser traçadas na luta em defesa dos direitos dos idosos. Dizer que o espaço é instituinte e não instituído foi uma crítica ao modo de proceder fixo e preso a

uma sequência de procedimentos, que no geral são lentos e não resolvem de forma ágil as situações dramáticas pelas quais passam os idosos do Abrigo Cristo Redentor, por exemplo.

Embora não se posicione como crítico às pesquisadas, Celso por vezes também demonstra sua discordância sobre a forma como as questões são conduzidas dentro do Fórum PNEIRJ: “Nós temos que partir para os encaminhamentos, para as ações. Só discutir não adianta.”. Joana tentou justificar-se e também ao grupo, alegando que havia feito tudo ao seu alcance para sanar o problema, mas que havia limitações em suas atuações. Ela disse: “Fiz contato com o deputado estadual, contato pessoal... **Não temos poder mágico de consertar tudo.**” (grifo meu). Sandro respondeu:

“Pelo jeito que você está falando, fica personalizado. Não é questão da presidenta. Ministério Público, Vigilância Sanitária, Fórum PMI-RJ, CEDEPI tem que trabalhar juntos. **Não é individual, é a instituição.** Quando falo Fórum PNEIRJ ou CEDEPI, estou falando de um grupo, de várias pessoas.” (grifo meu).

Outro problema identificado por Sandro é o que ele chama de uma “personificação” ou “centralização” da gestão. Em seu entendimento, essa questão atrapalha a atuação do grupo, pois apenas as lideranças do grupo tomam decisões ou agem em nome do mesmo.

Assim como Joana, Rosa se sentiu ofendida com os comentários de Sandro. Ela disse: “Eu estava doente... Como que eu ia resolver essa situação? A instituição de controle do abrigo que precisa estar no Fórum PNEIRJ e no CEDEPI, senão nada anda.”.

Sobre a crítica à centralização da gestão, em entrevista Leila disse:

“E eu acho o Fórum PNEIRJ um espaço muito interessante de debate, né? **Eu vejo uma centralização muito grande da gestão.** Você já deve ter percebido isso, né? Eu acho que isso é uma coisa ruim. Mas **ao mesmo tempo é isso que está fazendo com que consiga sobreviver,** sabe? Há uma centralização muito grande, uma polarização. Inclusive, até na hora de passar para outra pessoa é complicadíssimo. Mas você vê que há uma força muito grande da coordenação. E eu acho que ao mesmo tempo é importante que tenha uma pessoa forte, né? Uma pessoa que trabalha, que tem vinculações, que batalha mesmo... Não vou tirar o mérito, não. Porque isso é um mérito. Mas eu acho que **isso também faz com que as pessoas se coloquem muito no plano secundário e muito subordinado,** entendeu? Então eu vejo isso pelos dois lados. Acho que as pessoas ficam muito mais inibidas de participar. Até para você conseguir falar nas reuniões, você tem quase que pedir pelo amor de Deus, né? Eu acho que isso tem esses dois lados.” (grifo meu).

Para Paz (2001) há uma contradição entre o estímulo à participação e protagonização do idoso nos espaços dos fóruns e conselhos de idosos e a rotina burocratizada de trabalho dos participantes da instituição. Pode-se ainda considerar que o modo burocratizado de atuação restringe a atuação às pessoas que dominam a linguagem deste tipo de organização e que em

muitos casos possuem um nível educacional formal superior à média da população de idosos brasileira.

Considerando que o objetivo do grupo consiste na reivindicação de direitos e garantias para a população idosa, a rotina normatizada de trabalho do Fórum PNEIRJ e CEDEPI possibilita o alcance desses objetivos? E se a participação popular nesses espaços demanda o conhecimento sobre determinados trâmites burocráticos, como pensar a representação da população idosa nestas associações? São alguns questionamentos que buscarei desenvolver nas sessões a seguir.

3.3.2 Representatividade: um grupo fechado

Durante o XVIII Encontro Nacional de Fóruns da Política Nacional e Estadual do Idoso, Sandro disse que havia uma dificuldade do Fórum PNEIRJ em manter uma representação legítima da sociedade civil: “Os membros do Fórum PNEIRJ **falam para eles mesmos**. É um grupo fechado e que tem medo de perder poder.” (grifo meu).

Em outra ocasião, Leila fez uma fala também nesse sentido: “Precisamos chamar os idosos para serem protagonistas dessa luta. Acredito nisso não só porque sou idosa, mas como pesquisadora sobre o tema. Precisamos juntar com outros movimentos sociais, articular mais.”

A efetiva representatividade da população idosa nos espaços do Fórum PNEIRJ e CEDEPI é outro alvo de críticas aos modos de atuação do grupo. Para Sandro e Leila as lideranças das associações deveriam agir mais no sentido de incentivar maior participação de idosos no grupo. Neste caso o eixo da amizade e das relações pessoais aparece como um limitador das ações e não mais como uma potencialidade do grupo - conforme a fala do ex-presidente da ANG-RJ na comemoração dos 25 anos da instituição. Já que apenas as pessoas já inseridas nesta rede de relações têm a oportunidade de fazer parte do Fórum PNEIRJ.

Destro de Oliveira (2015) descreveu como os participantes dos conselhos de idosos personificam o público alvo das políticas públicas. Essa representação se legitima através da idade - mais de 60 anos -, porém existem significativas diferenças nas condições de vida dos idosos conselheiros em relação ao idoso pelo qual se reivindica direitos e garantias nesses espaços. Para a pesquisadora existem poucas estratégias por parte dos membros dos conselhos estaduais de idosos para atrair o público idoso para participação nessas instituições.

Segundo Hagen (2011) a representação da população de idosos em espaços institucionais, como os conselhos, fica comprometida, pois “estes não possuem nenhum tipo

de formação que os capacite, que os habilite para a defesa de seus ideais, da maneira correta e pelas vias estabelecidas burocraticamente.” (p. 72).

Para Paz (2001) o regimento e o funcionamento dos conselhos dificultam a participação pública, pois nem sempre há clareza sobre os princípios e diretrizes das instituições, gerando uma dificuldade de compreensão para aqueles pouco familiarizados com este tipo de espaços de reivindicação de direitos. Para o autor são os profissionais (ou neste caso, as profissionais) que trabalham ou já trabalharam com público idoso que tem se encarregado da função de lutar pela causa, assumindo um papel de “defensoras dos idosos”.

Paz chama atenção para como a participação de idosos de diferentes segmentos nos fóruns e conselhos ampliaria a visibilidade das diferentes velhices e impediria que se difundisse apenas uma visão do fenômeno - de classe média ou alta - e de suas necessidades.

As atuações e associações estabelecidas pelas pesquisadas provocam algumas dúvidas ou até mesmo algumas contradições: o espaço e as atividades do Fórum PNEIRJ são para participação popular ou apenas para as lideranças?

Enquanto Joana e Nise enfatizaram que o XVIII Encontro Nacional de Fóruns e o Madrid+15 são destinados apenas para as lideranças dos movimentos de idosos - demonstrando como em determinadas situações não é desejável ou esperado que a população idosa tome parte do processo de tomada de decisões -, Sandro divergiu desse entendimento: “Olha esse lugar que está acontecendo o XVIII Encontro Nacional! É caro, isolado e de difícil acesso. É realmente para inviabilizar que os idosos possam estar aqui.”.

A pouca facilidade das mulheres do Fórum PNEIRJ em lidar com outros segmentos da população está presente também quando Joana, Nise e Rosa tentaram estabelecer uma relação com membros do Conselho Comunitário (próximo ao Abrigo Cristo Redentor), mas encontraram conflitos nesta vinculação. Alguns exemplos desses conflitos e divergências que podem ser citados foi quando Joana discordou da condução do ato público em frente ao abrigo, ou quando Nise disse que as mulheres do Fórum PNEIRJ iriam mostrar às pessoas do Conselho Comunitário como se atua pela reivindicação de direitos, porém nem sempre essa intervenção foi bem recebida por eles.

No Capítulo V dessa tese darei continuidade à discussão sobre as relações das pesquisadas com a população idosa.

3.3.3 Visibilidade: “vozes que não conseguem retumbar”

“Eu acho que **tem uma divulgação muito pequena do Fórum PNEIRJ e do CEDEPI**. Ninguém conhece. Você fala até mesmo dentro da área e ninguém conhece. E eu converso com as pessoas na rua, **ninguém conhece nada disso**. Fica um circuito muito restrito. E como **as pessoas sempre são as mesmas**, não tem muita abertura, não tem muita refrigeração, entendeu? Eu não sei até que ponto isso também interessa, porque quando você abre muito acaba perdendo um pouco controle. Quando você abre muito, você também abre possibilidades. (...) **Estamos lutando, mas estamos invisíveis**. Só está visível entre nós” (grifos meus).

A fala acima foi dita por Leila em entrevista. A questão da visibilidade - ou a falta dela - também é tópico para muitas críticas sobre a forma como são conduzidas as atividades no Fórum PNEIRJ e no CEDEPI. Embora esteja presente nas falas das pesquisadas a reivindicação pelo respeito, valorização e reconhecimento dos idosos, essa luta, bem como o próprio tema da velhice, permanecem invisíveis para a população e também para as autoridades governamentais do estado do Rio de Janeiro e do Brasil.

Em entrevista e em reuniões do Fórum PNEIRJ, Bertha falou diversas vezes sobre a falta de divulgação desses espaços de militância, provocando animosidades no grupo:

“Algumas pessoas tanto do Fórum PNEIRJ, quanto da ANG-RJ, **elas são um pouco fechadas naquilo, naquele grupo**. Eu penso que é muito importante você conseguir levar, mesmo que em pequenas coisas, é muito importante você conseguir levar a temática dos direitos dos idosos em pequenas doses. Nós temos que evoluir no sentido de juntar. Esse é o grande... o grande tema que eu considero importante. Eu considero **conseguir espaços**. Nós precisamos... e aí é militância mesmo, de **conseguir mais pessoas que escrevam e falem sobre o tema**. (...) Eu sempre divulgo as coisas do Fórum PNEIRJ. E eu falo muito em todas as palestras, em todos os lugares que eu vou, que escrevo, defendendo que as pessoas usem, e estudem e **exerçam o Artigo 24 do Estatuto do Idoso, que fala sobre a comunicação**. Nós temos que forçar a barra. **Temos que aparecer, senão não vão saber que nós existimos**. Eu não preciso de nada disso, gente! Eu devia ficar em casa, estou com 78 anos. (...) **Ninguém conhece o Fórum PNEIRJ e nem o Fórum Nacional**. É preciso levar informação do que existe. **É uma escola de cidadania, mas fechada**. Temos que extrapolar isso daqui. Ficar encastelado não adianta nada. **Ninguém vai saber de nós**. (...) Temos que levar para os lugares, falar da nossa luta. Estamos há mais de vinte anos nessa luta, nessa estrada.” (grifos meus).

Após essa fala, Rosa se virou para mim e disse: “A Bertha é uma pessoa difícil.”, demonstrando que o discurso não lhe havia agradado.

Em algumas situações Joana também admitiu que “o Fórum PNEIRJ não tem poder de mobilização muito grande”. Para Sandro os membros do Fórum PNEIRJ, CEDEPI e ANG-RJ são “**vozes que não conseguem retumbar**”. O que fazemos não dá repercussão.” (grifo meu).

No início de 2016, ao final de seu mandato como presidenta do CEDEPI, em reunião Patrícia declarou: “A sensação é que nós ‘falamos para as paredes’.” Durante o ato público ao

final do XIV Encontro Nacional de Fóruns, em 2017, Bertha comentou: “Isso é uma bobagem. **Estamos falando para nós mesmas**”. (grifo meu).

Celso é um participante do Fórum PNEIRJ que sempre levanta a questão da necessidade de tornar visíveis as atuações do grupo, até mesmo como uma estratégia para pressionar os agentes governamentais para que tomem providências em prol de uma determinada causa:

“Nossa luta tem que se enraizar, se espalhar. Nosso campo de luta é nas ruas. Temos que dar visibilidade. **A luta não pode ficar restrita aos nossos espaços**. Tem que tornar pública a questão, senão não resolve. Manifestação pacífica não resolve nada. (...) Tem que trazer todo mundo para o CEDEPI. Eles [agentes do governo] só andam quando a gente empurra.” (grifo meu).

Em reunião do CEDEPI, a filha de uma idosa do Abrigo Cristo Redentor comentou: “Um espaço tão importante de discussão e está vazio. Tem que chamar as pessoas para vir ao CEDEPI, através das redes sociais.”. Em 2017 um representante do sindicato de fisioterapeutas, também envolvido na luta pelo Abrigo Cristo Redentor, propôs a criação de uma página no *Facebook* para divulgar o Fórum PNEIRJ. “Temos que divulgar nossas reuniões e ações, pois **ninguém conhece o Fórum PNEIRJ**” (grifo meu), ele disse.

Sua fala suscitou uma série de comentários:

“LEILA: Vamos divulgar esse Fórum PNEIRJ aí, gente!

CELSE: É importante a gente divulgar este nosso trabalho, socializar informações e materiais. As coisas só aparecem com imprensa.

NISE: Chamei a rede de televisão da Bandeirantes [Band], mas não foram cobrir o ato pelo abrigo. Se fosse para falar de Dilma e Temer iam, mas **como eram uns pobres idosos...**

ROSA: Só ver o carnaval, tem um monte de gente. **Se tivesse isso tudo de gente para lutar pelos direitos dos idosos...**” (grifos meus).

De um lado as pesquisadas sofrem críticas sobre a pouca ou insuficiente divulgação dos seus espaços de luta e do seu movimento; de outro há um entendimento por parte das pesquisadas de que os governantes e a população, sendo idosa ou não, não se interessam pelo debate e reivindicação pelos direitos dos idosos.

Sobre a percepção das mulheres do Fórum PNEIRJ de desinteresse dos idosos na busca pelos seus direitos, tratarei do Capítulo V desta tese.

3.4 Desistência ou resistência?

Destro de Oliveira (2015) identificou em sua pesquisa que em muitos casos os conselhos de idosos não são bem sucedidos em atingir seus objetivos, e a participação social acaba se tornando apenas uma formalidade. A autora ressalta que existem diferenças entre o que os conselhos deveriam ser e o que são.

Paz (2001) enfatiza que os fóruns e conselhos surgem através de decretos e leis e são pouco efetivos ou considerados no processo de tomada de decisões e na construção de políticas públicas. Não é incomum ouvir das mulheres do Fórum PNEIRJ falas que demonstram desânimo e uma sensação de que os projetos não caminham e que suas pautas não são atendidas. Quando perguntada em entrevista se achava que os objetivos do grupo estavam sendo alcançados, Nise respondeu: “Infelizmente não. **Infelizmente todos esses anos que eu estou aqui muito pouca coisa foi alcançada.**” (grifo meu). Rosa considera que os objetivos geralmente são alcançados “a longo prazo. A médio prazo e a curto prazo não.”

Sobre essa questão, Leila disse:

“Olha, na verdade o CEDEPI seria um órgão fiscalizador das políticas públicas relacionadas ao envelhecimento. Mas não acontece nada disso, não. Ele **não funciona, não**. Ele não tem nem sede direito. Está uma loucura. Ele é paritário, né? Mas você vê que **quem atua mesmo é sociedade civil**. É ela quem carrega o CEDEPI. Quando a gestão é da sociedade civil, o Estado não está nem aí. E quando era Estado, eles jogavam... Nunca estavam muito frequentes. Não era muito fácil também, não. **Nunca foi um espaço que o pessoal ligado ao Estado valorizasse muito, não.**” (grifos meus).

Há nas falas das pesquisadas um reconhecimento de que nem sempre suas reivindicações surtem o efeito desejado e de que há também limitações nas formas como elas operam suas militâncias.

Marcos Otavio Bezerra (2012) mostrou como há uma expectativa dos movimentos sociais de que suas queixas e petições de algum modo consigam intervir nos processos de tomada de decisão dos agentes governamentais. Porém essa participação encontra uma série de limites e resulta muito mais em acordos entre sociedade civil e governo do que propriamente no atendimento às demandas populacionais.

Entre os anos de 2016 e 2018 não apenas as mulheres do Fórum PNEIRJ não tiveram suas requisições atendidas, como também viram seus espaços e meios de luta correndo sérios riscos de acabarem. Foi este o caso do CEDEPI e do Prédio da PALONG, explorados no Capítulo II da tese.

Em outubro de 2018 a ANG-RJ fechou as portas. Após 25 anos no local, a instituição sofreu um despejo do prédio da PALONG, bem como as demais associações que tinham sala no prédio, ficando sem sede. Nise, enquanto presidenta da associação, decidiu guardar seus documentos e móveis temporariamente na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

Foram constantes as reclamações de Nise sobre a falta de pagamento dos associados à anuidade da instituição, o que diminuiu os recursos e as possibilidades para que a ANG-RJ continuasse suas atividades. Após uma tentativa de uma nova eleição para a diretoria e sem nenhuma apresentação de chapa e o comparecimento de apenas um sócio (além de Nise) em assembleia, Nise decidiu encerrar as ações e extinguir a instituição, distribuindo seus bens materiais para outras entidades sem fins lucrativos.

Através das falas das pesquisadas é possível entender que o grupo já teve mais influência para realizar suas ações se comparado ao período de 2016 a 2018. Rosa relatou: “Olha, **a gente fazia muita coisa**. Nós acompanhamos as conferências, fizemos capacitação dos conselheiros no interior. **De repente tudo isso acabou**. Da noite para o dia isso tudo acabou, entende?” (grifos meus).

A diminuição da capacidade de ação e interferência das mulheres do Fórum PNEIRJ na concepção e construção das políticas públicas voltadas para os idosos contribui para a permanência dos idosos do Abrigo Cristo Redentor, ou de demais localidades do estado do Rio de Janeiro, em situação de vulnerabilidade e precariedade. Mantém-se uma naturalização da privação de parte da população de idosos aos recursos necessários para minimização dessa condição (BUTLER, 2009).

Ao mesmo tempo em que as pesquisadas demonstraram descrédito quanto ao interesse dos membros do Estado em tentar sanar as necessidades dos idosos, há uma valorização dos espaços de luta e reivindicação institucionalizados, como o Fórum PNEIRJ e o CEDEPI. Diante da pouca ou nenhuma resolução dos problemas que são apresentados pelo grupo pesquisado, seria possível questionar: por que permanecer atuando através de espaços e mecanismos que não possibilitam o efeito desejado?

O que se pode compreender é que não é (ou não é apenas) o sucesso do atendimento às pautas ou a eficácia das ações que mantém as mulheres reunidas em prol da mesma causa. Outros fatores podem ser levados em consideração para explicar a formação do grupo, como: a memória de um passado considerado mais bem sucedido, sobrevivência dos espaços institucionais das associações, fóruns e conselhos como referências de atuação, a noção de vocação para a realização de trabalhos filantrópicos ou que provoquem benefícios para

populações consideradas carentes, a convivência e troca de experiências entre as pesquisadas e também a militância pelos direitos dos idosos como parte de um projeto de vida e velhice das mulheres da pesquisa.

As mulheres engajadas em prol da causa das pessoas idosas demonstram falas e comportamentos que oscilam entre a coragem e o desânimo, o descrédito e a resistência. Mesmo com muitos elementos desfavoráveis à continuidade das suas lutas, elas consideraram que “o futuro está em nossas mãos”, conforme palavras de Nise, e que era necessário permanecer atuando, resistindo e participando.

Dandara disse: “Quando a gente usa aquela frase ‘Idoso, erga sua bandeira!’, é um meio de dizer assim: ‘Olha, vamos à luta. **Não vamos ficar aqui sentados olhando**’. E eu acho que a causa da pessoa idosa vai ser sempre, sempre, sempre luta. **Não vai dar pra parar, não.**” (grifos meus).

Mesmo que nem sempre elas possuam poder e influência para tomar decisões e provocar transformações que solucionem e assegurem seus requerimentos, elas se posicionam e enfrentam atores muito mais poderosos do que elas nessas relações políticas estabelecidas no exercício de suas militâncias. Como Nise que enfrentou o secretário da SEDHMI em ato público pelo Abrigo Cristo Redentor após seu discurso dizendo que suas promessas eram “conversa fiada”.

Neste capítulo procurei descrever e analisar as formas de luta que são utilizadas pelas mulheres dessa pesquisa em suas militâncias pelas causas dos idosos, considerando os eixos ciência, caridade, cidadania e amizade como bases que fundamentam suas ações.

Através da compreensão do funcionamento e práticas que são desempenhadas nos espaços do Fórum PNEIRJ e do CEDEPI, foi possível compreender como o grupo pesquisado se posiciona geralmente em uma situação de oposição aos agentes do Estado.

Mobilizando estratégias de ação que envolvem: denúncias, encontros nacionais, atos públicos, idas à ALERJ e investidas aos deputados estaduais, participação em palestras, debates e eventos nacionais e internacionais, as pesquisadas vão construindo relações e traçando suas trajetórias de militância.

Existem, no entanto, diferentes concepções sobre qual seria o papel a ser desempenhado através do Fórum PNEIRJ e do CEDEPI e quais os modos mais adequados ou eficazes para atender às causas defendidas pelo grupo.

As críticas sobre o funcionamento e cotidiano de trabalho das pesquisadas estão relacionadas aos seus procedimentos burocráticos de ação, as contradições sobre a representatividade de idosos no grupo e também a falta de visibilidade de suas atuações. Os

três tópicos citados são também mobilizados como causas dos malogros ao atendimento de suas reivindicações.

Embora as pesquisadas compreendam e reconheçam os limites das suas atuações na luta pela garantia dos direitos da população idosa, a falta de interesse dos agentes do governo em sanar as necessidades dos idosos é também apontada como uma das principais causas das derrotas das causas defendidas. Alternando entre o desânimo e a intrepidez, as mulheres do Fórum PNEIRJ seguem engajadas na luta pela garantia de direitos aos idosos.

CAPÍTULO IV - Parcerias e disputas: com quem as mulheres engajadas pela causa da população idosa lutam?

4.1 Mais elementos para compreender as associações e as ações

“Quanto mais envelhecemos, menos temos vontade de fazer maus encontros, mas quando somos jovens lançamo-nos no risco do mau encontro. (...) Saber envelhecer é chegar ao momento em que as noções comuns devem fazê-los compreender em que as coisas e os outros corpos não convêm com o seu. Então, inevitavelmente, será preciso encontrar uma nova graça que será a de sua idade, e sobretudo não apegar-se. É uma sabedoria.” (DELEUZE, 1978. p. 20).

Deleuze (1978), ao desenvolver a noção de afeto para Spinoza, escreveu sobre os encontros que aumentam ou diminuem a capacidade de agir das pessoas (bons ou maus encontros). Partindo do princípio de que as pessoas não são capazes dos mesmos afetos, estes encontros estabelecidos podem provocar diferentes reações dependendo das ideias trazidas por cada parte dessa relação.

Levando em consideração as trajetórias de vida das pesquisadas, as causas que defendem e seus modos de operação, quais podem ser os bons ou maus encontros no jogo político da luta pela defesa dos direitos dos idosos? Como podem potencializar ou limitar a capacidade de ação das mulheres do Fórum PNEIRJ? Como podem ajudar a compreender as pesquisadas?

Para Latour (2012), organizações como a ANG-RJ, o Fórum PNEIRJ e o CEDEPI dão um sentido prático para a formação das redes de relações traçadas pelos atores, pois quando explicadas evidenciam o entrelaçamento de elementos que influenciam, induzem, proporcionam, bloqueiam, e/ou dificultam as relações que se constituem. Nos capítulos I, II e III descrevi quem são as mulheres militantes pelos direitos dos idosos, quais são suas causas defendidas e como elas atuam para lutar pelo atendimento a essas causas. Essa descrição foi uma tentativa de mostrar quais as associações que as pesquisadas estabelecem ao longo de suas vidas e entre os anos de 2016 e 2018, sendo o ponto de partida dessas redes o Fórum PNEIRJ.

Ao longo destes capítulos, foram citadas variadas instituições e pessoas que estão envolvidas nas redes de relações das mulheres dessa pesquisa. Algumas pessoas, instituições e ideias levam as pesquisadas a participarem do Fórum PNEIRJ e a se tornarem militantes pela causa da população idosa; outras participam, colaboram e agregam em suas atuações, enquanto outras prejudicam, impedem, inviabilizam.

No Capítulo IV serão apresentadas mais algumas associações formadas pelas mulheres do Fórum PNEIRJ, em uma tentativa de rastrear mais conexões sociais construídas por elas quando exercem seu engajamento pela solução das necessidades dos idosos. Para esse objetivo, selecionei algumas relações de parceria e disputa que foram evidenciadas ou frequentemente citadas pelas pesquisadas e foram significativas para as atuações em torno da reivindicação dos direitos das pessoas com mais de 60 anos no estado do Rio de Janeiro e no Brasil.

4.2 Parcerias

“Toda vez que somamos somos mais fortes, quando separamos não. É preciso juntar mais, articular mais.” disse Sandro em reunião do Fórum PNEIRJ. A fala do professor aposentado expressou seu entendimento de que havia uma necessidade de angariar parcerias para a militância pelos direitos dos idosos, pois quanto mais aliados, mais possibilidades de obterem sucesso nas causas defendidas.

Que encontros convêm (DELEUZE, 1978) às mulheres do Fórum PNEIRJ?

Conceição, em entrevista, disse:

“Então tudo que a gente pode fazer uma parceria, a gente vai fazendo. **Não adianta você trabalhar sem parceria. Muito difícil.** Já seria difícil, sem parceria então. (...) **Eu acho que a gente tem uma grande parceria com alguns deputados aqui,** que recebem a gente. Financeiramente não. Mas eles dão abertura. Nós temos moção na câmara, nós temos moção da justiça aqui, que é a entidade estadual. Nós temos a federal. Isso aí depende de política. Não adianta ficar ‘ah, não gosto de política’. Não. Não é isso também, não. Você não vai viver na política. **Você vai usar o político para alguma coisa.**” (grifos meus).

Bertha falou:

“A gente precisa desenvolver mais a política, aprofundar mais, no sentido das políticas públicas. No sentido de política de nação. Não é partidária. Eu mesma não pertencço a partido nenhum. **Mas eu voto, eu elejo, eu digo qual é o meu tema. Eu voto no deputado, no vereador, no senador que vai de alguma maneira colocar esse tema lá na sua plataforma.**” (grifo meu).

As falas de Conceição e Bertha além de reforçarem a importância da criação de parcerias, evidenciam o principal critério para o estabelecimento dessas associações: ter interesse na luta por garantias e serviços para os idosos, isto é, mostrar-se sensibilizado e

interessado na causa. Sendo esse associado favorável à causa dos idosos, é possível utilizar a sua influência para realizar atividades e obter sucesso nas demandas.

Está presente também na explicação desse critério para formação de alianças uma ênfase de que o grupo do Fórum PNEIRJ é apartidário, não está associado diretamente a nenhum partido político em especial. Em reunião do Fórum PNEIRJ, Celso explicou: “Fechou com o Fórum PNEIRJ? É um aliado? Isso que importa! Normalmente são onze vereadores com quem podemos contar. É o grupo dos onze que a gente aciona quando precisa resolver alguma questão.”.

Simões (2000) também observa em seus pesquisados a ideia de “usar os políticos”, como uma estratégia para se esquivarem da acusação de estarem diretamente relacionados com políticos. Para o autor, esse elemento ajuda a sustentar sua tese de que os limites entre grupo de interesse e movimento social são muito tênues quando se tratam dos movimentos de aposentados no Brasil, nos anos 1980. Além do apoio e das associações com representantes políticos, Simões observa a tentativa de aproximação com membros do poder judiciário e profissionais da imprensa como estratégias para tornarem visíveis e expressivas suas reivindicações.

Pode-se considerar, portanto, que compõe também os métodos de luta e engajamento pelas necessidades da população idosa a construção de vínculos com atores que possam favorecer a solução das suas reivindicações. Sem essas alianças, não seria possível prosseguir em suas militâncias através das vias burocráticas e institucionais.

É a partir da ideia da necessidade da construção de parcerias, que não dependem de uma significativa identificação ideológica ou partidária, que apresento a seguir quatro exemplos de associações expressivas criadas pelas mulheres do Fórum PNEIRJ.

4.2.1 Padre e Conselho Comunitário

Uma importante parceria estabelecida pelas pesquisadas se deu com o padre e os membros da Paróquia próxima ao Abrigo Cristo Redentor. O padre é negro e possui cerca de 50 anos. Mencionada nos Capítulos II e III, essa coligação possibilitou o aumento do volume de indignados com a situação de abandono e precariedade enfrentada pelos idosos residentes no abrigo.

Através de Celso, que é residente na comunidade próxima ao abrigo, as mulheres do Fórum PNEIRJ conseguiram apoio do padre, que sensibilizou a população local em missas e

reuniões para a causa. Sob a liderança do sacerdote, familiares dos idosos asilados e moradores da região criam o Conselho Comunitário para discutir estratégias e soluções para o asilo.

As reuniões do conselho ocorreram nas noites de terça-feira durante o ano de 2017 e as pesquisadas estiveram presentes desde os primeiros encontros. Nessas reuniões são também organizados os atos públicos com objetivo de reivindicar melhorias na instituição e provocar visibilidade ao problema.

A associação entre os membros do Fórum PNEIRJ e o Conselho Comunitário garantem a presença de uma quantidade significativa de pessoas nas manifestações, já que como disse Celso uma realização apenas do Fórum PNEIRJ “não dá quantidade de gente”.

O envolvimento do padre e da comunidade paroquial nas atividades de reivindicação de melhorias para a instituição contribuiu também para potencializar o caráter religioso, filantrópico e condescendente desta luta. Demandar direitos para os idosos do abrigo se apresentou com uma forma de “ajudar ao próximo” e promover a caridade cristã. Porém, nem sempre essa concepção foi compartilhada pelos membros do Fórum PNEIRJ, que entendiam a questão principalmente como uma demanda política de reivindicação de direitos.

Essa parceria, no entanto, não ocorreu sem conflitos. Havia da parte das pesquisadas uma noção de que elas deveriam ensinar aos membros do Conselho Comunitário como funcionaria uma instituição deste formato, já que possuíam experiência nesse tipo de atividade. Conforme fala de Nise citada no Capítulo II, era preciso “mostrar para eles” como deveriam se organizar e atuar.

Em reunião do Fórum PNEIRJ, Celso disse

“Temos que nos envolver, **senão eles caem na onda dos políticos**. Temos que assumir isso. Vamos chamar para nós a responsabilidade, senão fica no ‘blá, blá, blá’. **A questão do abrigo é política. Na igreja querem discutir questão religiosa e humanística**. Falei que a gente tinha que trabalhar na ALERJ. Mas o pessoal diz que não quer se misturar com política... Assim não adianta. Eu sou católico religioso também, mas na hora de defender nosso povo, é comigo mesmo!” (grifos meus).

Após algumas reuniões, os participantes do Conselho Comunitário decidiram que não deveria haver interferência dos delegados do Fórum PNEIRJ em suas reuniões e organizaram reuniões internas. A decisão provocou injúria entre as pesquisadas, especialmente em Joana, que comentou em algumas reuniões do Fórum PNEIRJ que, já que elas não eram mais bem-vindas, não mais compareceriam aos encontros.

O atrito resultante dessa aliança também se mostrou evidente em ocasião do ato público de maio de 2017, narrado no Capítulo III. A divergência e desencontro a respeito da concentração do ato evidenciou que os membros do Fórum PNEIRJ e do Conselho Comunitário não estavam em sintonia sobre a tomada de decisões e estratégias traçadas para lutar pelo Abrigo Cristo Redentor. Enquanto os atores da comunidade próxima ao abrigo agiam baseados em seus princípios religiosos de caridade, o grupo pesquisado desejava transmitir sua experiência sobre a militância política através de fóruns e conselhos.

4.2.2 Deputado estadual Maurício

Outro aliado na luta pelos idosos do Abrigo Cristo Redentor foi o deputado estadual Maurício¹¹⁰. Maurício é branco e tem 44 anos. Filiado ao Partido Social Cristão (PSC), o parlamentar é deputado do estado do Rio de Janeiro desde 2010.

Nascido em Sorocaba, São Paulo, Maurício já foi cantor sertanejo e posteriormente foi cantor de músicas católicas. Em 1992 se mudou para o Rio de Janeiro e, através da sua atuação na igreja católica, Maurício se inseriu na carreira política. Em sua descrição no portal eletrônico da ALERJ, consta que Maurício:

“tem seu trabalho marcado pela defesa da juventude, dos valores da família, da **proteção do idoso**, e acima de tudo, em defesa da dignidade da pessoa humana, na prevenção e combate às drogas, na defesa da pessoa com deficiência, na valorização da vida desde a concepção à morte natural. (...) Durante três anos foi presidente da Comissão da Pessoa com Deficiência na Câmara Municipal. E também **impediu a remoção de trezentos idosos do Abrigo Cristo Redentor.**” (grifo meu).

Com um discurso conservador e religioso, Maurício é contra a legalização do aborto, contra o que classifica como “ideologia de gênero¹¹¹” nas escolas e possui uma pauta de defesa das ações sociais voltadas às populações vulneráveis, como deficientes e idosos. O desempenho político de Maurício permite a interpretação de que suas atividades enquanto parlamentar carregam a noção da moral e da caridade cristã.

¹¹⁰Os nomes citados para políticos, membros do judiciário e demais figuras públicas nesta pesquisa não correspondem aos seus nomes verdadeiros.

¹¹¹Grupos conservadores da sociedade brasileira têm se referido às discussões acadêmicas sobre gênero e sexualidade, como “ideologia de gênero” e em diversas câmaras municipais e estaduais do Brasil tramitam projetos de planos de educação que proíbem a discussão do tema nas escolas. (LIMOEIRO, 2016).

Ao declarar publicamente apoio à causa dos idosos, Maurício é identificado pelas mulheres do Fórum PNEIRJ como um “deputado que é bom para o encaminhamento da CPI dos abrigos do estado do Rio de Janeiro”, conforme disse Joana. E Celso acrescentou:

“Podemos contar com ele, independente do partido dele. A gente sempre procura por ele. Tem abraçado essa luta dos abrigos. **Temos que entrar em todas as brechas políticas possíveis, buscar parcerias. Porque ninguém quer saber da gente. Idoso não dá ibope.**” (grifos meus).

Na ocasião deste diálogo, as pesquisadas não lembraram ou souberam identificar exatamente a qual partido Maurício pertencia, o que não impediu que o deputado fosse considerado um “aliado”, nas palavras de Rosa, estando presente em alguns dos atos públicos em defesa do Abrigo Cristo Redentor e convidando Celso e o padre da paróquia para concederem entrevista na TV Câmara para falar sobre a situação da instituição.

Mesmo sem compartilhar das mesmas ideias, a aliança com Maurício se justifica pela dificuldade em conseguir parceiros influentes interessados nas causas e necessidades dos idosos, conforme lembrou Celso.

Maurício também incentivou atividades de “Ação Global¹¹²” no Abrigo Cristo Redentor, com mutirões de limpeza, emissão de documentos e atendimento médico aos idosos abrigados.

Em maio de 2017 Maurício votou na ALERJ favoravelmente ao aumento do desconto dos servidores estaduais ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e se justificou em vídeo postado nas redes sociais. Em reunião do Fórum PNEIRJ, as pesquisadas criticaram o voto do aliado, especialmente Joana, que disse: “tem pessoas que não raciocinam e vão na onda dos demais parlamentares, igual o caso da reforma da previdência.”.

O deputado Maurício pode ser um interessante exemplo para pensar a ideia de “usar o político” independentemente de seu alinhamento partidário e ideológico. É possível perceber que muitas das ideias defendidas pelo parlamentar não são compartilhadas pelas mulheres do Fórum PNEIRJ, que no geral expressam uma visão mais aproximada da esquerda enquanto espectro político. É esse o caso de Joana, Rosa e Dandara, que foram atuantes nos sindicatos de suas categorias profissionais, e Leila, professora aposentada da UFRJ.

Apesar das divergências de convicções políticas, a necessidade de lutar pela garantia de direitos básicos aos idosos, principalmente os que se encontram em situações precárias de

¹¹²“Ação global” é um projeto de mutirão de prestação de serviços básicos relacionados à saúde, educação, cultura e lazer, promovido pelo Serviço Social da Indústria (SESI) e pela emissora de televisão Rede Globo desde 1995.

renda, moradia e acesso a serviços, unem as pesquisadas ao deputado Maurício. Forma-se uma aliança em que elas usufruem da influência do parlamentar para abrir a CPI dos abrigos, interceder pela causa na ALERJ junto aos demais deputados e dar visibilidade à questão; enquanto o político mostra seu engajamento ao atendimento das populações vulneráveis e obtém apoio popular.

4.2.3 Dra. Bianca e Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Outra aliada importante das mulheres do Fórum PNEIRJ e CEDEPI pela causa do Abrigo Cristo Redentor foi a promotora de justiça do MPRJ, Dra. Bianca¹¹³. Bianca é branca e possui cerca de 40 anos. Neste órgão público em que trabalha desde o ano de 2000, Dra. Bianca opera na Promotoria de Justiça de Proteção à Pessoa Idosa da Capital e é coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência.

Como representante da esfera jurídica, Bianca é reconhecida por sua atuação pela garantia de direitos à população idosa, sendo frequentemente convidada para dar entrevistas e ministrar palestras sobre o tema.

Bianca é uma antiga aliada das pesquisadas. Atuou em conjunto com elas em ocasião das atividades de capacitação de conselheiros nas cidades do interior do Rio de Janeiro; acolheu as denúncias delas sobre as condições do Abrigo Cristo Redentor e a precariedade de recursos fornecidos ao CEDEPI pelas secretarias estaduais; e esteve presente ocasionalmente em reuniões do CEDEPI. É também à Dra. Bianca que as mulheres do Fórum PNEIRJ recorrem sempre que têm dúvidas ou impasses em relação aos aspectos jurídicos do funcionamento do CEDEPI.

Celso disse que “O MPRJ tem que estar sempre por perto. CEDEPI e MPRJ tem que andar sempre juntos.”, destacando que a parceria é fundamental para que as denúncias e reivindicações caminhem.

Nas vezes em que Dra. Bianca foi nestas reuniões mensais, foi tratada com polidez e reverências pelas pesquisadas. Em uma destas reuniões Rosa disse entre sorrisos e gestos cuidadosos: “Muito obrigada por sua ajuda e colaboração”. Quando Bianca foi embora, Rosa comentou: “Ela é muito simpática, não é?”.

¹¹³O título acadêmico utilizado como pronome de tratamento, nesse caso, faz referência à maneira como a advogada era mencionada e tratada pelas pesquisadas.

Nesta ocasião Bianca também falou sobre a necessidade de profissionalizar as atuações das pessoas que atuam nas ILPs, afirmando que muitos têm vontade de ajudar, porém são amadores e não têm conhecimentos sobre práticas de cuidado; e propôs o levantamento de quais conselhos ainda estariam em funcionamento nos municípios do Rio de Janeiro e quais não tem conselho, citando que apenas onze representantes de conselhos municipais estiveram presentes em uma reunião realizada em junho de 2017.

A promotora de justiça chamou atenção para a pouca quantidade de conselhos municipais, já que existem noventa e dois municípios no estado e apenas onze estados foram representados na reunião citada. Segundo Bianca a baixa presença poderia ter como motivo a falta de financiamento das prefeituras.

Para Bianca, seria necessário pensar em um projeto que aproximasse os conselhos municipais e as ILPs para que pudessem trabalhar conjuntamente no atendimento às necessidades dos idosos asilados.

Dra. Bianca é, para as pesquisadas, uma referência de conhecimentos e influência na área jurídica. Uma importante aliada que garantia que as denúncias seriam encaminhadas e que as disposições legais cabíveis iriam tramitar no MPRJ. Portanto, a aproximação com a promotora era uma estratégia necessária para a resolução das causas defendidas pelas mulheres do Fórum PNEIRJ e por isso sua presença nas reuniões do CEDEPI era valorizada e também motivo de satisfação.

4.2.4 Senador Pedro

O quarto parceiro das mulheres dessa pesquisa é senador da república pelo Rio Grande do Sul. Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), Pedro é negro e possui 69 anos. O senador nasceu na cidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, em família com poucos recursos econômicos e trabalhou como metalúrgico durante sua vida, atuando em sindicatos e na CUT. Sua carreira política se iniciou em 1985 como deputado federal, e em 2002 Pedro foi eleito senador.

Ocupando esse cargo, ele foi o autor do Estatuto do Idoso na Câmara de Deputados Federais apresentado em 1997, e é parceiro das mulheres militantes pelos direitos dos idosos desde esse período. Pedro também foi o autor do Estatuto da Igualdade Racial (2010), relator do Estatuto da Juventude (2013), autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) e desde 2017 preside no Senado Federal a CPI da Previdência.

Em sua biografia em seu portal eletrônico, Pedro é descrito como:

“Deputado federal por três vezes, sendo o mais votado na região Sul do país. **Destaca-se nas lutas dos trabalhadores, aposentados, pensionistas, idosos, pessoas com deficiência, negros, mulheres, jovens, discriminados, oprimidos.** Quebra paradigmas e valoriza esses segmentos da sociedade, trazendo-os para dentro do Congresso Nacional.” (grifos meus).

Celso descreveu Pedro como “padrinho dos idosos no Senado Federal”. Rosa disse: “O Senador Pedro é um velho parceiro nosso. Sempre que vamos à Brasília marcamos uma audiência com ele.”.

Desde 2017 as audiências com o senador tinham como objetivo buscar apoio e relatar a situação do CEDEPI, da PALONG, do Abrigo Cristo Redentor e debater sobre a proposta de reforma da Previdência. Sobre um desses encontros, Rosa contou: “O Senador Pedro nos disse que existem dívidas de até 450 bilhões de empresas privadas à previdência. E nos contou que está recebendo muitas ameaças por estar presidindo a CPI.”.

Em debate sobre o tema na reunião mensal do Fórum PNEIRJ:

“CELSO: Temos que apoiar o trabalho da CPI. Estão descobrindo coisas imensas. A classe empresarial deve à previdência e aliados do governo também. Mas preferem tirar de nós, trabalhadores. Querem anistiar quem deve. Para nós é SPC e Serasa¹¹⁴. ROSA: No nosso imposto de renda colocam lupa. E esses bilhões e milhões que os empresários devem. JOANA: Isso é sintoma de um capitalismo totalitário. Existem pessoas que dizem que a democracia atrapalha o capitalismo.”

Joana evocou os conceitos de democracia e capitalismo para dizer que não há um tratamento igualitário para toda a população e segmentos sociais, pois alguns grupos são favorecidos no cumprimento das leis.

Ao legislar em favor dos “oprimidos e discriminados”, Pedro considera a população idosa como parte destes excluídos de direitos e garantias da sociedade. Ao atuar em prol das necessidades e interesses dos idosos, trabalhadores e mulheres, o senador ganha a simpatia e identificação das mulheres do Fórum PNEIRJ. É a ele também que as pesquisadas recorrem quando necessitam de apoio e influência para resolver suas demandas, como foi o caso do CEDEPI, da PALONG, do Abrigo Cristo Redentor e da reforma da Previdência.

¹¹⁴A Serasa Experian e o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) são empresas que registram informações pessoais, como nome e Cadastro de Pessoa Física (CPF), endereço, além de outros dados como dívidas atrasadas, cheques protestados, cheques roubados, dentre outros.

4.3 Disputas

Não apenas de parcerias são movidas as mulheres do Fórum PNEIRJ, mas as disputas travadas com pessoas, grupos e ideias também influenciam suas ações e ajudam na compreensão sobre quem são, como atuam e no que acreditam as pesquisadas.

Para elas sempre que as performances de um ator não correspondem ao que acreditam ser os interesses da população idosa, essa pessoa pode ser identificada como uma potencial opositora. Algumas vezes esses oponentes são pessoas com “pautas cooptadas”, que procuram transmitir uma imagem de preocupação com os idosos, mas que escondem objetivos divergentes, que podem ser financeiros, políticos, pessoais, dentre outros.

O receio em se relacionar com um potencial adversário de convicções gera também desconfiança quando um novo ator busca se inserir no grupo do Fórum PNEIRJ. Principalmente da parte de Joana, que se mostra mais atenta e preocupada com essa questão. Em conversa Joana disse:

“Temos que ter muito cuidado com essas pessoas que aparecem assim do nada, ninguém sabe de onde vieram, para onde vão. **Muitas vezes buscam nosso apoio, mas não possuem os mesmos interesses que os nossos.** Os interesses são outros. Como, por exemplo, as empresas que oferecem dinheiro para o CEDEPI. Eles chegam com um projeto pronto, uma espécie de ‘operação casada’. Temos que ter cuidado para não crescer o olho, porque muitas vezes querem é fazer lavagem de dinheiro.” (grifos meus).

Considerando essas relações de oposição entre as pesquisadas e outros atores, destaco a seguir oito exemplos de disputas que foram apontados durante o tempo de realização dessa pesquisa pelas mulheres engajadas nas causas dos idosos.

4.3.1 Vereador Pinheiro e o Projeto do Conselho Tutelar para Idosos

Pinheiro é filiado ao Partido Humanista da Solidariedade (PHS), bacharel em direito, branco, tem 49 anos e nasceu no Rio de Janeiro. Foi vereador do município do Rio de Janeiro entre os anos de 2008 e 2016, eleito em seu segundo mandato com pouco mais de seis mil votos, se tornando o vereador menos votado da cidade.

Em entrevista para o portal eletrônico de notícias G1¹¹⁵ em outubro de 2012, Pinheiro disse que iria “trabalhar ainda mais pelo ensino fundamental para as nossas crianças e também **para melhorar a vida dos idosos.**” (grifo meu).

As mulheres do Fórum PNEIRJ tomam conhecimento do mandato do vereador em 2016, devido sua proposta de criação de um Conselho Tutelar para Idosos na cidade do Rio de Janeiro. Conforme a descrição realizada no Capítulo II, o embate das pesquisadas com Pinheiro teve como principal motivação a não concordância com as propostas deste projeto de lei.

O vereador foi identificado como “eleitoreiro” e “barra pesada” pelas pesquisadas, que concluíram que Pinheiro além de não estar qualificado para redigir um projeto voltado para o cuidado de idosos, também não possuía interesse em garantir direitos e bem estar a esta parte da população, mas apenas em conquistar popularidade e votos.

Houve diversas tentativas de contato com Pinheiro por parte das pesquisadas, que se mobilizaram para dissuadir o vereador do projeto de lei. Pinheiro, porém, não recebeu as delegadas do Fórum PNEIRJ. Ele não se reelegeu em 2016 e, conseqüentemente, o projeto de lei não encontrou apoio de outros parlamentares. A partir de 2017, Pinheiro tornou-se assessor de outro vereador eleito pelo seu partido.

4.3.2 Deputada estadual Tia Jane

A segunda opositora do grupo pesquisado descrita é Tia Jane. Nascida em Conceição de Jacuípe (BA), Jane tem 51 anos, é negra e filiada ao Partido Republicano Brasileiro (PRB).

Tia Jane tem formação em pedagogia e exerce o cargo de deputada estadual desde 2014. Ainda em seu primeiro mandato, ela foi eleita com mais de setenta mil votos¹¹⁶. No portal eletrônico da ALERJ, é descrita como a parlamentar que:

“Preside a Comissão de Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso da ALERJ e integra efetivamente as Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher; e de combate às discriminações e preconceitos de raça, cor, etnia, religião e procedência nacional, além de integrar como suplente as Comissões de Cultura; Economia, Indústria e Comércio; e de Indicações Legislativas. (...) Com pouco tempo de mandato, vem se destacando por sua liderança, atuação e por indicações parlamentares, como a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente e audiências públicas sobre o cumprimento do Estatuto do Idoso e a

¹¹⁵ www.g1.globo.com

¹¹⁶ Em 2018 a deputada foi reeleita com cerca de cinquenta mil votos.

redução da maioria penal. (...) Nascida no interior da Bahia, **dedicou-se desde cedo a ajudar os menos favorecidos.**” (grifos meus).

Apesar do discurso sobre a preocupação com o “cumprimento do Estatuto do Idoso”, em “ajudar os menos favorecidos” e de presidir a Comissão do Idoso na ALERJ, para as pesquisadas a atuação de Jane não favoreceu a resolução das causas defendidas pelo grupo.

Em 2017 as mulheres do Fórum PNEIRJ recorreram à Jane para investigar a situação do Abrigo Cristo Redentor e para tentar criar a CPI dos Abrigos do estado do Rio de Janeiro. Apesar das audiências públicas promovidas pela parlamentar, não houve da parte das pesquisadas a conclusão de que o problema iria ser sanado ou de que Tia Jane estava disposta a resolver a situação de precariedade a que estavam submetidos os idosos residentes no abrigo. Em reunião do Fórum PNEIRJ, os delegados debateram:

“JOANA: Tem que chamar essa tal de Tia Jane. Ela tem que se posicionar sobre o abrigo.

CELSO: Ela é um ‘peixe ensaboado’. **Ela não quer nada com o idoso.** Ela mesma não assinou a CPI dos abrigos. Deu a desculpa de que estava de licença médica.

NISE: Ela votou contra os aposentados e trabalhadores na ALERJ. É uma ordinária. **Não podemos esperar nada dela.**” (grifos meus).

Em alguns momentos as mulheres do Fórum PNEIRJ oscilam entre considerar Tia Jane uma potencial aliada ou uma adversária. A dúvida das pesquisadas ocorreu porque a deputada as recebeu, promoveu audiências e tentou demonstrar interesse na investigação dos abrigos do estado do Rio de Janeiro - a princípio, ações da política que pareciam confluir com os interesses do grupo pesquisado. No entanto, Tia Jane não atuou pela abertura da CPI, não concretizando seu apoio à causa.

Bertha, durante conversa, disse: “Ela é ligada à Igreja Universal. Não entende nada de idoso. **A gente finge que gosta dela.**” (grifo meu). Celso afirmou: “A Tia Jane recuou da discussão. A ideia era colocar em prática o que foi discutido. Ela empurrou pra frente. Não ficou nada definido.” Na reunião seguinte do Fórum PNEIRJ, Celso voltou a atualizar o grupo sobre a atuação da deputada:

“Tia Jane deu para trás. Ficou tudo por isso mesmo. **Não quer mais conversar conosco em função da nossa pressão pela abertura da CPI.** Nós vamos trabalhando, pressionando ela. **Ela é pró-governo, não está do nosso lado. Todos os votos dela são contra a população.** Nós não estamos contra ninguém lá. Queremos que se resolva o problema dos abrigos! (...) Ela é um atraso para o segmento idoso. Se tivesse que ter feito alguma coisa, já teria feito, diante de tudo que já denunciamos.” (grifos meus).

Bertha respondeu: “Quem que acredita nesta senhora? Só vocês!”.

Apesar do esforço de aproximação das pesquisadas à deputada estadual e da tentativa de Jane em demonstrar disposição para atender às necessidades da população idosa, a parceria não se efetivou. Pois Jane aparentou ser um “peixe ensaboado”, conforme descreveu Celso, se esquivando das ações e decisões que poderiam auxiliar na resolução da situação do Abrigo Cristo Redentor.

4.3.3 Deputado estadual Pablo e a SEDHMI

Com o fim da SEESQV, o CEDEPI passou por diversas secretarias estaduais, sendo uma delas a SEDHMI, chefiada pelo deputado Pablo em 2017. Pablo é professor universitário e dentista, tem 36 anos, é branco e possui mãe e avô políticos. É deputado estadual do Rio de Janeiro desde 2006, eleito com cerca de mais de sessenta mil votos.

Nas eleições de 2018, Pablo foi candidato a governador do estado do Rio de Janeiro pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT)¹¹⁷, porém não foi eleito e permaneceu em seu cargo de deputado estadual.

Em seu perfil no portal eletrônico da ALERJ, consta que Pablo “usa no parlamento estadual não só o conhecimento que adquiriu junto à família, mas também a experiência que conquistou como assessor parlamentar e como subprefeito do Grande Irajá e Penha, cargo que exerceu por três anos.”.

A relação das mulheres do Fórum PNEIRJ com o deputado Pablo começou quando o político assumiu em 2017 a nova secretaria SEDHMI, que tinha também como objetivo a promoção de programas públicos para idosos. Houve uma expectativa por parte das pesquisadas de que os impasses sobre o CEDEPI e a situação do Abrigo Cristo Redentor pudessem ser resolvidos com o apoio do parlamentar e com os recursos da nova secretaria. Porém, a esperança das pesquisadas logo deu lugar à desconfiança e à certeza de que não havia disposição do político para adotar as causas defendidas e requeridas pelas delegadas do Fórum PNEIRJ.

Em conversa na reunião ordinária do grupo, Joana disse: “Nunca vi uma secretaria surgir assim do zero, do nada. Muito estranho tudo isso. Os funcionários nomeados são pessoas totalmente despreparadas para trabalhar com as necessidades dos idosos.”.

¹¹⁷Antes de ser filiado ao PDT, o político já foi também filiado ao Partido da Frente Liberal (PFL), ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e ao Solidariedade (SD).

Pablo esteve presente em alguns atos públicos em favor do Abrigo Cristo Redentor em 2017 e proferiu discursos que prometiam soluções em climatização, limpeza, vigilância para a instituição, conforme citado no Capítulo II. As pesquisadas desconfiaram e desafiaram o secretário, que não cumpriu o oferecimento desses serviços aos idosos abrigados, confirmando a suspeita das mulheres do Fórum PNEIRJ.

Em um dos atos públicos, Nise se aproximou do Secretário Pablo após o seu discurso e disse: “Isso que você está falando é conversa fiada. **Vocês não valem nada!** Eu digo para todo mundo ‘Vote em ninguém!’”. É horrível acreditar em político. **Vocês querem mesmo que os idosos morram.** Para mim é tudo ‘farinha do mesmo saco’. Não voto em ninguém!” (grifos meus). Com esta fala, Nise demonstrou sua frustração e incredulidade em relação aos representantes políticos, ao perceber que Pablo não tinha as mesmas preocupações das mulheres da pesquisa.

Em reunião do Fórum PNEIRJ, Nise disse: “**Ele é um mentiroso!** Ofereci treinamento para os cuidadores do abrigo através da ANG-RJ, mas ele nem ligou pra isso. Mandou contratar cooperativa para selecionar os funcionários.” (grifo meu).

Entre os meses de junho e julho de 2017, Pablo pediu exoneração do cargo de secretário da SEDHMI, justificando que precisava prestar auxílio ao tratamento de saúde da mãe. A partir deste momento, Pablo deixou de ser assunto nos debates sobre o Abrigo Cristo Redentor nas reuniões ordinárias do Fórum PNEIRJ e CEDEPI, pois não seria mais possível tê-lo como adversário ou aliado nas buscas pela resolução da situação dos idosos da instituição.

No ano de 2019, após novas eleições para o governo do Estado do Rio de Janeiro, a SEDHMI foi extinta e Pablo nomeado secretário da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC).

4.3.4 Ex-Deputada federal Carla, a SESQV e o COMDEPI

Carla é possivelmente uma das adversárias mais antigas e mais reprovadas dentre as mulheres que militam pelos direitos dos idosos. Carla tem 46 anos, é branca, formada em Direito e já foi vereadora da cidade do Rio de Janeiro (de 2005 a 2014) e deputada federal eleita pelo Rio de Janeiro (de 2015 a 2018).

A ex-deputada é filiada ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e é também filha de um ex-deputado, filiado ao mesmo partido, que teve seu mandato cassado em 2005 por ter participado de um esquema de corrupção que ficou conhecido no Brasil como “Mensalão”.

Como vereadora, a partir do ano de 2009 Carla assumiu a recém-criada SESQV, tornando a pauta dos direitos dos idosos como uma de suas frentes de atuação e campanha política. Na Câmara Municipal Carla fez parte da Comissão do Idoso e foi uma das autoras da Política Municipal do Idoso, lei que criou o COMDEPI.

A primeira versão da lei (Lei No. 4275 de 29 de março de 2006¹¹⁸) prevê a eleição dos conselheiros da sociedade civil através do Fórum PMI-RJ e a obrigatoriedade de alternância da presidência. Essa lei foi revogada pela Lei 5208, de 1º de Julho de 2010¹¹⁹, que determina o assento e a presidência permanente ao titular vinculado à SESQV - que neste caso era Carla - e a indicação dos conselheiros governamentais e da sociedade civil pela presidenta do conselho. É a partir do decreto e sanção desta lei que o embate das mulheres do Fórum PNEIRJ com Carla teve início. Para as pesquisadas, Carla exercia controle e monopólio sobre o COMDEPI, o que não poderia ou deveria ser aceito. Sobre a ex-deputada, Rosa disse: “**Ela controla tudo, manipula.** Aqui no CEDEPI a gente discute, estuda. Lá no COMDEPI não, **é ela quem manda.** É ela quem indica quem pode participar até hoje.” (grifos meus). Joana complementou: “Acharam que a sociedade civil estar ao lado do governo já era grande coisa. Desde esse período **acabou o diálogo entre nós.** Houve um congelamento das relações entre CEDEPI e COMDEPI.” (grifo meu).

Bertha em entrevista, declarou:

“O governo do município é que indica a sociedade civil no COMDEPI. Isso é uma afronta! Esse é um dos impasses. O outro impasse do município é a presidência do conselho ser permanente. A vereadora que estava organizando na época virou pra mim e disse ‘Ah, Doutora Bertha, não se pode ganhar sempre. Mas pode ficar descansada que eu já indiquei o seu nome’. E eu respondi ‘pois a senhora pode tirar! **Porque conselho de fachada eu não faço parte!**’. E nunca fui lá. Porque eu considero o COMDEPI de fachada!” (grifo meu).

Para as pesquisadas, a forma de ingresso dos conselheiros ao COMDEPI não poderia ser considerada democrática e não possibilitaria a participação popular, já que era a

¹¹⁸Para ler a Lei No. 4275, de 29 de março de 2006, acesse: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/2006/427/4275/lei-ordinaria-n-4275-2006-dispoe-sobre-a-politica-municipal-do-idoso-cria-o-conselho-municipal-de-defesa-dos-direitos-da-pessoa-idosa-comdepi-e-o-fundo-municipal-do-idoso-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 09 de jul. de 2019.

¹¹⁹É possível acessar a lei através do endereço eletrônico: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/2010/520/5208/lei-ordinaria-n-5208-2010-cria-o-conselho-municipal-de-defesa-dos-direitos-da-pessoa-idosa-comdepi-o-fundo-municipal-do-idoso-e-a-comenda-piquet-carneiro-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 09 de jul. de 2019.

parlamentar quem detinha o poder de decisão sobre a formação e atuação do conselho. Para elas, o COMDEPI teria perdido um dos seus principais objetivos: o encontro e confronto entre atores da sociedade civil e atores do governo.

Ainda em 2010 as mulheres do Fórum PNEIRJ entraram com um mandato de segurança para contestar a inconstitucionalidade do funcionamento do COMDEPI, porém a justiça concedeu ganho de causa à Carla. Sobre essa derrota para a política, Rosa contou: “Ela ‘passou o rodo’ na nossa cabeça. **Ela passou por nós e disse ‘passei o rodo em vocês. O COMDEPI é meu!’** Os membros da sociedade civil permaneceram apenas convidados e ela, que era presidenta, ficava para sempre.” (grifo meu). Dandara complementou a história: “Teve uma audiência pública na época e ela e seus aliados encheram um ônibus com um monte de idoso, e os abastados ficaram lá gritando ‘Carla, cadê você? Eu vim aqui só para te ver!’. Deram lanche e tudo depois!”.

Na visão das pesquisadas, além do comportamento autoritário da ex-parlamentar, que bloqueava possíveis participações e contestações populares da discussão sobre os direitos dos idosos no COMDEPI, Carla também não possuiria interesse em melhorar a vida dos idosos ou em garantir seus direitos. Para as mulheres do Fórum PNEIRJ, a intenção de Carla ao atuar através do COMDEPI e da SESQV era a cooptação de votos e apoiadores. Sobre esse tema, Tarsila disse: “Temos que estar de ‘orelha em pé’ com esses políticos. Eles só querem nos cooptar e conseguir votos.”.

Os embates entre as pesquisadas do Fórum PNEIRJ e vereadores da cidade do Rio de Janeiro que possuem um discurso em prol da população idosa não são recentes. Paz (2001), em sua tese, descreveu um diálogo entre um vereador, que na ocasião era secretário à frente da Secretaria Especial da Terceira Idade do Rio de Janeiro, e membros do Fórum PNEIRJ em uma reunião para formação do COMDEPI. Destaco aqui trechos de uma fala do vereador:

“Boa tarde. Estou sabendo que tem uma funcionária da prefeitura aqui realizando uma reunião para criação do Conselho Municipal do Idoso. Quero dizer em primeiro lugar que eu sou o secretário da Terceira Idade, nomeado pelo prefeito, porque tenho uma estrada com trabalho com idosos há muitos anos. E o conselho do Rio é da minha secretaria. Ninguém pode estar querendo criar o conselho. Isso sou eu quem decide. O prefeito já me deu carta branca para instalar o Conselho Municipal do Idoso. Eu vou ser o presidente deste conselho. Quero dizer que louvo o trabalho que vocês fazem, porém não podem estar aqui se reunindo para este fim. Quem tem essa tarefa sou eu. **O idoso do Rio de Janeiro me pertence, logo não vou admitir que ninguém se meta com o idoso do Rio.** (...) Quero dizer que a secretaria está à disposição de vocês. Se é um fórum estadual, eu louvo o trabalho de vocês. (...) Estamos atuando ainda sem uma *staff* mas estamos aceitando colaboradores. (...) O idoso do Rio é meu. Não irei admitir que ninguém se meta na minha administração. Vou criar o conselho do Rio e o nosso fórum. (...) Quem quiser colaborar que me procure na secretaria.” (pp. 89-92. grifo meu).

Ao dizer que o idoso do Rio lhe pertencia, o vereador demonstrou seu objetivo de controlar e submeter esta parcela da população aos seus interesses. Esse comportamento se aproxima das atitudes de Carla - que posteriormente ocupou a posição do mencionado vereador à frente da secretaria voltada para os idosos - quando disse às pesquisadas, interessadas em debater políticas públicas para idosos, que o COMDEPI era seu.

Sobre a criação e funcionamento das secretarias que tem como foco a criação de programas e soluções direcionadas aos idosos na cidade e Estado do Rio de Janeiro, incluindo a SESQV, Joana disse em reunião do Fórum PNEIRJ:

“Esse tipo de secretaria serve mais para criar cargos do que para promover políticas públicas para a população. Elas são criadas sem verba. **Não trazem benefícios aos idosos, mas sim aos políticos associados.** A SESQV serviu apenas para criar as ATI's. São programas paliativos, eleitoreiros. **Não tem um acompanhamento, com profissionais qualificados, ou um real interesse na promoção da saúde dos idosos.**” (grifos meus).

Até o ano de 2017, a SESQV (que em 2016 virou SEMEARC) possuía mais de trezentas e quinze ATIs espalhadas pelas praças da cidade e seis Casas de Convivência e Lazer (quatro localizadas na Zona Sul da cidade e duas na Zona Norte). É comum ouvir das pesquisadas críticas a programas deste tipo de secretarias, por considerarem as ações “eleitoreiras” e com o objetivo de promoção pessoal do político envolvido. As delegadas do Fórum PNEIRJ perceberam que não havia uma intenção em sanar as demandas da população idosa e identificaram que estas iniciativas possuíam um foco principal na promoção do lazer para os idosos, em detrimento da prevenção da saúde e do estímulo à participação política e social.

Sobre as ATIs, em conversa Nise disse:

“A gente recebe denúncia toda hora de hospital falando de idosos e crianças que se machucam porque usam aqueles aparelhos da academia sem acompanhamento. Só fica um instrutor no período da manhã, o resto do dia não tem mais nada. **A gente fala que aquilo é uma ‘máquina de quebrar velho’.** São programas ridículos e horrorosos dessa Carla. Dava lanche para os idosos, levava para passear, fazia baile. Não tem nenhum programa sério.” (grifo meu).

Paz (2001) discute em sua tese os programas sociais voltados ao entretenimento e à ocupação do tempo – como grupos e centros de convivência -, que não consideram as possibilidades de atuação política das pessoas idosas. Para o autor, a perspectiva de

participação é ainda menor dentre os idosos mais dependentes, debilitados e com menos recursos financeiros.

Monalisa Siqueira (2014) chama a atenção sobre a recomendação da ONU e da OMS de que sejam criados espaços para participação política e social do idoso, em uma perspectiva de que a ideia de “envelhecimento ativo” não se restringe ao bem estar físico e ao lazer.

Em 2017, com a nova gestão da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, a SESQV foi extinta e Carla perdeu sua influência sobre a secretaria. Em palestra no evento Congresso Internacional de Envelhecimento Humano (CIEH), em novembro de 2017, na cidade de Maceió, Alagoas, Carla disse: **“O novo prefeito acabou com os meus projetos.** Não eram projetos dele, então não quis dar continuidade. Disse que não havia mais dinheiro. Para o prefeito anterior tinha dinheiro para os idosos.” (grifo meu).

Quando se refere aos “seus projetos” e ao encerramento dos mesmos pela nova gestão governamental, Carla demonstrou que a adoção da população idosa como um público alvo de ação política é também um projeto de poder e promoção pessoal da parlamentar. Os projetos não são para ou dos idosos, são seus. Portanto, somente existem para atender aos seus interesses e não os da população idosa residente na cidade do Rio de Janeiro.

Ao ouvir a palestra de Carla, Nise, que me acompanhava no evento, disse: “A gente ainda é obrigada a ouvir essas merdas!”.

Através de sua atuação na Câmara de Deputados, Carla lançou um livro sobre projeções da população idosa em 2050. Com o argumento de que no futuro o número de idosos do mundo dobraria e de que o número de contribuintes seria menor do que o de beneficiários da seguridade social, a deputada possuía um discurso de que seria preciso repensar a Previdência Social. Seu posicionamento favorável à reforma é mais um elemento que a torna uma adversária das mulheres militantes pelos direitos dos idosos.

Em 2018, Carla foi nomeada Ministra do Ministério do Trabalho, porém teve sua posse suspensa pela justiça por ter sido condenada a pagar mais de R\$60 mil em dívidas trabalhistas para seus ex-motoristas. No mesmo ano, com aproximadamente dez mil votos, Carla não se reelegeu como deputada federal para 2019.

4.3.5 Uma sociedade civil dividida: disputas com especialistas em envelhecimento

“A sociedade civil é dividida. Tem gente que defende a reforma da previdência. Alguns pesquisadores recebem patrocínios. Fazem parte da sociedade civil, mas defendem reformas, possuem outros interesses. **Cada um tem sua vertente, não tem**

uma única forma de ver o idoso. Mas nossa relação sempre foi de embate com alguns representantes do governo e com esses pesquisadores. A gente pode até colaborar, mas questiona.” (grifo meu).

Disse Joana, em reunião do Fórum PNEIRJ, se referindo ao pesquisador Kleber, uma referência no Brasil e no mundo sobre pesquisa gerontológica.

Para as mulheres engajadas na militância pelos direitos dos idosos existem alguns pesquisadores que podem ser considerados adversários de ideias e objetivos. São vertentes diferentes na forma de compreender o envelhecimento e a população idosa, conforme explicou Joana.

Estes intelectuais são descritos pelas pesquisadas como estudiosos que possuem uma visão mais neoliberal da velhice, seus direitos e necessidades e que recebem apoio e incentivo financeiro de empresas privadas para desenvolver suas pesquisas e projetos.

Dizer que estes estudiosos são neoliberais significa aproximá-los de uma concepção de envelhecimento que deve ser responsabilidade do próprio indivíduo, e não uma questão pública e coletiva pela qual os governantes devem ser acionados e responsabilizados. Este divergente entendimento sobre a velhice e suas demandas coloca as pesquisadas e os três pesquisadores, que serão descritos a seguir, em lugares opostos e concorrentes na disputa sobre quem está habilitado para propor soluções para o fenômeno do envelhecimento da população brasileira.

A seguir descrevo os perfis de pesquisadores que já foram referenciados como integrantes desta outra vertente da sociedade civil.

4.3.5.1 Pesquisador Kleber

Kleber tem 73 anos, é branco, médico, gerontólogo, doutor em Saúde Pública pela Universidade de Oxford e já atuou como diretor de programa na área de Envelhecimento e Saúde na OMS. É premiado e reconhecido internacionalmente como um especialista em epidemiologia e envelhecimento. É também fundador e presidente de um importante instituto de pesquisa e consultoria no Brasil sobre envelhecimento e longevidade, com parcerias com empresas e empreendimentos públicos e privados.

A principal crítica direcionada ao intelectual por parte das pesquisadas é este vínculo com empresas privadas. Em uma reunião ordinária do Fórum PNEIRJ, certa vez compareceu uma senhora vinculada ao instituto de Kleber, dizendo buscar a parceria com o grupo que

representava a sociedade civil ali presente. Rapidamente Joana se mostrou contrária à tentativa de estabelecimento desta ligação e disse:

“Deixa eu esclarecer sobre os empresários. O Kleber acredita em quatro pilares: sociedade civil, governo, universidades e empresas. A gente respeita. O Fórum PNEIRJ é para fortalecer a sociedade civil. Mas não negamos o convívio com outros setores, quando for o momento. Mas **temos que saber o que estamos fazendo aqui**. Não trocamos apoio financeiro por nenhuma concessão. **O dinheiro é bem-vindo, o que não é bem-vindo são as condições.**” (grifos meus).

Para Joana e as demais mulheres pesquisadas, a associação entre pesquisa, militância, governo e empresas privadas precisa ser examinada e estabelecida sempre com muita cautela. Na perspectiva das mulheres do Fórum PNEIRJ os interesses dos empresários não são os mesmos da população com mais de 60 anos, portanto não é possível a efetivação da relação.

Após a saída da representante de Kleber na reunião, Joana disse:

“Nem todos tem consciência do que está em jogo. Kleber precisava da sociedade civil e veio nos cooptar. Por isso aquela senhora veio aqui. **Temos um atrito com ele**. Ele tem uma visão neoliberal e conservadora das coisas. Talvez porque ele tenha vindo lá da Europa. Nós somos diferentes. Este instituto dele é um movimento de um só. Kleber diz que representa a sociedade civil, mas na realidade é apenas ele. Ele nos conhece, mas ele tem essa resistência à gente.” (grifo meu).

Nise complementou a argumentação de Joana: “Ele quer a sociedade civil para trabalhar para ele e colher os louros depois, como se fossem dele.” Joana continuou:

“Ele defende a posição do governo também, a favor da reforma da previdência e desqualifica os argumentos contrários. Empurrando ‘goela abaixo’. Kleber não fala abertamente sobre a reforma. Mas **ele e a Mariana usam dados estatísticos catastróficos sobre envelhecimento para justificar a necessidade da reforma**. Muita coisa pode acontecer. Quando éramos jovens o que estava em pauta era a explosão demográfica e não aconteceu. **Só trabalham com números para fazer terrorismo**. Não dão solução para o envelhecimento das pessoas. A solução deles é a reforma.” (grifos meus).

O debate entre os presentes na reunião do Fórum PNEIRJ prosseguiu:

“LEILA: Todos acreditam em números, traz legitimidade.
ROSA: Pois é. **Ele defende os interesses dos empresários, mas não nos ajuda em nada**.
CELSO: Se bobear, até nos atrapalha.” (grifos meus).

Através desse diálogo Joana, Nise, Leila, Rosa e Celso apresentaram mais dois pontos de divergência entre o grupo e Kleber. São eles: sua vaidade e desejo de ser reconhecido

como uma personalidade sobre o tema do envelhecimento, e por vezes sem atribuir os devidos créditos a outros possíveis contribuidores; e o uso de dados demográficos como argumentos contrários aos interesses da população idosa, que neste caso para as pesquisadas é a não aprovação da reforma da Previdência.

4.3.5.2 Pesquisadora Mariana

A pesquisadora Mariana, citada na fala de Joana no tópico anterior, tem mais de 70 anos, é branca e é uma renomada economista e demógrafa do IPEA. Mariana tem significativa quantidade de publicações em livros e artigos sobre os dados de envelhecimento da população brasileira. A intelectual é também professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), associada à SBGG e faz parte do conselho consultivo do instituto fundado por Kleber.

Para Rosa: “A Mariana criou uma intriga intergeracional. **Ela colocou outras gerações contra nós, se vendeu.** Ajudou a fundar o CNDI, mas o IPEA encomendou a pesquisa e ela se esqueceu da participação popular.” (grifo meu).

Utilizando dados demográficos e projeções de um aumento da população idosa no Brasil e queda das taxas de natalidade, Mariana em suas palestras, entrevistas e artigos apresenta a perspectiva de que futuramente não haverá população economicamente ativa o suficiente para sustentar a Previdência Social. Neste sentido, a pesquisadora sugere que as trabalhadoras e trabalhadores no Brasil se aposentam precocemente e defende a necessidade do aumento da idade mínima para poder gozar do benefício.

Embora Mariana proponha uma transição que chama de “suave” para as regras da aposentadoria e argumente em favor das diferenças do tempo de contribuição e idade mínima para homens e mulheres¹²⁰, as pesquisadas consideram que o discurso de Mariana culpabiliza os idosos por viverem mais e onerarem um sistema de seguridade social para o qual não podem mais contribuir. É a esta ideia que se refere Rosa quando fala em “intriga intergeracional” criada pela economista.

¹²⁰Em artigo publicado através do Boletim Mercado de Trabalho do IPEA (2017), Mariana apresentou dados que mostram as desigualdades enfrentadas por homens e mulheres, como dupla jornada e dificuldades enfrentadas pelas mulheres com filhos no mercado de trabalho, o que justificaria a diferença nas condições para a aposentadoria entre os gêneros.

4.3.5.3 Pesquisador Roberto

Roberto é branco, tem mais de 60 anos, e é médico, epidemiologista e professor diretor da UnATI-UERJ. Possui mais de trinta capítulos de livros e vinte livros publicados sobre envelhecimento, demografia, saúde e educação. Assim como Kleber e Mariana, é também um renomado e reconhecido especialista na área, sendo constantemente convidado para dar palestras e entrevistas sobre o tema.

Roberto também faz parte do conselho consultivo do instituto dirigido por Kleber. É identificado pelas pesquisadas como um intelectual que compartilha do mesmo conjunto de ideias das quais são contrárias.

Palestrante na mesma mesa da ex-deputada Carla no evento CIEH, em 2017, Roberto apresentou dados que mostravam que em 2020 o Brasil seria o 6º país com mais idosos no mundo e que boa parte desta população (33%, segundo o estudioso) estaria concentrada no bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro.

Diante destes dados, Roberto lamentou que o atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro estivesse “desmontando tudo que funcionava maravilhosamente bem” para os idosos, nas palavras do intelectual. Para Roberto, era necessário “cuidar do idoso, para não impactar o sistema de saúde.”.

Roberto argumentou que se os idosos vivessem mais e sem doenças, não seria possível que a jornada de trabalho se encerrasse aos 60 anos. O palestrante apresentou uma proposta de promoção de “envelhecimento saudável”, a partir da compreensão que a questão da saúde não deve ser pautada apenas no ambiente hospitalar, mas também no âmbito privado de cada pessoa. O que irá depender também das condições sócio-econômicas de cada pessoa para que seja possível a adoção de um estilo de vida que agregue produtos e serviços que sejam considerados saudáveis, conforme salientou Roberto. Em suas palavras: “O futuro será igual ao passado, apenas mais caro.”.

A participação de Carla e Roberto no evento contribuiu para a insatisfação generalizada de Nise com o evento, além de fatores de organização do mesmo e das “poucas oportunidades para falar”, conforme ela disse. Pois para Nise todos os palestrantes direta ou indiretamente se mostraram favoráveis à reforma da Previdência através dos argumentos e dados que apresentaram em suas falas. Foi uma programação de exposições com “cartas marcadas”, nas palavras de Nise, em que todos os palestrantes compartilhavam de uma mesma visão sobre envelhecimento.

As mulheres do Fórum PNEIRJ demonstraram uma desconfiança a respeito de Roberto e sua produção científica em relação à melhoria da vida da população idosa no Rio de Janeiro e no Brasil. Além da sua associação com políticos como Carla e pesquisadores como Kleber e Mariana, Nise narrou o seguinte episódio:

“A Ana foi convidada pela UnATI-UERJ para ministrar o curso de cuidador de idosos, através da ANG-RJ. Eles perceberam que muitos idosos cuidavam de outros idosos também. Em certa ocasião, Roberto apresentou a UnATI-UERJ como pioneira no curso de cuidador de idosos. **Eu imediatamente desmenti ele na frente de todos.** E ele reconheceu, dizendo ‘É, me equivoquei!’. **Algumas pessoas buscam parceria conosco e o que produzimos na ANG-RJ, mas não dão o devido crédito.** Vê se pode! Queria ficar com o crédito todo para ele de algo que foi criado pela ANG-RJ!” (grifos meus).

De forma semelhante a Kleber, além do discurso que expõe ideias as quais as pesquisadas são contrárias, Roberto também foi acusado de possuir vaidade acadêmica, querendo ser identificado como uma referência sobre o tema do envelhecimento populacional, ainda que por vezes levando reconhecimento por empreendimentos que não são de sua autoria.

4.4 O que movem e como se formam as relações?

Que fatores fazem de um ator um parceiro ou um opositor das mulheres engajadas na militância pelos direitos dos idosos? O que motiva, movimenta e forma estas relações? Como ocorrem essas associações?

Considerando as parcerias como parte da estratégia de luta das pesquisadas e as disputas como relevantes para as decisões e ações do grupo também, o objetivo deste capítulo foi apresentar alguns exemplos das relações estabelecidas pelas mulheres do Fórum PNEIRJ e explicar o processo de construção das mesmas a partir das narrativas e discursos das pesquisadas.

Através da descrição de quatro exemplos de parceria e oito de disputa, foi possível identificar que alguns elementos podem ser decisivos para que o grupo considere determinada pessoa ou instituição como um potencial aliado ou como um adversário.

É possível compreender que a forma como as delegadas do Fórum PNEIRJ desenvolvem suas militâncias pela causa dos idosos requer que sejam estabelecidos diálogos e cooperação constantes com outros atores. Cada um dos quatro casos de parcerias apresentados

demonstra como os rumos e formas de suas militâncias dependem e são transformados pelas relações que se estabelecem. São essas colaborações que garantem que as demandas do grupo serão ouvidas, consideradas, repercutidas, negociadas ou atendidas. Portanto, sem essas alianças não haveria possibilidade de prosseguir com seus planos de ações e reivindicações.

Os pré-requisitos para a criação desses vínculos dependem do quanto os aliados se mostram dispostos a colaborar para o atendimento dos direitos garantidos aos idosos e do quanto possuem influência e poder de decisão para tal.

Somado a este fator, é necessário que os aliados compartilhem ou se aproximem das concepções das pesquisadas sobre as necessidades coletivas da população com mais de 60 anos. Esta noção não se limita ao enfoque em políticas e programas voltados à promoção da saúde e do lazer, mas se estende ao atendimento de demandas por moradia, renda, transporte, educação e participação política.

Por outro lado, existem atores - políticos ou intelectuais - que se apresentam e são reconhecidos como referências sobre os direitos dos idosos e sobre o fenômeno do envelhecimento, mas não possuem as mesmas concepções ou intenções do grupo pesquisado. O que potencialmente os torna oponentes em uma correlação de forças sobre quem representa e quem compreende as necessidades e interesses dos idosos do Rio de Janeiro e no Brasil.

As relações de rivalidade podem surgir a partir da compreensão das mulheres do Fórum PNEIRJ de que, no caso dos políticos, eles se utilizam das causas dos idosos em benefício e promoção própria, sem intenção ou preocupação em sanar tais necessidades. Este seria o caso dos já citados Pinheiro, Pablo, Tia Jane e Carla. Está presente, nestes casos, a ideia de que esses governantes estão apenas interessados nos votos dos idosos e de seus familiares. Para as pesquisadas, eles manipulam a população com políticas que chamam de “eleitoreiras” - com enfoque na diversão e distribuição de lanches - e não têm intenção de investir em projetos que proporcionem autonomia à sociedade civil. Nas palavras de Bertha: “Eles gostam de conselhos cooptados, não têm interesse em formar líderes.”.

No caso dos intelectuais, a desconfiança se deve à percepção de que eles manipulam os dados demográficos sobre envelhecimento no Brasil e no mundo para criar perspectivas e prospecções que não atendem aos interesses e demandas dos idosos. Os exemplos para este caso são os pesquisadores Kleber, Mariana e Roberto.

Durante a cerimônia de abertura do XI Encontro Nacional de Fóruns, em 2017, foi lido um texto que dizia “recusar o discurso que mostra os dados sobre o crescimento da população idosa como um gasto aos cofres públicos. **A velhice é um fenômeno biológico normal e também um direito.**” (grifo meu). Para reforço deste argumento as pesquisadas ressaltaram

que o envelhecimento da população de um país é fruto de seu desenvolvimento e melhorias nas condições de nutrição, saúde, ensino e economia, e que, portanto, deve ser analisado como motivo de satisfação e não como um gasto público¹²¹.

É preciso considerar que as classificações em oponente ou parceiro não são fixas, podendo mudar conforme se transformam as condições dessas relações. Atores que a princípio já foram considerados possíveis colaboradores são posteriormente identificados como adversários, como é o caso dos parlamentares Tia Jane e Pablo e dos pesquisadores Mariana e Roberto. Já atores que poderiam ser considerados opositores em outras arenas podem servir como aliados quando a pauta é o atendimento aos direitos da população idosa fluminense, como no caso do deputado Maurício, que embora apresente convicções políticas divergentes das pesquisadas, é considerado um cooperador na causa do Abrigo Cristo Redentor.

Considerando que as pesquisadas se agrupam no Fórum PNEIRJ a partir do interesse em solucionar demandas e reivindicar direitos para os idosos, analisar as relações de aproximações e distanciamentos com outros atores é também aprofundar a compreensão sobre as ideias que compartilham a respeito dos sentidos desta militância, e com quais outros atores atuam para reivindicar os direitos desta população. No capítulo V analiso as concepções das mulheres do Fórum PNEIRJ sobre o público alvo de sua luta.

¹²¹Vincent Caradec (2016) chamou atenção para a conquista da velhice na França associada à criação do sistema de aposentadoria e ao aumento da expectativa de vida após a segunda metade do século XX.

CAPÍTULO V - Relações e concepções sobre a população idosa: por quem lutam as pesquisadas?

5.1 O que se pensa e se sabe sobre as idosas e idosos?

“POEMA DO IDOSO
 Se **meu andar é hesitante**
 e minhas mãos trêmulas, ampare-me.
 Se **minha audição não é boa**,
 e tenho de me esforçar para ouvir o que você
 está dizendo, procure me entender.
 Se **minha visão é imperfeita**
 e o **meu entendimento escasso**,
 ajude-me com paciência.
 Se **minha mão treme** e derrubo comida
 na mesa ou no chão, por favor,
 não se irrite, tentei fazer o que pude.
 Se você me encontrar na rua,
 não faça de conta que não me viu.
 Pare para conversar comigo. **Sinto-me só**.
 Se você, na sua sensibilidade,
 me ver triste e só,
 simplesmente partilhe comigo um sorriso
 e seja solidário.
 Se **lhe contei pela terceira vez a mesma história num só dia**,
 não me repreenda, simplesmente ouça-me.
 Se **me comporto como criança**,
 erque-me de carinho.
 Se **estou doente e sendo um peso**,
 não me abandone.
 Se **estou com medo da morte e tento negá-la**,
 por favor,
 ajude-me na preparação para o adeus.”
 (Autor desconhecido; grifos meus).

O “Poema do Idoso”, de autoria desconhecida, foi lido pelo senador Pedro em pronunciamento público no Senado Federal em 1º de outubro de 2007. Permeado por estereótipos e concepções negativas sobre a velhice, o texto recitado em ocasião do aniversário de promulgação do Estatuto do Idoso pelo político aliado das pesquisadas antecede um discurso que enfatiza a necessidade de reivindicação dos direitos dos idosos no Brasil.

O poema selecionado parte de pressupostos desfavoráveis sobre a condição física, cognitiva, emocional, social, dentre outros, da velhice para chamar atenção para suas necessidades. Nesse texto, a velhice é caracterizada por suas faltas e precariedades físicas, cognitivas, emocionais e sociais.

Não é sem intencionalidade que o parlamentar recorre a estes versos para falar sobre os direitos dos idosos: o interlocutor pretendia sensibilizar o público apresentando as mazelas

que podem fazer parte da vida da população idosa, justificando a necessidade da existência de políticas e programas específicos direcionados a este público.

Destro de Oliveira (2015) escreveu em sua tese sobre como a criação e as atuações nos conselhos de idosos dependem da identificação de um setor da população como “vítima de opressão, discriminação e vulnerabilidade e que, portanto, por ser um problema social, precisa de uma atenção diferenciada” (p. 162).

Cabe questionar: as mulheres do Fórum PNEIRJ compartilham dessa visão? Quais são suas concepções sobre a velhice e sobre as pessoas pelas quais levantam suas bandeiras de luta? Neste capítulo será apresentado e discutido quem são as idosas e os idosos pelos quais as mulheres militantes acreditam que é necessário lutar, o que elas pensam e falam sobre eles e como se relacionam com esta população.

5.1.1 Dados sobre as idosas e idosos brasileiros

Segundo dados do IBGE referentes ao ano de 2018¹²², as mulheres com mais de 60 anos de idade correspondem hoje a aproximadamente 8% da população brasileira, enquanto os homens da mesma faixa etária correspondem a 6%, totalizando aproximadamente 30 milhões de idosos no Brasil (14% da população). 3 milhões destes idosos vivem no estado do Rio de Janeiro (17% dos habitantes do estado).

Dados de indicadores sociais (IBGE, 2016), apontam que 36% dos idosos brasileiros habitam em casal e com filhos, 25% em casal e sem filhos e 16% vivem sozinhos. Quanto ao fator escolaridade, a pesquisa mostra que 65% dos idosos estudaram até o Ensino Fundamental.

Uma pesquisa por amostragem realizada pela FPA e SESC (2007) indicava que 45% dos idosos brasileiros são brancos, 28% pardos, 14% pretos e 6% indígenas. 51% desses idosos viveram a maior parte da vida na cidade e 38% no campo. 30% possui uma renda familiar entre dois a cinco salários mínimos, 27% entre um e dois salários e 16% com até um salário mínimo. Essa pesquisa também identificou que 27% dos idosos não conhecem e nunca ouviram falar sobre o Estatuto do Idoso, 61% deles “ouviram falar” e apenas 12% declararam conhecer o documento.

¹²²Os dados podem ser acessados através do portal eletrônico <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 09 de jul. de 2019.

Fatores como renda, escolaridade e conhecimento sobre o Estatuto do Idoso e as demais garantias direcionadas à população idosa demonstram que as mulheres participantes do Fórum PNEIRJ são um público com mais recursos, possibilidades e privilégios em comparação à maior parte da população idosa brasileira. Portanto, as pesquisadas não são idosas em situação de precariedade e vulnerabilidade, não correspondem às mesmas características e necessidades que fazem parte da vida dos idosos que residem no Abrigo Cristo Redentor e não serão as mais impactadas caso seja aprovada a reforma da Previdência, por exemplo.

5.2 As pesquisadas se percebem como idosas?

Ainda que renda, escolaridade e até mesmo o estado civil¹²³ das pesquisadas possam ser considerados como fatores que as distanciam da maior parte das idosas e idosos do país, a idade, a identificação com a classificação velha/idosa e o interesse pelo tema fazem delas representantes e porta-vozes atuais da sociedade civil pelos direitos dos idosos.

Será que as mulheres do Fórum PNEIRJ se percebem e se entendem como velhas ou idosas? Elas se identificam com as discussões e causas defendidas? É possível afirmar que a compreensão e apresentação de si mesmas como idosas varia conforme a situação vivenciada?

Destaco aqui trechos dos discursos destas mulheres, alguns já citados ao longo da tese, em que afirmaram: “Agora eu também sou uma velha” (Dandara, 86 anos); “Velhinhas não! Somos idosas gatas e gostosas” (Nise, 76 anos); “Lógico que eu já estou idosa, já tenho mais de 60 anos.” (Anita, 66 anos); ou “Somos um grupo de pessoas idosas. Não conseguimos ver rápido as coisas como os jovens” (Joana, 66 anos).

Em uma ocasião presenciei Tarsila, que tem 77 anos, proferindo energicamente as seguintes palavras na fila de um restaurante: **“Sou idosa, tenho direito à fila preferencial pelo Estatuto do Idoso.** Eu rezei muito para não mexerem nisso. Ei, moça! Temos direito à fila preferencial!” (grifo meu).

No aeroporto da cidade de Maceió, Nise comentou sobre o símbolo utilizado para indicar o direito à prioridade do idoso¹²⁴: “Que coisa horrível esse símbolo de prioridade do

¹²³No capítulo I mostrei que 48% das idosas brasileiras são viúvas, 37% são casadas e apenas 6% são solteiras, enquanto considerável parte (seis dentre as dez mulheres) das pesquisadas são solteiras.

¹²⁴O Símbolo Internacional de Acessibilidade (SIA) consiste em um homem curvado com uma bengala na mão. Atualmente tramita na Câmara de Deputados Federais uma proposta de lei que desobriga o uso do símbolo, por

idoso! Uma pessoa com bengala e coluna toda torta, com as mãos na lombar. Eu já reclamei com o pessoal da Latam¹²⁵. É horrível esse símbolo. **Não somos assim!**”.

As falas acima demonstram que não é incomum a identificação das pesquisadas como “velhas” ou “idosas”. Nesses momentos, elas se incluem na população cujos direitos defendem. Há também, nessas declarações, aquelas que procuram mostrar a diferença de significados entre “ser velha” e “ser idosa” e tentam se afastar das visões negativas e estereotipadas da velhice. Ao mesmo tempo, é comum ouvir falas como “quem vai cuidar **desses idosos?**” (grifo meu) ou “**os velhinhos** do Abrigo Cristo Redentor...” (grifo meu), ambas de Nise, que evidenciam um distanciamento entre elas e “os velhinhos” que precisam ter seus direitos garantidos.

Alexandre Werneck (2011) apontou que a velhice pode ser um recurso utilizado pelos atores para atuações competentes, convenientes e efetivas. Para ele, reconhecer-se e apresentar-se como velha/idosa ou velho/idoso é uma questão relacional e não uma condição constante.

Para Muriel Combes (2011) a adesão a uma identidade é o resultado provisório de uma série de operações de poder. A autora se opõe à ideia do sujeito dado. Fazer-se em relação e manter-se vivo envolveria, portanto, um processo de estabelecimento de relações com o meio. Seguindo essa linha de raciocínio, é possível compreender que somos seres plásticos; e que a identidade é situacional e depende da relação que se estabelece com o meio.

Debert (1999) afirmou que pensar na identidade do velho ou idoso é um problema complexo, pois não seria uma identidade permanente, isto é, que fez parte de toda trajetória das pessoas, como no caso das identidades de mulheres e negros.

Destro de Oliveira (2015) mostrou que o conselheiro idoso normalmente não se identifica como aquele que precisa de ajuda. O velho é, em muitos casos, “o outro” (BEAUVOIR, 1970). Isto significa dizer que embora representem os interesses da população idosa, nem sempre elas se reconhecem com as mesmas necessidades.

Ao ser questionada sobre o significado da velhice Rosa, de 73 anos, disse:

“Você sabe que eu nunca... Sinceramente? **Nunca pensei nisso.** Eu às vezes... Gente, **eu esqueço a idade que eu tenho.** A verdade é essa! Esqueço completamente! Eu vou fazendo umas coisas, vou tocando as coisas. Mas **nunca parei para pensar, ‘quando eu ficar velha eu vou fazer isso, vou fazer aquilo’,** não. Tudo bem, o corpo já não tem a mesma agilidade. O corpo já fica mais cansado.

interpretá-lo como pejorativo. Para conferir o projeto de lei, acesse: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2176182>
Acesso em: 09 de jul. de 2019.

¹²⁵Latam Airlines Brasil é uma companhia aérea sediada na cidade de São Paulo.

Só lembro assim, quando começa a dar, por exemplo, inchaço nos pés, que eu já tenho, antes eu não tinha. **Eu acho que eu tenho envelhecimento ativo, porque eu participo.** Você vê que eu viajo, vou para lá, vou para cá. Depois eu chego morta de cansada. Eu acho que eu me preparei bem para idade. **Embora eu não tenha planejado,** mas eu acho que está de bom tamanho. Nunca pensei. É engraçado, né? **Luto tanto por essas coisas, mas para mim mesma eu nunca pensei.** Curioso, engraçado. Como é que eu nunca pensei nisso, né? Agora, eu falo para o meu neto quando ele quer correr: ‘Vovó é velha’. (grifos meus).

Ao dizer que, apesar da militância pelo segmento idoso, Rosa não havia pensado sobre velhice e que não lembrava da idade que tinha, salvo em determinados momentos, quando sentia limitações físicas, a pesquisada evidenciou que a questão não faz parte de suas preocupações pessoais constantes e que sentir-se velha/idosa é situacional e variante.

É possível sugerir que se identificar como idosa ou ter mais de 60 anos não é a razão (ou não é a mais significativa) que impulsiona a participação das pesquisadas nos espaços de militância institucional como o Fórum PNEIRJ e CEDEPI e não explica a formação do grupo. Gohn (2013) afirmou que um movimento social se consolida a partir da identificação de suas necessidades e desejos, e não a partir de uma mesma etnia, gênero ou idade.

Outros fatores em comum podem ser levados em consideração para esse encontro, tais como: a luta pela reivindicação de direitos ao longo de suas trajetórias de vida, a compreensão da militância pelos direitos dos idosos como uma oportunidade de exercer a caridade e cuidado “ao próximo”, como foi analisado ao longo do Capítulo I.

5.3 O que elas pensam e falam sobre as idosas e idosos?

Enquanto as mulheres militantes pelos direitos dos idosos são residentes na cidade do Rio de Janeiro, em sua maioria brancas, solteiras, de classe média, com nível superior e que exerceram ao longo de suas vidas profissões ligadas ao Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e Gerontologia, os idosos brasileiros são em sua maioria mulheres brancas e pardas, casadas, que ganham até dois salários mínimos mensais, estudaram até o Ensino Fundamental e não têm conhecimento formal sobre os seus direitos.

Neste sentido, é interessante questionar: Quem são as pessoas cariocas e brasileiras com mais de 60 anos para as pesquisadas? O que elas pensam e falam sobre o público alvo de seus engajamentos políticos?

5.3.1 Vítimas ou sujeitos?

As políticas públicas direcionadas aos idosos, bem como os fóruns e conselhos de idosos, existem porque se parte de uma premissa de que essa população possui uma variedade de necessidades e carências: físicas, econômicas, familiares, educativas, dentre outras. Para Paz (2001), fóruns e conselhos são espaços de “teatralização” do idoso indefeso. Ao mesmo tempo, a proposta dessas associações consiste em criar condições para reivindicação de direitos e participação e protagonização dos idosos.

Há uma concepção dos idosos como vítimas e simultaneamente como sujeitos presente em fóruns e conselhos que têm o tema da velhice como pauta, como identificou Destro de Oliveira (2015). Cohen (1998) mostrou duas categorias: de um lado o idoso frágil, desprivilegiado, que demanda cuidado e representa a realidade da maior parte dos idosos; de outro, o aposentado de vida ativa, o cidadão idoso, uma minoria privilegiada. Essas classificações podem também ser compreendidas como: aquilo que acreditam que o idoso é e aquilo que acreditam que ele deveria ser.

A partir da concepção de que as pessoas com mais de 60 anos são em geral vítimas, mas precisam se transformar em sujeitos, está presente nos discursos das mulheres pesquisadas a ideia de que deve haver um esforço de educação e convencimento para que estes compreendam a importância de se engajar em movimentos de idosos. Em suas atividades se faz constante a fala de que a população idosa deve se informar, se empoderar, ser protagonista na luta.

Tarsila afirmou:

“Porque enquanto **nós, que estamos nesses espaços, que temos esse conhecimento da área gerontológica, das necessidades do idoso**, não só de uma classe, mas de todas as classes... Não sei. É que nós tentamos tanto... eu, pelo menos, tentei a vida toda. **Todos os idosos que passavam pela minha mão tinham um estatuto do idoso. Eu falava em quase toda reunião.** Sabe? Pra ver se alguém... mas ninguém... **eu acho que a gente falha nessas pessoas** que não... Mas eu acho que é isso que falta.” (grifos meus).

Ao mesmo tempo, há uma descrença de que esse empoderamento da população idosa de fato aconteça. Na plateia de uma palestra no CIEH, em Maceió, Nise ironizou quando a palavra protagonismo foi mencionada: “Protagonismo? Muitos nem conhecem essa palavra, nem sabem o que isso significa.”. Ela chamou atenção para a necessidade de se ter subsídios e possibilidades para compreender o que é protagonismo, para só assim exercê-lo. A falta de acesso à educação formal da maior parte da população idosa é apontada como um obstáculo

para o exercício desse almejado papel de maior destaque e envolvimento nos movimentos pela reivindicação dos seus direitos.

Paz, Alexandrino e Ferreira (2009) mostraram que o Estatuto do Idoso é bastante desconhecido entre os idosos, especialmente os de baixa renda. Para os autores, é necessária a divulgação do documento para que seja possível de fato uma protagonização dos idosos nos movimentos sociais, para que os mesmos saiam da condição de indefesos, sem poder falar por si ou se representar (PAZ, 2001).

Sara Nigri Goldman (2001) argumentou que a pobreza da população envelhecida pode também ser um obstáculo para “o caminho da construção de sua própria cidadania” (p. 30).

Néri (2007) apontou para outros fatores que podem ser limitadores para um comportamento mais autônomo: a dependência física e a saúde frágil. Como reivindicar suas demandas quando se está acamado ou com a mobilidade e capacidade cognitiva limitadas?

Os fatores mencionados sugerem que o engajamento político não é para todos uma possibilidade ou uma escolha. Segundo Faleiros (2007), a trajetória individual e as condições sociais e econômicas, bem como avanços e recuos históricos de garantias se articulam no acesso (ou na falta dele) aos direitos.

É possível perceber por vezes nas falas das mulheres pesquisadas a reprodução de um estereótipo sobre a velhice, que classifica os idosos como alienados da vida social e política. Esta visão é acompanhada de uma “pedagogização do ativismo”, que determina como os idosos devem se comportar e por quais temas e atividades devem se interessar para que sejam sujeitos políticos e não mais vítimas.

Neste conjunto de recomendações não é suficiente o envolvimento com alternativas de lazer e prevenção da saúde. Não basta ser usuário ou cliente dos programas previstos nas políticas públicas: é necessário tomar parte no processo de tomada de decisões que influenciam suas vidas e da população idosa como um todo.

5.3.2 Desconhecimento e desinteresse

Pode-se constatar duas principais visões das mulheres do Fórum PNEIRJ sobre a população idosa: por vezes são tratados como os “velhinhos” necessitados, pobres, desinformados, vulneráveis, que precisam de cuidado e da garantia dos seus direitos mais fundamentais; em outros momentos são considerados juntamente a uma “massa populacional” que não está interessada e não luta pelos seus direitos.

As imagens sobre os idosos brasileiros coexistem e servem também como uma explicação para estas mulheres do motivo da reduzida participação nos fóruns e conselhos em que atuam. Para elas, enquanto uma parte desses idosos não tem acesso à educação formal e desconhece seus direitos, outros não têm interesse em se engajar pela reivindicação dos mesmos; ou é também possível considerar que compreendem que as pessoas com mais de 60 anos possuem as duas características - desconhecimento somado à falta de vontade em participar do engajamento político. Nem sempre fica evidente em suas falas se acreditam que os idosos são uma ou outra coisa, ou se são as duas coisas.

Durante avaliação do 9º Encontro de Danças e discussão sobre a reforma da Previdência, houve o seguinte diálogo no Fórum PNEIRJ:

“TARSILA: Foi tudo muito bem organizado e animado. Agora, **aquelas pessoas deveriam estar nesse espaço também, no nosso movimento** (...) Vamos mobilizar todos os grupos de Terceira Idade contra a reforma da previdência, sacudir, fazer passeatas! Só com o pessoal do Fórum PNEIRJ e CEDEPI é pouco!

JOANA: **Na França o pessoal se mobiliza. Aqui não.** A política neoliberal vai sendo implantada na marra. **O povo fica apático.** Se fosse na Espanha, na França...

CONCEIÇÃO: Só participa **o mesmo grupinho.**” (grifos meus).

Nise, no dia do evento “Sarau Mix”, disse com certo desapontamento: “A gente convida, mas ninguém vem.”; Rosa, ao explicar a não existência de fóruns e conselhos do idoso em alguns estados brasileiros, disse: “A sociedade civil não se organiza, não se mobiliza.”; Bertha, durante o XIX Encontro Nacional de Fóruns da Política Nacional e Estadual do Idoso, disse sobre os participantes dos diversos estados brasileiros: “Esse pessoal não lê, não pesquisa. **Tem muita gente que nem sabe o que está fazendo aqui, veio passear.** Ficam no celular durante o evento. **Não estão preparadas para discutir assunto sério.**” (grifos meus).

Tarsila contou uma situação que viveu no supermercado, em que não foi respeitado o direito à fila preferencial para maiores de 60 anos:

“**Eu estava doida para que os idosos falassem, reclamassem também. Mas eles têm medo de falar. Não falam.** A gente é muito... se nós tivéssemos visão de uma educação política, que tivéssemos um visão dos direitos, eu acho que as coisas seriam muito melhores. (...) **O povo não está nem aí pra reunião.** Essa é a realidade, sabe? É isso. Eu fico muito triste, eu fico muito triste.” (grifos meus).

Celso afirmou: “**O idoso não gosta muito de política.** Em geral, assim, não gosta muito.” (grifo meu). A concepção de que os idosos não têm interesse em debater e lutar por seus direitos vem muitas vezes acompanhada da acusação de que preferem participar de

atividades relacionadas ao lazer e entretenimento. Ao comentar os desafios para alcançar os objetivos do Fórum PNEIRJ e do CEDEPI, Rosa disse:

“É justamente **convencer o idoso a participar**. Aquela participação dele não tem. Agora **se for chamar para um baile aparece muita gente**. (...) Em certa ocasião fizemos um ato público na passarela de Duque de Caxias (RJ). Aí, tinha uma porção de idosos jogando dama e jogando baralho e nós fomos lá conversar com eles. ‘Não interessa, não quero saber. Não sei, não quero...’, eles disseram. Eles estavam ligados no jogo. Então quer dizer, o cara não está nem aí. E ainda ficou com a cara aborrecida para gente, porque a gente falou ‘para um minutinho o jogo.’ ‘Não, não posso parar, não.’ Não gostaram. Então você vê, **muitos políticos se aproveitam disso para utilizar eles para pedir votos, né? É feito de ‘massa de manobra’**.” (grifos meus).

Nise, ao falar sobre os aposentados de Furnas, declarou:

“Eu procuro sempre chamar os idosos para eles conhecerem como é o trabalho aqui no Fórum PNEIRJ, para eles participarem. Porque **ficam acomodados**. Mesmo eles tendo dificuldades na própria associação, eles **só enchem quando é festa junina, quando é baile de final de ano, quando é uma viagem de turismo...** Aí, é gente passando pelo ladrão. Agora, **se você faz uma palestra e você convida, aí vai uma meia dúzia**.” (grifos meus).

Em reunião do Fórum PNEIRJ, Leila disse:

“Quando o Carlos¹²⁶ era governador do estado do Rio de Janeiro, **os velhos adoravam ele**. Ele fazia baile todo ano no antigo Canecão. Contratava dançarinos para dançar com os velhos. **Carlos usou e abusou dos velhos**. E depois a deputada Carla pegou esse mesmo bonde. Muitos idosos adoram a Carla. Minha vizinha disse que ela fez muita coisa pelos idosos...” (grifos meus).

Celso complementou: “Carlos e a deputada tiraram proveito da situação dos idosos. Chegaram com um carinho, um cafuné...”.

Estão presentes em falas como estas críticas e julgamentos sobre os idosos que não estão engajados ou não participam de nenhum tipo de movimento social e reivindicação política. Essas concepções não levam em consideração que eles podem possuir outros interesses, necessidades ou prioridades e culpabiliza-os pela atuação questionável de políticos que não têm intenção em atender às necessidades e interesses da população idosa.

Programas como bailes, passeios, ou voltados à prevenção da saúde, com ênfase no lazer e entretenimento, são reprováveis para as delegadas do Fórum PNEIRJ. São atividades “assistencialistas e despolitizadas”, nas palavras de Joana, que complementou: “Não é esse o

¹²⁶Ex-governador do estado do Rio de Janeiro, é jornalista, filiado ao partido MDB. Foi deputado estadual no Rio de Janeiro de 1991 a 2003, senador entre os anos de 2003 a 2006 e posteriormente governador do Rio de Janeiro entre os anos de 2007 e 2014. Em 2016 foi preso sob as acusações de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

nosso objetivo.” Neste caso, é criticado tanto o político ou gestor que cria o projeto, quanto os idosos que manifestam interesse apenas por esse tipo de atividade, sem perceber ou se preocupar em estarem sendo utilizados como “massa de manobra” para angariar votos.

A crítica não consiste necessariamente em participar deste tipo de iniciativa. Não significa que sejam inteiramente avessas às soluções relacionadas ao entretenimento. As pesquisadas entendem que o lazer também é um direito social e um momento importante¹²⁷ para os idosos. O problema para elas está em demonstrar interesse e envolvimento apenas neste tipo de atividade, ignorando a luta por outros direitos.

Monalisa Siqueira (2014) mostrou como os conselheiros idosos que pesquisou também se expressavam contrariamente à concentração das pessoas idosas em espaços que chamavam de “BBB: Baile, Bingo e Bolo”, com ênfase apenas no lazer. A autora mostrou que os conselheiros fazem oposição às soluções associadas à Terceira Idade, que não têm como foco discutir direitos e reivindicações. A busca pela diversão evidenciaria para seus pesquisados o objetivo exclusivo de se ocupar de seus próprios interesses, em detrimento das necessidades coletivas.

Em um dos atos públicos organizados pelo grupo do Fórum PNEIRJ, enquanto diziam palavras de ordem contra a reforma da Previdência, Gustavo disse em tom de reprovação: “O bairro de Copacabana é o que mais tem idoso no Rio de Janeiro, mas **eles não estão nem aí**. São ricos, não precisam de INSS. Deveriam ser solidários.” (grifo meu). A fala de Gustavo revela que o desinteresse político não está necessariamente atrelado a fatores como vulnerabilidade econômica ou física. A falta de engajamento pode vir tanto do idoso carente e desinformado, quanto do privilegiado e com acesso a recursos e educação.

Como explicitado no Capítulo II, a concepção de “envelhecimento ativo” relacionada apenas a soluções individualizadas, como a prática de exercícios físicos e busca por alternativas de lazer, não atrai a atenção das mulheres do Fórum PNEIRJ. Para elas, para ser considerado ativo, o idoso deve ser participativo politicamente.

Em entrevista, Bertha disse:

“Eu dou de vez em quando palestras em grupos que levam oitocentas mil pessoas para *resorts*. Então, é festa, é ‘oba-oba’. Todo dia tem festa. Mas tem que ser aquela palestra assim de quinze, vinte minutos. Você dá, leva uns slides agradáveis e fala alguma coisa e vai. Geralmente a gente também leva livro.”

¹²⁷Exemplos disso são o evento “Encontro de Danças”, promovido por elas, que é classificado como um momento de lazer e descontração, e as atrações culturais que fazem parte dos encontros nacionais de fóruns, promovidos anualmente.

A falta de informação e interesse a respeito dos próprios direitos é atribuída não apenas aos idosos, mas é também direcionada à população brasileira como um todo.

Em entrevista conjunta com Joana e Rosa, elas disseram:

“JOANA: Mas isso não é uma característica também do idoso, é da população em geral. **Ele não está assim porque está idoso, sempre foi assim.** Ele sempre foi assim. **Não existe uma cultura de participação, de engajamento político.**

ROSA: Sempre foi assim. **Geralmente se quando novo ele atuava, envelhece e continua participando.** É ou não é? Todo mundo aqui não começou cedo?”. (grifos meus).

Nestes casos, se associam aos idosos o mesmo desinteresse político e falta de participação que atribuem à população de uma maneira geral. Essa associação pode apontar que o não engajamento não está relacionado à idade, mas a outras condições sociais, como renda, escolaridade, falta de informação ou a uma cultura que busca por soluções individuais, sem preocupação com os interesses públicos. Goldman (2009) afirmou que grande parte da população brasileira e dos idosos apresenta “desencanto e descrédito” em relação à política e aos políticos.

É comum ouvir nas reuniões e em conversas entre as pesquisadas falas que reproduzo a seguir:

“TARSILA: O povo não está sabendo de nada. Não sabem o que está acontecendo, **são ignorantes.**

JOANA: Pois é, ignorância que vai acabar com o país. Mudança atrás de mudança e o povo passivo. Em outros países, isso não aconteceria. Isso me surpreende.

LEILA: Estamos vendidos e **estão todos anestesiados.**

NISE: O povo brasileiro batalha diariamente como um leão e vota como um burro!

CONCEIÇÃO: O pessoal prefere que tenha internet do que esgoto na cidade. Fizemos uma pesquisa lá em Itaperuna e foi isso que o pessoal respondeu.

ROSA: **O povo só vai à rua para Carnaval!**

BERTHA: **O povo é bobo. Se contenta com pouco!**” (grifos meus).

Joana e Rosa também consideraram outro aspecto da pouca participação em movimentos sociais de idosos. Em entrevista disseram:

“JOANA: Por outro lado, **as pessoas que já têm um engajamento político desde cedo não escolhem para militar o segmento idoso,** elas escolhem outros segmentos. Eu não sei. Porque eles acham que o segmento idoso, é um segmento é...

ROSA: Tá ultrapassado!

JOANA: **Não politizado.** De fato, ele tem essa pecha. Tem essa pecha. Então, ele vai militar em outro lugar. E **a gente fica carente de pessoas ativas.**” (grifos meus).

Joana e Rosa evidenciaram como a concepção que elas têm a respeito da população idosa, como não participativa, não atualizada e não politizada, cria também uma fragilidade

ao movimento social que compõem: a escassez de adeptos. O que produz outra dificuldade: como mobilizar suas pautas de luta com poucos participantes interessados nas discussões sobre os direitos dos idosos?

Há uma contradição presente aqui: ao mesmo tempo em que buscam reconhecimento, valorização e garantias para a população idosa, reproduzem o estereótipo de que os idosos não são ativos politicamente, desconsiderando outras possibilidades de atuação e engajamento fora das esferas institucionalizadas. A reprodução dessa concepção sobre a velhice, desinteressada e desinformada, para elas, é também um dos fatores do esvaziamento do movimento.

5.4 Relações com a população: protagonismo de quem?

Buscar o protagonismo da pessoa idosa é uma forma de conceber um “envelhecimento ativo” que valoriza a vida dos idosos, ao invés de ter a busca pela juventude como seu principal valor, conforme explicou Joana, referindo-se às soluções de lazer, saúde, consumo e estética direcionadas à chamada “Terceira Idade”.

Valorizar a vida do idoso é imaginá-la a partir das suas possibilidades de ação, participação e protagonização ao invés de querer negá-la. É entender as pessoas idosas como potenciais sujeitos políticos, com um papel no espaço público, ao invés de meros clientes dos serviços oferecidos através das instituições estatais. É o reconhecimento das pessoas idosas como “atores considerados protagonistas de reivindicações legítimas” (COURS-SALIES, 2009. p. 39).

É possível pensar que a população idosa é protagonista na luta por direitos nos espaços do Fórum PNEIRJ e CEDEPI? No Capítulo III da tese mostrei como a falta de representatividade dos variados segmentos da população idosa é apontada como uma fragilidade desses espaços institucionais de luta.

Para Paz (2001), não há uma clareza ou socialização sobre o papel dos conselhos, o que impossibilita uma maior participação popular. Sandro, um dos principais críticos ao grupo no que diz respeito a este aspecto, disse: “Não há interesse na participação popular, de abrir pra mais gente, divulgar. **O protagonismo do idoso fica apenas no discurso.**” (grifo meu).

É necessário perguntar: quais idosos têm acesso aos caminhos formais para reivindicação dos seus direitos? Quais não têm? As mulheres pesquisadas, idosas atuantes no Fórum PNEIRJ e CEDEPI, são a personificação do público alvo das políticas públicas

discutidas nesses espaços (DESTRO DE OLIVEIRA, 2015), e ao mesmo tempo possuem demandas diferentes em relação à população idosa brasileira.

Destro de Oliveira (2015) e Paz (2001) mostraram que a pouca representatividade das diversas velhices existentes e possíveis em fóruns e conselhos tornam as pessoas idosas coadjuvantes desconsideradas nas relações de engajamento e participação política por seus próprios direitos. E ainda que com um protagonismo negado nesses espaços, há um discurso de que é necessário que participem.

Siqueira (2014) identificou que os idosos participantes nos locais de discussão de políticas públicas são em geral aqueles considerados autônomos e independentes. É esse perfil de atores presentes nestes movimentos sociais que falam em nome da população idosa (TOURAINÉ, 2007).

É frequente nas falas das pesquisadas a ideia de que nem todos conseguem compreender bem os objetivos e o funcionamento de instituições como fóruns e conselhos. Simone, quando contou sobre sua inserção no grupo, disse que sua instituição “não podia enviar qualquer gente”, se referindo ao grau de instrução formal necessário para participar daquele espaço. Bertha, durante o XIX Encontro Nacional de Fóruns, criticou as pessoas que estavam ali “despreparadas para discutir assunto sério”. Joana, no mesmo evento, se mostrou preocupada com a eleição do Fórum do Amazonas para sediar o evento em 2019, questionando repetidamente: “O fórum que sedia o encontro não pode modificar o formato, porque são regras do Fórum Nacional. Mas vocês entenderam mesmo as condições? Estão de acordo?”

Rosa, ao falar sobre a adesão de novos membros no grupo e seus desempenhos no CEDEPI, disse: “O pessoal chega ao CEDEPI pela primeira vez zerado sobre como as coisas funcionam. Zerados e manipulados. É preciso ter gente com conhecimento ali junto e **é necessário orientar esses conselheiros para saber se portar em uma reunião do CEDEPI.**” (grifo meu).

Essas falas revelam as desigualdades e diferenças de trajetórias e associações das mulheres pesquisadas em relação aos diversos idosos brasileiros. Essas diferenças fazem com que as mulheres do Fórum PNEIRJ estejam nesses espaços de luta e outras pessoas idosas não, dando sentido às queixas de que não há participação da população idosa no movimento.

Também não há participação de outros grupos populacionais, de outras faixas etárias ou outras gerações, e Joana atribuiu isso à imagem de que os idosos não são politizados.

As mulheres pesquisadas protagonizaram desde a década de 1990 uma empreitada pela defesa dos direitos dos idosos, utilizando seus conhecimentos e aproximação com as

produções da área da Gerontologia. Hoje elas são também idosas. Muitas que fizeram parte desse grupo em outros tempos já faleceram, outras estão debilitadas fisicamente. É possível perceber que, ao longo das décadas, o movimento social e as instituições que o compõem foram se esvaziando. Em entrevista, Tarsila disse:

“Praticamente não tem mais ninguém para fazer. Essa que é a verdade. Você está pegando uma ANG-RJ que não foi a ANG-RJ que eu peguei. **Tinha muito mais gente, muito mais movimento e atividade.** Eu vou fazer 78 anos. Mas eu penso muito... já estou no meio do caminho, né? **Quem vai fazer esse trabalho, vai ter esse engajamento daqui pra frente?”** (grifos meus).

Constatei uma dificuldade das pesquisadas de se inserirem em novas formas de articulação, comunicação e mobilização dos movimentos sociais contemporâneos, como a divulgação em redes sociais, por exemplo, o que pode gerar desconhecimento e também desinteresse entre outros públicos. Bertha, em *e-mail* trocado entre membros do Fórum PNEIRJ, falou sobre “a dificuldade de comunicação dos membros do Fórum PNEIRJ.”.

Alguns fatores que não dependem das pesquisadas também podem ser considerados para explicar a pouca visibilidade e divulgação do movimento, como as constantes transferências de sede e de números telefônicos nos últimos três anos, devido às mudanças de secretarias do CEDEPI e ao despejo do prédio da PALONG.

Neste capítulo busquei discutir as concepções que são compartilhadas sobre a população idosa brasileira, bem como as relações que as pesquisadas estabelecem com o público alvo de suas militâncias. O caminho utilizado para tal empreitada consistiu em trazer elementos sobre as premissas a respeito da velhice presentes em políticas públicas, que justificam a criação de fóruns e conselhos para defender os direitos dessa população, e dados demográficos para confrontá-los com as características das mulheres do Fórum PNEIRJ. A comparação teve por objetivo compreender até que ponto as pesquisadas se incluem ou se excluem da classificação como idosas ou velhas e o que as aproxima ou afasta do público de idosos apoiado.

Em seguida desenvolvi uma análise sobre as principais visões presentes nos discursos e práticas das pesquisadas sobre quem são os idosos brasileiros. Foi possível compreender que há uma ideia de que as pessoas com mais de 60 anos no Brasil são caracterizadas por serem vítimas de uma série de mazelas que as assolam: pobreza, abandono, falta de acesso à educação formal, entre outras. Ao mesmo tempo, se faz presente em fóruns e conselhos de idosos a noção de que estes devem se emancipar de sua condição de vítimas para se tornarem sujeitos empoderados e protagonistas pela luta por seus direitos.

A partir dessa concepção, as pesquisadas tomam como missão a “pedagogização do ativismo”, informando e divulgando como as idosas e idosos devem se comportar e quais interesses devem cultivar para que tenham um envelhecimento ativo e participativo publicamente. As tentativas de persuasão estão presentes em suas estratégias de luta, como na promoção de eventos abertos, palestras, organização de atos públicos, distribuição e divulgação de exemplares do Estatuto do Idoso, por exemplo.

Simultaneamente ao trabalho de convencimento e às tentativas de ganhar novos adeptos ao movimento, há um descrédito de que as pessoas idosas se tornem efetivamente aquilo que elas acreditam que deveriam ser. Pois entendem que há um desconhecimento sobre seus direitos e/ou não se interessam pelos assuntos políticos, de forma similar à população brasileira em geral.

Como consequência do malogro em conquistar engajamentos de idosos e de outros segmentos da população, o movimento tem como fragilidade a pouca representatividade das variedades de realidades vividas por pessoas idosas e o esvaziamento dos seus espaços. Permanece em aberto o questionamento de Tarsila: quem vai militar pelos direitos dos idosos no futuro?

CAPÍTULO VI - A luta tem gênero? Quais os papéis de mulheres e homens na militância pelos direitos dos idosos?

6.1 Como o gênero nos ajuda a compreender as pesquisadas?

“Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda sua vida” (BEAUVOIR, 1967). O trecho, retirado do livro “O Segundo Sexo”, foi lido e discutido em reunião ordinária do Fórum PNEIRJ em março de 2018.

Na ocasião foi comemorado o Dia Internacional da Mulher (08 de março) e o texto foi utilizado para provocar a reflexão sobre a data, com ênfase na ideia de que é necessário sempre lutar pela garantia e manutenção dos direitos. Durante esse debate, Joana comentou que da mesma forma que o texto cita os direitos das mulheres como passíveis de serem revogados, poderia se referir também aos direitos dos idosos como vulneráveis ou “os primeiros a serem retirados”, em suas palavras.

Leila enfatizou que: **“São as mulheres que carregam esse país, sem dúvida.** Tem mulher que acredita que homem é mais importante. Não percebe o papel fundamental que ela tem na sociedade.” (grifo meu).

Observando o grupo pesquisado, a presença feminina é evidentemente mais numerosa e atuante. Por apresentarem papel de destaque e influência no Fórum PNEIRJ e CEDEPI, selecionei as mulheres como pesquisadas dessa tese e principais atrizes seguidas para compreender a rede de associações e relações que se formam através da militância pelo direito dos idosos.

Na introdução desta tese, citei outras pesquisas que revelaram que a participação feminina em fóruns e conselhos de idosos é significativa em relação à atuação e frequência masculina (PAZ, 2001; SIQUEIRA, 2014; DESTRO DE OLIVEIRA, 2015).

Há uma literatura nas Ciências Sociais e nos estudos sobre envelhecimento que destaca como as mulheres são maioria na população com mais de 60 anos e estão mais presentes em iniciativas públicas de lazer e prevenção de saúde (ALVES, 2004; CAMARANO, 2012). Algumas estudiosas falam em “feminização da velhice” (NERI, 2007).

Como o gênero influencia o envelhecimento e a atuação militante das delegadas e delegados do Fórum PNEIRJ? Partindo da percepção de que há divergências no engajamento de mulheres e homens dentro do grupo, o objetivo deste capítulo é analisar quais essas

diferenças e os elementos em comum na experiência feminina na luta pela garantia de direitos aos maiores de 60 anos.

Dito isto, cabe pontuar que a Teoria Ator-Rede (TAR) de Bruno Latour - utilizada para construir a metodologia desta pesquisa - foi alvo de críticas dos estudos feministas devido à ausência da discussão do gênero como um elemento que interfere nas ações dos atores. Delphine Gardey (2014) compreende que para a TAR o gênero não pode ser central pois há uma valorização da ação dos atores em seus grupos e não há um questionamento das relações de poder.

Donna Haraway (1997) fez uma crítica da literatura produzida pela TAR e classificou como uma “estranha aberração analítica” o fato de o gênero dos atores não ser considerado ou questionado nesses estudos. Ao mesmo tempo, a autora enfatizou a posição masculina, ocidental, branca e de “predação” como características da modernidade ocidental (HARAWAY, 1992).

Gardey (2014) comparou o ator latouriano como um sujeito sem identidade, história ou interesse, e o harawayano como incorporado e espesso - não chegam “nus” ou “vazios” ao palco da ação, possuem uma trajetória. A partir dessa comparação, é possível compreender que mulheres e homens possuem articulações, influências e agenciamentos diversificados, pois possuem vivências diferentes e produzidas também pelo gênero, ou o que Latour (2004) denominaria “a diferença que faz falar” e para Judith Butler (2004) seria “o poder das palavras”.

Latour (2012) se dedicou algumas vezes a combater as acusações sobre ser indiferente às relações de gênero e poder. Partindo da ideia de que não se deve inserir os atores e seus grupos em “contextos sociais amplos” - pois não explicam os fenômenos e transformações -, para o autor é necessário compreender o conteúdo das forças sociais e decifrar/traduzir o social.

Nesta pesquisa, as questões de gênero e os diferentes papéis sociais imputados a mulheres e homens serão considerados não como “forças esmagadoras” que explicam e determinam as ações, mas como elementos que estão presentes nas relações e provocam diferenças nas trajetórias e atuações das mulheres e homens do Fórum PNEIRJ.

6.2 Participação feminina e as desigualdades nas relações políticas

Historicamente o ambiente e as associações políticas não possuem mulheres como suas principais atuantes. No Brasil, os espaços de poder e tomada de decisões foram negados às mulheres, criando uma configuração de “quase ausência” feminina, que vem mudando lentamente ao longo dos anos (MATOS, 2013).

Marlise Matos (2013) escreveu sobre o que chamou de uma “incompletude da cidadania das mulheres”, inseridas em uma comunidade com valores patriarcais, onde aos homens se destina quase que exclusivamente o ambiente público e às mulheres se reserva apenas o privado/doméstico. Neste caso, as mulheres não são consideradas como sujeitos políticos e há uma subrepresentação feminina nos âmbitos formais de poder.

Sara Nigri Goldman (2001) identificou a tendência da predominância masculina nos espaços públicos de poder. Ela constatou que dentre os aposentados, os homens se concentram em sindicatos, que são locais de engajamento político ou em praças públicas; já as mulheres estão presentes em espaços de convivência, saúde e lazer, que podem ser compreendidos como uma extensão do espaço doméstico.

Vera Soares (2013) afirmou que, apesar das mulheres corresponderem a mais de 50% da população, a sua representação na esfera política não condiz com essa proporção, seja no poder executivo, legislativo ou judiciário. Apesar da pouca inserção nestes âmbitos do poder, a participação feminina é maior nos movimentos sociais, como movimentos de mulheres, de combate ao racismo, em defesa de direitos sexuais, direitos humanos, conforme ressaltou a autora.

Para Soares (2013), o exercício político feminino está relacionado à vida cotidiana, tanto privada quanto pública, nas instituições não formais de representação. A autora mostrou que “as mulheres participam da vida política, mas o fazem de maneira diferenciada e em esferas que tradicionalmente não foram reconhecidas como políticas” (p. 344).

A fala de Leila sobre a história do movimento pelos direitos dos idosos reforça essa ideia:

“Na militância aparecia mais a mulher. Como se a militância fosse uma continuidade da vida cotidiana. Então eu acho que isso marca um pouco a nossa trajetória, né? Da gente aparecer assim na militância, na luta. E o intelectual, quer dizer... a figura do homem aparecia como o grande intelectual. (...) E também a gente está ocupando, porque é um espaço que não tem muita visibilidade. E também não rola dinheiro. É uma militância gratuita. Você gasta o seu tempo, né? [risos] Você gasta dinheiro, você investe, né? Mas quando se trata da questão

financeira, você vê que **as mulheres ficam no plano secundário**. (...) A militância é muito mais feminina, mas você vê que na hora que aparece na mídia são esses ‘bam-bam-bam’, como o Kleber, e até mesmo o Sandro. (...) E **as mulheres ficam com a parte suja!** Com o trabalho de militância do dia a dia, as mulheres **é que fazem as coisas caminharem, né?**” (grifos meus).

As mulheres do Fórum PNEIRJ podem ser identificadas como essas mulheres que fazem a política do dia a dia, ou a política que não garante o mesmo prestígio, visibilidade e/ou dinheiro, como as instâncias maiores de poder.

Apesar de estarem em maioria no grupo, somente em algumas poucas ocasiões a evidente maioria de mulheres foi destacada. Um exemplo é a fala de Dandara durante a comemoração dos 25 anos da ANG-RJ: “Boa tarde a todos. Quer dizer, **aqui somos mais todas do que todos!**” (grifo meu); ou através do tema do evento ocorrido na biblioteca do CBCISS em 2017: “Mulheres hoje: vozes protagonistas - do cuidado à cultura”. De uma maneira geral, as referências são sempre colocadas no masculino ou não evocam o gênero: “os idosos”, “a sociedade civil”, “os delegados do Fórum PNEIRJ”, “os conselheiros”.

Ainda que a dimensão de gênero não seja sempre expressa nas atividades diárias do grupo, ela se faz presente em suas relações. Em reunião ordinária do Fórum PNEIRJ, Nise declarou que estava atrasada e não poderia permanecer até o fim da atividade. À sua fala se seguiu a declaração em forma de piada e os risos de seu companheiro de luta, Tomás¹²⁸: “Por quê? Vai fazer o almoço ainda?”. Ao relacionar um afazer doméstico ao comportamento preocupado e atarefado de Nise, Tomás desqualificou as ocupações e compromissos de Nise. A razão da piada se dá pelo entendimento de que, sendo mulher, não deve ter nada a fazer além de tarefas domésticas.

Se é verdade que a velhice feminina é “duplamente insignificante” (LINS DE BARROS, 2006), por concentrar as desigualdades de gênero e etária, como compreender as atuações das pesquisadas?

Ainda que alocadas nas instâncias do Fórum PNEIRJ e do CEDEPI, parte de um âmbito menos valorizado e influente da política, pode-se dizer que as pesquisadas romperam com expectativas de gênero quando não demonstram comportamentos subordinados. No cotidiano dos afazeres do movimento social do qual fazem parte, elas persistem diante de condições desfavoráveis, falta de recursos e suporte governamental e enfrentam atores com capacidades de exercício de poder consideravelmente maiores do que as suas - como foi

¹²⁸Tomás representa o SINTRASEF no Fórum PNEIRJ.

possível observar no Capítulo IV, nas relações de disputa que as mulheres estabelecem com políticos e intelectuais ilustres.

6.3 “Mulheres aguerridas na linha de frente” ou por que elas são maioria no grupo?

A frase que faz parte do título da sessão foi proferida por Celso em reunião do Fórum PNEIRJ. Foi assim que ele se referiu às suas companheiras mulheres, que eram maioria na ocasião da sua fala e nas demais atividades realizadas pelo grupo.

Leila, ao falar sobre as organizações que objetivam lutar pelos direitos dos idosos, disse: “Você vê que é majoritariamente feminino, né?”. É necessário refletir sobre essa expressiva presença de mulheres no grupo pesquisado: se há uma subrepresentação feminina em outras arenas políticas, que elementos estão presentes nessa rede de associações que possibilitam o protagonismo de mulheres no Fórum PNEIRJ e CEDEPI?

Rosa, Celso, Gustavo e Nise, quando questionados sobre quem consideravam mais engajados na luta pelos direitos dos idosos, responderam em suas entrevistas, respectivamente:

“Nos fóruns e conselhos de direitos a maioria é mulher. A maioria é mulher. **Nos sindicatos, nem tanto.** Porque **é uma área muito machista.** É uma área muito masculina, e a gente invadiu, né? [risos] Então, nos sindicatos, às vezes, você tem até um equilíbrio na diretoria. Mas realmente é predominantemente masculino. Que antigamente era só homem no sindicato, né? De uns tempos para cá que a gente começou a tomar conta dos espaços. Mas na hora machismo, fala alto. Ah, fala. Eles são muito machistas. Na hora, enquanto está fazendo discurso do sindicato, não. Mas no dia a dia... putz!” (grifos meus).

“Olha, no Fórum PNEIRJ eu tenho visto que são as mulheres. Mas lá no meu sindicato, são os homens. É mais. Aposentados e tal, questão do salário lá embaixo. Aí, isso estimulava eles a ir à luta. Agora, as mulheres, vou falar pelo Fórum PNEIRJ, a princípio elas são mais ativas. **Elas tem mais vontade de mudar as coisas.** E até para ter uma ocupação também.” (grifos meus).

“Até eu estava comentando outro dia, que eu acho que nos fóruns de defesa dos idosos, a quantidade de mulher tem sido mais do que de homem. O Fórum PNEIRJ é... você vê lá na plenária quantas mulheres tem. Já observei várias vezes. Tem cinco, seis homens e quinze mulheres. E isso acontece em quase todos os fóruns de idosos. Você vai ver aqui hoje na plenária, que a participação de mulheres vai ser mais do que de homens. E é assim de modo geral. Nesse campo tem mais mulheres mesmo.” (grifo meu).

“As mulheres entram de cabeça, elas estão livres. Quando elas estão livres, que elas estão sem marido, que elas têm essa postura. Já trabalharam em empresas, foram bem sucedidas. Não quando é um trabalho assim... mas quando foram bem

sucedidas. **Elas têm necessidade de atuar ainda, de continuar participando.** Já os homens não. Eles ‘Ah, eu vou é pescar, eu vou é viajar, eu vou procurar namorada...’ Eles não querem participar de movimentos, não. Alguns, não vou dizer todos, né? Mas a maioria nos espaços de militância são as mulheres.” (grifos meus).

Nas falas de Rosa e Celso, chama atenção quando eles dizem que no Fórum PNEIRJ e CEDEPI, assim como em outros fóruns e conselhos, as mulheres idosas estão presentes, enquanto os homens idosos estão predominantemente nos sindicatos e associações de aposentados. Celso mencionou também a questão dos valores das aposentadorias das categorias profissionais como um motivador para as participações masculinas - uma questão que mobiliza e interessa aos homens, diferentemente das questões que são debatidas no Fórum PNEIRJ e CEDEPI.

Rosa também ressaltou que nos sindicatos a participação feminina pode encontrar maior resistência. Disse que em sua maioria são ambientes machistas, onde as mulheres e suas contribuições normalmente não são bem-vindas.

Para Nise, o que permite a participação das mulheres é a sua liberdade na velhice. Essa liberdade se dá pela possível ausência da figura do marido (seja por viuvez, divórcio ou por ser solteira) - que pode ser compreendida como o fim ou diminuição de obrigações domésticas e familiares - e uma disponibilidade para atuar politicamente (GOLDENBERG, 2013). Essa disponibilidade, ou maior tempo livre na aposentadoria, no entanto, não parece ser suficiente para provocar a participação dos homens na luta pela causa dos idosos.

Se considerarmos que o movimento de idosos tem sua origem atrelada às profissionais de áreas como Gerontologia, Serviço Social e Psicologia - áreas caracterizadas pela marcante atuação de mulheres - é possível compreender a atuação majoritária das pesquisadas no Fórum PNEIRJ e no CEDEPI.

Rosa destacou a relação entre algumas profissões, que tradicionalmente trabalham com idosos e a perceptível influência de mulheres:

“Por exemplo, no Conselho Profissional do Serviço Social, a maioria é mulher. Você não vê um homem, aparece às vezes um ou outro. No Serviço Social é muito difícil. Acho que no Conselho de Psicologia também. **É que são profissões assim que sempre foram de predominância de mulheres, né?**” (grifo meu).

Como foi apresentado no Capítulo I, onde foi feita uma análise sobre as características das pesquisadas, Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, e Gerontologia são as profissões que se destacam nas trajetórias das delegadas do Fórum PNEIRJ. As ocupações profissionais

mencionadas são tipificadas como serviços de cuidado do outro e não possuem a mesma autoridade e reconhecimento em relação a outras carreiras, consideradas masculinas.

Cabe, então, a reflexão: qual a relação entre as carreiras e trajetórias de trabalho das pesquisadas e as suas atuações na militância pela garantia de direitos às pessoas idosas? Se esses espaços de militância são desde sua origem caracterizados pela presença de ofícios que são considerados femininos, como isso influencia as formas como esse engajamento será realizado? São considerações que serão exploradas no tópico a seguir.

6.3.1 Existe uma forma feminina de militar?

Em “Uma voz diferente: Psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta”, Carol Gilligan (1982) afirmou existirem formas distintas entre os gêneros feminino e masculino de lidar com questões morais na política.

A experiência feminina seria baseada no altruísmo, cuidado e proteção ao outro. Embora suas vozes fossem menos ouvidas e consideradas, seriam diferentes representações sobre a vida pública e novos valores na esfera política, desenvolvidos no ambiente privado (TOURAINÉ, 2007).

Para Tânia Aparecida Kuhnen (2014), classificar a militância feminina como caracterizada pelos elementos: cuidado, filantropia, coletivo, empatia e altruísmo; e a masculina a partir da racionalidade e reconhecimento de direitos individuais é estabelecer um falso dualismo. Anna Bárbara Araujo (2018) chamou atenção para a romantização e essencialização desta “ética do cuidado feminina” - constantemente apresentada como trabalho e dedicação não remunerados ou como amor e sacrifício (MOLINIER; PAPERMAN, 2015) - que naturaliza relações e desigualdades de gênero, classe e poder.

Laisy Morière (2013), em investigação sobre militâncias femininas, identificou em seus pesquisados a ideia de que faz parte da natureza feminina elementos como sensibilidade, compaixão, zelo, proteção. A interpretação de que essas características estão presentes das relações políticas das mulheres é também conhecida como “política do desvelo”. A autora, no entanto, destacou que esse conjunto de concepções sobre as militâncias femininas pode consistir em uma naturalização das diferenças e reforço de estereótipos de gênero.

A discussão sobre essa ética feminina na política é interessante para compreender as associações estabelecidas pelas mulheres do Fórum PNEIRJ, principalmente se consideramos

uma “vocação para o cuidado do outro”, que está constantemente presente nas falas das pesquisadas.

Para algumas mulheres do Fórum PNEIRJ e CEDEPI, a possibilidade de ajudar ao próximo através da atuação de luta política é um motivador para fazer parte do grupo. Não é possível separar as trajetórias das pesquisadas e os caminhos que percorreram até chegar ao grupo formado no espaço do Fórum PNEIRJ, sem considerar a importância que a noção de beneficência e altruísmo ocupa em suas falas e ações.

Esta ideia também apareceu na ocasião da comemoração do aniversário de 25 anos da ANG-RJ, quando uma ex-presidente da associação disse: “Vim para servir e não para ser servida”, em referência à caridade cristã, como foi citado no Capítulo III.

Para Vera Soares (2013), identificar uma concentração de mulheres em militâncias relacionadas ao atendimento da população considerada vulnerável não significa dizer que haja uma essencialização do feminino, mas que essa tendência se relaciona às experiências vividas pelas mulheres e aos papéis que tradicionalmente exerceram no âmbito privado.

Soares (2013) considera que há uma atuação diferenciada das mulheres na política. Tal diferença não ocorre devido a determinações biológicas, mas por socializações e cotidianos marcados pela condição discriminada e desigual da mulher na sociedade brasileira. Sendo assim, as mulheres trariam para suas atuações políticas vivências de gestão do coletivo e de cuidado com o outro (crianças, idosos, pessoas doentes, com deficiência, demais membros das famílias).

Retomando a pergunta: existe uma forma feminina de militar ou pleitear a garantia de direitos? Não é possível dizer que existe uma forma naturalmente feminina de atuar politicamente. Fazer esta afirmação seria aceitar como inatas as supostas características e qualidades imputadas ao feminino. O que se pode dizer é que as vidas e militâncias destas mulheres são atravessadas pelas relações de gênero e pelo que se consideram elementos femininos.

As relações que as pesquisadas estabeleceram ao longo de suas trajetórias pessoais e profissionais como mulheres as levaram a exercer profissões tradicionalmente associadas às supostas qualidades de zelo e esmero femininas e também a compor o coletivo que milita pelos direitos dos idosos.

Levando em consideração as conexões das delegadas do Fórum PNEIRJ com o público alvo de seus engajamentos políticos (descritas no Capítulo V), é possível dizer que suas atuações se baseiam constantemente na noção de que os idosos são vítimas e necessitam de cuidados. Sendo assim, elas assumem o papel de militantes na defesa de uma população

que, na concepção delas, sofre uma série de mazelas e não consegue assumir uma posição ativa nesta luta.

6.4 E os homens do Fórum PNEIRJ? Quem são e como atuam?

O grupo do Fórum PNEIRJ não é composto apenas por mulheres - existem alguns homens que participam e contribuem para as atividades do coletivo. Enquanto a presença feminina foi perceptível através de aproximadamente dez a doze mulheres que sempre compareciam às reuniões mensais durante o período de realização dessa pesquisa, os homens contabilizaram de três a cinco representantes.

Quem são os homens que fazem parte do Fórum PNEIRJ? Que posições eles ocupam, que influência eles exercem e como se relacionam nesta rede de associações? Quantitativamente a representação masculina já difere da feminina. Porém o que é possível dizer sobre as suas atuações e concepções sobre a militância pelos direitos dos idosos?

A seguir apresento Celso, Sandro e Gustavo - que já foram mencionados nos capítulos anteriores - para compreender quem são esses homens que integram o Fórum PNEIRJ.

6.4.1 Celso

Celso é vice-coordenador do Fórum PNEIRJ, tem 71 anos, é casado e funcionário aposentado do Abrigo Cristo Redentor - instituição na qual trabalhou durante trinta e nove anos. É branco, reside próximo ao abrigo e é natural de Paraíba do Sul, Rio de Janeiro. Celso é o homem mais presente, atuante e integrado ao grupo de mulheres que compõe o Fórum PNEIRJ.

Com nível educacional de Ensino Médio, Celso começou a trabalhar no abrigo como auxiliar de serviços gerais, mas também exerceu função de motorista, vigilante, dentre outras. Ele chegou ao Fórum PNEIRJ em 1998, buscando parcerias para solucionar problemas do abrigo, conforme disse:

“O Fórum PNEIRJ eu conheci em 1998. Quando teve um problema na gestão aqui do abrigo. E aí eu tive que denunciar a situação de irregularidade que estava acontecendo. E eu busquei o Fórum PNEIRJ. E lá eu conheci e comecei a frequentar. Não assim sempre, mas esporadicamente eu ia lá, levar umas demandas e tal. E quando foi naquela grande luta em 2008, aí eu fiquei de vez, a convite da

Joana no CEDEPI. Estavam querendo fechar o Abrigo Cristo Redentor. A gestão municipal queria fechar o abrigo para ali instalar ONG's. Mas não para serviços e atendimentos a idosos, mas às crianças, trabalho com menores. Assistência ao idoso ia sair daqui. Iam ser redistribuídos para outros abrigos. Queriam fazer um 'leilão de idosos', distribuindo-os para as famílias por aí. Fomos para a rua lutar, denunciar. Aí, fomos vencedores. E o abrigo está aí até hoje." (grifo meu).

Celso se define como um representante direto do abrigo no Fórum PNEIRJ, sendo a defesa da instituição o principal motivo de seu interesse em participar do grupo. Além de uma atuação marcada pelo envolvimento com o abrigo, ele também se apresenta como sindicalista dentro do movimento pelos direitos das pessoas idosas. Em entrevista, afirmou:

"Sou sindicalista. Eu era do Sindicato dos Servidores Públicos Federais. Aqui no estado do Rio de Janeiro. E o sindicato sempre esteve junto nessa luta com a gente. Aí o sindicato me indicou para ser membro do Fórum PNEIRJ. (...) Eu convivi com os idosos lá no abrigo por trinta e nove anos, com todos os seus problemas. Muitos idosos que foram para lá colocados pela família. Eu via essas pessoas carentes de conversar, de falar. E eu era todo ouvido para eles. Eu vivia no meio deles. **Então, eu aprendi a gostar e entender. E ficar sensível a situação deles. Aí, passei a me dedicar à defesa deles. E assim eu vou morrer, lutando por eles.** Às vezes me emociono quando falo assim. Mas, vai... Porque **a luta em defesa do idoso, é uma luta desigual.** Os contras... é um exército massacrante. (...) Sempre o aposentado idoso paga o pato. Por quê? O aposentado é considerado uma figura descartável, como um copo assim que você bebe e joga fora. Esquecem que ele já trabalhou, já deu a contribuição dele. Ele cumpriu todas as regras estabelecidas para se aposentar. E ele não é... e ele não é respeitado. E essa é minha briga. Ah, aí tem. **Comigo tem briga!**" (grifos meus).

Ao se declarar sensível à causa dos idosos, Celso se distanciou de uma identificação com o público alvo das ações do Fórum PNEIRJ. Ele não se vê como idoso, mas como um ex-funcionário da instituição que se compadece com a situação vivida pelos residentes do abrigo.

Celso é também conhecido por participar de outros movimentos políticos: "Eu faço parte do Movimento Luta de Classes. É um grupo político que foi fundado em 1986, em Caldas Novas, Goiás. E é um grupo que está crescendo. Estamos criando agora o nosso partido. A gente quer ser diferente. Nós vamos tentar."

Ainda que frequente e seja atuante no Fórum PNEIRJ, Celso não exerce no grupo um poder de decisão e influência e nem sempre concorda com os métodos de reivindicação adotados pelas pesquisadas, por não considerá-los efetivos. Para ele, seria necessária uma estratégia mais direta ou radical para lograr a conquista pelos direitos dos idosos.

"Esse negócio de paz não dá em nada, **tem que ter enfrentamento**, só assim. Nosso campo é na rua. Tem que ocupar, incomodar. Temos que parar tudo, quebrar tudo. Só assim vão nos ouvir. (...) E aquele negócio: pra mim, não adianta a gente ficar fazendo passeata, dar um abraço não sei aonde, passeata pela paz... não. A gente tem que ter uma ação forte. Que a gente não está lutando contra qualquer um. **Nós**

estamos lutando contra governos que não tem o menor interesse no ser humano. Mas se você causar um clima, causar um problema que chama atenção da grande mídia, as coisas começam a andar. A grande imprensa chega quando você quebra alguma coisa. Aí, chega. **Já viu passeata em Copacabana mudar alguma coisa?** Não muda. Às vezes eu vejo... mas é uma maneira que a gente tem, né? De fazer alguma coisa. É válida. Mas **eu acho que não é eficiente.**” (grifos meus).

6.4.2 Sandro

Sandro é professor aposentado da Escola de Serviço Social da UFF. É branco, solteiro, tem 65 anos e é natural da cidade do Rio de Janeiro. É graduado em Serviço Social, com mestrado na área, doutorado em Educação e Gerontologia e muitas publicações sobre envelhecimento e cidadania. Possui também pós-doutorado, realizado em Portugal.

O professor já foi citado algumas vezes ao longo dessa tese, principalmente no Capítulo III, na sessão sobre as críticas e controvérsias que existem a respeito dos modos de atuação do grupo do Fórum PNEIRJ. Como professor de Serviço Social da UFF, Sandro integrava o Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Espaços Públicos, Políticas Públicas e Serviço Social (NUPESS) e coordenava um projeto de extensão que oferece atividades e oficinas para pessoas idosas, o Projeto de Extensão “UFF Espaço Avançado” (UFFESPA). Através desse trabalho, Sandro se inseriu na militância pela garantia de direitos das pessoas com mais de 60 anos e se dedica cada vez mais a pesquisar o tema.

Sandro foi também ativo na ANG-RJ, no Fórum PNEIRJ e no CEDEPI, ocupando em diversas ocasiões posição de comando e coordenação dessas instituições. Ele também é conhecido no grupo pelas parcerias que estabeleceu academicamente e no engajamento político com a professora aposentada de Serviço Social, Leila.

Enquanto Sandro representa o “grande intelectual” da área do envelhecimento para as pesquisadas - conforme a fala de Leila -, ele traz à tona boa parte das contradições e fragilidades das maneiras escolhidas pelo grupo de mulheres para reivindicação dos direitos dos idosos. Há entre o professor e as delegadas do Fórum PNEIRJ uma relação de respeito mútuo e conflito. As reclamações de Sandro giram em torno da burocracia e lentidão dos procedimentos adotados, que em sua visão acabam tornando difíceis de solucionar algumas necessidades da população idosa.

Em muitas ocasiões Sandro foi considerado pelas mulheres estudadas como o intelectual que estuda fóruns e conselhos de idosos e tece críticas ao grupo, mas que não está presente na militância diária, não faz o “trabalho sujo” - utilizando novamente as palavras de

Leila. Embora já tenha tido uma atuação de destaque nas instituições das quais participam as pesquisadas, hoje Sandro se apresenta como “membro solidário” do Fórum PNEIRJ e se faz presente em poucas ocasiões. Para Nise, Sandro “chega para dizer que está tudo errado e depois vai embora.”.

6.4.3 Gustavo

Gustavo tem 78 anos, é negro, casado, nascido em Potiguar, no Rio Grande do Norte, e representa no Fórum PNEIRJ a Associação de Metroviários Aposentados (AMAP). Com Ensino Médio completo, Gustavo foi militante no período da ditadura militar brasileira. Nos anos 1990 foi senador da república por quatro anos pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e, mais recentemente, participou da Comissão da Verdade no estado do Rio de Janeiro.

Em entrevista, Gustavo contou um pouco de sua história:

“Eu era um militante. Tinha ficha nos arquivos dos órgãos de repressão, arquivos de segurança. Então... eu fui preso. Aí depois que eu tive lá, aí pronto, fiquei fichado. Mas fiquei muito tempo preso não. Porque eu trabalhava, tinha a vida legal. Mas eu era da frente de massa. Nos asfaltos, nos bairros, né? Eu era dirigente do sindicato dos metroviários, era dirigente da CUT, era dirigente do PT. Então, eu tinha uma atuação muito forte, muito ampla.”.

Participando de movimentos sociais e sindicatos, Gustavo conheceu Joana, que o convidou a integrar o Fórum PNEIRJ.

“A Joana, que é a companheira que hoje é presidente do Fórum PNEIRJ, eu já a conheço há muitos anos, dos movimentos sociais, do PT, dos clubes sociais, movimentos comunitários, sindicatos, essas coisas lá. Joana era sindicalista do pessoal do Banco Central. Então a conhecia. Aí, encontrei uma vez com ela e ela falou assim ‘Então, vocês tem uma associação de aposentados? Tem o Fórum PNEIRJ dos idosos e tal, você não quer participar? Participa lá com a gente e tal’. Aí, eu falando com o pessoal lá na assembléia, o pessoal achou até bom mandar alguém da AMAP pra participar. Aí eu participei lá em uma reunião. Aí soube que poderia apresentar em uma próxima eleição alguém da AMAP para o CEDEPI. Fomos pro CEDEPI. Ficamos participando.”.

Apesar de ser delegado do Fórum PNEIRJ, conselheiro do CEDEPI e de estar frequentemente presente em reuniões e eventos do grupo, Gustavo não se considera parte do coletivo e também tem críticas sobre a eficiência das ações organizadas.

“Então, eu acho que é um espaço... acho muito limitado lá. **É muito limitado aquilo ali**, sabe? Porque os membros são pessoas idosas em sua maioria. Uma parcela dessa turma aí não tem formação política, entendeu? Não têm uma formação política mais ampla. São muito limitados, em sua maioria. Tanto é que eu estava falando com a Joana: ‘Joana, **quero saber de nada, não. Que isso aqui não é problema meu**’. Não tem muita... assim... tem gente de boa vontade de militar no CEDEPI, no Fórum PNEIRJ. **Mas eu estou acostumado a militar num espaço de luta mais amplo. Sou uma pessoa de muita atividade política e social.**” (grifos meus).

Gustavo reforçou em sua fala a ideia de que os idosos não se interessam ou não compreendem os debates e dinâmicas políticas, questão tratada no Capítulo V. Para ele, um movimento formado por pessoas idosas e que não possuem as mesmas experiências de atuação militante não lhe desperta interesse. Assim, Gustavo justificou seu pouco engajamento nas atividades do grupo explicitando que considera mais relevantes outros espaços de luta, como sindicatos, organizações e fóruns que tratem de temas relacionados principalmente ao trabalho.

Existem outros perfis masculinos que se aproximam do de Gustavo, homens membros de sindicatos ou associações de aposentados de suas categorias profissionais no grupo que frequentam as reuniões e vão aos encontros e eventos, mas não se apresentam de forma tão envolvida e comprometida com a organização dos mesmos. Dois exemplos são Tomás e Wagner, que representam o SINTRASEF no Fórum PNEIRJ, o primeiro como titular e o segundo como suplente.

Homens como Gustavo, Tomás e Wagner normalmente permanecem calados durante as reuniões e encontros realizados pelas pesquisadas. Apenas se manifestam ao final da plenária, no momento da “palavra livre”. Quando se chega a este tópico, eles trazem notícias das organizações trabalhistas que representam e comentam assuntos da política nacional, como as medidas do governo federal de Michel Temer.

Como esse momento da reunião se aproxima normalmente do horário de encerramento, é geralmente um momento de agitação entre as delegadas e os delegados. As pessoas se levantam para buscar o lanche servido na mesa e aproveitam para cumprimentar e conversar com seus pares, fazendo barulho e provocando visível incômodo ao sindicalista que realiza sua fala sem muita atenção do grupo.

É possível pensar que os discursos desses homens destoam dos assuntos tratados pelas pesquisadas ao longo dos encontros. Enquanto elas discutem questões locais como o Abrigo Cristo Redentor, o Projeto de Lei do Conselho Tutelar do Idoso, problemas com o funcionamento do CEDEPI e do Prédio da PALONG; eles se concentram em assuntos referentes aos seus sindicatos e conjecturas sobre a política nacional.

A linguagem utilizada por estes homens também se diferencia das falas das mulheres do Fórum PNEIRJ. Enquanto eles falam em “companheiros”, “classe trabalhadora” e “aposentados”, elas falam em “idosos”, “população envelhecida”, “abrigados”, e “vulneráveis”.

Por realizar essa “política do dia a dia”, preocupadas com o atendimento das necessidades das pessoas idosas, muitas vezes as pesquisadas são vistas por esses homens como pessoas que não relacionam o que estão vivenciando com um cenário político mais amplo, ou como aquelas que não têm experiência no engajamento político. Assim se estabelece um conflito entre a maneira de atuar do sindicalista e das militantes que querem discutir a condição de acesso aos direitos da população envelhecida.

Em entrevista, Gustavo disse:

“Tem algumas pessoas que dizem ‘Ah, porque o Fórum PNEIRJ está ficando com problema, está tendo muito sindicalista’. Eu por enquanto não estou entendendo. Porque os sindicalistas são as pessoas que tão ligadas aos movimentos sociais. Se os sindicalistas querem estar no Fórum PNEIRJ, eu pessoalmente acho até bom. Porque **é um pessoal que tem mais experiência de movimento**. E muita gente que está nos fóruns de idosos e têm pouca experiência em movimento, acho até que nunca participou de nada ou participou pouquíssimo. Por isso que tem essas limitações, por falta da compreensão. Porque nós que somos militantes da esquerda socialista, nós vemos a coisa no seu conjunto. Quer dizer, a gente não vê a coisa limitada, focando somente em um problema. O que nós debatemos é a questão da sociedade como um todo. **A nossa luta é em defesa da sociedade, não é em um setor específico**. Nós não lutamos para proteger só criança, ou só idoso, ou só não sei o que. Nós estamos na luta no sentido de defender a todos. Porque a nossa luta não é uma luta limitada. Então, o problema é esse. Então, as pessoas aqui não tem esse tipo de visão, aí fica assim, entendeu? **Não compreendem as coisas**. Eu estou no movimento pela consciência social que eu tenho de lutar e progredir, né? Assim como eu defendo os idosos, também defendo as crianças, as mulheres, os negros.”.

Para Gustavo, a adoção da pauta da população de idosos não é suficiente para ganhar sua identificação e sensibilização de modo que esta luta assuma uma prioridade diante das outras frentes nas quais está envolvido. Para ele, trata-se de mais uma causa, e não a causa prioritária que o define enquanto militante.

6.5 Existem diferentes formas de luta entre mulheres e homens?

Mediante a descrição e análise de três homens que fazem parte do Fórum PNEIRJ - Celso, Sandro e Gustavo -, é possível constatar que eles têm uma atuação diferente em relação ao grupo feminino.

Ainda que façam parte do coletivo, o nível de inserção deles pode ser questionado. Com exceção de Celso, que se mostrou mais incluído, os demais homens estão no grupo, porém com considerável distanciamento. Pode-se dizer que eles estão “de visita”, para contribuir, mas não de maneira tão comprometida quanto as mulheres.

Mesmo com uma maior aproximação de Celso em relação ao Fórum PNEIRJ e às mulheres que compõem o grupo, há cisões entre ele e elas. Em certa ocasião, Nise e Dandara estavam conversando sobre a sucessão à coordenação da associação e, diante da possibilidade da ocupação da função por Celso, Dandara disse: “Mas você sabe que o Celso é mais sindicato do que fórum ou conselho, não é? Ele é mais sindicato!”

O que significa ser “mais sindicato?” A fala da Dandara sugere que Celso teria maior afinidade com as discussões e modos de operação característicos dos ambientes sindicais, do que propriamente dos espaços de luta como o Fórum PNEIRJ e o CEDEPI. Por isso, elas não consideraram que elegê-lo como coordenador seria uma boa opção para encaminhar os trabalhos do Fórum PNEIRJ.

Os homens se referem ao grupo pesquisado como: “lá no espaço do Fórum PNEIRJ”, “o pessoal do Fórum PNEIRJ”; para as mulheres é “nós do Fórum PNEIRJ”, “nós da ANG-RJ”. Elas são o grupo, são as instituições. Já eles apóiam, assistem, auxiliam e demandam questões àquela coletividade.

No decorrer do IX Encontro Nacional de Fóruns da Política Nacional e Estadual do Idoso, em 2017, também foi possível perceber a distância entre mulheres e homens representantes do Fórum PNEIRJ no evento. As mulheres sentavam juntas durante as palestras e reuniões, conversavam entre si, teciam comentários sobre o que estava acontecendo no momento, enquanto os homens sentavam cada um em um lugar diferente da plateia, sozinhos.

Para Dandara,

“As mulheres se envolvem mais. Os homens, eles continuam muito na deles. Dizem ‘ah, isso não adianta mais, não vale nada. Vocês ficam aí se acabando e não resolve nada’. Mas são sempre as mulheres. **As mulheres têm mais iniciativa, as mulheres têm outro tipo de vida.**”.

Enquanto os homens não consideraram a causa dos idosos central para suas militâncias, as mulheres acreditam que os homens não são tão ativos ou engajados quanto elas.

Conceição em entrevista falou sobre a maior atividade feminina na velhice e surpreendeu, trazendo um dado sobre um local onde os homens são mais presentes em relação às mulheres:

“A mulher é mais ativa. Porque a mulher, enquanto ela estiver lavando uma colher em casa, você não interna ela. Ela leva o neto para o colégio, ela olha o neto dentro de casa, ela é empregada doméstica da casa. A mulher, ela faz um trabalho manual, entendeu? Ela procura fazer uma ginástica... o homem não. Então, **a mulher envelhece com mais dignidade do que o homem. E eu tenho mais homens abrigados do que mulheres na instituição asilar de caridade que coordeno.** Porque eles ficam viúvos e perdem o ninho. A mulher não perde o ninho ficando viúva. Porque o homem não tem para onde ir. Aí, você vai no Fórum PNEIRJ, tem mais mulher. Lá as mulheres que são ativas, né? Você vai nos fóruns de idosos: vamos botar aí uma média de quatorze pessoas, vão dez mulheres e quatro homens. Então, **eles são mais desanimados para isso aí. A mulher é mais engajada.** É muito mais! O homem... tem uns que lutam mesmo pela causa, tá? Mas são poucos. **Eles não abraçam a causa,** não. Você convida para uma reunião, não vai. Acha que já conhece aquilo, né? Então, **as mulheres lutam mais. As mulheres passaram na frente dos homens, pelo comodismo deles.**” (grifos meus).

Para Debert (1999), mulheres e homens militantes apresentam formas diferentes de luta contra preconceitos e estereótipos associados à velhice. As mulheres são mais encontradas em programas e espaços coletivos voltados para idosas e idosos, e os homens em associações de aposentados.

Durante o evento “Mulheres hoje: vozes protagonistas - do cuidado à cultura” no CBCISS, citado no Capítulo III, diante da ausência masculina a professora convidada disse: “Acho que mulheres gostam de ouvir mulheres.” A fala indica que homens podem se sentir deslocados ou intimidados em espaços dominados por mulheres, o que poderia contribuir para suas ausências em espaços como a ANG-RJ e Fórum PNEIRJ.

As mulheres associam militância às profissões que exerceram ou à caridade, filantropia, ao cuidado e oportunidade de ajudar ao próximo. “Abraçam a causa”, fazem disso um projeto de vida e velhice, lutando tendo como objetivo o reconhecimento da velhice como uma etapa digna e significativa da vida, conforme disse Rachel.

Dentre os homens apresentados, apenas Sandro está também envolvido com as discussões promovidas através dos estudos gerontológicos e demonstrou interesse pela discussão específica da velhice e do acesso e luta por direitos.

Celso, Gustavo, Tomás e Wagner se aproximam e se relacionam mais com os espaços onde podem expressar suas trajetórias e identidades profissionais. Açam que as iniciativas das mulheres através das instituições do Fórum PNEIRJ e do CEDEPI são muito pacíficas e

pouco efetivas, e se utilizam dessa justificativa para explicar o insucesso de algumas reivindicações.

Eles declararam que queriam mais ações violentas e mais resultados efetivos das mobilizações. Essa ideia se aproxima da crítica de Sandro de que o engajamento político das pesquisadas é limitado pelos trâmites burocráticos de uma militância institucionalizada, tornando insuficientes ou ineficientes as estratégias de luta.

Embora considerem os modos de operação escolhidos pelas pesquisadas insatisfatórios, eles não assumem posição mais engajada ou de liderança a fim de poder exercer maior influência sobre os rumos do grupo. Criticam, mas não se envolvem, deixando que as mulheres dirijam a causa que não lhes mobiliza suficiente interesse.

É possível sugerir a existência de uma dicotomia entre elementos considerados femininos e masculinos nas atuações de mulheres e homens do Fórum PNEIRJ. De um lado, os homens se aproximam da vida pública, do trabalho ou da aposentadoria dessa função laboral, da luta por benefícios financeiros para suas categorias e de formas mais agressivas de militância; de outro, as mulheres são mobilizadas pela possibilidade de continuar exercendo papel do cuidado, da ajuda - talvez um resqúcio de suas relações no âmbito da vida privada? - através das regras institucionais dos fóruns e conselhos.

Não é apenas a oportunidade de oferecer auxílio ao próximo que está presente nos engajamentos dessas mulheres. Podemos também considerar a identificação e empatia com o momento vivido. Neste caso: a experiência do fenômeno do envelhecimento em suas próprias trajetórias individuais e a possibilidade de poder se dedicar àquilo que consideram importante ou que as traz satisfação e prazer. Conforme a fala de Nise demonstrou: “as mulheres na velhice estão livres [das obrigações profissionais e/ou familiares e domésticas] e querem continuar atuando, participando”.

Em entrevista, Bertha disse:

“Ah, para mim, **envelhecer significa poder fazer o que eu quero**. É uma conquista que eu fiz na minha vida, né? Eu posso fazer o que eu quero comigo, com a minha vida, com meu dinheiro. Para mim, **envelhecer é realmente continuar fazendo o que eu gosto: trabalhando, discutindo, divulgando e militando pelos direitos das pessoas idosas**.” (grifos meus)

Embora boa parte do grupo de mulheres não seja casada e nem tenha filhos¹²⁹, elas não estão isentas das cobranças familiares e também sofrem com reclamações sobre os momentos

¹²⁹Como mostrado no Capítulo I, seis das dez mulheres pesquisadas não têm marido e filhos, uma é divorciada, outra viúva e duas são casadas. As quatro mulheres que foram ou são casadas têm filhos e netos.

que deixam os cuidados privados de lado e se dedicam ao engajamento público e político. Em seus cotidianos, elas se desdobram para atender aos cuidados demandados pela família e aos interesses coletivos de reivindicação de direitos da população idosa. Mesmo diante da pressão familiar para que se restrinjam ao âmbito doméstico, elas continuam com suas atuações militantes. Simone disse: “Porque eu já tive tempo para eles [família]. Bastante, né? Tudo que precisaram de mim eu fiz. **Agora é a minha vez de estar na rua.**” (grifo meu).

As mulheres do Fórum PNEIRJ se apresentam como velhas ou idosas em alguns momentos e em outros recusam essa identificação. Já o reconhecimento como velho ou idoso não aparece nos discursos masculinos. Ao responder sobre o significado da velhice, Gustavo disse:

“O envelhecimento pra muitas pessoas é tido como uma coisa absurda. Reclamam muito. Tem algumas coisas que são... incomoda. **Muitas coisas incomodam.** Porque **uma pessoa que sempre foi ativa, de repente se tornar, assim, limitada nas suas ações**, a pessoa fica assim, meio chateada, entendeu? É claro que depende muito da condição de saúde, condição financeira da pessoa, é evidente. O envelhecimento para a pessoa que é desprovida de qualquer recurso financeiro e tem problemas de saúde, é muito ruim mesmo. Porque ele vai sofrer muito. Mas talvez não seja uma coisa tão ruim assim. Não acho uma coisa muito ruim. Nesse sentido, então, eu acho que **no envelhecimento a mulher, ela fica mais vulnerável do que o homem**. E, além disso, eu acho que ela envelhece mais rápido, por causa do excesso de preocupação, da carga de trabalho e relacionamento com a família.” (grifos meus).

Se para Bertha a velhice significa liberdade para fazer o que quer, a fala de Gustavo aponta para aspectos negativos do processo. Para ele, dependendo das condições, o envelhecimento pode ser muito ruim e as mulheres estão em desvantagem em relação aos homens neste sentido.

É possível compreender o pouco envolvimento masculino também como uma forma de não se identificarem ou serem reconhecidos como integrantes de um grupo de idosos, que, em suas concepções, são despolitizados e estão suscetíveis a uma série de vulnerabilidades. Neste sentido, estar no grupo sem uma participação mais comprometida pode ser entendida como uma maneira de se distanciar da imagem do velho ou idoso necessitado, que está em processo de declínio físico e social.

Diferentemente das mulheres, que durante suas vidas sofreram processos de exclusão e discriminação, os homens, ao se aproximarem da classificação de idosos, experimentam e assumem limitações e fragilidades que até então eram desconhecidas para eles. Ao mesmo tempo, eles também não são alvo do mesmo apelo para exercerem papel de cuidado ou caridade em relação ao próximo. Estão mais acostumados com atividades caracterizadas pela força e pelo resultado efetivo.

Um assunto que parece mobilizar igualmente as mulheres e homens pesquisados é a reforma da Previdência. Sendo uma pauta de âmbito nacional, mas que afeta os aposentados de diversas categorias profissionais e idosos que recebem o BPC, o tópico agrega as falas e preocupações das delegadas e delegados do Fórum PNEIRJ. Neste caso, o distanciamento entre as atividades e desempenhos daquelas que se ocupam dos direitos dos idosos e dos que se apresentam como sindicalistas não se mostra tão considerável¹³⁰.

Este capítulo foi dedicado a compreender as possíveis diferenças nas atuações femininas e masculinas na militância pelos direitos dos idosos. A partir da constatação de que as mulheres são maioria no grupo e são mais envolvidas com a organização das atividades, buscou-se analisar como os gêneros e as trajetórias das delegadas e delegados do Fórum PNEIRJ podem estar relacionados aos seus distintos engajamentos.

Através da análise sobre mulheres e suas inserções nas relações políticas, bem como da descrição de três homens que integram o grupo pesquisado, foi possível compreender que os homens não se consideraram completamente inseridos e/ou mobilizados pela luta em busca dos direitos das pessoas idosas. Enquanto eles se aproximam mais de suas associações profissionais, elas possuem trajetórias e socializações diferentes, que as levam ao interesse pela discussão do envelhecimento, sensibilização com as necessidades da população de mais de 60 anos e vontade de reivindicar garantias e benefícios coletivos aos mesmos.

¹³⁰Palestrantes das duas edições acompanhadas (VIII e IX) dos Encontros Nacionais de Fóruns Permanentes da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa chamaram atenção para as mulheres como um grupo de maior risco em relação aos homens, caso sejam aprovadas as medidas previstas na reforma da Previdência. Os motivos se basearam nos dados sobre a jornada dupla (trabalho fora e dentro de casa, remunerado e não remunerado) exercida pelas mulheres, condições de trabalho precarizadas e/ou informais e menores salários recebidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A história que construí ainda não terminou, pois ainda estou viva.”, disse Leila. Sua fala remete à ideia de que existem metas, planos e expectativas para sua vida aos 75 anos. Podemos compreender essa citação como uma forma de expressar que é possível estabelecer projetos na velhice e que essas experiências podem e devem ser reconhecidas e valorizadas.

Não existem modelos prontos ou “pré-fabricados” de velhice, nem de juventude, infância ou vida adulta (ALVES; LINS DE BARROS, 2012). Levando em consideração que podem existir muitas maneiras diferentes de vivenciar o envelhecimento e estabelecer relações após os 60 anos de idade, é possível trazer alguns questionamentos para o encerramento dessa tese. Quais as possibilidades de vida e trajetória para uma mulher idosa? Quem ela pode ser e o que pode realizar?

O principal objetivo dessa tese foi apresentar uma maneira possível de velhice através das histórias de vida, atuações, relações e discursos de mulheres que militam pelos direitos dos idosos. O que podemos aprender com elas? (INGOLD, 2019). Esse objetivo foi perseguido através de um exercício de reunião e composição do “mundo comum” das pesquisadas (LATOUR, 2012).

O texto foi composto pela quantidade de atores - neste caso, atrizes - que foram identificadas como mediadoras. Isto é, participantes que geram associações rastreáveis, que são possíveis de ser identificadas, seguidas e analisadas. Através dos diversos movimentos, associações e discursos de Joana, Rosa, Nise, Anita, Simone, Dandara, Tarsila, Conceição, Leila e Bertha foi possível compreender algumas conexões (e seus resultados) que elas estabelecem dentro e fora do Fórum PNEIRJ (LATOUR, 2012).

Esta tese foi uma experiência de compreender como se formam e atuam militantes pelos direitos das pessoas idosas. Quais caminhos e associações foram necessários para que as pesquisadas se reunissem no Fórum PNEIRJ e se tornassem pessoas engajadas na luta pela garantia de condições básicas e benefícios para os idosos? Ou, nas palavras de Rosa, “Por que essas mulheres malucas largam tudo, largam casa, família, não ganham nada e estão aqui militando?”.

Elas já eram ativistas nesta ou em outras causas ao longo de suas vidas? Tornaram-se militantes depois de idosas? Por que desenvolveram um envolvimento político e emocional com o tema da velhice? (MILTON, 2002). Qual o significado do ativismo político para elas? O que mudou em suas experiências de envelhecimento? Por que elas construíram essa

vivência de velhice e ao invés de outras velhices possíveis? O que aprenderam e o que ensinaram nesses espaços de luta?

No capítulo I descrevi as trajetórias e características das dez mulheres do Fórum PNEIRJ. Elas são majoritariamente brancas, aposentadas, de classe média, residentes na cidade do Rio de Janeiro e têm mais de 60 anos. Exerceram profissões ligadas às áreas do Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e Gerontologia e são solteiras, viúvas ou divorciadas, em sua maioria.

A motivação para adoção da causa dos direitos dos idosos apareceu associada a alguns elementos, tal como a vocação para o cuidado ou caridade direcionada ao “outro”, ao velho vulnerável e necessitado. Essa vocação se mesclou por vezes a um envolvimento religioso das pesquisadas¹³¹, que vêem no engajamento a possibilidade de exercer a caridade cristã; e também às profissões e especialidades que exerceram ao longo de suas vidas, profissões historicamente atreladas ao que se consideram como habilidades femininas (ARAÚJO, 2018), como o atendimento e preocupação com as necessidades do outros.

Com diferentes caminhos percorridos até chegar ao Fórum PNEIRJ, não é possível afirmar o momento exato em que elas se tornaram militantes em prol dos direitos das pessoas idosas. Algumas não possuíam engajamento em outras causas, outras já possuíam um histórico de militância e inserção em movimentos sociais, associações e sindicatos profissionais.

Por meio de seus relatos foi possível compreender que elas desenvolveram uma sensibilização ao longo de suas vidas com o tema ao trabalhar diretamente com o público idoso ou ao estudar o assunto. Desta forma, quem era militante em outras áreas passou a ter a velhice como principal frente de atuação, e quem não possuía atuação política se envolveu através dessa causa.

Em um período marcado pela crise econômica do estado do Rio de Janeiro e pelo desmonte de políticas sociais (2016-2018), as pesquisadas adotaram e defenderam causas como a rejeição ao projeto de lei que propõe criar um Conselho Tutelar para os idosos no Rio de Janeiro, a resistência à proposta de reforma da Previdência, a luta pela continuidade e existência dos seus espaços e instituições de luta, como o Prédio da PALONG e o CEDEPI, a defesa dos idosos residentes no Abrigo Cristo Redentor e o cumprimento e não alteração do Estatuto do Idoso, conforme relatado no Capítulo II. As escolhas de suas pautas de luta

¹³¹Oito dentre as dez pesquisadas se declararam católicas.

delimitaram quais as necessidades que elas consideram que a população de mais de 60 anos de idade tem.

A partir da noção de que deve haver uma dedicação às demandas e questões coletivas, as mulheres do Fórum PNEIRJ rejeitam a noção de “envelhecimento ativo” focado no sucesso individual através de soluções de prevenção e cuidados pessoais, consumo e lazer. Considerando que os padrões produzidos não se impõem aos indivíduos da mesma maneira (SAPIR, 2015), é possível compreender que para as pesquisadas um bom envelhecimento deve ser baseado na apropriação e conhecimento dos próprios direitos e na luta pela garantia dos mesmos. Defendem que as questões que atingem à população envelhecida, como: pobreza, questões habitacionais, de alimentação, de saúde e acesso a serviços e garantias não são de cunho privado, mas sim público.

Através de um método institucional de militância apresentado ao longo do Capítulo III, elas construíram uma relação de conflito e exigências perante representantes das instâncias governamentais. Atuando na ANG-RJ, no Fórum PNEIRJ e no CEDEPI, elas criaram estratégias de luta e embate para reivindicar as causas adotadas. Fizeram denúncias em parceria com o MPRJ, frequentaram a ALERJ e buscaram deputados que poderiam tornar-se aliados e levar adiante suas demandas, promoveram encontros nacionais com fóruns de outros estados do país, atos públicos e atividades abertas ao público na tentativa de divulgar suas ações e atrair novos membros ao grupo e participaram de eventos nacionais e internacionais de discussão dos direitos das pessoas idosas.

As formas de luta adotadas pelas pesquisadas não passaram sem críticas e controvérsias geradas dentro do grupo. Os principais autores das críticas - Sandro, Leila e Bertha - são estudiosos sobre o tema da velhice e contestam questões como as limitações da atuação através de espaços institucionais - até que ponto viabilizam a solução das necessidades dos idosos?; a pouca representatividade da população de idosos no Fórum PNEIRJ - como exprimir as demandas das mais diversas realidades dos idosos fluminenses, se não estão presentes nesses coletivos?; e a pouca visibilidade e divulgação do grupo - como viabilizar o sucesso das causas e maior participação de pessoas idosas se o movimento permanece “invisível” para população e governo?

Apesar de nem sempre obterem vitória em suas reivindicações e mesmo sendo alvo de hostilidade por alguns agentes do governo em relação aos seus espaços de luta e existência, as mulheres estudadas resistiram e não abandonaram a militância através do Fórum PNEIRJ e do CEDEPI.

Parte das suas estratégias de luta dependeu também da capacidade e possibilidade delas em estabelecerem parcerias para somar à luta e encaminhar as demandas. Neste exercício e tentativas de encontrar aliados, muitas vezes se criaram também disputas com outros atores.

O surgimento dessas parcerias dependeu do quanto o colaborador estava disposto a cooperar para que as causas defendidas pelas pesquisadas fossem levadas a outras instâncias e sejam sanadas. Por outro lado, as relações de rivalidade se desenvolveram quando existia a percepção das delegadas do Fórum PNEIRJ que o ator utilizava o público idoso para atingir objetivos pessoais, com medidas sem a preocupação real com o atendimento a esse público ou usaram dados populacionais etários para argumentar sobre a retirada de garantias e benefícios para as pessoas idosas no Brasil. No capítulo IV foram apresentados quatro exemplos de alianças e oito de disputas entre as pesquisadas e atores de fora do grupo.

A luta pelo reconhecimento de direitos na velhice se confundiu com as vidas pessoais das pesquisadas. Ao mesmo tempo em que militaram pelos direitos dos idosos, elas também poderiam ser consideradas, e em algumas situações se identificaram, como idosas. São objetos e sujeitos da luta, simultaneamente.

Neste sentido, lutar pela valorização das pessoas idosas é também reivindicar a visibilidade de suas próprias existências e participações na esfera pública. Como é o caso das batalhas que enfrentam para garantir a existência do CEDEPI e do Prédio da PALONG - onde desde 1996 aconteciam reuniões do Fórum PNEIRJ.

É possível também considerar que a autopercepção delas como velhas ou idosas não é fixa e permanente, mas oscila conforme a situação ou relação estabelecida. O que aponta para a consideração de que não é o fator etário que reúne o grupo e impulsiona o engajamento político das militantes pelos direitos das pessoas com mais de 60 anos.

No entanto, elas constituem um grupo com características que se diferenciam consideravelmente dos idosos brasileiros. Os dados sobre a população idosa no Brasil apresentados no Capítulo V mostram que estes, no geral, tiveram um limitado acesso à educação formal, possuem baixa renda familiar e não possuem conhecimento a respeito dos direitos formais que lhes são devidos. Somado a estes dados, há uma concepção de que os idosos brasileiros são vítimas de uma série de mazelas e se apresentam em sua maioria em condições vulneráveis. Neste sentido, as mulheres estudadas têm poucos pontos de intercessão com as demais pessoas idosas do estado e do país.

Elas também possuem suas próprias visões e estereótipos a respeito dos idosos. Coexistem entre elas as noções de que os idosos são vítimas de uma série de carências -

justificando a existência e relevância das instituições de luta e dos marcos legais que prevêm direitos para esta população -, mas que precisam se tornar sujeitos empoderados pela luta e manutenção dos seus direitos.

Embora seja esse o ideal presente nos discursos e faça parte também dos objetivos do grupo, há uma percepção por parte das pesquisadas de que o desconhecimento e desinteresse pelo envolvimento com as reivindicações políticas constituem significativos impeditivos para que o protagonismo dos idosos no movimento social se realize. Como consequência, o movimento permanece esvaziado, sem novos interessados em “abraçar a causa”.

Resta às mulheres do Fórum PNEIRJ ocuparem a posição de ativistas, que relacionam a própria história pessoal (FACCHINI, 2018) com a causa pela qual lutam. Uma militância que por vezes se mistura com a noção religiosa de caridade e com o estereótipo feminino de habilidade para o cuidado.

No Capítulo VI foi abordada a questão de gênero como um elemento importante para compreender as relações criadas dentro do espaço do Fórum PNEIRJ. Considerando que as mulheres sofrem processos de exclusão das esferas formais, com maior poder e retorno financeiro, do âmbito político, o que explica elas se tornarem maioria dentro do grupo e nele ocuparem posições de comando e controle?

Embora poucas vezes se chame atenção para o gênero das pessoas que compõem o coletivo do Fórum PNEIRJ, essa dimensão se faz presente nas relações ali estabelecidas. Ao mesmo tempo em que as pesquisadas corroboram com algumas expectativas de gênero - quando trazem a dimensão do cuidado para a arena política, por exemplo -, elas rompem com alguns postulados, quando se inserem no mercado de trabalho no decorrer de suas vidas adultas e também quando desafiam os representantes dos “grandes poderes”, como políticos e pesquisadores com influência maior do que a delas.

Mais do que ultrapassar algumas expectativas em relação ao gênero, elas também subvertem estereótipos sobre a velhice e, mais ainda, sobre a velhice feminina. Em 2017, ao apresentar os resultados parciais dessa pesquisa no encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), ouvi como comentário que o comportamento das mulheres do Fórum PNEIRJ era surpreendente, pois elas não eram “vovós que ficam em casa fazendo crochê para os netos”.

Ao utilizar esse exemplo, a interlocutora em questão estava acionando alguns elementos como “ficar em casa” e “fazer crochê para os netos” como definidores da velhice feminina que é doméstica e existe para a dedicação aos cuidados familiares. Neste sentido, o

comentário sugeria que as pesquisadas não correspondiam às imagens padronizadas e que suas experiências eram exemplos de possibilidades para mulheres idosas.

Ao responder ao comentário, eu disse que as pesquisadas eram as “vovós que ficam em casa fazendo crochê para os netos”, mas também mulheres idosas que vão à rua e desbravam o âmbito público para reivindicar seus próprios direitos e da população idosa. Com esta resposta quis dizer que, embora a militância seja um elemento importante em suas vidas, mobilizando seus cotidianos e ações, elas também têm outros aspectos da vida relevantes, como família, amigos, lazer, atividades físicas, cuidados com a saúde, viagens, dentre outros.

Ainda no Capítulo VI apresentei três perfis masculinos que fazem parte do Fórum PNEIRJ: Celso, Sandro e Gustavo. Com pouca frequência e inserção no grupo, os homens mantêm um distanciamento das atividades promovidas no Fórum PNEIRJ. Para Celso e Gustavo, a esfera e linguagem sindicais são mais interessantes e atraem mais suas dedicações.

Permanecem as mulheres como principais atrizes responsáveis pela recomposição do mundo (TOURAINÉ, 2007) no que diz respeito aos direitos e valorização da velhice. Para elas, essa luta envolve também a reivindicação de respeito e reconhecimento de suas próprias vidas e trajetórias, através do esforço para manter o funcionamento dos seus espaços de reunião e engajamento e da rejeição de uma cultura de valorização da juventude em detrimento da velhice.

Neste sentido, é possível chamar atenção para mais uma motivação para a não adoção por parte delas à ideia de “envelhecimento ativo”. Para as pesquisadas, está contido no discurso que salienta a necessidade da adoção de um estilo de vida produtivo e preventivo, a valorização da juventude e o desejo de retardar ou evitar o envelhecimento. Neste sentido, o velho ou idoso só encontra consideração quando se apresenta ainda produtivo e potente (COMBES, 2011). Para elas é necessário afirmar que a velhice existe e que pode assumir muitas formas, e também, preferencialmente para elas, uma que seja engajada politicamente.

A alternativa de velhice que as mulheres do Fórum PNEIRJ representam é também baseada na dedicação a atividades que sejam consideradas interessantes e importantes ou que, nas palavras de Rachel, provoquem “tesão” para elas. Embora, muitas tenham se envolvido com o tema mesmo antes de poder se identificar com o público alvo - antes de serem consideradas idosas - elas dão continuidade ao trabalho e engajamento com o tema. Elas poderiam se ocupar de outros afazeres, adotar outro estilo de vida e velhice, mas continuam participantes no grupo. Elas estão livres para fazer o que quiserem, o que nesse caso é participar da vida pública e política através do engajamento em favor das pessoas idosas. E

por isso, “largam família, casa” e sem nenhum retorno financeiro, pouco reconhecimento, visibilidade e prestígio, consideram-se “guerreiras de luta”.

É possível observar que os elementos: conhecimento científico - mediado pelo acesso às produções do Serviço Social, da Psicologia e da Gerontologia principalmente -; a caridade ou cuidado despendido aos idosos vulneráveis; a noção de cidadania e necessidade pela busca de direitos; e a relações desenvolvidas nesses espaços ao longo dos anos, são importantes para compreender como se formam as militantes pelos direitos dos idosos.

Por meio dos depoimentos das delegadas do Fórum PNEIRJ apresentados nesta tese, foi possível perceber que mediante as relações e encontros que tiveram ao longo de suas vidas, elas entram em contato com o tema da velhice. Em alguns casos, são convidadas por amigas(os) ou conhecidas(os) a fazer parte do Fórum PNEIRJ e assim passam a integrar o grupo. Neste sentido, as associações que fazem estabelecem o contato com a causa e com o engajamento e são também parte da motivação para continuar no coletivo.

Leila em entrevista disse: “Acho importante a convivência, você ter amigos. E **na militância está presente essa questão da sociabilidade, dos amigos, né? É também você se dar. Você dar o seu tempo pro outro.**” (grifos meus).

Tarsila afirmou:

“Sempre estive presente em todas as reuniões. Porque **eu tenho facilidade de ter amizades, por isso sempre me chamaram.** Olga então, sempre me chamou pra tudo. Sandro nem se fala. Com Sandro eu conheci o Brasil quase inteiro, fui para Nova Iorque, fui para São José da Costa Rica, fui três ou quatro vezes para Fortaleza, fui pra Bahia três ou quatro vezes. Olha, fui pro Espírito Santo. Fui pra Santa Catarina, Paraná... Menina, **eu viajei muito.**” (grifos meus).

As associações que se estabelecem no dia a dia dos trabalhos desenvolvidos pela militância em relação às necessidades das pessoas idosas - entre as pesquisadas, colaboradores, com possíveis parceiros, com os idosos que são alvo do engajamento, dentre outros - são consideráveis para a continuidade da existência do grupo e para que as pesquisadas continuem na atividade política.

Através de suas atuações, elas “conservam relações que fazem sentido para elas, mantém a capacidade de decidir sobre suas próprias vidas e atividades, preservam sentimento do próprio valor e conservam espaços de familiaridade com o mundo” (CARADEC, 2015. p. 35).

É possível dizer que nesta “doação ao outro” - aos idosos que precisam que seus direitos sejam garantidos - as pesquisadas desenvolveram também uma realização pessoal, por

exercerem atividades que são significativas para elas. Os possíveis resultados do engajamento pela reivindicação de direitos aos idosos são vivenciados também por elas. Ou, nas palavras de Leila: “Eu acho que a militância me ajuda e ajuda o outro.” E nas de Nise: “Toda essa atividade em prol do outro fez a minha vida ficar maior.”

Neste processo cotidiano de dar e receber, elas representam uma experiência comunitária sobre como viver (INGOLD, 2019). Essa é a velhice, em processo e ainda inacabada¹³² (SIMONDON, 2015), das mulheres militantes pelos direitos dos idosos.

E a nossa? O que seremos na velhice? Que associações, encontros e afetos farão parte da nossa trajetória? Que direitos e possibilidades estarão colocados para nós? Que idosos já somos ou poderemos ser?

¹³²Gilbert Simondon (2015) se dedicou ao estudo dos processos de individuação. O processo, segundo o autor, seria contínuo e os sujeitos estariam sendo constantemente individuados, nunca estando plenos, acabados. Essa operação envolve ainda elementos físicos, biológicos, mentais, sociais e ainda: emoção, afetividade e cognição. Neste sentido o ser é sempre individual e coletivo – transindividual. O sujeito, inacabado em si próprio, não é apenas individual. Ao mesmo tempo, toda individuação possui um nível da incompletude, criatividade e tensão. Nunca se completa, nunca se resolve.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKRICH, Madeleine. “Les objets techniques et leurs utilisateurs, de la conception à l'action” **Raisons pratiques, número spécial "Les objets dans l'action"**. 1993, pp. 35-57.

AKRICH, Madeleine. “Les utilisateurs, acteurs de l'innovation”. **Education permanente. "L'innovation en Question"**, 1, (134), 1998, p. 79-90.

ALVES, Andréa Moraes. **A dama e o cavalheiro. Um estudo antropológico sobre envelhecimento, gênero e sociabilidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALVES, Andréa Moraes; LINS DE BARROS, Myriam Moraes. **Aprender com as velhices**. Comunicações do ISER. As máscaras da intolerância, n. 66, ano 31, 2012. p. 31-38.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. “Apresentação”. **Cadernos pagu: Dossiê Gênero no trabalho**. (17-18), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2002, p.131-138.

ARAÚJO, Anna Bárbara. “Da Ética do Cuidado à Interseccionalidade: Caminhos e Desafios para a Compreensão do Trabalho do Cuidado”. In **Dossiê Gênero, Cuidado e Famílias**. Revista Mediações. Londrina, v. 23, n. 3, dez 2018, p. 43-69.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi; PICANÇO, Felícia. (Orgs.). **Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família, trabalho em perspectiva comparada**. São Paulo: EDUSC, 2007.

BEAUNE, Colette. **Joana D'Arc: Verdades e Lendas**. Cassará Editora, 2013.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice: A realidade incômoda**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice: As relações com o mundo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEZERRA, Marcos Otavio. “Formas de participação popular e produção de interesses coletivos - observações a partir de duas experiências”. In: HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de; PALMEIRA, Moacir. **Política, governo e participação popular**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2012.

BOURDIEU, Pierre. “A juventude é apenas uma palavra”. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Programa Nacional de Direitos Humanos. **Política Nacional do Idoso. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Brasília, 1994. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm Acesso em: 09 de jul. de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Portaria 1395/GM.** Brasília, 1999. Disponível em https://www.ufrgs.br/3idade/?page_id=117 Acesso em: 09 de jul. de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Estatuto do Idoso. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006.** Brasília, 2006. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html Acesso em: 07 de jul. de 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº13.467, de 13 de julho de 2017.** Brasília, 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm Acesso em: 09 de jul. de 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 10282/2018, de 22 de maio de 2018.** Brasília, 2018. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2176182>. Acesso em: 09 de jul. de 2019.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. “Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX” In: **Cadernos pagu: Dossiê Gênero no trabalho** (17/18) Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2002. p.157-196.

BUTLER, Judith. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity.** New York: Routledge, 1990.

BUTLER, Judith. **Le pouvoir des mots: politique du performatif.** Paris: Amsterdam, 2004.

BUTLER, Judith. **Frames of War. When is Life Grievable.** New York: Verso, 2009.

CALLON, Michel. “El proceso de construcción de la sociedade. El estudio de la tecnología como herramienta para el análisis sociológico.” In: DOMÈNECH, Miquel; TIRADO, Francisco Javier (Orgs.). **Sociología simétrica: Ensayos sobre ciência, tecnologia y sociedade.** Gedisa Editorial, Barcelona, 1998. p. 143-170.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Lei nº 4275, de 29 de março de 2006.** Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/2006/427/4275/lei-ordinaria-n-4275-2006-dispoe-sobre-a-politica-municipal-do-idoso-cria-o-conselho-municipal-de-defesa-dos-direitos-da-pessoa-idosa-comdepi-e-o-fundo-municipal-do-idoso-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 09 de jul. de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Lei nº 5208, de 01 de julho de 2010.** Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/2010/520/5208/lei-ordinaria-n-5208-2010-cria-o-conselho-municipal-de-defesa-dos-direitos-da-pessoa-idosa-comdepi-o-fundo-municipal-do-idoso-e-a-comenda-piquet-carneiro-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 09 de jul. de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Projeto de Lei nº 1723/2016**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1316.nsf/13df1141087cf5230325775900523a40/b17f6691a48aba7283257f5b0063f495?OpenDocument>. Acesso em: 09 de jul. de 2019.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO Maria Tereza. “O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas.” In: CAMARANO, Ana Amélia (Org). **Novos idosos brasileiros. Muito além dos 60?** Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 2004. p. 253-292.

CAMARANO, Ana Amélia. “Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?” In: GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena. (Org.). **Cuidado e Cuidadoras. As várias faces do trabalho do Care**. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2012. p. 148-165.

CARADEC, Vincent. “Da terceira idade à idade avançada: a conquista da velhice”. In: GOLDENBERG, Mirian (Org.) **Velho é lindo!** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016. p. 11-38.

COHEN, Lawrence. “Não há velhice na Índia: os usos da gerontologia”. In: DEBERT, Guita Grin (Org). **Antropologia e Velhice - Textos Didáticos**, n.13. Campinas: IFCH, Janeiro de 1998.

COLLINS, Harry; PINCH, Trevor. **O Golem à solta: o que você deveria saber sobre tecnologia**. Fabrefactum, Belo Horizonte, 2010.

COMBES, Muriel. **La vie Inséparable. Vie et sujet au temps de la biopolitique**. Paris: Dittmar, 2011.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO (CNDI). Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Nota de esclarecimento**. Brasília, 2016. Disponível em http://www.ampid.org.br/v1/wp-content/uploads/2014/08/Nota-de-Esclarecimento_CNDI.pdf. Acesso em: 09 de jul. de 2019.

COUS-SALIES, Pierre. “Categorias socioprofissionais.” In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. (Orgs.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 30-34.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: EDUSP, 1999.

DEBERT, Guita Grin. “A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade”. In: LINS DE BARROS, Myriam Moraes (Org.). **Velhice ou Terceira Idade?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 49-68.

DELEUZE, Gilles. **Ideia e Afeto em Spinoza - Cursos em Vincennes: aula de 24 de janeiro de 1978**. Disponível em <https://www.webdeleuze.com/textes/194>. Acesso em: 09 de jul. de 2019.

DESTRO DE OLIVEIRA, Glaucia Silva. **Os velhos como sujeitos de direitos: uma análise da gestão da velhice nos conselhos de idosos**. Campinas, UNICAMP, 2015. Tese

(Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2015. 262p.

FACCHINI, Regina. “Participação no Simpósio Especial Gênero e Sexualidade: Conservadorismos, violências e ativismos”. **31ª. Reunião Brasileira de Antropologia: Direitos Humanos e Antropologia em Ação**. Brasília, DF: 9 a 12 de dezembro de 2018.

FALEIROS, Vicente de Paula. “Cidadania: os idosos e a garantia de seus direitos”. In: NERI, Anita Liberalesso. (Org.) **Idosos no Brasil. Vivências, Desafios e Expectativas na Terceira Idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2007. p. 153-168.

FONTES, Adriana; SORJ, Bila. “O *care* como um regime estratificado: implicações de gênero e classe social”. In: GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena. (Org.). **Cuidado e Cuidadoras. As várias faces do trabalho do Care**. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2012. p. 103-116.

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DA SOCIEDADE CIVIL PELOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA. **Carta do Rio de Janeiro II**. 2016. Disponível em <http://forumnacional.net.br/cartarj2.pdf>. Acesso em: 09 de jul. de 2019).

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DA SOCIEDADE CIVIL PELOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA. **Carta da Bahia II**. 2017. Disponível em <http://forumnacional.net.br/cartabahia2.pdf>. Acesso em: 09 de jul. de 2019.

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DA SOCIEDADE CIVIL PELOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA. **Intervención de los Representantes del Fórum Nacional Permanente da Sociedade Civil pelos direitos da Pessoa Idosa en la IV Conferencia Regional Intergubernamental de Asunción - Paraguay**, 28 de junho de 2016. Disponível em <http://forumnacional.net.br/documentos.php#IVCONF>. Acesso em: 09 de jul. de 2019.

FREITAS, Décio. **Palmares - A Guerra dos Escravos**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

GARDEY, Delphine. “Bruno Latour, guerra e paz: percursos e contornos feministas”. In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle; DESCOUITURES, Virginie; DEVREUX, Anne-Marie; VARIKAS, Eleni. (Orgs.) **O gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 231-245.

GILLIGAN, Carol. **Uma voz diferente: Psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos tempos, 1982.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

GOLDENBERG, Mirian. **Toda mulher é meio Leila Diniz**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. **A bela velhice**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

GOLDMAN, Sara Nigri. “As dimensões culturais, sociais e políticas do envelhecimento”. In: ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. (Org.) **Envelhecimento e vida saudável**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009. p. 27-42.

GOLDMAN, Sara Nigri. “Aposentadoria e pobreza: algo em comum?” In: GOLDMAN, Sara Nigri; PAZ, Serafim Fortes. **Cabelos de Neon**. Niterói, RJ: Talento Brasileiro, 2001. p. 13-31.

GRISARD, Nelson; VIEIRA, Edith Tolentino de Souza. “Ana Néri, madrinha da enfermagem no Brasil / Ana Neri, godmother of nursing in Brazil”. **Gazeta Médica da Bahia**, 78(2), jul.-dez., 2008, p. 145-147.

GROISMAN, Daniel. “Duas abordagens aos asilos de velhos: da clínica Santa Genoveva à história da institucionalização da velhice.” **Cadernos Pagu**, (13), 1999, p.161-190.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena. (Org.). **Cuidado e Cuidadoras. As várias faces do trabalho do Care**. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2012.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 1986.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **O direito à velhice: os aposentados e a previdência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

HAGEN, Suleica Iara. **Políticas públicas para o envelhecimento: atuação dos conselhos de direito da pessoa idosa**. UFSC, 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011. 157p.

HARAWAY, Donna. “Otherwordly Conversations; Terran Topics; Local Terms”. In: HARAWAY, Donna. **The Haraway Reader**. Nova York: Routledge, 1992. p.125-150.

HARAWAY, Donna. “Le témoin modeste. Diffractions feminists dans l’étude des sciences”. In: ALLARD, Laurence; GARDEY, Delphine; MAGNAN, Nathalie. **Manifeste cyborg et autres essais**. Paris: Esprit, 2007. p. 309-333.

HEINEN, Jacqueline. “Políticas sociais e familiares” In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. (Orgs.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 188-192.

HUGHES, Thomas. “The Evolution of Large Technological Systems”. In: BIJKER, Wiebe; HUGHES, Thomas; PINCH, Trevor (Orgs.). **The Social Contruction of Technological Systems: new directions in the Sociology and History of Technology**. The MIT Press, Cambridge & London, 2012. p. 45-76.

IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, governo federal. **Síntese de Indicadores sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira**. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 36, 2016. 141 p.

INGOLD, Tim. **Antropologia: para que serve?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

KUHNEN, Tânia Aparecida. “A ética do cuidado como teoria feminista”. In: **Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas**. Universidade Estadual de Londrina: 27 a 29 de maio de 2014.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Bauru: Edusc, 2004.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador: Edufba, 2012.

LAW, John; CALLON, Michel. “The Life and death of an aircraft: a network analysis of technical change”, (pp. 21-52), In **Shaping technology/building society: studies in sociotechnical change**. The MIT Press, Cambridge & London, 1992.

LENOIR, Rémi. **Securité Sociale et l'évolution des formes de codifications des structures familiales**. Paris, EHESS, 1984. V.4. Thèse (Doctorat). École des hautes études en sciences sociales. Paris, 1984.

LENOIR, Rémi. “Objeto Sociológico e Problema Social”. In: CHAMPAGNE, Patrick. et al. **Iniciação à Prática Sociológica**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. p. 59 -106.

LIMOEIRO, Beatrice Cavalcante. **Uma sociedade para todas as idades: Centro Dia e Centro de Convivência para idosos em Campo Grande, Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014. 189p.

LIMOEIRO, Beatrice Cavalcante. **O gênero e a sexualidade como tema da sociologia escolar: uma comparação entre livros didáticos (PNLD 2012 e 2015)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016. Monografia (Especialização em Ensino de Sociologia) - Curso de Especialização Saberes e Práticas da Educação Básica da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016. 79p.

LINS DE BARROS, Myriam Moraes (Org.). **Velhice ou Terceira idade?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LINS DE BARROS, Myriam Moraes. “Testemunho de vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice”. In: LINS DE BARROS, Myriam Moraes (Org.). **Velhice ou Terceira idade?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 113-168.

LINS DE BARROS, Myriam Moraes. “A velhice na pesquisa socioantropológica brasileira”. In: GOLDENBERG, Mirian. (Org.). **Corpo, envelhecimento e felicidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011. p. 45-64.

MACCORMACK, Carol. “Nature, culture and gender: a critique”, In: MACCORMACK, Carol & STRATHERN, Marilyn. **Nature, culture and gender**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

MACKENZIE, Donald. “Missile Accuracy: a case study in the social processes of technological change”. In: BIJKER, Wiebe; HUGHES, Thomas; PINCH, Trevor (Orgs.). **The Social Construction of Technological Systems: new directions in the Sociology and History of Technology**. The MIT Press, Cambridge & London, 2012. p. 189-216.

MARKUN, Paulo. **Anita Garibaldi: uma heroína brasileira**. 5ª edição, São Paulo, Senac, 2003.

MARQUES-PEREIRA, Bérengère. “Cidadania.” In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. (Orgs.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 35-39.

MATOS, Marlise. “Mulheres em busca de cidadania política: paradoxos de uma incompletude”. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Edições SESC SP, 2013. p. 315-332.

MILTON, Kay. **Loving Nature: Towards an ecology of emotion**. London: Routledge, 2002.

MOLINIER, Pascale; PAPERMAN, Patricia. “Descompartimentar a noção de cuidado?”. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 18, p. 43-57, dez. 2015.

MORAIS, Fernando. **Olga**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MORIÈRE, Laisy. “A desconstrução de papéis como fator propulsor da participação política das mulheres.” In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Edições SESC SP, 2013. p. 353-362.

MOTTA, Alda Britto (Org.). “Dossiê Gênero e Velhice”. **Revista Estudos Feministas**., v.5, n. 1, 1998.

MOTTA, Alda Britto da. “Envelhecimento e Sentimento do Corpo”. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JR, Carlos E. A. (Org.). **Antropologia, Saúde e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. p. 37-50.

NERI, Anita Liberalesso. **Idosos no Brasil. Vivências, Desafios e Expectativas na Terceira Idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2007.

NERI, Anita Liberalesso. “Feminização da velhice”. In: NERI, Anita Liberalesso. (Org.) **Idosos no Brasil. Vivências, Desafios e Expectativas na Terceira Idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2007. p. 47-64.

OEA. **Convenção Interamericana sobre a proteção dos Direitos Humanos dos idosos**. Assembleia Geral: Washington, D.C. 15 e 16 de junho de 2015. Disponível em http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/CAO_Idoso/Textos/Conven%C3%A7%C3%A3o%20Interamericana.pdf. Acesso em: 09 de jul. de 2019.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. “‘Escrivência’ em Becos da memória, de Conceição Evaristo”. In: **Revista Estudos Feministas** v.17, n. 2, Florianópolis, May/Aug. 2009. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2009000200019>. Acesso em: 09 de jul. de 2019.

OMS. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

PAZ, Serafim Fortes. **Dramas, cenas e tramas: a (situa)ção de Fóruns e Conselhos de Idosos no Rio de Janeiro**. Campinas: UNICAMP, 2001. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Gerontologia. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, 2001. 761p.

PAZ, Serafim Fortes; ALEXANDRINO, Morvan Bitencourt; PEREIRA, Horrana Campos. "Estatuto para quem precisa de Estatuto: quem assegura os direitos do Idoso?" In: ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. (Org.) **Envelhecimento e vida saudável**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009. p. 61-80.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. "Trajetórias de mulheres de mais de 60 anos: um estudo sobre envelhecimento feminino." In: GOLDMAN, Sara Nigri; PAZ, Serafim Fortes. **Cabelos de Neon**. Niterói, RJ: Talento Brasileiro, 2001. p. 153-165.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. "Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade..." In: LINS DE BARROS, Myriam Moraes (org.). **Velhice ou Terceira idade?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 13-34.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. "Sobre a institucionalização da velhice e as condições de asilamento." In: GOLDENBERG, Mirian. (Org.). **Corpo, envelhecimento e felicidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011. p. 341-356.

PONCIANO, Maria José. **O envelhecimento: uma revisão bibliográfica do plano de ação internacional aos espaços de controle social**. ENSP/FIOCRUZ, 2009. Monografia (Pós-Graduação Lato-Senso em Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, 2009. 29p.

RABINOW, Paul. "Artificialidade e Iluminismo: Da sociobiologia à biossocialidade". In: RABINOW, Paul. **Antropologia da Razão**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

ROSE, Nikolas. **A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI**. São Paulo: Paulus, 2013.

SAPIR, Edward. "A emergência do conceito de personalidade em um estudo de culturas". In: CASTRO, Celso. **Cultura e Personalidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

SCOTT, Joan. **Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press. 1989.

SESC; FPA. "Síntese da pesquisa Idosos no Brasil - Vivências, desafios e expectativas na terceira idade." In: NERI, Anita Liberalesso. **Idosos no Brasil. Vivências, Desafios e Expectativas na Terceira Idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2007. p. 225-287.

SIMÕES, Júlio Assis. **Entre o lobby e as ruas: movimentos de aposentados e politização da aposentadoria**. Campinas: UNICAMP, 2000. Tese (Doutorado) - Programa de Doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000. 273p.

SIMÕES, Júlio Assis. "Provedores e militantes: imagens de homens aposentados na família e na vida pública". In: PEIXOTO, Clarice Ehlers. (Org.). **Família e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

SIMÕES, Júlio Assis. “A maior categoria do país’: o aposentado como ator político”. In: LINS DE BARROS, Myriam Moraes (Org.). **Velhice ou Terceira idade?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 13-34.

SIMONDON, Gilbert. **La individuación a la luz de las nociones de forma y de información.** Buenos Aires: Cactus, 2015.

SIQUEIRA, Monalisa Dias. “**Vivendo bem até mais que 100!”: envelhecimento, saúde e políticas públicas para idosos no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2014. Tese (Doutorado) - Programa em Pós-Graduação em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014. 214p.

SOARES, Vera. “Percepções e atitudes: ser mulher e participação política”. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública.** São Paulo: Edições SESC SP, 2013. p. 333-352.

STASSEN, Jean-François. **Exclusion and participation: can the excluded become able to participate?** Belgium: Université de Liège, 1999.

TEOBALDO, Marco. **Palácio das Ongs: a solidariedade tem endereço certo.** Rio de Janeiro: Associação Palácio das Ongs, 2006.

THEOHARIS, Jeanne; WOODARD, Komozi. "A Life History of Being Rebellious: The Radicalism of Rosa Parks". In: GORE, Dayo F. **Want to Start a Revolution? Radical Women in the Black Freedom Struggle.** New York University Press, 2009. p. 131–132.

TOURAINE, Alain. **O mundo das mulheres.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

UN. **The Vienna International Plan of Action on Ageing.** Viena: United Nations General Assembly, 1982.

VELHO, Gilberto. “O desafio da proximidade”. In: VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina. **Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

WERNECK, Alexandre. “A velhice como desculpa.” In: GOLDENBERG, Mirian. (Org.). **Corpo, envelhecimento e felicidade.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011. p. 309-328.

Endereços Eletrônicos

25 anos de Dança Sênior no Brasil. Instituição Bethesda. Disponível em <http://www.portalbethesda.org.br/danca-senior/> Acesso em: 09 de jul. de 2019.

Associação Nacional de Gerontologia - RJ. Disponível em <https://sites.google.com/site/angriodejaneiro/home> Acesso em: 09 de jul. de 2019.

BIERNATH, André. **Você precisa conhecer a história de Nise da Silveira**. Saúde Abril. 11 de abril de 2017. Disponível em <https://saude.abril.com.br/blog/tunel-do-tempo/voce-precisa-conhecer-a-historia-de-nise-da-silveira/> Acesso em: 09 de jul. de 2019.

Biografia. Tarsila - Site oficial. Disponível em <http://tarsiladoamaral.com.br/biografia/> Acesso em: 09 de jul. de 2019.

Bumba Meu Boi. Disponível em <http://bumba-meu-boi.info/> Acesso em: 09 de jul. de 2019.

CARDIA, Mirian Lopes. **Mulheres na história: Bertha Lutz**. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Arquivo Nacional. 19 de fevereiro de 2018. Disponível em <http://www.arquivonacional.gov.br/br/difusao/arquivo-na-historia/908-mulheres-na-historia-bertha-lutz.html> Acesso em: 09 de jul. de 2019.

Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. 22 de junho de 2015. Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/creas> Acesso em: 09 de jul. de 2019.

Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. 22 de junho de 2015. Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras> Acesso em: 09 de jul. de 2019.

Consulta Nacional sobre reformas e auditoria da dívida. Disponível em <http://consultanacional2017.com.br/> Acesso em: 09 de jul. de 2019.

CUT Brasil. **Central Única dos Trabalhadores**. Disponível em www.cut.org.br Acesso em: 09 de jul. de 2019.

FIOCRUZ. **Fundação Oswaldo Cruz: uma instituição a serviço da vida**. Disponível em <https://portal.fiocruz.br/> Acesso em: 09 de jul. de 2019.

FRAZÃO, Dilza. **Rachel de Queiroz: escritora brasileira**. E-biografia. 28 de agosto de 2008. Disponível em https://www.ebiografia.com/rachel_queiroz/ Acesso em: 09 de jul. de 2019.

FRAZÃO, Dilza. **Burrhus Frederic Skinner: psicólogo norte-americano**. E-biografia. 12 de janeiro de 2018. Disponível em https://www.ebiografia.com/burrhus_frederic_skinner/ Acesso em: 09/07/2019.

IBGE. População. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/> Acesso em: 09 de jul. de 2019.

Mateus 20:28. Bíblia Online. Disponível em <https://www.bibliaonline.com.br/acf/mt/20/28> Acesso em: 09 de jul. de 2019.

Movimento Luta de Classes. Disponível em <http://www.lutadeclasses.org/>. Acesso em: 09 de jul. de 2019.

PARADELLA, Rodrigo. **Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017.** Agência IBGE de notícias. 26 de abril de 2018. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>. Acesso em: 09 de jul. de 2019.

PEREIRA, Elizabeth Barbosa. **Carolina Maria de Jesus: Cronologia biográfica.** Vida por escrito: Portal biobibliográfico de Carolina Maria de Jesus. Disponível em <https://www.vidaporescrito.com/biografia>. Acesso em: 09 de jul. de 2019.

Teoria Malthusiana. Dicionário Financeiro. Disponível em <https://www.dicionariofinanceiro.com/teoria-malthusiana/>. Acesso em: 09 de jul. de 2019.

Viva Pagu. 100 anos de Patrícia Galvão. Disponível em <http://www.pagu.com.br> Acesso em: 09 de jul. de 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas

“Guerreiras de luta”: mulheres militantes pelos direitos dos idosos

Data da entrevista:

Sexo:

Idade:

Instituição que trabalhou:

Cargo que exercia:

Tempo de trabalho na instituição:

Cidade:

Bairro:

Estado civil:

Tem filhos? Quantos?

Tem netos? Quantos?

1. Como conheceu o PNEIRJ e o CEDEPI?

2. Há quanto tempo participa do PNEIRJ e CEDEPI e quais instituições representa dentro desses espaços?

3. Qual o motivo a levou a fazer parte do PNEIRJ e CEDEPI?

4. Conte um pouco da sua trajetória. Como você se tornou uma defensora/militante dos direitos dos idosos?

5. Já fez ou faz parte de outro movimento social? Qual?

6. Além da atuação no PNEIRJ e CEDEPI, o que mais ocupa o seu tempo? O que gosta de fazer quando não está aqui?
7. Quais são as pessoas com quem você mais se relaciona?
8. Qual a causa/trabalho que você considera o mais importante já realizado pelo PNEIRJ e CEDEPI?
9. Quais os principais objetivos do PNEIRJ e CEDEPI? Em sua avaliação, estes objetivos estão sendo alcançados? Explique.
10. O que as pessoas com quem você convive acham/dizem da sua participação neste movimento social? Elas apoiam ou criticam você? Por quê?
11. Existe conflito em conciliar o trabalho no PNEIRJ e CEDEPI com as relações familiares e com amigos?
12. De qual garantia/direito você acha que a população idosa tem mais necessidade?
13. O que significa envelhecer para você?
14. Descreva como seria um “bom envelhecimento” na sua concepção.
15. Em sua opinião, homens e mulheres envelhecem de forma diferente? Fale um pouco a respeito.
16. Na sua opinião, quem é mais engajado na luta pelos direitos dos idosos? Homens ou mulheres? Por quê?

APÊNDICE B - Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS – CEP/CFCH
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

A senhora(o) foi selecionada(o) para participar da pesquisa de Antropologia intitulada **“Guerreiras de luta”: mulheres militantes pelos direitos dos idosos**. Esta pesquisa é parte de tese de doutoramento desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - PPGSA/UFRJ. A pesquisa tem por objetivo compreender como se constroem trajetórias de vida de militantes pelos direitos dos idosos. Este é um estudo baseado em uma abordagem qualitativa a partir de observação de campo e da realização de entrevistas semiestruturadas, isto é, entrevistas feitas a partir de um roteiro de questões centrais.

A participação nesta pesquisa consistirá em responder livremente a uma entrevista, que tem a duração aproximada de uma hora. A entrevista será gravada em mídia digital (arquivo de áudio no formato mp3) para posterior transcrição – que será guardada por cinco (05) anos e incinerada após esse período. A participante não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras.

A pesquisa terá duração de dois (02) anos, com o término previsto para Março de 2019. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, ou seja, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Toda pesquisa presume a existência de riscos, menores ou maiores de acordo com o objeto, objetivos e metodologia. Uma vez que esta pesquisa aborda trajetórias pessoais e relações com pessoas e instituições envolvidas na militância pelos direitos dos idosos, a participação nesta pesquisa tem como possíveis riscos danos morais e emocionais e

constrangimentos de ordem ética, política ou profissional devidos à expressão de um posicionamento sobre políticas públicas, instituições e envelhecimento. Também são considerados possíveis constrangimentos durante a entrevista, decorrentes de observações, opiniões e conflitos de interesses na condução da pesquisa.

Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você poderá recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição promotora da pesquisa.

O benefício relacionado a sua participação será o de aumentar o conhecimento científico para a área da Antropologia, especialmente nos estudos sobre envelhecimento. Esta pesquisa incentiva a divulgação do debate de luta por direitos, direitos e garantias dos idosos e militância.

Os critérios definidos para inclusão como participante desta pesquisa consistem em: fazer parte de algum grupo/movimento/instituição que esteja engajado na luta pela garantia de direitos dos idosos; ou se identificar enquanto militante, estudiosa, colaboradora, simpatizante das causas do segmento idoso.

A senhora(o) receberá uma via deste termo onde consta o telefone/e-mail da pesquisadora responsável e do Comitê de Ética ao qual esta pesquisa está vinculada, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Grata pela sua participação,

Beatrice Cavalcante Limoeiro
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia
Universidade Federal do Rio de Janeiro
E-mail: beatricelimoeiro@gmail.com
Telefones: (21) 98172-8093

Comitê de Ética do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH/UFRJ
E-mail: cep.cfch@gmail.com
Telefone: (21) 3938-5167

Eu, _____, portador(a) do RG _____ e CPF _____, autorizo a aluna de doutorado em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Beatrice Cavalcante Limoeiro, matrícula 115000341, portadora do RG 11177845-2 e CPF 127.026.937-25, a utilizar minha entrevista, que servirá como material para a sua tese. Declaro estar ciente do inteiro teor deste Termo de Consentimento e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento. Recebi uma cópia assinada deste formulário de consentimento.

_____, ____ de _____ de 201__.

Participante da pesquisa: _____

(Assinatura)

APÊNDICE C - Perfil das pesquisadas

PSEUDÔNIMO	IDADE	ETNIA	NATURALIDADE	ESTADO CIVIL	FILHOS	NETOS	RELIGIÃO	FORMAÇÃO	TRABALHO (antes da aposentadoria)	MILITANCIA EM OUTRAS CAUSA S?	INTERESSE PELO TEMA ANTES DA VELHICE?
Joana	66	Branca	Rio de Janeiro	Solteira	Não	Não	Não declarada	Análise de Sistemas, Psicologia e Gerontologia	Contadora no Banco Central	Sim, sindicatos	Sim, desejo de exercer a profissão de Psicóloga
Rosa	73	Branca	Rio de Janeiro	Casada	Sim, uma filha	Sim, um neto	Católica	Serviço Social	Assistente Social no INAMPS	Sim, sindicatos	Sim, trabalhando com idosos no INAMPS
Nise	76	Branca	Caxias, Maranhão	Divorciada	Sim, uma filha	Sim, dois netos	Católica	Psicologia e Gerontologia	Diversos cargos em Furnas	Não	Sim, através do trabalho de caridade em Furnas
Anita	66	Branca	Rio de Janeiro	Solteira	Não	Não	Católica	Pedagogia e Direito	Diversos cargos no Banco do Brasil	Não	Sim, por causa de sua mãe
Simone	74	Branca	Rio de Janeiro	Solteira	Uma sobrinha que criou	Não	Católica	Serviço Social	Agências de Turismo	Sim, sindicatos	Não
Dandara	86	Negra	Imperatriz, Maranhão	Solteira	Não	Não	Não declarada	Ensino Fundamental	Empregada doméstica e Babá	Sim, sindicato das domésticas	Não
Tarsila	77	Branca	Natal, Rio Grande do Norte	Solteira	Não	Não	Católica	Serviço Social	Assistente Social na Fundação Leão XIII	Não	Sim, através do trabalho no Centro Comunitário com idosos
Conceição	71	Branca	Cambuci, Rio de Janeiro	Viúva	Sim, cinco filhos	Sim, dez netos	Católica	Matemática e Física	Professora de Matemática e Física	Sim, mulher e saúde	Sim, através do trabalho voluntário
Leila	75	Branca	Rio de Janeiro	Casada	Sim, um filho	Não	Judia	Serviço Social e Ciências Sociais	Professora universitária e Assistente Social	Sim, estudantil	Sim, através de um trabalho no SESC
Bertha	78	Branca	Rio de Janeiro	Solteira	Não	Não	Católica	Psicologia e Pedagogia	Professora universitária e Psicóloga Clínica	Não	Sim, através dos estudos em Psicologia

ANEXOS

ANEXO A – Parecer consubstanciado do CEP

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: Guerreiras de luta: mulheres que militam pelos direitos dos idosos.

Pesquisador: Beatrice Cavalcante Limoeiro

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 53723616.2.0000.5582

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.263.321

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de doutoramento que pretende investigar como se constitui a militância de mulheres idosas. A autora tem participado de reuniões do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDEPI) e do Fórum Permanente da Política Nacional e Estadual do Idoso no Estado do Rio de Janeiro (Fórum PNEIRJ), motivo que a fez levantar suas questões de estudo.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo é "compreender as trajetórias e atuações das pessoas que atuam dentro destas instituições e se identificam como militantes dos direitos dos idosos".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A autora destaca possíveis "danos morais e emocionais e constrangimentos de ordem ética, política ou profissional devidos à expressão de um posicionamento sobre políticas públicas, instituições e envelhecimento. Também são considerados possíveis constrangimentos durante a entrevista, decorrentes de observações, opiniões e conflitos de interesses na condução da pesquisa". Entretanto, não contempla mecanismos de 'proteção' aos riscos nesta seção, mas sim em parágrafo anterior do RCLÉ, quando menciona que os participantes poderão se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo.

Como benefício, a autora destaca que "será o de aumentar o conhecimento científico para a área

Endereço: Av Pasteur, 250-Prata Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30

Bairro: URCA

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3938-5167

E-mail: osp.cfch@gmail.com

**UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO**



Continuação do Parecer: 2.203.321

da Antropologia, especialmente nos estudos sobre envelhecimento. Esta pesquisa incentiva a divulgação do debate de luta por direitos, direitos e garantias dos idosos e militância".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto parte de um outro realizado anteriormente com funcionários dos referidos Fóruns e Conselho. A metodologia a ser usada é "teoria ator-rede (LATOUR 1998), investigando os caminhos percorridos, bem como a atuação, participação e redes de relações estabelecidas por estas mulheres". Não há mais detalhes sobre como esta metodologia é aplicada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Estão de acordo com as normas de Ética em pesquisa.

Recomendações:

Recomenda-se que, no RCLE, se aproxime o parágrafo relativo às garantias de retirada das participantes do parágrafo de risco.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está aprovado e reforça-se o cumprimento da recomendação acima.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_969936_E1.pdf	16/08/2017 20:24:02		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Guerreiras_de_luta_Beatrice_Limoeiro.pdf	16/08/2017 20:19:37	Beatrice Cavalcante Limoeiro	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_Guerreiras_de_luta.pdf	16/08/2017 20:18:24	Beatrice Cavalcante Limoeiro	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Beatrice_Limoeiro.docx	16/08/2017 19:59:45	Beatrice Cavalcante Limoeiro	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30
Bairro: URCA **CEP:** 22.290-240
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-5167 **E-mail:** cep.cfch@gmail.com

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



Continuação do Parecer: 2.263.321

RIO DE JANEIRO, 06 de Setembro de 2017

Assinado por:
Fátima da Silva Grave Ortiz
(Coordenador)

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30
Bairro: URCA **CEP:** 22.290-240
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-5167 **E-mail:** cep.cfch@gmail.com

ANEXO B – Panfleto sobre o Fórum PNEIRJ (frente e verso)



FÓRUM PERMANENTE DA POLÍTICA NACIONAL E ESTADUAL DO IDOSO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FórumPNEI-RJ

Fundado em 1996

O FÓRUM PERMANENTE DA POLÍTICA NACIONAL E ESTADUAL DO IDOSO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FórumPNEI-RJ, é um espaço público, aberto, instância de representação formal da sociedade civil organizada do Estado do Rio de Janeiro, que compreende o movimento social em defesa da pessoa idosa, na perspectiva de protagonização e participação social por conquistas e pelos direitos da pessoa idosa. Orienta-se pela PNI, pelo Estatuto do Idoso e pelo Fórum Nacional'.

- É um espaço amplo e aberto, uma Escola de Cidadania;
- Realiza seminários e capacitações;
- Desenvolve práticas políticas pelos direitos da pessoa idosa e pela implementação efetiva da Política Nacional do Idoso;
- Sensibiliza a sociedade a combater todas as formas de discriminação;
- Articula-se nas três esferas do governo propondo projetos de leis e emendas que beneficiem as pessoas idosas;
- Articula-se com os demais fóruns em encontros municipais e nacionais e incentiva a formação de novos fóruns;
- Promove a articulação entre os diversos conselhos e fóruns na perspectiva das lutas gerais e pela cidadania emancipada;
- Cumpre a incumbência legal de eleger os membros não-governamentais do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - CEDEPI (Lei Estadual nº 3468/00).

POR QUE UM FÓRUM DA SOCIEDADE CIVIL?

Ser um fórum permanente da sociedade civil, este é o nosso diferencial. Criar e fortalecer espaços públicos sob a direção de uma representação autêntica e legítima da sociedade civil do segmento idoso. Assim, quando denominamos Sociedade Civil, faz-se uma opção por esta perspectiva de contribuição, de forma independente e livre, na construção de direitos e políticas, sem atrelamentos à burocracia e ao 'tecnicismo' próprias da representação estatal. Fóruns da sociedade civil atuam na construção e na afirmação da cidadania emancipatória que, como tal, fazem mover os governos e a sociedade rumo à transformação. É preciso termos claro que se o conceito de sociedade civil tem se apresentado como um campo de tensão e de disputa por outros setores é justamente numa tentativa de neutralizar o poder que ele contém.

(Frente)

QUEM COORDENA O FÓRUM?

O FórumPNEI-RJ é coordenado pelos membros efetivos, que vem a ser os representantes da sociedade civil.

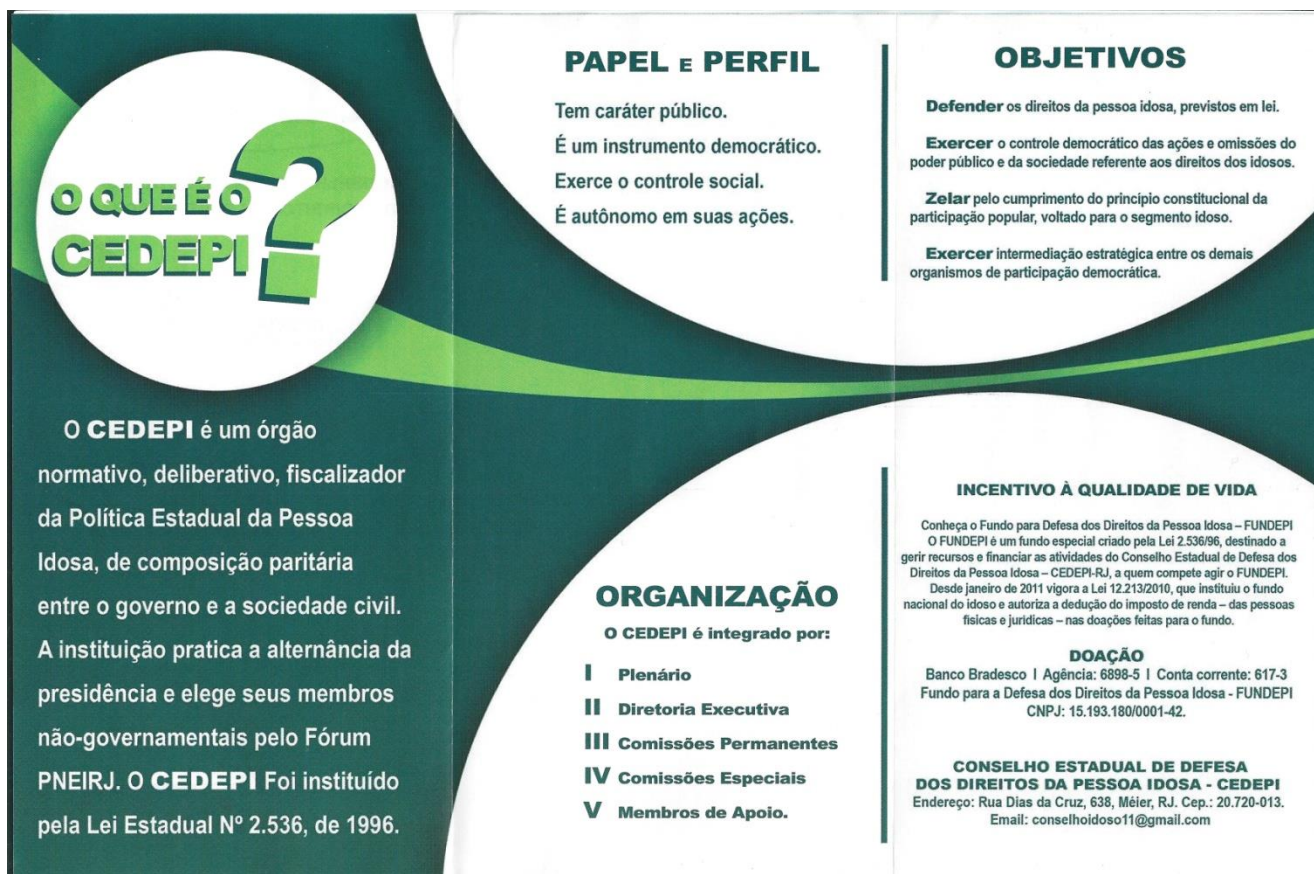
SUGESTÃO DE PASSO-A-PASSO PARA CRIAÇÃO DE FÓRUNS MUNICIPAIS

Este roteiro orienta a criação de Fóruns coordenados pela sociedade civil, que sejam permanentes e se constituam em espaços públicos legítimos de representação e controle social do idoso e de protagonismo na conquista e defesa de seus direitos, conforme declara o Regimento Interno do Fórum Nacional'.

- 1-Levantamento das instituições que desenvolvam trabalho com idosos;
- 2-Formação de Comissão com pessoas interessadas;
- 3-A Comissão deve buscar apoio de instituições para viabilizar o Fórum tais como: fax, correio, cartazes, material de expediente e espaço para as reuniões;
- 4-A COMISSÃO elabora proposta de Regimento Interno ou marca uma reunião ampliada para esta finalidade;
- 5-Para se credenciar ao FórumPNEI-RJ, caso haja interesse, o Regimento Interno do Fórum Municipal deverá conter os seguintes itens:
 - 1 – no capítulo DA CONSTITUIÇÃO de cada Fórum deve estar explícita a concordância com o Regimento Interno do FórumPNEI-RJ, bem como com as deliberações aprovadas em assembléias;
 - 2 – deve estar explícito que a coordenação do Fórum Municipal é exclusiva da sociedade civil, bem como o direito de voto;
 - 3 – deve constar que os funcionários públicos em cargo de confiança ou de direção na esfera

(Verso)

ANEXO C - Panfleto sobre o CEDEPI (apenas verso)



O QUE É O CEDEPI?

O **CEDEPI** é um órgão normativo, deliberativo, fiscalizador da Política Estadual da Pessoa Idosa, de composição paritária entre o governo e a sociedade civil. A instituição pratica a alternância da presidência e elege seus membros não-governamentais pelo Fórum PNEIRJ. O **CEDEPI** Foi instituído pela Lei Estadual Nº 2.536, de 1996.

PAPEL E PERFIL

Tem caráter público.
É um instrumento democrático.
Exerce o controle social.
É autônomo em suas ações.

OBJETIVOS

Defender os direitos da pessoa idosa, previstos em lei.
Exercer o controle democrático das ações e omissões do poder público e da sociedade referente aos direitos dos idosos.
Zelar pelo cumprimento do princípio constitucional da participação popular, voltado para o segmento idoso.
Exercer intermediação estratégica entre os demais organismos de participação democrática.

ORGANIZAÇÃO

O **CEDEPI** é integrado por:

- I** Plenário
- II** Diretoria Executiva
- III** Comissões Permanentes
- IV** Comissões Especiais
- V** Membros de Apoio.

INCENTIVO À QUALIDADE DE VIDA

Conheça o Fundo para Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – FUNDEPI
O FUNDEPI é um fundo especial criado pela Lei 2.536/96, destinado a gerir recursos e financiar as atividades do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDEPI-RJ, a quem compete agir o FUNDEPI.
Desde janeiro de 2011 vigora a Lei 12.213/2010, que instituiu o fundo nacional do idoso e autoriza a dedução do imposto de renda – das pessoas físicas e jurídicas – nas doações feitas para o fundo.

DOAÇÃO

Banco Bradesco | Agência: 6898-5 | Conta corrente: 617-3
Fundo para a Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - FUNDEPI
CNPJ: 15.193.180/0001-42.

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - CEDEPI
Endereço: Rua Dias da Cruz, 638, Méier, RJ. Cep.: 20.720-013.
Email: conselhoidoso11@gmail.com

(Apenas verso)

ANEXO D - Panfleto sobre o Fórum PMI-RJ



**FÓRUM
PMI-RJ**

**FÓRUM PERMANENTE DA POLÍTICA MUNICIPAL
DO IDOSO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

É um espaço de articulação política e mobilização de organizações da sociedade civil na perspectiva de protagonização e participação social por conquista e defesa dos direitos da Pessoa Idosa.

- É uma “escola de cidadania” sendo um espaço aberto de politização.
- Sensibiliza a sociedade a combater todas as formas de discriminação à Pessoa Idosa;
- Articula-se nas três esferas do governo propondo projetos de lei e emendas que beneficiem as Pessoas Idosas;
- Instância legítima de organização e promoção da eleição dos representantes da sociedade civil para o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, cuja criação está determinada na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, bem como no Estatuto do Idoso;
- Na criação de fóruns locais pode prestar assessoria, quando solicitado;
- Auxilia na realização de debates prévios às conferências setoriais no Município, de acordo com deliberação em plenária e elegendo os representantes do Fórum PMI-RJ para as respectivas conferências.

QUEM COORDENA O FÓRUM PMI-RJ?

O Coordenador é eleito a cada dois anos dentre os membros efetivos representantes da sociedade civil.

O Fórum PMI-RJ reúne-se toda última quarta-feira do mês, no horário de 10:00h às 12:00h.

ANEXO E - Carta de Princípios Fórum Nacional Permanente da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa



FORUM NACIONAL PERMANENTE DA SOCIEDADE CIVIL PELOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

CARTA DE PRINCÍPIOS

O FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DA SOCIEDADE CIVIL PELOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA, criado em 25 de novembro de 2010 é uma articulação nacional de Fóruns Estaduais Permanentes, coordenados exclusivamente pela sociedade civil, que estabelece uma CARTA DE PRINCÍPIOS a ser seguida por todos que queiram dele participar.

Constitui-se um coletivo de fóruns coordenados pela sociedade civil de caráter permanente, organizado como espaços públicos legítimos de representação, mobilização, participação social e protagonismo no processo de conquista e defesa de direitos da pessoa idosa.

É um espaço público de afirmação da autonomia e do fortalecimento da sociedade civil, garantindo sua legitimidade enquanto movimento social e de independência em relação ao Estado ou às iniciativas privativas de qualquer instituição, na perspectiva de dinamização dos fóruns permanentes existentes e apoio político à criação de novos fóruns permanentes nos Estados, Municípios e Distrito Federal;

O Fórum Nacional tem como perspectiva democrática a participação da sociedade civil, que é fundamental para contribuir no desenvolvimento e efetivação das políticas públicas, defesa de direitos e cidadania da pessoa idosa.

Os fóruns da sociedade civil têm o papel de exercer o controle social democrático, de viabilizar a mobilização e atuação da pessoa idosa enquanto sujeito protagonista, para agir na organização social desse segmento e de unificar lutas em prol da garantia dos direitos.

Compromete-se com estratégias de articulação entre os fóruns permanentes da sociedade civil pelos direitos da pessoa idosa e demais fóruns setoriais e de segmentos, na perspectiva de unificação das lutas com outros espaços públicos e movimentos sociais.

O Fórum Nacional Permanente da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa reafirma-se como um espaço exclusivo da sociedade civil e se coloca como o lugar INSTITUINTE onde as demandas do setor se transformam em lutas e conquistas por direitos e políticas públicas na relação com o Estado e as outras instituições.

Xerém, 21 de novembro de 2012

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DA SOCIEDADE CIVIL PELOS DIREITOS DA PESSOA
IDOSA

ANEXO F – Panfleto sobre a Biblioteca do CBCISS (frente e verso)

Sobre o CBCISS

O Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais - CBCISS - foi fundado em 1946 como representante no Brasil do *International Council on Social Welfare - ICSW*. É uma organização não governamental, sem fins lucrativos e sua sede fica na cidade do Rio de Janeiro.

Tem como objetivo contribuir para a promoção do desenvolvimento sócio-econômico e cultural do país, mantendo diálogo permanente com a sociedade civil e o poder público, na busca e definição de estratégias que assegurem a elevação dos níveis de bem-estar social, que promovam a justiça social e a erradicação de todas as formas de violência e discriminação.

Com o propósito de estimular a produção do conhecimento em diversas áreas, principalmente a do Serviço Social, o CBCISS edita a revista *Debates Sociais*, publica teses, anais de seminários, congressos e mantém coleções específicas de temas sociais.

O CBCISS se mantém através da contribuição de sócios - pessoas físicas e jurídicas, consultorias, pesquisas, cursos e publicações.

VENHA FAZER PARTE DOS NOSSOS SÓCIOS

Como disse Ranganathan (pai da biblioteconomia):

“Os livros são escritos para serem lidos” - Use;

“Todo leitor tem seu livro” - Venha conhecer o seu livro;

“Todo livro tem seu leitor” - O seu livro está aqui aguardando sua visita;

“Poupe o tempo do leitor” - Estamos trabalhando para poupar seu tempo ao máximo;

“Uma biblioteca é um organismo em crescimento” - E ela precisa das suas pesquisas para existir.

Venha nos fazer uma visita e
conhecer todo este acervo que está
a sua disposição.



**Centro Brasileiro de
Cooperação e Intercâmbio de
Serviços Sociais
CBCISS**

Apresenta:

***Biblioteca
Zeny Miranda***

(Frente)

Um pouco sobre a Biblioteca Zeny Miranda:

A Biblioteca Zeny Miranda faz parte do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social - CBCISS.

Criada em 1973, a Biblioteca mantém um acervo na área das Ciências Sociais e Humanas, sendo um importante local de estudos devido ao seu acervo especializado estimado em cerca de 10.000 títulos entre livros, folhetos e periódicos - nacionais e internacionais.

Zeny Miranda foi uma assistente social especialista em profissiografia¹, em reabilitação e muito versada em psicologia. Tinha uma atividade multiforme. Após seu falecimento, teve sua biblioteca particular doada pela sua família, a seu pedido, ao CBCISS. Dando assim, início ao acervo bibliográfico aberto a pesquisas referentes a temas de Serviço Social.

1) conjunto de concepções técnicas e regras práticas que definem o parâmetro do posto-tipo e bônus que definem as características essenciais de um perfil adequado ao exercício de uma profissão ou ocupação de um cargo.

Serviços da biblioteca:

A Biblioteca do CBCISS possui algumas atividades para auxiliar a pesquisa dos usuários. A seguir vê-se algumas dessas atividades:

- Levantamento bibliográfico para auxiliar na pesquisa com itens do acervo da biblioteca. Dentre todos os temas com levantamento bibliográfico, seguem alguns tópicos abaixo:

• Aborto	• Lazer
• Acidentes e segurança do trabalho	• Liderança
• Adoção	• Meninos(as) de rua
• Adolescente	• Migração
• AIDS	• Movimentos sociais
• Alcoolismo	• Mulher
• Aposentadoria	• ONG
• Assistência social	• Planejamento familiar
• Assistentes sociais	• Pobreza
• Bem-estar	• Política social
• Bioética	• Políticas públicas
• Centros sociais	• População de rua
• Cidadania	• Pré-escola - creche
• Comunidade	• Previdência social
• Cooperativismo	• Prostituição
• Criança	• Psiquiatria
• Deficiente físico	• Qualidade de vida
• Deficiente mental	• Racismo - etnia - raça
• Dependência química	• Reabilitação
• Desemprego	• Saúde
• Desenvolvimento sustentável	• Segurança social
• Desenvolvimento urbano	• Serviço Social (diversas áreas)
• Direitos humanos	• Sindicalismo - sindicato
• Educação	• SUAS - Sist. Único de Ass. Social
• Ética	• Supervisão
• Família	• SUS - Sist. Único de Saúde
• Favela	• Trabalho
• Fenomenologia	• Trabalho infantil
• Gênero	• Violência contra a criança e adolescente
• Globalização	• Violência contra a mulher
• Gravidez na adolescência	• Violência contra o idoso
• Habitação	• Violência doméstica
• Idoso	• Violência
• Inclusão	• Visita domiciliar
• Justiça social	• Voluntariado

- Controle dos seus usuários. A biblioteca possui uma base de dados com cerca de 2.570 usuários cadastrados. Isso quer dizer que já passaram esse mesmo número de pessoas pela biblioteca buscando informações referentes à área da Ciência Sociais e Humanas. Em sua maioria os usuários retornam diversas vezes para realizar pesquisas;
- Catalogação de livros, folhetos e periódicos;
- Eventos culturais;
- Envio de correios eletrônicos informativos referentes aos eventos organizados pelo CBCISS para os usuários e professores cadastrados na base de dados da biblioteca.

O acervo da biblioteca é muito consultado por estudantes de graduação em Serviço Social, graduados estudando para concursos públicos, alunos de pós-graduação fazendo pesquisas para seus trabalhos finais, pesquisadores de Ciências Sociais e Humanas, dentre outros perfis de usuários.

A biblioteca não trabalha com empréstimos, porém ela está aberta de segunda a sexta, no horário de 12 horas às 17 horas, podendo o usuário fazer sua consulta no local.

De acordo com a Lei Federal nº 9.610/98, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei de Direitos Autorais), fica proibida a cópia de livros que não estejam esgotados.

(Verso)

ANEXO G - Convite para o ato “Dia mundial da conscientização da violência contra a pessoa idosa” (2017)



**DIA MUNDIAL DA
CONSCIENTIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA
CONTRA A PESSOA IDOSA**

O FórumPNEIRJ, o CEDEPI-RJ e as instituições parceiras estarão no calçadão de Copacabana para não deixar passar em branco esta data:

15 de junho de 2017

**Na orla de Copacabana - direção da Rua Xavier da Silveira
10 às 13 horas.**

Estaremos lá com barraca, som, com fala dos presentes.

Vamos distribuir Estatuto do Idoso, fitinhas roxas e dar o nosso recado.

Não deixem de estar presente e levar exemplares do Estatuto do Idoso.



Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa



ANEXO H - Panfleto distribuído ao público no ato “Dia mundial da conscientização da violência contra a pessoa idosa” (2017)

Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa

O dia 15 de junho marca o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa. A data foi instituída em 2006, pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Rede Internacional de Prevenção à Violência à Pessoa Idosa.

O objetivo da data é criar uma consciência mundial, social e política da existência da violência contra a pessoa idosa, e, simultaneamente, disseminar a ideia de não aceitá-la como normal.

1. **Abuso físico**, maus-tratos físicos ou violência física – uso da força física com o objetivo de obrigar os idosos a fazerem o que não desejam, com a intenção de feri-los, provocando-lhes lesão, ferida, dor, incapacidade ou morte. Constituem-se nas maiores queixas dos idosos, ocorrendo, quase sempre, no seio familiar, na rua, nas instituições que prestam serviços aos mesmos, entre outros. Na maioria das vezes, o abuso físico, tem como consequência, lesões e traumas, resultando em internações hospitalares que, em alguns casos, levam a morte e em outros, são insidiosos e praticamente invisíveis.
2. **Abuso psicológico**, violência psicológica ou maus-tratos psicológicos – entendido como agressões verbais ou gestuais que visam aterrorizar os idosos, humilhá-los, restringir sua liberdade e

(Frente)

isolá-los do convívio social. Pode ser classificado ainda, como “*a ação de infligir pena, dor ou angústia através de expressões verbais ou não-verbais.*” (Freitas,2002:791). Alguns exemplos verbais, podem ser tomados, por atos ou não-ditos: “Você já não serve para nada”, “Você já deveria ter morrido mesmo!”

3. **Abuso sexual**, violência sexual – diz respeito ao ato ou jogo sexual de caráter homo ou heterorrelacional, que utiliza pessoas idosas, sem o seu consentimento, com o fim de obter excitação, relação sexual ou práticas eróticas através do aliciamento, violência física ou ameaças.
4. **Abandono** – Manifestada pela ausência ou deserção dos responsáveis governamentais, institucionais ou familiares de prestarem assistência à pessoa idosa que necessite de proteção.
5. **Negligência** – vista como a recusa ou a omissão de cuidados básicos, devidos e necessários à pessoa idosa por parte da família ou instituições. É entendida também, como a recusa ou falha em exercer responsabilidades no ato de cuidar do idoso.

(Verso)

ANEXO I - Convites para os atos públicos pelo “Dia da Bandeira de Luta em Defesa da Pessoa Idosa” (2016 e 2017)



**O VIII ENCONTRO NACIONAL
DE FÓRUNS PERMANENTES
DA SOCIEDADE CIVIL PELOS
DIREITOS DA PESSOA IDOSA**
convida para o

ATO PÚBLICO
«IDOSO ERGA SUA BANDEIRA DE LUTA»



19
2016 **NOVEMBRO**

**AV. ATLÂNTICA, 1976
COPACABANA
RIO DE JANEIRO - RJ
CONCENTRAÇÃO - 8 HORAS**

Apoio:

www.forumnacional.net.br
forumnacional@forumnacional.net.br



(2016)

(2017)



**IX ENCONTRO NACIONAL DE FÓRUNS
PERMANENTES DA SOCIEDADE
CIVIL DE DEFESA DOS DIREITOS DA
PESSOA IDOSA**



Realização:
FÓRUM PERMANENTE EM
DEFESA DE DIREITOS DA
PESSOA IDOSA - BA

ATO PÚBLICO
**TEMA: Pessoas idosas na luta pela
Previdência Social pública
e pela garantia de direitos.**

**19 de novembro de 2017
9h**

**FAROL DA BARRA
SALVADOR-BA**

PARTICIPE!
Traga seu grupo de convivência!
Traga sua família!

ANEXO J - Fotos



Foto 1 - Sede do VIII Encontro do Fórum Nacional Permanente da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa (2016).

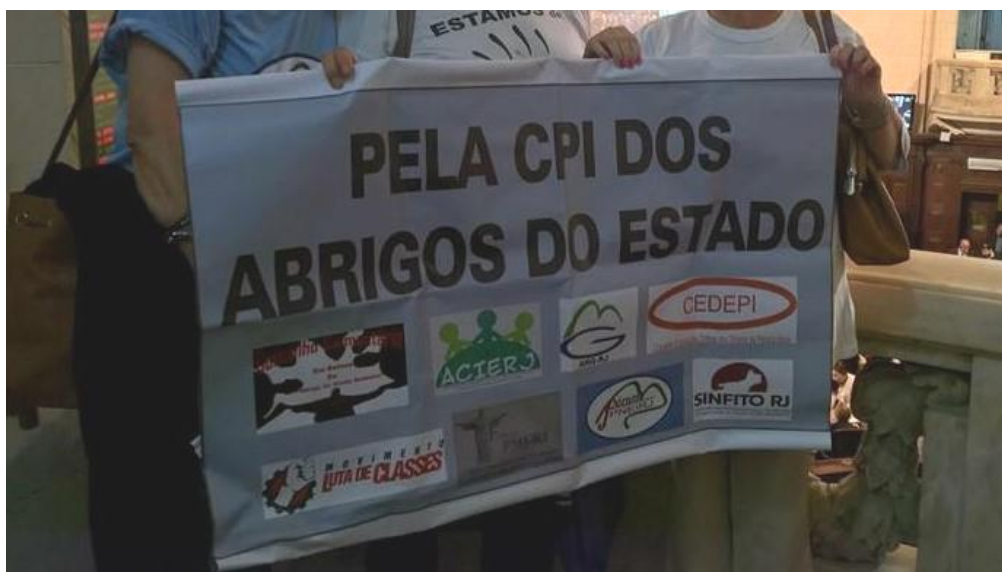


Foto 2 - Visita à ALERJ, pela abertura da CPI dos Abrigos do Estado do Rio de Janeiro (2017)



Foto 3 - Ato em defesa do Abrigo Cristo Redentor. Cartaz "Idoso merece respeito" (2017)

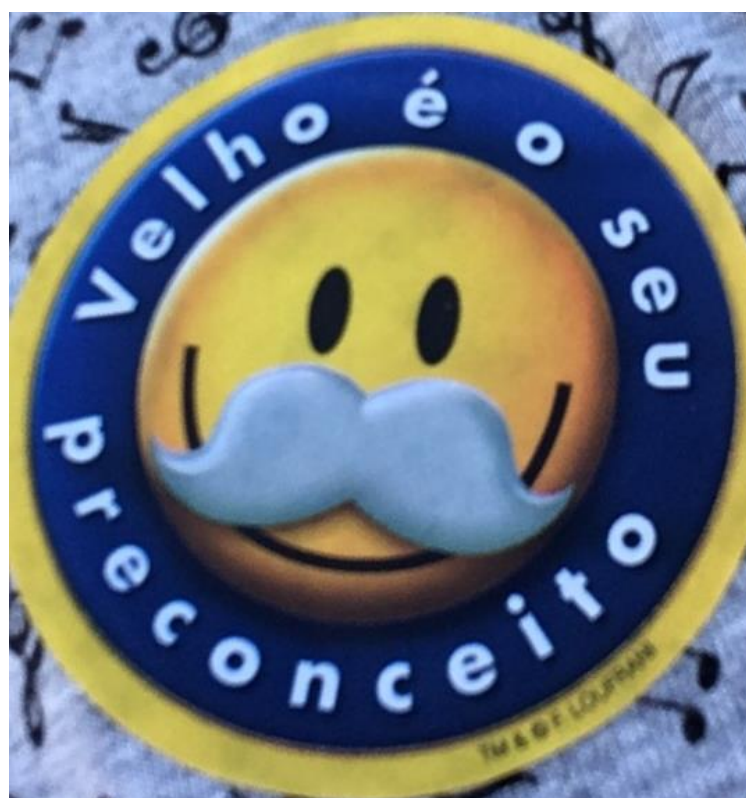


Foto 4 - Adesivo “Velho é o seu preconceito”, distribuído durante o ato “Dia mundial da conscientização da violência contra a pessoa idosa” (2017)

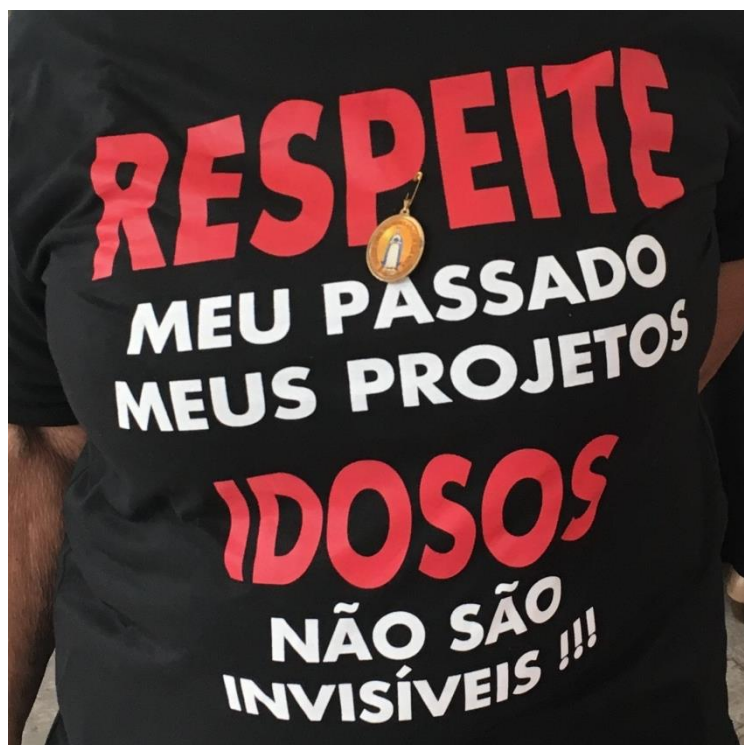


Foto 5 - Blusa “Respeite meu passado, meus projetos. Idosos não são invisíveis”, que Dandara usou durante o evento Sarau Mix, promovido pela ANG-RJ (2017)



Foto 6 - Encontro de danças (2017)



Foto 7 - Placa “Não à reforma da previdência social” no ato público pelo “Dia da Bandeira de Luta em Defesa da Pessoa Idosa” em Salvador, Bahia (2017)



Foto 8 - Placa “Pessoas idosas na luta pela garantia de direitos” durante o ato público pelo “Dia da Bandeira de Luta em Defesa da Pessoa Idosa” em Salvador, Bahia (2017)